

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPG/CASA
DOUTORADO ACADÊMICO**

ANTÔNIA MARA RAPOSO DIÓGENES

**NA LIDA, EM SILÊNCIO E NA (IN)VISIBILIDADE: AS PESCADORAS
ARTESANAIS DE CAMARÃO DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS**

**MANAUS-AMAZONAS
2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPG/CASA
DOUTORADO ACADÊMICO**

ANTÔNIA MARA RAPOSO DIÓGENES

**NA LIDA, EM SILÊNCIO E NA (IN)VISIBILIDADE: AS PESCADORAS
ARTESANAIS DE CAMARÃO DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora: Prof. Dra. Elenise Faria Scherer

MANAUS-AMAZONAS
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diógenes, Antônia Mara Raposo
D591l Na lida, em silêncio e na (in)visibilidade : as pescadoras
artesanais de camarão do rio solimões/amazonas / Antônia Mara
Raposo Diógenes . 2024
263 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Elenise Faria Scherer
Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Pescadoras de camarão. 2. Trabalho. 3. Invisibilidade. 4.
Reconhecimento. 5. Desproteção Socioambiental. I. Scherer,
Elenise Faria. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ANTÔNIA MARA RAPOSO DIÓGENES

**NA LIDA, EM SILÊNCIO E NA (IN)VISIBILIDADE: AS PESCADORAS
ARTESANAIS DE CAMARÃO DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação do(a) professor(a) Dr.(a) Elenise Faria Scherer como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovado em 21/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Elenise Faria Scherer/UFAM
Presidente

Prof. Dra. Gimima Beatriz Melo da Silva/UEA – Membro Externo

Prof. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura/UFPA – Membro Externo

Prof. Dra. Maria Magela Mafra de Andrade/UFAM – Membro

Prof. Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino/UFAM – Membro

Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira/UFAM – Membro

DEDICATÓRIA

*A minha mãe,
Therezinha de Jesus Raposo (In memoriam)
Minha fonte de inspiração!
E a minha filha,
Camila
Amor da minha vida!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo milagre da vida, a minha mãe, minha filha e minha família, que sempre estiveram ao meu lado.

A minha orientadora, professora Dra. Elenise Faria Scherer por sua generosidade, solidariedade e compromisso ético e humano.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pelo apoio financeiro dado a pesquisa.

Aos meus colegas, amigos e amigas de doutorado, de trabalho e da vida.

Ao meu amigo Estevam Ferreira da Costa (*In memoriam*).

As pescadoras artesanais de camarão do rio Solimões/Amazonas, protagonistas da pesquisa, mulheres trabalhadoras, aguerridas, sensíveis, alegres, solidárias e afetuosas!

A todas e todos, que contribuíram para a realização dessa tese, meu muitíssimo obrigada!

EPÍGRAFE

“Eu sou mais forte do que eu”

Clarice Lispector

RESUMO

A pesca artesanal do camarão (*Macrobrachium amazonicum*) é praticada pela maioria de mulheres em várias comunidades ribeirinhas da calha do rio Solimões/Amazonas, faz parte do modo de vida varzeiro amazônico. Nossa pesquisa identificou 11 (onze) municípios pesqueiros de camarão no Amazonas, dentre os quais, definimos 04 (quatro) como nossa área de estudo - Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara e Manacapuru. Nesses lugares de pesquisa, detectamos 11 (onze) comunidades pesqueiras dos crustáceos e entrevistamos 26 (vinte e seis) mulheres pescadoras de 10 (dez) comunidades. Essa pesca representa uma das principais fontes de renda para as famílias das pescadoras, sendo realizada no período da vazante, nos meses de agosto a outubro. Nosso objetivo com a investigação é dar visibilidade e contribuir com o processo de reconhecimento do trabalho dessas mulheres pescadoras artesanais, ampliando e aprofundando o conhecimento sobre o trabalho que desenvolvem com este tipo de pesca. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo. Realizamos estudo bibliográfico, fizemos uso da observação direta, realizamos entrevistas estruturadas e semiestruturadas, conversamos com as pescadoras individualmente e em grupo. Registramos nossos encontros e algumas das várias atividades que as pescadoras realizam por meio de filmagens e imagens fotográficas, além de fazermos as marcações de pontos para a elaboração dos mapas das comunidades onde estivemos presentes. Os dados foram analisados tendo por base a perspectiva social e histórica, em um processo contínuo e complexo, exigindo de nós uma postura reflexiva, crítica e permanente na busca de significados, nexos sobre os dados estudados. Nossas análises refletem o momento social e histórico em que foram realizadas. As pescadoras realizam o trabalho no processo de pesca do camarão, desde a preparação das iscas até sua comercialização, mas a maioria delas não possui o Registro Geral da Pesca (RGP) e, conseqüentemente não tem acesso ao Programa do Seguro Defeso do Pescador Artesanal (PSDPA). A pesca do camarão não é pauta de discussão, nem tem qualquer tipo de documento que comprove formalmente sua existência, tanto nas instituições governamentais, quanto nas entidades representativas da categoria pesqueira, Colônias, Sindicatos e Associações. Nossa pesquisa considera que a ausência de registros, invisibiliza e contribui para a falta de reconhecimento da especificidade desse tipo de trabalho pesqueiro amazônico, das pescadoras artesanais que desenvolvem esta atividade e da economia que é gerada em torno desta prática. e economia. Nosso estudo aponta também para a situação de vulnerabilidade socioambiental das mulheres pescadoras e do recurso natural pesqueiro com o qual trabalham, o camarão, uma vez que ambos não dispõem de políticas protetivas específicas, já que para o Estado eles não existem formalmente. A participação das mulheres nos espaços políticos de representação pesqueira é marcada pelo silêncio em torno da pesca do camarão e pelo patriarcado. Nesses espaços, observa-se também as relações de parentesco no comando das entidades. Não identificamos nem um movimento das pescadoras de camarão em torno da busca por seus direitos.

Palavras-chave: Pescadoras de camarão; Trabalho; Invisibilidade; Reconhecimento; Desproteção Socioambiental

ABSTRACT

Artisanal shrimp fishing (*Macrobrachium amazonicum*) is practiced by the majority of women in several riverside communities along the Solimões/Amazonas river channel, and is part of the Varzeiro Amazon way of life. Our research identified 11 (eleven) shrimp fishing municipalities in Amazonas, among which we defined 04 (four) as our study area - Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara and Manacapuru. In these research sites, we detected 11 (eleven) crustacean fishing communities and interviewed 26 (twenty-six) female fishermen from 10 (ten) communities. This fishing represents one of the main sources of income for fisherwomen's families, and is carried out during the low-water period, from August to October. Our objective with the investigation is to give visibility and contribute to the process of recognizing the work of these artisanal women fishermen, expanding and deepening knowledge about the work they carry out with this type of fishing. The methodology used was qualitative in nature. We carried out a bibliographical study, we used direct observation, we carried out structured and semi-structured interviews, we talked to the fisherwomen individually and in groups. We recorded our meetings and some of the various activities that fisherwomen carry out through filming and photographic images, in addition to marking points to create maps of the communities where we were present. The data were analyzed based on a social and historical perspective, in a continuous and complex process, requiring us to take a reflective, critical and permanent stance in the search for meanings and connections to the data studied. Our analyzes reflect the social and historical moment in which they were carried out. Fisherwomen carry out work in the shrimp fishing process, from preparing the bait to its commercialization, but most of them do not have the General Fisheries Registry (RGP) and, consequently, do not have access to the Artisanal Fisherman's Defeso Insurance Program (PSDPA). Shrimp fishing is not an issue for discussion, nor is there any type of document that formally proves its existence, both in government institutions and in entities representing the fishing category, Colonies, Unions and Associations. Our research considers that the lack of records makes it invisible and contributes to the lack of recognition of the specificity of this type of Amazonian fishing work, of the artisanal fisherwomen who carry out this activity and of the economy that is generated around this practice. and economy. Our study also points to the socio-environmental vulnerability of women fishermen and the natural fishing resource they work with, shrimp, since both do not have specific protective policies, as for the State they do not formally exist. Women's participation in political spaces of fishing representation is marked by silence surrounding shrimp fishing and patriarchy. In these spaces, kinship relationships in command of the entities are also observed. We did not even identify a movement of shrimp fishermen around the search for their rights.

Keywords: Shrimp fishermen; Work; Invisibility; Recognition; Socio-environmental Protection

RESUMEN

La pesca artesanal del camarón (*Macrobrachium amazonicum*) es practicada por la mayoría de las mujeres en varias comunidades ribereñas a lo largo del canal del río Solimões/Amazonas, es parte del modo de vida amazónico de Varzeiro. Nuestra investigación identificó 11 (once) municipios pesqueros de camarón en Amazonas, entre los cuales definimos 04 (cuatro) como nuestra área de estudio: Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara y Manacapuru. En estos sitios de investigación detectamos 11 (once) comunidades pesqueras de crustáceos y entrevistamos a 26 (veintiséis) pescadoras de 10 (diez) comunidades. Esta pesca representa una de las principales fuentes de ingresos de las familias de pescadoras, y se realiza durante la época de estiaje, de agosto a octubre. Nuestro objetivo con la investigación es dar visibilidad y contribuir al proceso de reconocimiento del trabajo de estas pescadoras artesanales, ampliando y profundizando el conocimiento sobre el trabajo que realizan con este tipo de pesca. La metodología utilizada fue de carácter cualitativo. Realizamos un estudio bibliográfico, utilizamos la observación directa, realizamos entrevistas estructuradas y semiestructuradas, conversamos con las pescadoras de forma individual y grupal. Registramos nuestros encuentros y algunas de las diversas actividades que realizan las pescadoras a través de filmaciones e imágenes fotográficas, además de marcar puntos para crear mapas de las comunidades donde estuvimos presentes. Los datos fueron analizados desde una perspectiva social e histórica, en un proceso continuo y complejo, que exige una postura reflexiva, crítica y permanente en la búsqueda de significados y conexiones a los datos estudiados. Nuestros análisis reflejan el momento social e histórico en el que fueron realizados. Las pescadoras desempeñan labores en el proceso de pesca del camarón, desde la preparación del cebo hasta su comercialización, pero la mayoría no cuenta con el Registro General de Pesca (RGP) y, en consecuencia, no tiene acceso al Programa de Seguro de Defeso del Pescador Artesanal (PSDPA). La pesca del camarón no es un tema de discusión, ni existe ningún tipo de documento que acredite formalmente su existencia, tanto en instituciones gubernamentales como en entidades representativas del rubro pesquero, Colonias, Gremios y Asociaciones. Nuestra investigación considera que la falta de registros la invisibiliza y contribuye a la falta de reconocimiento de la especificidad de este tipo de trabajo pesquero amazónico, de las pescadoras artesanales que realizan esta actividad y de la economía que se genera en torno a esta práctica. y economía. Nuestro estudio también señala la vulnerabilidad socioambiental de las mujeres pescadoras y del recurso pesquero natural con el que trabajan, el camarón, ya que ambos no cuentan con políticas protectoras específicas, ya que para el Estado no existen formalmente. La participación de las mujeres en los espacios políticos de representación pesquera está marcada por el silencio en torno a la pesca del camarón y el patriarcado. En estos espacios también se observan relaciones de parentesco al mando de las entidades. Ni siquiera identificamos un movimiento de pescadores de camarón en torno a la búsqueda de sus derechos.

Palabras clave: Pescadores de camarón; Trabajar; Invisibilidad; Reconocimiento; Protección Socioambiental

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trajetos de viagem.....	52
Figura 2: Careiro da várzea, enchente e vazante.....	53
Figura 3: Camarões ofertados para venda na Feira do Produtor João Cândido, Iranduba	56
Figura 4: Centro da comunidade São José – Costa da Terra Nova, Careiro da Várzea.....	64
Figura 5: Sede comunitária de São Francisco Km 17, Careiro da Várzea	66
Figura 6: Sede comunitária de N. Sra. de Fátima	70
Figura 7: Pescadora de camarão, comunidade São José – Costa da Terra Nova, Careiro da Várzea	87
Figura 8: Pescadora de camarão, comunidade São José – Costa da Terra Nova, Careiro da Várzea	88
Figura 9: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco - Cambixe Km 17, Careiro da Várzea	89
Figura 10: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco - Cambixe Km 17, Careiro da Várzea	90
Figura 11: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco - Cambixe Km 17, Careiro da Várzea	91
Figura 12: Pescadora de camarão comunidade Nossa Senhora de Fátima – Ilha da Paciência, Iranduba.....	92
Figura 13 Pescadora de camarão, comunidade Nossa Senhora de Fátima – Ilha da Paciência, Iranduba.....	93
Figura 14: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco – Costa do Arapapá/Lago Preto, Manacapuru	94
Figura 15: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco – Costa do Arapapá/Lago Preto, Manacapuru	96
Figura 16: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco – Costa do Arapapá/Lago Preto, Manacapuru	97
Figura 17: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco – Costa do Arapapá/Lago Preto, Manacapuru	98
Figura 18: Criadora da pesca do camarão na comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru	99

Figura 19: Pescadora de camarão, comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru	100
Figura 20: Pescadora de camarão, comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru	101
Figura 21: Pescadora de camarão, comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru	102
Figura 22: Pescadora de camarão, sede municipal, comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru.....	103
Figura 23: Pescadora de camarão, comunidade Nossa Senhora das Graças – Paraná do Supiá, Manacapuru	104
Figura 24: Pescadora de camarão, comunidade Nossa Senhora das Graças – Paraná do Supiá, Manacapuru	105
Figura 25: Pescadora de camarão, comunidade Nossa Senhora das Graças – Paraná do Supiá, Manacapuru	106
Figura 26: Pescadora de camarão, Comunidade Bom Jesus – Ilha do Marrecão, Manacapuru	107
Figura 27: Pescadora de camarão, Comunidade Bom Jesus – Ilha do Marrecão, Manacapuru	108
Figura 28: Vendedora de camarão, Sede municipal/comunidade Betânia – Ilha do Supiá, Manacapuru	109
Figura 29: Pescadora de camarão, comunidade Santo Antônio – Ressaca do Cumaru, Itacoatiara.....	110
Figura 30: Pescadora de camarão, comunidade Santo Antônio – Ressaca do Cumaru, Itacoatiara.....	111
Figura 31: Pescadora de camarão, comunidade Monte Sinais – Ressaca do Cumaru, Itacoatiara.....	112
Figura 32: Pescador de camarão, comunidade Betânia – Ilha do Supiá, Manacapuru	113
Figura 33: Pescador de camarão, comunidade Betânia – Ilha do Supiá, Manacapuru	114
Figura 34: Pescador de camarão, sede municipal, comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru.....	115
Figura 35 Cultivo de roça e fabricação de farinha	131
Figura 36: Tratamento do pescado e venda de piracuí (farinha de peixe)	132

Figura 37: Pesca e comercialização camarão	132
Figura 38: Confeção de tapetes e criação de galinhas.....	133
Figura 39: Crochê e artesanato.....	133
Figura 40: Brechó e culinária.....	134
Figura 41: Margens do rio Amazonas, comunidade São José, Careiro da Várzea .	140
Figura 42: Lago do Sacambú, Nossa Senhora de Fátima, Iranduba.....	140
Figura 43: Praia do Barroso, Manacapuru	141
Figura 44: Lago do Gamboa, comunidade Nova Esperança, Manacapuru	141
Figura 45: Vestimentas para a pesca do camarão - Ivânia Pereira de Souza, Valdenora Barbosa Oliveira e Deuzinete Sena Sorriano.....	145
Figura 46: Camaroeiras redondas.....	147
Figura 47: Rapixé	148
Figura 48: Malhadeira para camarão	149
Figura 49: Sanfona.....	150
Figura 50: Conserto da Sanfona	151
Figura 51: Sequência de imagens da armação de sanfonas em ponto de pesca do camarão	152
Figura 52: Sequência de imagens da retirada dos camarões da sanfona e separação das espécies que entram no apetrecho de captura.....	153
Figura 53: Sequência de imagens com a feitura das iscas e disposição delas nas sanfonas.....	154
Figura 54: Camaroeira utilizada na comunidade Nossa Senhora de Fátima, Iranduba	156
Figura 55: Garrafa Pet utilizada na comunidade Nossa Senhora de Fátima, Iranduba	157
Figura 56: Isca para o camarão - Mandioca puba e borra de café	158
Figura 57: Tarrafinha.....	162
Figura 58: Paneiro.....	162
Figura 59: Rapixé	164
Figura 60: Matapi Tradicional.....	165
Figura 61: Camarões capturados	171
Figura 62: Limpeza dos crustáceos após a captura	172
Figura 63: Imagens do processo de conservação do camarão por meio da salga..	175
Figura 64: Pescadoras comercializando os crustáceos	179

Figura 65: Pescadores e vendedores de camarão.....	183
Figura 66: Pescadores e vendedores de camarão.....	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Federação, Sindicatos Estaduais, Colônias, Sindicatos e Associações de pescadores e pescadoras no Amazonas	47
Quadro 2: Municípios da Calha do rio Solimões/Amazonas identificados com a pesca do camarão	50
Quadro 3: Comunidades pesqueiras e pescadoras partícipes da pesquisa.....	85
Quadro 4: Atividades desenvolvidas na Vazante e na Enchente do rio Solimões/Amazonas nas comunidades pesquisadas.....	130
Quadro 5 Meses de pesca do camarão	137
Quadro 6: Pontos de pesca do camarão	139
Quadro 7: Armadilhas de pesca de camarão - Careiro da Várzea/AM.....	147
Quadro 8: Armadilhas de pesca de camarão: Iranduba/AM.....	155
Quadro 9: Armadilhas de pesca de camarão: Itacoatiara/AM	159
Quadro 10: Armadilhas de pesca de camarão: Manacapuru/AM	160
Quadro 11: Apetrechos de pesca do camarão: características, nome, município e comunidade de utilização	166
Quadro 12: Período relativo de pesca e venda dos camarões.....	177
Quadro 13: Dados de deslocamentos para os pontos de venda dos crustáceos....	178
Quadro 14: Condições de abrigo e banca das pescadoras nos pontos de comercialização.....	181
Quadro 15: Quantitativo de camarões comercializados (exercício de registros).....	186
Quadro 16: Variação no preço ofertado do camarão	187
Quadro 17: O valor da pesca do camarão para as pescadoras	189
Quadro 18: Autoidentificação como pescadora de camarão	208
Quadro 19: Razões das pescadoras de camarão se consideram pescadoras artesanais.....	209
Quadro 20: Ações desenvolvidas pelas entidades representativas	224
Quadro 21: Percepção da forma de participação das mulheres nas entidades representativas.....	225
Quadro 22: Forma de participação das pescadoras nas entidades	226
Quadro 23: Entidades representativas nos municípios da área de pesquisa.....	227
Quadro 24: Autocuidado das pescadoras de camarão	231
Quadro 25: Atividades que proporcionam bem-estar às pescadoras.....	232

Quadro 26: Quadro comparativo homens e mulheres cadastrados no Seguro Defeso	238
Quadro 27: Destinação do recurso financeiro proveniente do Seguro Defeso.....	240
Quadro 28: Importância do recurso financeiro proveniente do Seguro Defeso	240
Quadro 29: Importância do recurso financeiro proveniente do Bolsa Família	243

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Área de estudo	36
Mapa 2 Localização dos 11 (onze) municípios, da calha do rio Solimões/Amazonas, identificados com a pesca do camarão	50
Mapa 3 Localização das comunidades São José, Costa da Terra Nova e São Francisco, Cambixe Km 17 - Careiro da Várzea/Am.....	63
Mapa 4 Comunidade São Francisco Km 17, Careiro da Várzea/AM.....	67
Mapa 5 Localização da comunidade Nossa Senhora de Fátima, na ilha da Paciência, em Iranduba	69
Mapa 6 Comunidade Nossa Senhora de Fátima, ilha da Paciência, em Iranduba....	71
Mapa 7 São Francisco – Costa do Arapapa/igarapé do Lago Preto, Manacapuru....	73
Mapa 8 Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ANP	Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil
APA	Área de Proteção Ambiental
AQUIMAN	Associação de Aquicultores de Manacapuru
AS	Agente de Saúde
ASPEPI	Associação dos Pescadores e Pescadoras profissionais
BF	Bolsa Família
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA	Centro de Ciências do Ambiente
CEAM	Companhia Energética do Amazonas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
COOPESC	Cooperativa de Pescadores e Produtores rurais de Manacapuru
CP	Coordenação da Pesca
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
CV	Careiro da Várzea
DP	Divisão de Pesca
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FACED	Faculdade de Educação
FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FECANI	Festival da Canção de Itacoatiara
FEPESCA	Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas e Roraima
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GAAP	Gerência de Apoio a Aquicultura e Pesca
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSEZ	Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
ICSF	Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca
IDAM	Instituto do desenvolvimento Agropecuário, Florestal e Sustentável do estado do Amazonas

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IRD	Iranduba
ITC	Itacoatiara
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	Ministério da Educação
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MPA	Ministério de Pesca e Aquicultura
MPU	Manacapuru
MST	Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra
PLPT	Programa Luz para Todos
PPGCASA	Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDPA	Política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal
REAP	Relatório Anual de Exercício Da Atividade Pesqueira
RGP	Registro Geral de Pesca
RGP	Registro Geral da Pesca
RMM	Região Metropolitana de Manaus
SD	Seguro Defeso
SEMATUR	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
SEMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SEMMADS	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMMARS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Sustentáveis
SEMPA	Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura
SEMPRA	Secretaria Municipal de Produção Rural e Abastecimento
SEMPRO	Secretaria Municipal de Produção
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde do Amazonas
SEPROR	Secretaria de Produção Rural do Amazonas
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas

SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas
SFPA	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura
SFPA	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura
SINDPESCA	Sindicato dos Pescadores e Pescadoras
SMASCDH	Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I - O ENCONTRO COM MULHERES PESCADORAS ARTESANAIS DE CAMARÃO DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS: A DIFÍCIL BUSCA DE ENCONTRAR O SUJEITO DA PESQUISA	44
1.1 Identificação dos municípios pesqueiros de camarão no Amazonas	44
1.2 Nas sedes municipais do Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Itacoatiara: à procura das pescadoras de camarão	51
1.2.1 Careiro da Várzea: O município das águas e dos lagos piscosos	53
1.2.2 Iranduba: Turismo ecológico, RDS e a abundância de camarão	55
1.2.3 Manacapuru: a princesinha do Solimões, Ilhas, Paranás e Costas	58
1.2.4 Itacoatiara: Terra pintada, da música nas correntezas do rio Amazonas ..	61
1.3 O encontro com as pescadoras artesanais de camarão em seu lugar de vida e trabalho	62
1.3.1 São José – Costa da Terra Nova, Careiro da Várzea.....	63
1.3.2 São Francisco - Cambixe Km17, Careiro da Várzea	65
1.3.3 Nossa Senhora de Fátima - Ilha da Paciência, Iranduba.....	68
1.3.4 São Francisco - Costa do Arapapá/Igarapé do Lago Preto, Manacapuru..	72
1.3.5 Nova Esperança - Ilha do Supiá, Manacapuru	75
1.3.6 Betânia - Ilha do Supiá, Manacapuru	78
1.3.7 Nossa Senhora das Graças - Paraná do Supiá, Manacapuru	79
1.3.8 Bom Jesus - ilha do Marrecão, Manacapuru	80
1.3.9 Santo Antônio – Ressaca do Cumaru, Itacoatiara	81
1.3.10 Monte Sinai – Ressaca do Cumaru, Itacoatiara.....	83
1.3.11 Nossa Senhora da Conceição - Costa da Conceição, Itacoatiara	84
1.4 Pescamos! Logo Existimos	87
1.5 E por que, nós não?	113
CAPÍTULO II – MULHERES NA LIDA NAS CORRENTEZAS DO SOLIMÕES/AMAZONAS: TRABALHO E PLURIATIVIDADE.....	117
2.1 A história se perde na memória dos mais antigos.....	117
2.2 Múltiplos fazeres e saberes das pescadoras artesanais: o trabalho pluriativo	124
2.3 O cotidiano do trabalho das pescadoras artesanais de camarão	135
2.3.1 O movimento das águas e o tempo de captura dos crustáceos	136

2.3.2 Os territórios de pesca dos crustáceos: entre a moradia e os pontos de captura.....	138
2.4 A comercialização do camarão: o trabalho que não cessa	172
2.4.1 Sobre o beneficiamento e a conservação dos crustáceos.....	172
2.4.2 A comercialização do camarão	177
2.4.3 A economia existente em torno da pesca do camarão	189
CAPÍTULO III - ENTRE A (IN)JUSTIÇA SOCIAL E A (DES)PROTEÇÃO AMBIENTAL	191
3.1. Reconhecimento, participação e representação das pescadoras de camarão	191
3.1.1 Sobre os direitos sociais, a participação nos espaços comunitários	191
3.1.2 O processo de identificação trabalhista das pescadoras de camarão: de fora para dentro	207
3.1.3 O reconhecimento do trabalho da mulher na pesca: uma trajetória em movimento	213
3.1.4 Espaços de representação e participação	220
3.2 O prazer do trabalho que as unifica e a vontade do encontro das pescadoras artesanais	229
3.3 A (des)proteção socioambiental no trabalho com a pesca do camarão e o Programa do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal - PSDPA	234
3.3.1 O Seguro Defeso e a pesca do camarão no Amazonas	236
3.3.2 O valor do Bolsa Família e do Seguro Defeso para reprodução social das pescadoras e do seu grupo familiar	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	253

INTRODUÇÃO

Estar no mundo é percorrer caminhos diversos. Um dos caminhos que percorri foi de Manaus ao município de Parintins no baixo Amazonas, onde iniciei, em 2010, a carreira de docência no ensino superior no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ, no campus da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Foi ali que vivenciei e experenciei o ir e vir no movimento das águas amazônicas.

Navegar no cenário dessas águas é simplesmente deslumbrante, dinâmico e fugaz, sempre em movimento. As viagens que realizei, entre Manaus/Parintins – Parintins/Manaus, estendidas ao Lago do Limão e às praias do Uaicurapá, e, ainda, no município de Barreirinha, entre tanto outros lugares, me fez perceber, durante os trajetos, que os rios são a fonte de vida para os povos que habitam as margens das terras na Amazônia.

Envolvida na cotidianidade da vida, ao caminhar pela orla da cidade de Parintins, deparei-me com as mulheres vendendo camarões de água doce (*Macrobrachium amazonicum*), em enormes bacias de alumínio ao lado do mercado municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves à beira-rio. Aproximei-me e tomei conhecimento da existência de camarão de água doce capturados por mulheres residentes em comunidades ribeirinhas do outro lado do rio Amazonas, em frente à cidade de Parintins.

Conhecidas como vendedoras ou as mulheres que vendem camarão na cidade, elas estão naquele lugar há muitos anos, sempre nos finais de semana ou todos os dias na época da pesca dos crustáceos. Fazem parte da vida e do movimento do mercado onde se vende de tudo: peixe, frutas, legumes e verduras regionais, carne, vários tipos de guloseimas, café regional, enfim, mercadorias próprias de um mercado municipal. Essas mulheres fazem parte da tradição da cidade.

Elas, somente elas, realizaram a captura dos crustáceos em suas comunidades varzeiras, fazem todo o processo de beneficiamento e comercialização no movimentado mundo do mercado e nas feiras livres. A partir desse momento, aproximei-me dessas mulheres e os diálogos se estenderam por vários dias, até trocamos contatos. Nessa minha inquietude, iniciei a pesquisa sobre a vida e o trabalho dessas mulheres pescadoras que desaguou na minha dissertação de mestrado intitulada *As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo: pesca artesanal do*

camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM. Trabalho defendido em 2014, no Programa interdisciplinar em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA, no Centro de Ciências do Ambiente – CCA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, orientada pela professora Dra. Elenise Faria Scherer.

Graduei-me em Pedagogia pela Faculdade de Educação (FACED) da UFAM, em 1998. Foi quando aprendi a olhar a educação como um ato político, intencional e ideológico, que pode ser libertador ou não, depende da intenção de quem a realiza. Foi um aprendizado fundamental para minha vida, pois trouxe o exercício imprescindível do diálogo com outras áreas do conhecimento e com outros saberes.

Isso, possivelmente, facilitou a navegação nos campos desconhecidos, nas interações conflituosas, nas instabilidades e nas incertezas necessárias para ampliação do conhecimento científico. Ainda, a me deslocar de minha zona de conforto, já que as exigências da profissão escolhida me obrigavam a enfrentar a cotidianidade da educação brasileira, repleta de desafios nas escolas públicas municipais e estaduais em Manaus. E, em 2010 no município de Parintins.

Acredito que a formação em educação me imbuíu de uma sensibilidade para além da sala de aula, com crianças e jovens em escolas públicas na cidade de Manaus, visando à questão social. Eis a razão, suponho, no aguçamento da minha curiosidade em abraçar a pesquisa com aquelas mulheres trabalhadoras, num ambiente de venda improvisado: debaixo de um guarda sol, com uma enorme bacia de alumínio onde estão expostos os camarões, num sol escaldante. Elas trabalham ou se viram - como Telles (2009) denominou a busca pela subsistência de trabalhadores e trabalhadoras na informalidade brasileira de *viração* - em busca das suas necessidades socialmente necessárias.

Ao concluir a pesquisa com as mulheres pescadoras das comunidades varzeiras parintinenses e realizar a defesa da dissertação, em 2014, pude, no âmbito do trabalho docente em Parintins-AM, perceber que podemos fazer ciência na Amazônia e que esse processo de busca pelo conhecimento de uma realidade experienciada trouxe um enorme aprendizado, bem como reflexões sobre a realidade vivida.

Desse modo, ficou, ao término do curso de mestrado no PPGCASA, um sentimento de inacabamento e uma inquietação. Uma sensação de que havia certa

pendência, uma espécie de dívida, de quem parece ter chegado ao início e não ao fim de um trabalho. Em 2016, quando iniciei meu doutoramento, trouxe comigo a necessidade de aprofundar o estudo sobre as mulheres pescadoras de camarão e mergulhar mais profundamente no universo pesqueiro feminino.

O olhar sobre as mulheres pescadoras de camarão em Parintins/AM, que inicialmente julguei serem apenas vendedoras de camarão, foi ficando mais apurado por meio da pesquisa no mestrado, fui enxergando que a comercialização do pescado era a parte da finalização de todo um processo de trabalho que envolvia uma cadeia de fazeres e saberes, do qual elas eram protagonistas em todas as etapas, não somente vendedoras de camarão, mas pescadeiras e camaroeiras¹, como elas mesmo se autodenominam.

Eis a razão para continuar a pesquisa em nível de doutoramento com as mulheres pescadoras de camarão no rio Solimões/Amazonas. Havia alguns indícios desse tipo de pesca desenvolvida por pescadoras artesanais em outros municípios da calha do rio Solimões/Amazonas, no estado do Amazonas, sobretudo aqueles que compõem a região metropolitana de Manaus – RMM.

Em 2017, durante a pesquisa exploratória, além do município de Parintins, identificamos mais dez municípios do estado do Amazonas onde a pesca do camarão de água doce é realizada. São eles: 1. Anamã; 2. Anori; 3. Careiro da Várzea; 4. Coari; 5. Itacoatiara; 6. Iranduba; 7. Manacapuru; 8. Manaquiri; 9. São Paulo de Olivença; 10. Urucará.

A curiosidade acadêmica me impulsionou a avançar na pesquisa, com a intenção de dar continuidade ao estudo já realizado em Parintins. Primeiramente localizá-las, averiguar o trabalho na pesca artesanal de camarão que movimenta a economia familiar, gerando renda que contribui sobremaneira para a reprodução social do grupo doméstico nas calhas do rio Solimões/Amazonas.

Fazer pesquisa na Amazônia requer, entre outras questões, disposição e tempo para conhecê-la. Senti que precisava *ver mais de perto a realidade social* como sugere Beaud e Weber (2007, p. 11). A realização de uma investigação interdisciplinar por si só já é um grande desafio, em se tratando de ambiente amazônico, esse desafio torna-se maior, ainda mais quando está relacionado à pesca artesanal, pois requer,

¹ Pescadeiras e camaroeiras é a autodenominação das pescadoras artesanais de camarão das comunidades de São Sebastião da Brasília e de Santo Antônio do Catispera respectivamente, em Parintins-AM, lugar onde foi realizada a pesquisa de mestrado.

entre outras questões: tempo, disponibilidade, condições materiais e recursos financeiros para sua viabilidade. Além das dificuldades de acesso à bolsa de estudo². Eis a razão para elegermos os municípios pertencentes à região metropolitana de Manaus – RMM, Careiro da Várzea, Manacapuru, Iranduba e Itacoatiara para que eu pudesse me deslocar pelas estradas e pelos rios onde estão as comunidades pesqueiras nas quais residem as pescadoras.

A pesquisa sobre o trabalho e as trabalhadoras da pesca artesanal do camarão nas águas no Amazonas tem um tempo definido, qual seja, o tempo ecológico do rio Solimões/Amazonas³. A pesca dos crustáceos ocorre em um determinado período da vazante do rio Solimões/Amazonas, não em todo ele. Acontece quando as águas estão começando a baixar e vai até um pouco antes do ponto máximo de descida das águas, depois desse tempo não é mais possível pescar camarão. Geralmente, a pesca do camarão tem a duração de três a, no máximo, quatro meses – final de julho/agosto até outubro/novembro, dependendo do ritmo da descida das águas. A comercialização dos crustáceos ocorre no mesmo período da pesca, em alguns poucos casos, quando é possível realizar o armazenamento, a venda se estende até o mês de novembro/dezembro.

Na enchente, as pescadoras desenvolvem outras atividades produtivas. O trabalho muda conforme o ciclo das águas. Seja na vazante ou na enchente do rio, as pescadoras trabalham diuturnamente em diferentes fazeres, são pluriativas e vivem de acordo com as particularidades do viver na Amazônia.

Fomos, portanto, ao encontro delas em seu lugar de trabalho e do seu modo de vida nas comunidades ribeirinhas. Nas primeiras aproximações e observações próprias da fase da pesquisa exploratória com as pescadoras em diferentes comunidades pesqueiras, observamos, conversamos. Pouco a pouco, nas aproximações preliminares, reaprendemos não somente sobre o trabalho na pesca

² Conseguimos acesso a uma bolsa de estudo ao final do terceiro ano de doutoramento, em setembro de 2018, via edital n.º 003/2018 - Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos para o Interior do Estado do Amazonas (PROINT/AM), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), o que possibilitou um avanço significativo na investigação.

³ O rio Amazonas (nascente no rio Apurímac/Cordilheira dos Andes/Peru), ao entrar no território brasileiro recebe o nome de Solimões e após encontrar com o rio Negro em Manaus, passa a se chamar Amazonas até a sua foz no oceano Atlântico. Quando nos referimos à calha do rio Solimões/Amazonas, estamos falando do seu percurso dentro do estado do Amazonas, de leste a oeste e as 26 (vinte e seis) cidades existentes ao longo de suas margens e afluentes.

artesanal de camarão, mas também sobre a vida ribeirinha na calha do rio Solimões/Amazonas.

Os dois tempos ecológicos são imprescindíveis para o processo de coleta de dados, enchente x vazante, além de favorecerem a aproximação da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa e o conhecimento *in loco* do lugar onde a vida e o trabalho das pescadoras se realizam, o que foi proveitoso para uma melhor (re)definição do objeto de pesquisa, diga-se, num programa de pós-graduação interdisciplinar que me conduziu a dialogar no campo da interdisciplinaridade, para além da educação e das ciências humanas.

Busquei, portanto, a compreensão do objeto do conhecimento em campos diversos do saber: na biologia, na geografia, na antropologia, na engenharia de pesca, na socioeconomia, na política pública como subárea da ciência política, nos estudos de gênero, sociologia do trabalho e da cotidianidade para apreender o trabalho das pescadoras artesanais de camarão.

Esse diálogo com os diversos campos do saber se deu por meio de um processo crítico/reflexivo em uma relação de aproximações e distanciamentos com o universo do trabalho na pesca; com as pescadoras de camarão amazônicas; com as entidades representativas da categoria pesqueira - Colônias, Sindicatos e Associação de Pescadoras e Pescadores; com o poder público constituído; com a literatura concernente à pesca e ao trabalho das mulheres nesta atividade produtiva.

Observamos não haver o reconhecimento formal pelo poder público estatal em relação à especificidade do trabalho que estas mulheres desenvolvem com a pesca do camarão, nem pelas Colônias, Sindicatos ou Associações pesqueiras, bem como observamos várias ausências: de investimento; de formação; de organização das próprias pescadoras; de participação política ativa nas Colônias, Sindicatos, Associações e movimentos sociais, dentre outras formas de organização social possíveis.

Essas aproximações e observações na fase da pesquisa exploratória, levou-nos aos seguintes questionamentos: por que o trabalho das pescadoras artesanais de camarão de água doce no Amazonas não tem o reconhecimento legal e político, tanto das instituições gestoras da pesca, quanto instituições representativas as Colônias, Sindicatos e Associações de Pescadoras e Pescadores Artesanais? Por que as pescadoras não se mobilizam na busca por esse reconhecimento?

Perspectivamos a partir das questões acima a pensar a hipótese deste trabalho: o trabalho das pescadoras artesanais de camarão não dispõe do reconhecimento formal e real tanto por parte das instituições governamentais, quanto pelas entidades representativas da categoria pesqueira, possivelmente porque a *lida* cotidiana é (in)visível para eles. Esses agentes sociais não “enxergam” a especificidade desta atividade pesqueira. Consequentemente, pode-se supor que a invisibilidade dessa prática pesqueira, forjada nos olhares dos poderes instituídos, contribui para a falta do reconhecimento desse saber e fazer tradicional amazônico realizados, em sua maioria, por mulheres em suas comunidades varzeiras.

Por outro lado, prospectamos, também, que as próprias pescadoras não se mobilizam em busca do reconhecimento do trabalho que desenvolvem com a especificidade da pesca do camarão porque a captura dos crustáceos é só mais uma atividade produtiva que desenvolvem na pesca, no âmbito da pluriatividade varzeira.

Sobre a questão da visibilidade e invisibilidade, Honnet (2004) observa que a visibilidade física representa uma forma simples de identificação, isto é, não podemos deixar de ver o que é fisicamente visível. Nesse sentido, a invisibilidade, no sentido figurado, tem como condição a visibilidade no sentido literal.

Ao pensar o trabalho da mulher pescadora, considera-se a diversidade de processos de trabalho existente na Amazônia, bem como a história de ocupação e colonização do território e dos povos que aqui habitam, fortemente marcado pelo autoritarismo e pelo patriarcado, com reflexos até os dias atuais. Kergoat (2009) observa que na divisão social do trabalho, há a divisão sexual do trabalho, historicamente adaptada a cada sociedade, conferindo ao trabalho realizado pelos homens maior valor do que os realizados pelas mulheres, ainda que sejam os mesmos.

O universo pesqueiro no Amazonas permanece como um ambiente onde predomina o patriarcado, repleto de conflitos, diferenças, contradições e desigualdade de gênero, mas que nem sempre são percebidos. É nesse contexto que se encontram as mulheres pescadoras artesanais de camarão. A ausência do reconhecimento dessas trabalhadoras da pesca reflete a injustiça social e a desigualdade de gênero que essas mulheres vivenciam, decorrente de um processo histórico, social, cultural, político e econômico excludente e discriminatório.

O trabalho das mulheres com a pesca do camarão requer uma reflexão sobre o trabalho no contexto amazônico, o qual é amplo, diverso e complexo. Esse cenário caberia ser conhecido, apreendido por meio de estudos, que podem vir a servir de subsídios a processos de tomadas de decisões políticas diversas, evitando, assim, danos irreparáveis, tanto para com as pessoas que nela habitam, quanto para o ambiente e seus recursos naturais.

Nessa perspectiva, compreendemos o trabalho como condição constitutiva do ser humano. O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. Nesse sentido, para o pensamento marxiano, o trabalho se traduz na atividade humana relacionada à produção de bens úteis, materiais e/ou simbólicos. Por meio do trabalho, o ser humano intervém na natureza em busca de responder às suas necessidades. Em sua concepção ontológica, o trabalho é criador da vida humana.

Como já observado por Castro (1999), os processos de trabalho na região amazônica são múltiplos e diversos, o que implica diretamente em uma reflexão sobre suas particularidades, sejam elas referentes à estrutura e/ou à forma de organização. A pesca artesanal na Amazônia faz parte do modo de vida dos povos que habitam a região há tempos imemoriais. Historicamente, esses povos utilizavam a pesca para fins de consumo próprio, mas essa finalidade foi transformada com as mudanças no sistema econômico.

Os estudos e as pesquisas realizados sobre os camarões de água doce estão voltados, em grande parte, para a biologia da espécie, aspectos reprodutivos e a sua incidência, pouco se fala sobre o trabalho da mulher no universo pesqueiro amazônico, principalmente quando se trata das águas interiores, como destacado por Alencar (1993); Mota-Maués (1999) e Maneschy (2010). No Amazonas, pouco se sabe sobre as atividades desenvolvidas pelas mulheres pescadoras artesanais. Considerando as pescadoras de camarão, o desconhecimento é ainda maior, elas encontram-se invisibilizadas nos espaços políticos e representativos da própria categoria dos pescadores e pescadoras artesanais. No âmbito da esfera pública, portanto, “ouviram falar” ou estão “organizando o arquivo” ou tem conhecimento da existência e da especificidade do trabalho com a pesca do camarão.

As pescadoras de camarão nas várzeas do rio Solimões/Amazonas subsistem e têm a existência material e social a partir do trabalho que realizam. Apesar disso, não questionam, nem buscam o reconhecimento dessa atividade pesqueira, deixam explícito que “sempre foi assim”. Algumas têm receio, como se verá nesta tese, de que o trabalho de captura dos crustáceos apareça porque temem perder ou que seus maridos percam o direito ao recebimento do Seguro-Defeso do Pescador Artesanal (PSDPA).

Estudos sobre o trabalho na pesca, entre os quais, das mulheres pescadoras artesanais de camarão no Amazonas é uma realidade desenvolvida gradativamente, ainda incipiente, com algumas produções acadêmicas, entre as quais podemos citar as pesquisas que Scherer (2012; 2018) desenvolve sobre esse tipo de atividade pesqueira, em comunidades ribeirinhas no Amazonas e no Pará, há mais de 10 (dez) anos. Encontramos pesquisas também de Cardoso (2011), Souza (2014) e Brasil (2015) sobre a pesca do camarão em Parintins. Verificamos ainda o estudo de Fernandes (2016) sobre esse tipo de pesca em Itacoatira e a dissertação de mestrado de Santos (2020) que realizou a investigação com as mulheres pescadoras de camarão na ilha do Tarará, no município de Tefé.

Em relação ao poder público e as entidades representativas da categoria de Pescadoras e Pescadores, os dados são escassos. As informações que dispõem são geralmente por meio de relatos orais, com raros registros oficiais.

No Brasil, há um movimento de pescadoras organizadas em busca do reconhecimento do trabalho que realizam na pesca por meio da Articulação Nacional das Pescadoras Artesanais e, internacionalmente, o movimento e a organização das trabalhadoras da pesca se mostram bem avançados na luta por seus direitos⁴, conforme analisa Maneschky (2010). Recentemente, o poder público federal assinou um acordo de cooperação técnica (ACT) entre MPA e Ministério das Mulheres denominado “*Mulheres pescando autonomia e igualdade*”, com o objetivo de fortalecer as organizações de pescadoras artesanais por meio da implantação de políticas

⁴ Sobre o movimento e organização das trabalhadoras da pesca na busca por reconhecimento e seus direitos, ver Scherer (2013, 2015) e Leitão (2009, 2012), que mostram o movimento nacional de mulheres pescadoras no nordeste e região litorânea e Palheta (2016), que traz um estudo sobre a participação política das mulheres pescadoras da Colônia Z-32, de Maraã- AM. Sobre o movimento e organização internacional das trabalhadoras da pesca, ver Maneschky (2010).

públicas que estimulem a produção e a valorização do trabalho dessas mulheres no país.

No Amazonas, existem mulheres pescadoras nos espaços de representação da categoria, mas ainda não se observam mobilizações políticas em relação às mulheres pescadoras. No caso das pescadoras de camarão, não exercem a busca por uma cidadania ativa, mas elas sabem, às vezes distorcidamente, sobre o Seguro Defeso, o Bolsa Família e os direitos previdenciários. Recorrem às instituições para acessarem esses direitos. Suas vidas são pautadas pelo trabalho cotidiano na busca pela subsistência e pela reprodução social do grupo familiar.

Como bem destaca Heller (2008, p. 31), o cotidiano “é a vida de todo ser humano, nele externamos nossa capacidade intelectual, habilidades, sentimentos, ideias, ideologias e paixões, sendo a organização do trabalho e da vida privada, o lazer, a vida social e o intercâmbio as partes orgânicas dela”. Por seu turno, Kosik (1976, p. 80) destaca que:

A vida cotidiana é antes de tudo organização, dia a dia, da vida individual dos homens; a repetição de suas ações vitais é fixada na repetição de cada dia, na distribuição do tempo em cada dia. A vida de cada dia é divisão do tempo e é ritmo em que se escoa a história individual de cada um.

Para esse autor:

A vida de cada dia tem a sua própria experiência, a própria sabedoria, o próprio horizonte, as próprias previsões, as repetições, mas também as exceções; os dias comuns, mas também os dias feriados. A vida de cada dia não é, assim, entendida como oposição ao que sai da norma, aos feriados, à excepcionalidade ou à História: a hipóstase da vida de cada dia como banalidade em oposição à História, como exceção, já constitui o resultado de uma certa mistificação.

Em relação ao mundo da cotidiana familiaridade, Kosik (1976, p. 89) ressalta: “Esse não é um mundo conhecido e notório. Para que seja reconduzido à própria realidade, ele tem de ser arrancado da familiaridade intimamente fetichizada e revelado na sua brutalidade alienada”. Nosso estudo contribui com o debate sobre o trabalho e a desigualdade de gênero no universo da pesca artesanal de águas interiores em região amazônica e, assim, podemos arrancar da familiaridade fetichizada o trabalho e o gênero, revelando a alienação subjacente a este setor trabalhista.

As possibilidades de uso dos conhecimentos constituídos podem servir ao campo político, social e acadêmico, seja como subsídio para elaboração de política de reconhecimento do trabalho das pescadoras de camarão, seja na reflexão e busca por melhoria dos apetrechos de pesca, seja no reconhecimento do valor econômico, social e simbólico que este trabalho tem para as mulheres, entre outras possibilidades.

As estratégias metodológicas de apreensão do objeto da pesquisa

A vida social na Amazônia é por natureza complexa, por isso requer diálogos epistêmicos e metodológicos com diferentes campos do saber. Assim sendo, nos mobilizamos para compreender os diferentes campos do saber nas humanidades, numa perspectiva interdisciplinar, para apreender o modo de vida das populações tradicionais, daquelas envolvidas na pesca artesanal, particularmente, as mulheres pescadoras de camarão.

Kosik nos ensina que um fenômeno social é um fato histórico, à medida que for examinado como momento de um todo que não existe já pronto, acabado e, por estar em movimento, torna-se necessário pesquisar as fontes internas de seu desenvolvimento (KOSIK, 1976). Pretendemos, nessa perspectiva, contrapor um certo conservadorismo romântico, comum na vida social amazônica que parece adotar o mundo como fetiche, muitas vezes carregado de sinais e signos, sem se preocupar em apreender os seus funcionamentos e determinações sociais como expõe Harvey (2013).

Eivada por essa compreensão, tentei adotar a perspectiva metodológica que possibilitasse dialogar de forma plural, ou seja, por meio de pensamento de diversas disciplinas que se dedicam a compreender a Amazônia, sem perder a perspectiva da **arte de fazer** a pesquisa (Goldenberg, 2009). Essa perspectiva está na fundamentação das estratégias dimensionadas para esse estudo. Por certo que construir um conhecimento científico sobre o nosso objeto de pesquisa exige um processo de aproximação, reflexão, teorização, análise e síntese, de modo que a aparência não se confunda com a essência, como observa Gohn (2005, p. 255).

Buscar explicitar o contexto social, econômico, político e cultural, bem como as ideias, os valores e as ideologias que organizam os interesses e a forma como as pescadoras se colocam no mundo, também foi importante para o entendimento e

análise do nosso objeto de estudo. Para tanto, foi preciso vivenciar o campo em que circundam todas essas expectativas. Dessa maneira, a investigação ocorreu por intermédio de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa (MINAYO, 2002; GOLDEMBERG, 2009). Ela foi a base material e concreta, sobre a qual nos debruçamos em um processo reflexivo-ativo sobre a realidade observada.

A pesquisa do campo propriamente dito foi complementada com a pesquisa bibliográfica e documental, que compôs, juntamente com as demais, uma tessitura de dados mais orgânica e completa dos fatos e dos fenômenos que atravessam o estudo (GOHN, 2005; GONDIM, 2010). O campo, analogamente a um “manuscrito estranho”, emerge como uma necessidade de leitura da realidade, a qual se encontra desbotada, cheia de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos (GEERTZ, 2008).

Nessa perspectiva, um contato breve, com um olhar pouco apurado, pode levar a uma descrição superficial, conseqüentemente a muitos equívocos; ao contrário, um contato mais duradouro, com um olhar mais apurado, pode levar a uma descrição densa, ainda que possam ocorrer equívocos (GEERTZ, 2008).

Portanto, ressalta-se a necessidade de estar no campo junto com as pescadoras artesanais de camarão em seus espaços de trabalho e de vida, tanto no período de ocorrência da pesca do camarão - vazante, como no período anterior – enchente. Assim, tentei realizar um estudo que aludisse à visibilidade das mulheres – trabalhadoras e pescadoras de camarão – até então ocultadas, para tentar colocar em cena o reconhecimento dos sujeitos participantes como um elo fundamental das diversas estratégias metodológicas que possam evidenciar suas vozes e reverberar suas compreensões e representações.

Os sujeitos do conhecimento da pesquisa são mulheres pescadoras de camarão, que residem em comunidades de várzea, localizadas na calha do rio Solimões/Amazonas. Contamos com a participação de 26 mulheres, moradoras de 10 (dez) comunidades pesqueiras, localizadas nos municípios do Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Itacoatiara. Todas são maiores de idade, pescadoras artesanais de camarão há 5 (cinco) anos ou mais.

No Careiro da Várzea, contamos com a participação de 05 (cinco) pescadoras, sendo 03 (três) da comunidade São Francisco - Maria Elessandra Costa De Santos, Antônio Lucia de Souza Costa e Francisca Edileuza de Almeida Costa e 02 (duas) da

comunidade São José - Maria de Araújo Pinto e Maria do Socorro Pinto Nogueira. Em Iranduba, na comunidade Nossa Senhora de Fátima, foram 02 (duas), as pescadoras partícipes da pesquisa - Valdenora Barbosa Oliveira e Luzinete Lima da Silva.

Em Itacoatiara, 05 (cinco) pescadoras participaram da pesquisa, sendo 03 (três) da comunidade Santo Antônio - Francisca Eliziete Vasconcelos Feitosa, Elisângela Vasconcelos Feitosa e Ana Karolaene da Silva Pereira; 01 (uma) da comunidade Monte Sinai - Josilândia Mota Mendes e 01 (uma) da comunidade Nossa Senhora da Conceição - Eline Cruz Alzier.

No município de Manacapuru, contamos com a participação de 14 (catorze) pescadoras, sendo 04 (quatro) da comunidade São Francisco - Deuzinete Sena Sorriano, Rosineia Sena do Carmo, Deuzineia Souza Sena e Taline Felix de Lima; 05 (cinco) da comunidade Nova Esperança - Uziene de Souza Ferreira, Francimara de Souza Ferreira, Micilene de Souza Ferreira, Arlene Deodato de Souza e Rosângela Vieira Gonçalves; 03 (três) da comunidade Nossa Senhora das Graças - Ivânia Pereira de Souza, Franciele de Souza e Souza, Joseane Magalhães da Silva e 02 (duas) da comunidade Bom Jesus - Maria Gomes Bastos, Adriana Bastos dos Santos

Destacamos que além das 26 (vinte e seis) pescadoras acima identificadas, encontramos e entrevistamos na sede de Manacapuru, 02 (dois) homens - José Raimundo Ferreira Sampaio e Ismael Borges e uma jovem - Geisa dos Santos vendendo camarão. O camarão que os 03 (três) comercializam são capturados e beneficiados na comunidade Betânia, pelos 02 (dois) homens e suas esposas e pelos pais da Geisa Santos. Como não conseguimos ir à comunidade entrevistar as mulheres pescadoras dos crustáceos, porque não obtivemos mais contato posterior com eles, aproveitamos o conteúdo da entrevista que realizamos com eles para nosso estudo, uma vez que é pertinente à pesquisa e que nos levou a identificação de Betânia como uma comunidade pesqueira de camarão, mas não se soma ao rol das comunidades pesquisadas em razão da impossibilidade da entrevista com as mulheres pescadoras.

Encontramos e entrevistamos também mais um homem vendendo camarão na sede de Manacapuru, Izonildo Vieira da Silva, sua esposa, e ele quando consegue ir à comunidade, capturam e beneficiam os crustáceos. A comunidade é a Nova Esperança, onde conseguimos estar e entrevistar outras pescadoras de camarão. Por

termos conseguido entrevistar as mulheres pescadoras de camarão, incluímos a comunidade no rol das comunidades pesquisadas.

Em 2017, iniciamos o contato com as pescadoras. A fase da pesquisa exploratória ocorreu por ligação telefônica, por mensagem de áudio⁵ e por encontro pessoal direto nos locais de venda do camarão nas sedes municipais. A pesquisa foi bem aceita pela maioria das pescadoras, tendo boa recepção e colaboração com a investigação a partir da assinatura do Termo de Consentimento. Houve receio em participação da pesquisa por medo de perder o benefício do Programa Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal -PSDPA, conhecido popularmente como Seguro-Defeso, ainda que explicássemos detalhadamente, durante a pesquisa.

É importante destacar que o desconhecimento e as informações distorcidas contribuem para as dificuldades presentes na vivência ribeirinha, isto é, a precariedade de conhecimento e de informação podem perspectivar reações de medo e isolamento. Essa estratégia evidencia, assim, os pressupostos indicados acima em que o reconhecimento do trabalho pode convergir para convivências pautadas em modos de proteger suas existências.

Com efeito, as complexidades que envolvem o processo de investigação trouxeram um processo de aproximação com as trabalhadoras, permitindo transcender da aparência para a essência das questões que emergiram no processo. A pretensão foi a de nos aproximarmos do que pode vir a ser a essência do nosso objeto de estudo. Esse entendimento possibilitou acompanhar todo o processo de pesca e de comercialização dos crustáceos, olhar, ouvir, falar da vida cotidiana, ter conhecimento sobre a família. Para isso, a observação foi fundamental, sobretudo naquelas comunidades onde pudemos estar presentes.

Nesse sentido, Oliveira (2000, p. 19) nos chama para a importância do olhar do pesquisador, que necessita das lentes teóricas sobre a qual observará a realidade. Enfim, realizei registros diversos (entrevistas, reflexões, fotografias e filmagens), construindo uma relação intermediada pela pesquisa. Buscou-se, dessa maneira,

⁵ A primeira mensagem de texto que enviei, via *WhatsApp*, para uma pescadora me apresentando e falando da pesquisa - tive como resposta de áudio: “Quem é? Manda gravado porque eu não sei ler, sou analfabeta” (Deuzinete Sena Sorriano, 2017). Essa situação gerou em mim um impacto como pesquisadora porque, embora sabendo que o analfabetismo ainda é uma realidade muito presente na região amazônica, não me isentou de sentir a dor da injustiça social. Mesmo sendo a educação um direito humano e constitucional, regulamentado por legislação específica (LDB 9394/96), muitos não têm acesso a ela. O analfabetismo se caracteriza como uma forma de violência no qual a exclusão é utilizada a serviço da dominação.

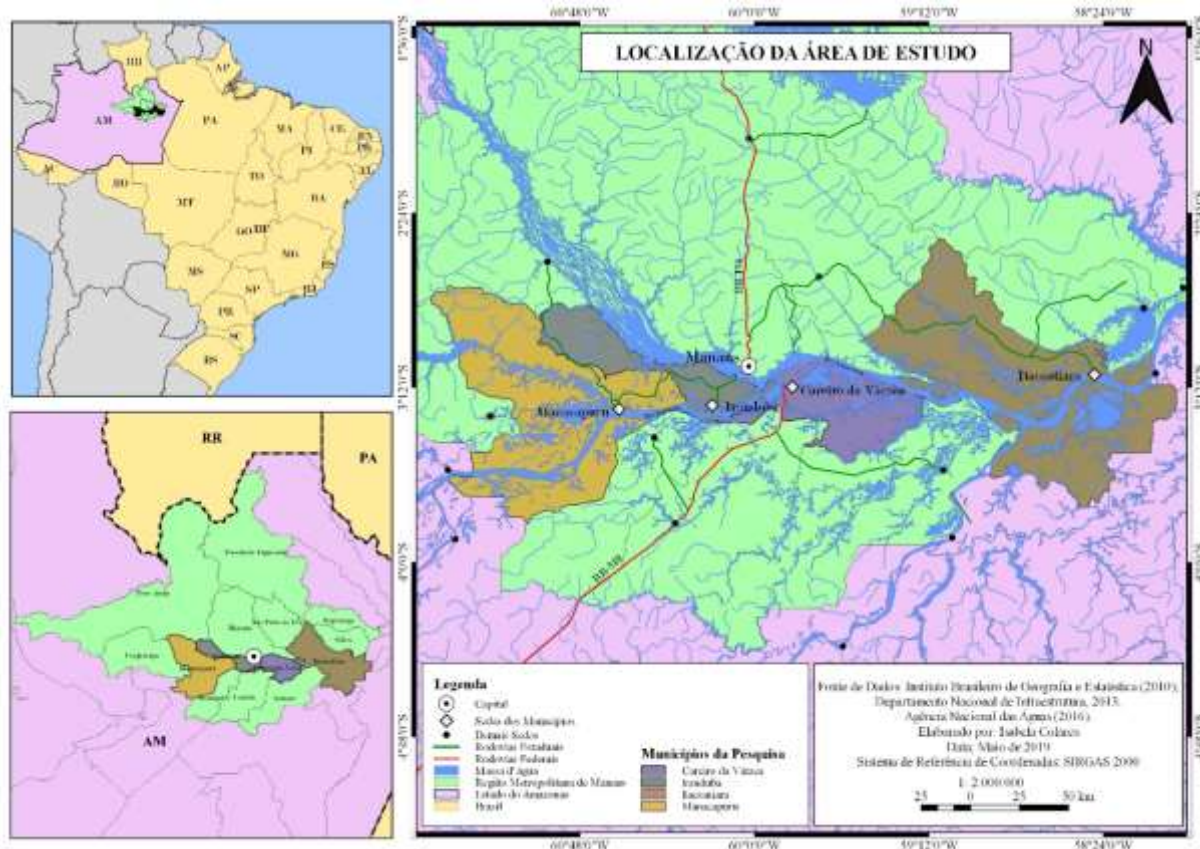
capturar a sua estrutura e dinâmica por meio de procedimentos analíticos no plano do pensamento (NETO, 2011).

No ambiente pesqueiro: o lugar da pesquisa

As pescadoras artesanais de camarão que fizeram parte da pesquisa residem em diferentes comunidades, localizadas no âmbito dos municípios do Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Itacoatiara, que em um determinado período da vazante, realizam esse tipo de pesca, sempre em concomitância com o desenvolvimento de outras atividades produtivas e reprodutivas.

O encontro com as pescadoras possibilitou o contato aos lugares de vida e de trabalho dessas mulheres. De modo geral, nas comunidades onde vivem estão localizados os pontos de pesca e os locais de comercialização dos crustáceos, situados nas sedes municipais do Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Itacoatiara, que compõem a nossa área de estudo (mapa 01).

Mapa 1 Área de estudo



A viabilidade para realização da pesquisa foi um fator fundamental no processo investigativo, uma vez que as despesas para o desenvolvimento de estudos em ambiente amazônico pesqueiro são diversas, envolvendo deslocamentos para os municípios, comunidades, pontos de pesca, locais de comercialização, elaboração de mapas e análise técnica do recurso natural pesqueiro, entre outras.

A amplitude territorial do estudo diz respeito aos diversos espaços socioambientais e até mesmo simbólico com o qual a pesca e as pescadoras se relacionam, sendo eles espaços políticos, econômicos ou sociais que vão, desde os ambientes de captura da espécie, aos pontos de comercialização e espaços governamentais e não governamentais, entre outros.

Bourdieu (1989) descreve o campo como sendo algo mais amplo e que só se realiza relacionalmente, delimitado pelos valores ou formas de capital que lhe dão sustentação. O limite de um campo é o limite dos efeitos, ou seja, um sujeito ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz. A inserção no campo faz parte de um conjunto de relações que compõe o sistema social, econômico, político e cultural no qual os sujeitos vivem, e no qual é por ele influenciado, mas que também o influenciam.

O contato com as pescadoras, o reconhecimento do campo investigado e o acesso aos documentos que postulam os meandros de tal organização exigiu diversas dinâmicas, que ora se aproximavam ora se distanciavam das reflexões observadas na realidade do trabalho com a pesca do camarão. Dessa maneira, foi possível identificar e construir os instrumentos de coleta dos dados da pesquisa.

A pesquisa e o campo empírico

O processo de investigação ocorreu, basicamente, na articulação de três abordagens no que diz respeito à coleta de dados.

Na primeira, uma revisão bibliográfica que trouxe uma melhor compreensão das categorias que permeiam o estudo e embasam teoricamente a pesquisa (BOGDAN e BIKLEN, 1994; GOLDENBERG, 2009). Nesse sentido, realizou-se uma leitura sobre o trabalho das pescadoras de camarão no contexto amazônico, dialogando e refletindo sobre a diversidade de processos de trabalho na Amazônia, a

desigualdade social e de gênero, a cidadania, as políticas públicas, o Estado e a ausência do reconhecimento do trabalho desenvolvido com esse tipo de pesca no estado.

Na segunda abordagem, constituiu-se a busca documental para análise de fontes secundárias, as Colônias dos Pescadores; os Sindicatos; as Associações; as Secretarias Municipais de produção e de meio ambiente; o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (IDAM); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); a representação estadual do Ministério da Agricultura (SFA/MAPA); Delegacia Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas (DRT/AM) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Por fim, o desenvolvimento da pesquisa de campo com a identificação, seleção e aplicação dos instrumentos de coleta. E ainda, correlatos aos objetivos esperados no processo investigativo. A aplicação das técnicas se deu por meio de:

a) Observação

A presença no cotidiano das pescadoras permite dinâmicas de interação e envolvimento da pesquisadora no processo investigativo. Dessa maneira, a observação, enquanto técnica, possibilita compreender a forma como os sujeitos atuam e interagem no ambiente. Suas falas, gestos, observações e outras expressões, na interação, podem validar ou não a simples observação (OLIVEIRA, 1998; LEMIEUX, 2015).

A observação se deu em todo o período do campo realizada por entre os anos de 2017, 2018 e 2019⁶, oportunizando coleta de informações no contexto das relações e ressonâncias. Ou seja, a relação direta com as pescadoras de camarão em seus espaços de vida e de trabalho, bem como com outras pessoas que se relacionam direta e indiretamente com a pesca e com as pescadoras, como gestores públicos e presidentes de organizações representativas da categoria, foi significativa para o desenvolvimento da pesquisa.

⁶ Estive em campo nos três anos citados, ocorre que, em decorrência da pandemia COVID-19, nos anos de 2020 e 2021, a pesquisa foi interrompida frente às medidas de prevenção. Em decorrência de tratamento de saúde, estive de licença médica no período de 2022 e 2023 e em fevereiro do presente ano, 2024, recebi alta da licença médica e retornei às atividades acadêmicas no PPGCASA, dando continuidade e desfecho à pesquisa.

b) Diário de campo

Os registros das observações foram realizados no Diário de campo, instrumento relevante para compreender as relações e reações construídas entre a pesquisadora e os sujeitos, possibilitando uma maior exploração dos eventos (OLIVEIRA, 2000). Trata-se de um importante recurso, no qual registrei as observações, fatos, acontecimentos, enfim, as experiências do investigador com os sujeitos em suas reflexões (FALKEMBACH, 1987). Foi uma ferramenta empírica que permitiu ordenar e sistematizar as experiências, tendo em vista servir de instrumento de consulta e de informação na discussão dos dados no processo de análise, pois, reflete e descreve as condições do trabalho realizado (FALKEMBACH, 1987).

O diário permitiu caracterizar o contexto e o processo de desenvolvimento do trabalho com a pesca do camarão, bem como as relações nela desenvolvidas, mostrando que esse trabalho é fruto de uma construção social, histórica e temporal entre os seres humanos. Por essa razão, o trabalho com a pesca do camarão foi construído em cada localidade estudada a partir do contexto da época, o que pode nos remeter a uma pluralidade de sentidos para esse tipo de pesca em sua origem. Por fim, o registro em diário de campo está correlato ao período da observação.

c) Entrevista semiestruturada

A entrevista semiestruturada aplicada às pescadoras artesanais oportunizou um ordenamento dos enfoques que podem ser intensificados na pesquisa, podendo aprofundar ou confirmar as informações previamente verificadas. Combinar perguntas fechadas e abertas, ter aplicado em ambiente informal auxiliou na delimitação e no volume de informações, oportunizando um direcionamento do tema (BONI; QUARESMA, 2005).

Nesse sentido, nos anos 2018 e 2019, em dias alternados e agendados com as pescadoras, realizamos as entrevistas com intuito de coletar e registrar os sentidos e significados empregados em torno de seu trabalho.

Enfim, as aproximações realizadas foram transformadas em vivências e experiências. Por meio dos vários contatos com as pescadoras, fomos apurando o nosso olhar e estabelecendo uma relação com elas. Estabeleceu-se, assim, relações, transcrição de textos, mapeamento do campo, registro e principalmente intensas memórias do jeito de ser das pescadoras de camarão do Amazonas.

Identificamos 11 (onze) comunidades pesqueiras de camarão, mas foram 10 (dez) as comunidades nas quais entrevistamos as pescadoras de camarão partícipes da pesquisa, ficando de fora somente a comunidade Betânia como explanamos anteriormente. No Careiro da Várzea, foram 02 comunidades - São Francisco e São José. Em Iranduba, 01 comunidade Nossa Senhora de Fátima. Em Itacoatiara, 03 (três) comunidades - Santo Antônio, Monte Sinai e Nossa Senhora da Conceição. No município de Manacapuru, foram 04 (quatro) comunidades - São Francisco, Nova Esperança, Nossa Senhora das Graças e Bom Jesus.

Das 10 (dez) comunidades, não conseguimos ir para 04 (quatro), sendo 03 (três) de Itacoatiara - Santo Antônio, Monte Sinai e Nossa Senhora da Conceição e uma de Manacapuru – Bom Jesus. Os motivos que impossibilitaram a nossa ida a essas comunidades foram em decorrência da dificuldade de comunicação para confirmação com as pescadoras da nossa ida e conflitos da comunidade. Entrevistamos as pescadoras nas sedes municipais, nos pontos de venda dos crustáceos.

Análise dos dados: o ato da escrita

As informações coletadas foram sendo analisadas em um processo contínuo no transcorrer do desenvolvimento do estudo. No proceder da pesquisa de campo, quando houve a aproximação do objeto de estudo, de acordo com as informações colhidas, íamos organizando-as e já iniciávamos o processo de análise das mesmas a partir da relação entre o referencial teórico estudado e os dados que fomos colhendo na pesquisa de campo, decorrentes de visitas institucionais, entrevistas, observações, registros no caderno de campo do que vimos, do que ouvimos e do que percebemos.

Assim sendo, os dados foram analisados qualitativamente, tendo uma abordagem assentada na perspectiva social e histórica, no sentido de conhecer seu processo de constituição. Este processo de análise foi contínuo e complexo, exigiu de nós uma postura reflexiva, crítica e permanente na busca de significados, de nexos sobre os dados estudados. Como destaca Oliveira (1998, p. 19), “(...) somente a engenhosidade saberá promover a associação de coisas (...) aprimorar a percepção, refinar a sensibilidade, ampliar horizontes de compreensão”. As nossas análises refletem o momento social e histórico em que foram realizadas.

O tempo ecológico de realização da pesquisa foi na vazante e, também na enchente. Na vazante, pudemos observar de perto o processo do trabalho que as pescadoras realizam com a pesca do camarão, da captura à comercialização. Verificamos a pluriatividade dessas trabalhadoras da pesca artesanal, tanto na própria época de captura dos crustáceos, como fora dela, no tempo da alagação, quando as atividades que desenvolvem são outras, como o artesanato e a comercialização de roupas e outros produtos de menor custo econômico, como chicletes e guloseimas da culinária regional amazônica, como o pé de moleque e o bolo de macaxeira, por exemplo.

No desenvolvimento da pesquisa, enfrentamos vários desafios e dificuldades, algumas encontradas no próprio campo de investigação e outras que se relacionavam com ele. No campo de estudo, deparamo-nos, inicialmente, com a ausência de registros sobre a pesca do camarão no Amazonas, tanto nas instituições governamentais que executam e/ou acompanham o desenvolvimento da política pesqueira, quanto nas entidades representativas da categoria, o que nos levou a um processo investigativo de campo mais complexo para o encontro dos nossos principais sujeitos da pesquisa, as mulheres pescadoras de camarão, mas que nos levou também à identificação do processo subjacente de invisibilização dessa prática pesqueira.

Nos anos de 2020 e 2021, tivemos o enfrentamento da pandemia COVID-19. A necessidade de medidas protetivas levaram à interrupção da pesquisa. Subsequentemente, no período de 2022 e 2023, em decorrência de tratamento de saúde, estive de licença médica do PPGCASA. Cabe ressaltar que sempre estive em contato com as pescadoras por meio telefônico e mensagens de WhatsApp. Elas me mantinham informada sobre o trabalho com a pesca do camarão e a vida cotidiana, o que foi fundamental para a pesquisa. Em relação à política pública pesqueira e às entidades representativas, fui acompanhando as mudanças e permanências por meio dos noticiários e sites oficiais do governo, bem como, mantendo o diálogo com algumas pessoas da área. O retorno efetivo à pesquisa ocorreu em fevereiro de 2024, quando recebi a liberação médica para voltar às atividades acadêmicas. Retornei ao PPGCASA e pude me dedicar à estruturação e ao desfecho da tese.

O processo da escrita foi o mais difícil porque requer um tempo para refletir sobre o que foi visto, ouvido e observado, como destaca Oliveira (2000, p. 18) é

preciso saber olhar, ouvir e escrever para realização de uma prática etnográfica. Não foi o caso, pois tivemos apenas algumas aproximações etnográficas em decorrência da vivência e experiência em campo. Oliveira (2000) destaca que no olhar e no ouvir realiza-se nossa percepção, mas é no escrever que o nosso pensamento se exercita da forma mais completa. Quando registramos nossos pensamentos, nossas reflexões decorrentes das análises que realizamos em um processo dialético de aproximação do nosso objeto de pesquisa, estamos produzindo conhecimento.

Organizar a tese em capítulos foi uma atividade complexa porque não é fácil dividir em partes um todo interrelacionado. Após várias tentativas, optamos por uma sumarização que se traduz no percurso do desenvolvimento da pesquisa. A tese está organizada com uma introdução, que traz a visão geral do trabalho, seguida por 3 capítulos e as considerações finais sobre o estudo realizado.

No primeiro capítulo descrevemos o processo de identificação dos municípios, no Amazonas, que desenvolvem a pesca do camarão no Amazonas. Verificamos nesse processo a inexistência de registros e documentos sobre esta prática pesqueira, o que contribui para a invisibilidade e a falta de reconhecimento desta especificidade de pesca e das trabalhadoras que nela atuam. Finalizamos o capítulo desvelando as mulheres e homens pescadoras e pescadores artesanais de camarão, que trabalham nessa atividade pesqueira amazônica.

No segundo capítulo, trazemos e refletimos sobre a vida das mulheres nos diferentes tempos ecológicos do rio Solimões/Amazonas, a pluriatividade e o cotidiano com o trabalho da pesca do camarão, da captura à comercialização. Ressaltamos a economia existente em torno dessa atividade pesqueira e a importância do registro da história para a conservação da memória dessa especificidade pesqueira existente em nossa região.

No terceiro capítulo, discorremos sobre as questões referentes à (in)justiça social e à desproteção socioambiental. Falamos sobre os espaços políticos de representação e a forma de participação das pescadoras. Refletimos sobre a autoidentificação, o prazer que sentem com o trabalho que realizam na pesca e a questão do reconhecimento. Encerramos o capítulo destacando a situação de vulnerabilidade socioambiental e o valor das políticas públicas redistributivas – o Bolsa Família e o Seguro Defeso, para a reprodução social das pescadoras de camarão e do seu grupo familiar.

No desfecho da tese, tecemos nossas considerações finais, que refletem o que ponderamos sobre o estudo realizado, demonstrando e enfatizando a existência das mulheres pescadoras de camarão nas águas do rio Solimões/Amazonas.

CAPÍTULO I - O ENCONTRO COM MULHERES PESCADORAS ARTESANAIS DE CAMARÃO DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS: A DIFÍCIL BUSCA DE ENCONTRAR O SUJEITO DA PESQUISA

Nesse capítulo, inicialmente descrevemos o caminho trilhado para identificar os municípios do Amazonas onde ocorre a captura do camarão (*Macrobrachium amazonicum*) pelas mulheres pescadoras artesanais. Após, definimos os municípios onde realizaríamos a pesquisa e fomos a campo em busca das pescadoras de camarão e, subsequentemente estivemos nas comunidades pesqueiras nas quais essas mulheres vivem e trabalham.

Esse processo de busca e de encontro com as pescadoras artesanais foi atravessado por inúmeros desafios e dificuldades: os espaciais, devido à localização nos seus pontos de pesca e de comercialização nas sedes municipais; burocráticos, acentuados devido à ausência de registros sobre a pesca dos crustáceos no Amazonas, tanto nas instituições governamentais, quanto nas entidades representativas da categoria pesqueira.

Nessa trajetória, nos deparamos com uma dupla invisibilidade, da prática pesqueira e das pescadoras que nela atuam. No desfecho do capítulo, trouxemos essas trabalhadoras da pesca artesanal amazônica, com seus rostos e suas vozes, por meio dos seus relatos, destacando-as como sujeitos fundamentais no processo da pesquisa.

1.1 Identificação dos municípios pesqueiros de camarão no Amazonas

Começo descrevendo o caminho que trilhamos na busca pela identificação dos municípios do estado do Amazonas onde ocorre a pesca do camarão. Sabe-se que o ofício do pesquisador é perpassado de instrumentos, regras, proibições, normas, conhecimentos teóricos e práticos, seus símbolos e suas habilidades próprias, como nos lembra Beaud e Weber (2007, p. 13).

De início, realizamos o levantamento de estudos bibliográficos e documentais no portal de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em plataformas digitais de universidades, Institutos Federais, Institutos Socioambientais e Programas de Pós-Graduação que desenvolvem pesquisas sobre mulheres pescadoras artesanais e a pesca de camarão em águas

interiores na Amazônia, em específico no Estado do Amazonas. Sobre essas mulheres trabalhadoras dispomos de um certo conhecimento em razão da pesquisa desenvolvida no mestrado, em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), intitulada *As camaroeiras, as pescadeiras e o arreio: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM* e da participação no grupo de pesquisa⁷ que vem desenvolvendo estudos nessa área há mais de 10 (dez) anos.

Paralelamente, realizamos o contato direto e indireto com instituições governamentais e não-governamentais no Amazonas, proximamente vinculadas à pesca artesanal para averiguar as informações sobre essa prática pesqueira. Apoiamo-nos, também, na comunicação interpessoal com profissionais da área e conhecidos na busca por informações que pudessem contribuir para a identificação do campo de pesquisa. Em seguida, buscamos nos comunicar com as entidades representativas da categoria pesqueira, por meio de telefonemas, e-mails e contato pessoal.

Além do estudo realizado por nós no mestrado (PPGCASA/UFAM, 2014), sobre as pescadoras de camarão em Parintins/AM, encontramos outras pesquisas com diferentes perspectivas que discorrem sobre a captura dos crustáceos nos seguintes municípios do Amazonas: Parintins, Itacoatiara, Manacapuru e Coari, todos pertencentes à calha do rio Solimões/Amazonas, na mesorregião centro amazonense.

Nas pesquisas sobre a pesca do camarão em Parintins⁸ destacam-se o trabalho realizado pelas mulheres, de captura e comercialização dos crustáceos,

⁷ O grupo de pesquisa Políticas públicas, trabalho e ambiente na Amazônia/UFAM/CNPq é coordenado pela professora Dra. Elenise Faria Scherer e já vem desenvolvendo pesquisas neste campo de estudo sobre as pescadoras artesanais de camarão na Amazônia há mais de uma década, como publicações de dissertações, teses, cartilhas e artigos diversos, entre outros estudos.

⁸ Sobre o trabalho das mulheres com a pesca do camarão em Parintins, verificamos as seguintes produções acadêmicas: DIÓGENES, Antônia Mara Raposo. **As camaroeiras, as pescadeiras e o arreio: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014; BRASIL, João Bosco dos Santos. **Mulheres Pescadoras da várzea do município de Parintins-AM: a pesca do camarão nas comunidades de Brasília e Catispera**. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015; SOUSA, Raniere; FLORENTINO, Alexandro; PIÑEYRO, Jairo. **Inovação de Artefatos e Caracterização da Pesca do Camarão *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) na Comunidade São Sebastião da Brasília - Parintins/AM**. Biota Amazônia. 4.3 83-87, 2014; CARDOSO, R. **A pesca de camarão no município de Parintins, Amazonas, Brasil**. III Encontro Nacional dos Núcleos de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura. Open Journal Systems. Búzios/RJ, 2011.

autoidentificadas como camaroeiras e pescadeiras, de duas comunidades varzeiras – Santo Antônio do Catispera e São Sebastião da Brasília, ambas localizadas em uma ilha de várzea do município.

Atravessamos a fronteira do Amazonas e tomamos como referência, a pesquisa de doutoramento realizada por Rodrigues (2018), *Mulheres pescadoras: Os significados do trabalho de pesca do camarão na comunidade da Salvação – Alenquer – PA* (PPGCASA/UFAM, 2018), entre outros trabalhos⁹ o qual mostra o trabalho de pescadoras de camarão de água doce no Pará.

Em outras perspectivas de análise, encontrei estudos sobre a captura do camarão no município de Itacoatiara¹⁰, também com a presença das mulheres nessa modalidade de pesca artesanal. Esse trabalho aborda questões relativas à biologia do recurso natural pesqueiro, os tipos de apetrechos utilizados e o valor comercializado dos crustáceos.

Encontrei artigos científicos que descrevem a utilização dos apetrechos de pesca e dados de desembarque dos crustáceos nos municípios de Manacapuru e Coari¹¹, realizados por meio de uma pesquisa desenvolvida em 2014.

Além dos estudos acima descritos, que comprovam a existência do trabalho das mulheres na captura do camarão nos municípios supracitados, encontro pesquisas que delineiam a incidência do *Macrobrachium amazonicum* na calha do rio Solimões/Amazonas¹². Essa informação nos levou a considerar a possibilidade de que o trabalho de captura do camarão por mulheres pescadoras artesanais poderia ocorrer em vários outros municípios da mesma calha, apesar de não encontrarmos informações e nem registros bibliográficos.

⁹ SOUZA, R. da P.; MIRANDA, K. F.; FREIRE, J. S. (Org.). **Manejo comunitário de camarão e sua relação com a conservação da floresta no Estuário do Rio Amazonas: sistematização de uma experiência em Gurupá-PA**. Belém, 2011; BENTES, B.S. et al. **A pesca do camarão-da-Amazônia, perspectivas futuras no litoral paraense**. Ciência e Cultura, v. 68, p. 56-59, 2016.

¹⁰ FERNANDES, Ellan Rodrigo Monteiro Paes. **Atividade diária e pesca do camarão-da-Amazônia *Macrobrachium amazonicum* (HELLER, 1862), no município de Itacoatiara-AM**. 2016. 78f. Dissertação (mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos) – Universidade Federal do Amazonas, Itacoatiara, 2016.

¹¹ CARDOSO, R. S.; SILVA, F. P.; SILVA, M. L. S. **Apetrechos e estratégias de captura do camarão de água doce no estado do Amazonas, Brasil**. In Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2015, Rio Branco. Anais do Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2015; SILVA, M. L. S.; CARDOSO, R. S. **A pesca de camarão de água doce no município de Manacapuru: dinâmica da pesca e apetrechos de captura**. In XIX Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, 2015, São Luiz. Anais do XIX Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, 2015.

¹² COELHO, P. A.; RAMOS-PORTO, M. **Camarões de água doce do Brasil: distribuição geográfica**. Revista Brasileira de Zoologia, v. 2, n. 6, p. 405–410, 1984.

Recorri ainda às instituições governamentais vinculadas ou próximas ao tema da pesca na região e às entidades representativas dos pescadores e pescadoras artesanais - Colônia de pescadores; Sindicatos; Associações e Secretarias de pesca. Em janeiro de 2017, estive na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas¹³ - SFA/AM, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, buscando informações referentes à pesca do camarão no Estado. Ali, na Divisão de Pesca (DP/SFA/AM) - Coordenação da Pesca (CP/DP/SFA/AM), extinta Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura - SFPA/AM, vinculado ao extinto Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), sabem da existência desse tipo de pesca, mas não dispõem de nenhum dado sobre essa atividade pesqueira. Fomos informadas que uma mudança no sistema de renovação cadastral dos pescadores e pescadoras artesanais, prevista em todo território nacional, deverá no futuro informar as espécies pesqueiras com as quais os pescadores e pescadoras artesanais estão envolvidos.

A CP/DP/SFA/AM nos disponibilizou uma relação com o cadastro das Colônias, Sindicatos, Associações e Secretarias de pesca existentes no Amazonas, com o nome dos(as) presidentes(as), endereço físico, contatos telefônicos e correio eletrônico (e-mail). A lista constava com 128 (cento e vinte e oito) organizações entre Federação, Sindicato Estadual, Colônias, Sindicatos e Associações de pescadores e pescadoras (quadro 01).

Quadro 1: Federação, Sindicatos Estaduais, Colônias, Sindicatos e Associações de pescadores e pescadoras no Amazonas

Representações da Pesca	Lugar de localização/área de atuação	Total	Mulher na presidência
Federação	Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas e Roraima (FEPESCA)	01	-

¹³ O Ministério da Pesca e Aquicultura (Lei n.º 11.958 de 26/06/2009) foi extinto em 2015 (Medida provisória n.º 696 de 02/10/2015 convertida na Lei n.º 13.266, de 05/04/2016), sendo incorporado ao Ministério da Agricultura e transformado em Secretaria de Aquicultura e Pesca. No Amazonas, a antiga Superintendência do Ministério da Pesca e Aquicultura, transformou-se em uma Divisão de Pesca dentro da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas (SFA/AM) com redução de recursos humanos e espaço físico. Em 2019, ao retornarmos à DP, observamos que o quadro de recursos humanos se encontrava ainda mais reduzido, com apenas dois funcionários, o chefe e uma servidora cedida. Essa situação reflete o estado de desvalorização e precarização das instituições públicas, decorrente de medidas do Governo Federal, que foram sendo tomadas de 2016 com o golpe no estado democrático de direito até o ano de 2022 com um governo de ideologia neoliberal, conservadora e de extrema direita, que priorizava o Estado mínimo, o agronegócio e a pesca industrial.

Sindicato Estadual	Sindicato dos Pescadores e Pescadoras do Estado do Amazonas (SINDPESCA-AM)	01	-
Colônias	Alvarães Z- 23; Amaturá Z-57 (Novo); Anamã Z-44; Anori Z- 39; Apuí Z-58; Atalaia do Norte Z-47; Autazes AM-07; Barcelos Z-33; Barreirinha Z-45; Benjamin Constant Z- 03; Beruri Z-10; Boa Vista dos Ramos Z-15; Boca do Acre Z-18; Borba Z-26; Canutama Z-05; Carauari Z-25; Careiro da Várzea Z-53; *Careiro Castanho Z-49; *Coari Z- 56; *Codajás Z- 35; Eirunepé Z-30; Envira Z-42; Fonte Boa Z- 52; Guajará Z-43; Humaitá Z-31; Ipixuna Z-41; Iranduba Z- 08; Itacoatiara Z- 13; Itamarati Z-59; *Itapiranga Z-22; Japurá Z-55; Juruá Z-21; Jutai Z-60; Lábrea Z-11; Manacapuru Z-9; Manaquiri Z-51; Manaus Z-12; Manicoré Z- 20; Marã Z- 32; Maués Z-16; Nhamundá Z-48; Nova Olinda do Norte Z-19; Novo Airão AM- 34; Novo Aripuanã Z- 29; Parintins Z-17; Pauini Z-36; Presidente Figueiredo Z-06; Santo Antônio do Iça Z-54; São Gabriel da Cachoeira Z-37; São Paulo de Olivença Z-46; São Sebastião do Uatumã Z- 28; Silves Z- 50; Tabatinga Z-24; Tapauá AM-27; Tefé Z-04; Uarini Z- 38; *Urucará Z-38; Urucurituba Z-14	58	08
Sindicatos Municipais	Alvarães – SINDPESCA-AM\ delegacia sindical; Anamã; Anori; Autazes; Barcelos; Barreirinha; Beruri; Boa Vista dos Ramos; Borba; Careiro da Várzea; Careiro Castanho; Coari; 1. Sindicato de Pescadores de Fonte Boa - SINDPESCA; 2. *Sindicato dos Trabalhadores na Atividade da Pesca Artesanal de Fonte Boa – SINTRAPESCA; Guajará; Itacoatiara; Japurá; Juruá; Jutai; Manacapuru; Manaquiri; Manaus – mesma ASPAMAN; Manicoré; Marã; Nhamundá; Novo Airão; Parintins; Presidente Figueiredo; São Gabriel da Cachoeira; São Paulo de Olivença; São Sebastião do Uatumã; *Santa Isabel do Rio Negro; Tabatinga; Tapauá; Tefé; Tonantins (não tinha pasta só o telefone); Urucará	36	07
Associações Municipais	Alvarães; Amaturá ASPEA; Anamã ASPEAN; Anori ASPA; Barcelos; Benjamin Constant; Caapiranga ASPECAR; Careiro da Várzea ASPECV; Careiro Castanho ASPECC; Coari ASPEC; Codajás; Fonte Boa ASPEFB; Iranduba; Itapiranga; Japurá ASPEJ; Jutai ASPEJUTAI; Lábrea; Manacapuru; Manaus – ASPAMAN; Nhamundá ASPENHA; Novo Airão; Pauini; Rio Preto da Eva; Santo Antônio do Iça ASPECSEI; São Paulo de Olivença ASPESEPO; Silves; Santa Isabel do Rio Negro ASPASIRN; Tapauá; Tefé; Tonantins; Uarini; Urucurituba	32	04
TOTAL GERAL		128	19

Fonte: SFA/AM, 2017 – atualização feita em 2021

Pode-se averiguar no quadro acima que, excluindo a FePesca e o SINDPESCA, ambos com sede em Manaus, as demais instituições representativas - entre elas, Colônias, Sindicatos e Associações - estão localizadas nas sedes

municipais. Observa-se ainda, que em 15 (quinze) municípios coexistem a Colônia, o Sindicato e a Associação. Em Fonte Boa, identificamos 04 (quatro) representações, uma Colônia, dois Sindicatos¹⁴ e uma Associação. Acreditamos ser necessário um estudo sobre a multiplicidade do poder de representação político. Evidenciamos, também, que nos municípios de Barcelos, Careiro da Várzea, Juruá, Jutai e Urucurituba, conta-se com a existência de Secretarias Municipais de Pesca e Aquicultura.

Contactamos com as representações pesqueiras por meio do e-mail e telefone, na tentativa de obtermos informações sobre a existência do trabalho de mulheres pescadoras artesanais de camarão. Tivemos o retorno de 04 (quatro) municípios que confirmaram a existência da pesca do camarão, mas não dispõem de nenhum dado sobre essa atividade pesqueira. Com essa informação, avançamos um pouco mais no processo de identificação dos municípios do Amazonas que desenvolvem a pesca do camarão. Além dos 04 (quatro) municípios já identificados, por meio da revisão bibliográfica, com a existência do trabalho com a pesca do camarão - Coari, Itacoatiara, Manacapuru e Parintins, foram acrescentados em nossa lista, mais 04 (quatro) - Anamã, Anori, Manaquiri e São Paulo de Olivença, todos pertencentes à calha do rio Solimões/Amazonas.

Ainda em 2017, estivemos no Instituto do desenvolvimento Agropecuário, Florestal e Sustentável do estado do Amazonas (IDAM/AM), na Gerência de Apoio à Aquicultura e Pesca (GAAP/IDAM), onde fomos informados que a instituição não desenvolve nenhum tipo de ação, nem dispõe de dados sobre a pesca do camarão no Estado, mas sabem de sua existência no município de Coari. Ainda nesse ano, buscamos informações, na Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR), onde conversamos com o Secretário Adjunto de Pesca e Aquicultura, que nos informou não desenvolver, nem dispor de dados sobre a pesca do camarão no Amazonas.

Em meio a nossa busca por informações sobre a pesca do camarão no Estado, tivemos o conhecimento, por meio de moradores locais, de mais 02 (dois) municípios onde essa atividade pesqueira é realizada, Iranduba e Urucará, chegando, por conseguinte, a 10 (dez) municípios identificados.

¹⁴ Em revisão da tese no ano de 2024, observamos que o Sindicato dos trabalhadores na pesca artesanal e correlatas – SINTRAPESCA está inapto desde 08/06/2022.

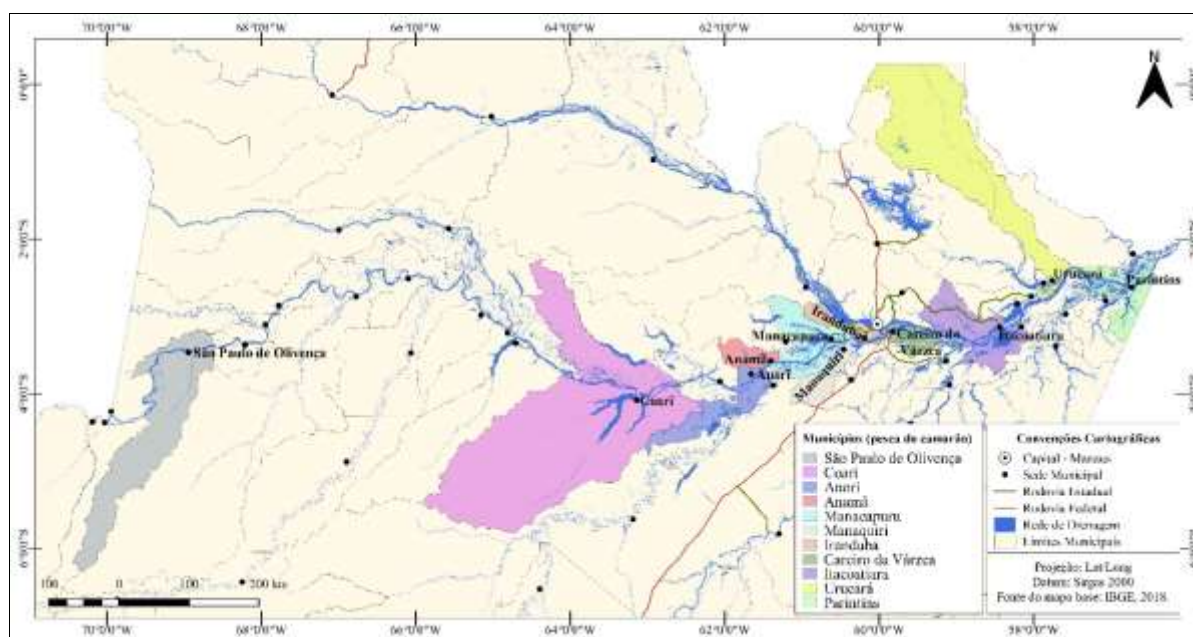
Em 2018, no exame de qualificação do nosso projeto de tese, nos foi indicada a inclusão do município do Careiro da Várzea em nossa lista de identificação dos municípios pesqueiros de camarão no Amazonas. Portanto, demos por encerrado o nosso mapeamento dos municípios amazonenses onde se realiza o trabalho de pesca com o camarão, que chegou ao total de 11 (onze) municípios, todos pertencentes à calha do rio Solimões/Amazonas (quadro 02, mapa 01). Desse total, 08 (oito) estão na calha do Solimões e 03 (três) na calha do rio Amazonas.

Quadro 2: Municípios da Calha do rio Solimões/Amazonas identificados com a pesca do camarão

Nº	Municípios	Fonte de informação/Calha do rio
1	Anamã	Representação pesqueira/Rio Solimões
2	Anori	Representação pesqueira/Rio Solimões
3	Careiro da Várzea	Aula de qualificação doutorado/Rio Solimões
4	Coari	Revisão Bibliográfica/Rio Solimões
5	Irlanduba	Morador do município/Rio Solimões
6	Itacoatiara	Revisão Bibliográfica/Rio Amazonas
7	Manacapuru	Revisão Bibliográfica/Rio Solimões
8	Manaquiri	Representação pesqueira/Rio Solimões
9	Parintins	Revisão Bibliográfica/Rio Amazonas
10	São Paulo de Olivença	Representação pesqueira/Rio Solimões
11	Urucará	Ex-moradora do município/Rio Amazonas

Fonte: Pesquisa Exploratória (2017 - 2018)

Mapa 2: Localização dos 11 (onze) municípios, da calha do rio Solimões/Amazonas, identificados com a pesca do camarão



Fonte: Pesquisa Exploratória (2017/2018)

Nos anos de 2017 e 2018, durante a realização da pesquisa exploratória identificamos 11 (onze) municípios onde a pesca do camarão é desenvolvida, uma vez que há incidência dos crustáceos na bacia do Amazonas¹⁵. Essa pesca pode ser uma característica do modo de vida dos moradores do rio Solimões e Amazonas, envolvendo as mulheres como protagonistas dessa prática pesqueira.

Como destaca Gondim e Lima (2010, p. 06), “[...] a delimitação do campo deve levar em conta vários critérios entre eles, o da relevância científica e da viabilidade”. Nesse sentido, em razão da viabilidade, elegemos os municípios Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Itacoatiara como nosso campo de estudo. Estes municípios estão localizados na calha do rio Solimões/Amazonas, pertencentes à região Metropolitana de Manaus – RMM (criada em maio de 2007 por meio da Lei Complementar Estadual n.º 052/07). A mobilidade entre um município e outro, seja por meio das rodovias ou hidrovias, com embarcações que ligam Manaus a esses municípios, foi decisiva para a escolha do campo empírico.

As sedes municipais foram nosso lugar transitório, elo físico e político, que se comunicavam diretamente com as comunidades pesqueiras, onde residem as mulheres pescadoras de camarão, seja nos ambientes lacustres ou nas beiradas dos rios, paranás e igarapés, para onde nos deslocamos após a delimitação do nosso campo de estudo.

1.2 Nas sedes municipais do Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Itacoatiara: à procura das pescadoras de camarão

Em 2017, nos deslocamos para a sede de cada um dos 04 (quatro) municípios à procura das mulheres pescadoras artesanais de camarão nas águas barrentas do rio Solimões/Amazonas. Para que isto acontecesse, estabelecemos os seguintes trajetos de viagem:

¹⁵ COELHO, P. A.; RAMOS-PORTO, M.. **Camarões de água doce do Brasil: distribuição geográfica**. Revista Brasileira de Zoologia, v. 2, n. 6, p. 405–410, 1984.

Figura 1: Trajetos de viagem



Fonte: Pesquisador, 2017

Nas sedes municipais, realizei o reconhecimento espacial dos portos de cada uma das cidades. Esses lugares são porta de entrada e saída de produtos regionais e de deslocamentos de idas e vindas de pessoas para comunidades, cidades vizinhas e novas paragens. O intenso e frequente movimento, com atracamento e desatracamento de todos os tipos de embarcações regionais – canos, rabeta, bote, recreio etc., compõem a paisagem portuária, com mercados e feiras livres (SCHERER e ROCHA, 2011). O porto é o lugar de todos os começos.

Feito o reconhecimento do lugar, nosso itinerário seguiu o seguinte roteiro: contato com as secretarias municipais que desenvolvem atividades relacionadas à pesca, comercialização do pescado e meio ambiente; contato com as instituições do Governo Estadual existentes nos municípios, como o IDAM por exemplo e, contato com as instituições representativas da categoria pesqueira presentes nos municípios - Colônia, Sindicato ou Associação de pescadores. Nesse contato inicial, formalizamos, por meio de ofício, a solicitação de informações sobre a pesca e pescadoras de camarão. Destacamos, a seguir, um relato sumário sobre cada um dos municípios na tentativa de contextualizar o local que nos levou ao encontro das pescadoras de camarão nas comunidades onde residem.

1.2.1 Careiro da Várzea: O município das águas e dos lagos piscosos

O município do Careiro da Várzea¹⁶ foi elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual n.º 1.828, de 30/12/1987, desmembrando-se do município do Careiro denominado atualmente de Careiro Castanho. Sua sede encontra-se na margem esquerda do Paraná do Careiro, afluente do rio Solimões. A área territorial é de 2.627,474 km² (IBGE, 2022).

Situa-se em um ecossistema de várzea, como o próprio nome sinaliza e tem a sede municipal completamente coberta pelas águas do rio Solimões no período da enchente e descobertas no período da vazante (figura 02). A população é de 19.637 pessoas (IBGE, 2022), com a maior parte morando na área rural, sendo identificada como a cidade mais rural do país e seus limites territoriais são com 06 (seis) municípios, Autazes, Careiro, Manaquiri, Iranduba, Manaus e Itacoatiara.

Figura 2: Careiro da várzea, enchente e vazante



Fonte: Pesquisa de campo, 2018

Em 2018, quando aportamos na sede do município, não vimos nenhum tipo de venda de pescados, mas uma constante e intensa circulação de pessoas e trânsito de embarcações - canoas, lanchas e barcos, no que podemos denominar de “porto municipal”.

¹⁶ Bezerra (2016, p. 42), após um estudo histográfico e lexicográfico da língua indígena e portuguesa, chega à conclusão que, “[...]o topônimo CARERO, grafado arbitrariamente, a partir do séc. XIX, CAREIRO, provém do nheengatu CAARERU, nome de uma planta, a beldroega.

O município dispõe de uma Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura (SEMPA/CV). Conversei inicialmente com o secretário, Sr. Aldo Procópio da Silva, o qual nos informou que o município é um lugar repleto de lagos piscosos, a exemplo do Lago do Rei, destacando a pesca do Mapará (*Hypophthalmus edentatus*). Registrou, também, a oficialização do Acordo de Pesca e regras para o manejo dos ambientes aquáticos pertencentes à região do Murumurutuba/Cumã (Instrução Normativa n.º 01 de 25/05/2018).

Informou-nos sobre a existência da pesca do camarão por mulheres nas águas varzeiras e a intenção de realizar o cadastro das pescadoras artesanais de camarão com objetivo de identificá-las. Indicou-nos uma pescadora que vende camarão na sede municipal em ocasiões de festividades diversas, com destaque para a festa de comemoração da santa padroeira do município, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que acontece no mês de agosto. Relacionei de imediato com a Maria de Araújo Pinto¹⁷ que conheci pessoalmente na Feira da Produção Familiar - AgroUFAM, realizada no hall da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), da UFAM. Encontrei-a na comunidade São José, na Costa da Terra Nova, Careiro da Várzea e se tornou uma informante chave em nossa pesquisa neste município.

A representação política dos pescadores e pescadoras artesanais é dividida em 03 (três) instituições: a Colônia de Pescadores do Careiro da Várzea Z-53, o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Careiro da Várzea e a Associação dos pescadores do Careiro da Várzea. Há também pescadores do município associados à Colônia dos Pescadores Z -12, localizada em Manaus. Por várias vezes, estivemos nas entidades representativas em busca de informações sobre a pesca e as pescadoras de camarão.

Recorremos à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Sustentáveis (SEMMARS/CV) à procura de informações relacionadas à proteção do ambiente natural pesqueiro, com destaque para o camarão. Em conversa com o secretário, Sr. Raimundo Passos, ele nos informou que as duas secretarias, SEMMARS e SEMPA, procuram desenvolver um trabalho em parceria, sobretudo como a efetivação do

¹⁷ D. Maria Pinto é pescadora artesanal de camarão, seu contato foi repassado pelo professor Dr. Henrique Pereira/PPGCASA/UFAM na ocasião da aula de qualificação do doutorado, quando tomamos conhecimento da pesca do camarão no Careiro da Várzea. Ela é também agricultora e leva sua produção para venda na feira da AgroUFAM, lugar em que a conheci pessoalmente depois de conversarmos por telefone.

Acordo de Pesca do Murumurutuba/Cumã que abrange 15 (quinze) ambientes pesqueiros, entre os quais são os de subsistência, os de preservação e os comerciais¹⁸, o qual contou com a participação efetiva das comunidades pesqueiras envolvidas.

Estivemos também na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos (SMASCDH/CV), onde conhecemos o Sr. Roberto Macedo da Costa, funcionário da instituição, o qual nos informou que na comunidade São Francisco, Cambixe, Km17, residem mulheres que pescam camarão. Essa informação foi fundamental na identificação de mais uma comunidade pesqueira de camarão do município do Careiro da Várzea. Entre idas e vindas à sede municipal do Careiro da Várzea, definimos por duas comunidades para pesquisa de campo: São José, na Costa da Terra Nova e São Francisco, no Cambixe, Km17.

1.2.2 Iranduba: Turismo ecológico, RDS e a abundância de camarão

Iranduba originou-se como uma zona periférica de Manaus em decorrência da implantação da Zona Franca na década de 60. Tornou-se município em 1981 (Emenda Constitucional n.º 12, de 10-02-1981, art. 2.º - disposições gerais transitórias). Sua área territorial é de 2.216,817 km² (IBGE, 2022) e localiza-se entre os rios Negro e Solimões. Seu ecossistema é de várzea e de terra firme, com paisagens naturais e ambientes favoráveis à agricultura, à pesca e ao ecoturismo. Faz fronteira com os municípios do Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Manaquiri, Manacapuru, Novo Airão e Manaus – capital do Estado.

De acordo com o IBGE (2022), o município tem 61.163 pessoas. Residem na área urbana 28.979 (vinte e oito mil, novecentos e setenta e nove) e na área rural 11.802 (onze mil, oitocentos e dois) habitantes. O município dispõe de sítios arqueológicos, compõe a Reservas de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro - RDS Rio Negro, a Área de Proteção Ambiental - APA Encontro das águas e o Parque Ecológico do Lago Janauari.

Com a construção da Ponte Rio Negro em 2011, observei, a caminho do município, a transformação da paisagem natural da estrada que dá acesso à cidade. Grandes áreas de vegetação foram transformadas em loteamentos e condomínios

¹⁸ Os ambientes pesqueiros (lagos/igarapés) de subsistência são de pesca para alimentação; os de preservação são potencialmente para reprodução e desova; os comerciais são de pesca para venda.

residenciais privados de casas e apartamentos, decorrente de especulação imobiliária.

Em 2017, chegando à sede municipal, fomos direto ao porto da cidade, na tentativa de encontrar as pescadoras de camarão. O porto é um lugar muito movimentado, ponto de embarque e desembarque de pequenas e médias embarcações que trafegam no rio Solimões. Dois pescadores que se encontravam no local nos disseram: “as vezes aparecem umas pescadoras de camarão vendendo por aqui, elas são da Ilha da Paciência” (Pesquisa Exploratória, 2017). Essas informações nos levaram até a Ilha da Paciência, no município de Iranduba.

Na Feira do Produtor João Candido, de Iranduba, encontramos um box com a venda do camarão regional salgado, alguns embalados em pratinhos de isopor e outros em sacos plásticos, prontos para a venda (figura 03). Ali, obtive informações sobre os camarões expostos: são capturados pela pescadora Deuzinete Sena Sorriano, mais conhecida como Deusa. Seu filho é responsável pela venda dos crustáceos no box do mercado. Eles residem na comunidade São Francisco, na Costa do Arapapa/Lago Preto, localizada no município de Manacapuru.

Figura 3: Camarões ofertados para venda na Feira do Produtor João Cândido, Iranduba



Fonte: Pesquisa Exploratória, 2017

Em Iranduba, contatamos com o IDAM e a Secretaria Municipal de Produção (SEMPRO), que sabiam da existência, mas não tinham informações sobre a produção e comercialização do camarão. Já a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMMADS) nos informou sobre ações de cuidados ambientais em áreas como a Ilha da Paciência que faz parte da Área de Proteção Ambiental – APA *Encontro das Águas* e abarca praticamente metade do município.

No município, coexistem as instituições representativas de pescadores e pescadoras: A Colônia de Pescadores AM/8 de Iranduba, fundada em 1998, tem na presidência o Sr. Eduardo Cavalcante de Souza, atual vice-prefeito de Iranduba; a Associação dos Pescadores e Pescadoras profissionais (ASPEPI), fundada em 2006 e presidida pela Sra. Lady Chelley dos Santos Mota e o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras artesanais (SINDPESCA), fundado em 2014, presidido pela Sra. Cristiane dos Santos Barbosa. As presidentas da ASPEPI e do SINDPESCA são irmãs, filhas do segundo presidente da Colônia AM/8 (primeiro eleito), Sr. Raimundo Ferreira dos Santos.

Essas instituições representativas tem conhecimento da prática pesqueira do camarão no município, identificam lugares de pesca, conhecem apetrechos e alguns tipos de isca. Nos informaram que sabem da existência desse tipo de pesca nas redondezas da Ilha do Baixio, área rural do município, localizada a 15 km da sede municipal, mas não têm informações mais precisas. Consideram que o tempo de ocorrência da pesca é curto e supõem que é uma atividade mais voltada para o consumo próprio e lazer (Pesquisa Exploratória, 2017).

O presidente da Colônia de Pescadores AM-08, Sr. Eduardo Cavalcante, nos relatou sobre a existência de mulheres que capturam camarão e nos passou o contato de uma pescadora artesanal, Deuzinete Sena Sorriano, a Deusa, residente em Manacapuru, com quem já tínhamos contatado previamente na feira municipal de Iranduba. Na oportunidade, apresentou-nos Lady dos Santos Mota, presidente da Associação dos Pescadores, que nos repassou o contato de Erotilde de Amorim Vicente, uma antiga ou ex-pescadora de camarão.

Obtivemos ainda, na sede municipal, o contato de uma outra pescadora de camarão, Luzinete Lima da Silva, conhecida como Morena, moradora da comunidade Nossa Senhora de Fátima, na Ilha da Paciência, em Iranduba. Esta informou sobre Valdenora Barbosa Oliveira, conhecida por Val. As informações nos apontavam a Ilha da Paciência como lugar de pesca do camarão em Iranduba.

1.2.3 Manacapuru: a princesinha do Solimões, Ilhas, Paranás e Costas

Manacapuru¹⁹ tem sua origem com os povos indígenas Mura. Em 1894, Manacapuru é elevada à categoria de vila e município, desmembrada do município de Manaus (Lei Estadual n.º 83). Em 1932, foi elevada à condição de cidade (Ato Estadual n.º 1.639, de 16/07/1932). Sua área territorial é de 7.336,579Km² (IBGE, 2022), banhada pelo rio Solimões. Limita-se com os municípios de Anamá, Beruri, Caapiranga, Iranduba, Manaquiri e Novo Airão, distante a 70.66 Km de Manaus em linha reta, a 103Km pela Rodovia estadual Manuel Urbano. A população do município é de 101.883 pessoas (IBGE, 2022). É considerada a quarta cidade mais populosa do Amazonas. O município é um dos maiores produtores de juta e malva do Estado.

Sobre o adjetivo dado a Manacapuru, “Princesinha do Solimões”, a melhor explicação que encontramos, refere-se a um conto narrado por antigos moradores da cidade, a qual relatam que tal apelido é dado em homenagem a uma jovem chamada Princesa que morreu em decorrência de um feitiço de um monstro do rio que não permitia a pesca à noite em uma certa comunidade local. Ao desobedecer a proibição do monstro para alimentar os comunitários que sentiam fome, Princesa foi morta com um feitiço. Seu corpo foi jogado no rio Solimões e no mesmo lugar surgiu uma ilha para onde os moradores se mudaram e deram o nome de Manacapuru.

Em setembro de 2017, estivemos pela primeira vez na cidade. Fomos inicialmente às feiras e aos mercados em busca das pescadoras artesanais. Partimos, de início, rumo à Feira da Liberdade, localizada na rua Coronel Madeira, Bairro da Liberdade, organizada e administrada pelos próprios feirantes. Ali recebemos informações sobre a venda de camarão nos finais de semana, em geral pelas manhãs de sábado e domingo. Com essa informação, retornamos no final de semana e encontramos com o Sr. Izonildo Vieira da Silva, Seu Nildo, o qual nos informou que sua esposa, Uziene de Souza Ferreira pesca e prepara o camarão para a venda e ele realiza a comercialização dos crustáceos na feira. A família de Uziene de Souza Ferreira reside na sede municipal de Manacapuru. Em época da vazante, ela se desloca para a comunidade Nova Esperança, localizada na Ilha do Supiá, no lago da Gamboa/rio Solimões, onde reside a sua genitora, para a captura do camarão.

¹⁹ Manacapuru é uma palavra de origem indígena, derivada de duas expressões, Manacá e Puru. Manacá (*Brunfelsia hospiana*), em tupi-guarani significa "Flor" e "Puru" possui a mesma origem e quer dizer enfeitado ou matizado. Assim sendo, Manacapuru em tupi-guarani significa Flor Matizada.

No Mercado Municipal Azize Dibo Mussa, um feirante me informou ter visto algumas mulheres pescadoras, em dias incertos, vendendo camarão nas áreas externas do mercado, “Às vezes passam um bom tempo sem aparecer, mudam o lugar de venda, vão para onde é melhor o movimento” (Pesquisa exploratória, 2017). De posse dessa informação, retornamos à cidade, conseguimos encontrar com várias pescadoras de camarão nas proximidades do Mercado, que se tornaram partícipes da pesquisa.

Nas buscas institucionais por informações sobre a pesca e as mulheres pescadoras de camarão, contatamos com a Secretaria Municipal de Produção Rural e Abastecimento (SEMPRA) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR), que tinham conhecimento deste tipo de pesca na cidade. Um funcionário da representação do IDAM no município nos repassou o contato de uma pescadora de camarão, Ivânia Pereira de Souza que reside na comunidade N. Sra. das Graças na ilha do Supiá, para onde nos deslocamos posteriormente.

Na sede do município estão as entidades representativas dos pescadores e pescadoras, que se dividem em: Colônia dos Pescadores(as) de Manacapuru Z-09/AM; o Sindicato dos Pescadores do município de Manacapuru (SINDPESCA-MPU) e a Associação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Manacapuru - UNIPESCA.

Em 2018, estivemos na Colônia dos Pescadores(as) de Manacapuru Z-09/AM, que se encontrava sob investigação policial. Os computadores foram apreendidos pela polícia e, portanto, não dispunham, naquele momento, dos dados cadastrais dos associados. Nos livros de registros constavam a filiação de 4.659 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove) pescadores e pescadoras filiados, quantitativo este que, segundo o secretário, vem decaindo nos últimos anos (Pesquisa de campo, 2018).

Na UNIPESCA, o presidente, Sr. Paulo nos informou que a associação tinha por volta de 3.000 (três mil) associados. Nos comunicou também que a captura do camarão é realizada por mulheres em diversos pontos pesqueiros do município, como o lago da Cabaleana, lago do Pesqueiro, lago do Cururu, ilha do Marrecão e comunidade do Vasquinho. Repassou-me o contato de duas pescadoras, mas, apesar de várias tentativas por telefone, não consegui localizá-las. No SINDIPESCA, nos deparamos com a mesma situação das outras entidades pesqueiras as quais

contactamos, sabem da existência da pesca e das pescadoras de camarão, mas não dispõem de dados documentais.

Na Cooperativa de Pescadores e Produtores rurais de Manacapuru – COOPESC e a Associação de Aquicultores de Manacapuru – AQUIMAN, ambas presididas por mulheres que capturam camarão e conhecem vários tipos de armadilhas, iscas e locais de pesca dos crustáceos, fomos informadas que a pesca do camarão é somente para consumo próprio e como forma de lazer, sem fins comerciais.

Na vazante de 2018, encontrei mulheres e homens vendendo camarão em uma calçada, numa esquina próxima ao mercado municipal Azize Dibo Mussa, em Manacapuru. Nessa calçada, debaixo de um sol escaldante, conheci várias pescadoras de camarão, de distintas comunidades: Ivânia Pereira de Souza, da comunidade N. Sra. das Graças na ilha do Supiá; Micilene de Souza Ferreira e Francimara de Souza Ferreira, da comunidade Nova Esperança da ilha do Supiá; Adriana Bastos dos Santos e Maria Gomes Bastos, da comunidade Bom Jesus da ilha do Marrecão. O encontro com estas mulheres – um achado de pesquisa – foi fundamental para fecharmos a definição das comunidades e pescadoras de camarão que irão compor a pesquisa em Manacapuru.

Conhecemos, nessa mesma calçada, Geisa dos Santos, uma jovem que vende os camarões capturados por seus pais, D. Maria Borges e Sr. Manuel Borges, da comunidade Betânia, ilha do Supiá, Manacapuru. Ali, encontramos também, dois homens vendendo camarão, o Ismael Borges e o José Raimundo Ferreira Sampaio, também da comunidade Betânia, na ilha do Supiá. Relataram que suas esposas são pescadoras de camarão e que, enquanto eles estavam na sede do município vendendo os camarões, elas se encontravam na comunidade realizando a captura dos crustáceos (Pesquisa de campo, 2018).

Ressaltamos que nesse percurso de busca, identificamos homens envolvidos diretamente no *trabalho leve*, realizado somente pelas mulheres (DIÓGENES, 2015) na captura do camarão. Como destaca Rodrigues (2018, p. 50)

A caracterização do trabalho das mulheres na Amazônia como leve e pesado trouxe-lhes consequências irreversíveis, dentre elas o ocultamento de modalidades de trabalho ao longo da historiografia, uma vez que era caracterizado como ajuda. Há uma nítida compreensão, principalmente nos territórios pesqueiros, de que os homens trabalham e as mulheres não trabalham, simplesmente ajudam seus maridos.

Sintetizando, em Manacapuru, identificamos 05 (cinco) comunidades pesqueiras de camarão: São Francisco; Nova Esperança; Betânia; Bom Jesus e Nossa Senhora das Graças. Contactamos com 11 (onze) trabalhadoras da pesca dos crustáceos, sendo 07 pescadoras artesanais de camarão; 01 vendedora de camarão. E mais 03 (três) homens, que vendem camarão, capturados pelas esposas e por eles, nas comunidades. Todos eles se tornaram colaboradores em potencial da pesquisa nas comunidades.

1.2.4 Itacoatiara: Terra pintada, da música nas correntezas do rio Amazonas

Itacoatiara²⁰ tornou-se município por meio da Lei n.º. 74 de 10 de dezembro de 1857 e confirmado pela Lei n.º 33, de 04 de novembro de 1892. Sua área territorial é de 8.891,906Km² (IBGE, 2022), sendo banhado pelo rio Amazonas. Faz fronteira com os municípios de Manaus, Rio Preto da Eva, Silves, Itapiranga, Autazes, Careiro Castanho, Nova Olinda do Norte, Maués, Boa Vista do Ramos e Urucurituba.

O município de Itacoatiara é o segundo mais populoso do estado do Amazonas, com 103.598 pessoas (IBGE, 2022). A cidade fica localizada a 175Km de Manaus, por meio da Rodovia Am 10. Ao chegarmos lá, fomos à procura do contato e identificação das pescadoras de camarão ou de comunidades onde esse tipo de pesca poderia ser realizado. Circulamos por diversos pontos da cidade, na avenida principal, no porto e outros pontos de embarque e desembarque de transportes fluviais, feiras livres e na Feira do Produtor Rural²¹, onde encontramos duas pescadoras de camarão: Josilândia Mota Mendes, da comunidade Monte Sinai, na ilha do Cumarú e Francisca Elizete Vasconcelos Feitosa, da comunidade Santo Antônio, também na ilha do Cumarú, vendendo camarão.

Em um segundo retorno à Feira do Produtor Rural, conhecemos mais duas pescadoras de camarão, Elisangela Vasconcelos Feitosa (irmã de Elizete Vasconcelos Feitosa) e uma jovem, Ana Karolaene da Silva Pereira, ambas da comunidade Santo Antônio, ilha do Cumarú.

²⁰ Na língua tupi-guarani, Itacoatiara significa pedra pintada.

²¹ A Feira do Produtor Rural é da prefeitura, um espaço coberto, amplo e com vários boxes, foi reformado em 2019.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) atua com a Educação Ambiental, a conservação e a preservação de recursos naturais e atividades de fiscalização ambiental, entre outras ações. Opera, ainda, na mediação em comunidades na organização e formalização de Acordos de Pesca como o do rio Urubu e do rio Arari, que envolve diversas localidades pesqueira. Como nos demais municípios, não existem dados institucionais desta pesca, embora ela aconteça e sua comercialização seja realizada em alguns mercados municipais como assinalamos anteriormente.

Nesse município, as representações políticas dos pescadores e das pescadoras artesanais dividem-se entre a Colônia de Pescadores de Itacoatiara Z-13, onde nos informaram que na comunidade Ressaca do Cumarú pratica-se a pesca do camarão, e o Sindicato dos Pescadores artesanais de Itacoatiara (SINDPESCA).

Com as informações obtidas na Feira do Produtor Rural em Itacoatiara mais o contato com Eline Cruz Alzier, totalizamos três comunidades pesqueiras de camarão – Santo Antônio, Monte Sinai e Nossa Senhora da Conceição. Nestas comunidades, entrevistamos cinco pescadoras que aceitaram participar da pesquisa ali mesmo. Logo, encerramos o processo de busca e identificação das mulheres pescadoras artesanais de camarão e seguimos para as comunidades pesqueiras, lugar de vida e trabalho dessas trabalhadoras da pesca.

1.3 O encontro com as pescadoras artesanais de camarão em seu lugar de vida e trabalho

Após a procura, identificação e contato com as pescadoras artesanais de camarão, fomos ao encontro dessas trabalhadoras da pesca em seu lugar de vida e trabalho, nas comunidades varzeiras. Iniciamos pelas comunidades do município do Careiro da Várzea/AM.

Estivemos em duas comunidades pesqueiras de camarão no Careiro da Várzea, que se situam em diferentes localidades²² (mapa 3). A comunidade São José

²² No Amazonas, o termo localidade se refere à identificação de determinadas áreas geográficas dentro dos limites dos municípios, que abrange uma ou mais comunidades, faz parte da história do lugar. A existência das localidades, geralmente é anterior à fundação das comunidades e do próprio município. O nome que as designa é fruto da sua história, de um conhecimento tradicional, correntemente foi dado pelos moradores mais antigos e geralmente refletem característica próprias do lugar, sejam elas físicas ou sociais. A localidade foi incorporada pelas instituições governamentais como uma forma de localização e organização territorial. Podemos verificar vários desses aspectos no livro Clarões de fé

tesoureiro, semelhante a outras comunidades orientadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 70.

Figura 4: Centro da comunidade São José – Costa da Terra Nova, Careiro da Várzea



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Na comunidade, moram em torno de 70 (setenta) famílias, em moradias suspensas estilo palafitas, para evitar a inundação das águas no período da enchente, quando, em geral, as terras, campos, pastagens, ou seja, a paisagem fica submersa em face à subida das águas. Em relação à regularização fundiária, os moradores informam dispor da escritura da casa. A religião predominante é a católica, mas há moradores que são evangélicos, pertencentes à Assembléia de Deus. Eles relatam que não há conflitos religiosos. Há festejos locais como a Festa do Pacu, no mês de setembro ou outubro e a festa do padroeiro, São José, comemorado no mês de março, no período de 11 a 19.

O deslocamento dos moradores ocorre principalmente por meio de rabetas²³, voadeira e canoa para diversos lugares como pontos de pesca, sede do município ou para a capital – Manaus/AM, entre outros. Dispõem de energia elétrica desde 2002, que trouxe melhorias para vida comunitária dos moradores²⁴. O consumo da energia é medido mensalmente pela Companhia Energética do Amazonas (CEAM).

A água é coletada do rio por meio de uma bomba comunitária. Como nas demais comunidades rurais na Amazônia, não há um tratamento. O hipoclorito é utilizado somente na água de beber, o mesmo é fornecido pela SEMSA/CV e entregue

²³ Rabeta é o nome dado para designar um motor de popa, com 3,5hp de potência, usado em embarcações do tipo canoa, de madeira ou alumínio.

²⁴ Cf. SILVA, Aghata Teixeira. **Da lamparina à lâmpada: Estudo das transformações socioculturais e ambientais na comunidade São Francisco da Costa Terra Nova, Careiro da Várzea (AM)**. 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

aos moradores por meio do Agente de Saúde (AS) comunitário, responsável pelo serviço de atendimento básico à saúde nas comunidades varzeiras. A consulta e exames médicos, vacinação e exames são realizados na sede municipal. Em casos de urgência, o AS é chamado para acionar o suporte de atendimento junto à sede.

As principais fontes de renda são a agricultura e a pesca, inclusive a do camarão, que, embora invisibilizada, é praticada por outras famílias além da família de Maria de Araújo Pinto. Na família desta pescadora, a pesca do camarão tornou-se uma fonte de renda para quase todos os membros, que fazem parte da divisão social do trabalho: o esposo, uma filha, o genro e um neto, com a coordenação de Maria de Araújo Pinto há mais de 60 anos. Nossas principais informantes nesta comunidade foram as pescadoras Maria de Araújo Pinto e Maria do Socorro Pinto Nogueira.

1.3.2 São Francisco - Cambixe Km17, Careiro da Várzea

O caminho percorrido para chegarmos na comunidade de São Francisco, no Cambixe, Km 17, iniciou em Manaus, com a saída do porto da Ceasa, em transporte fluvial coletivo, com capacidade para 30 (trinta) pessoas, até a vila do Careiro da Várzea, sede do município. A duração da travessia do rio Negro/Solimões varia entre 30min a 45min, dependendo do capacidade do motor da lancha. No porto da vila, encontrei com o genro do Sr. Roberto Macedo da Costa (servidor da SEMASDH/CV) que já estava nos esperando com uma rabeta para nos deslocarmos até a comunidade São Francisco. O percurso de rabeta durou em torno de 1h40 minutos. Nessa comunidade, encontrei três pescadoras de camarão. Esclarecemos sobre o estudo e os objetivos, após as pescadoras procederam a assinatura do Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TCLE).

Na sede comunitária estão localizadas a igreja do santo padroeiro - São Francisco - e a Escola Municipal Isolina Francisco Leite (figura 5). Diferentemente da comunidade São José, o centro social da comunidade São Francisco não funciona em um imóvel fixo, mas em uma balsa alugada, quando a comunidade precisa se reunir ou realizar algum evento social. A organização comunitária segue o padrão do que se observa implantado nas demais comunidades amazônicas, um presidente, um secretário e um tesoureiro.

Figura 5: Sede comunitária de São Francisco Km 17, Careiro da Várzea



Fonte: Pesquisa de campo, 2018

Residem na comunidade São Francisco 152 (cento e cinquenta e duas) famílias. Elas dispõem de registros em cartório e documentos diversos que servem de comprovante em relação à propriedade²⁵ da casa e do terreno onde vivem. Igualmente a outros lugares varzeiros, as construções das casas são suspensas, tipo palafitas. As famílias se dividem em católicas e evangélicas da Assembleia de Deus e convivem em relação ao credo religioso.

Os principais meios de transporte utilizados são as rabetas, o motor de popa e, no período da vazante, utiliza-se o ônibus quando a estrada do Cambixe, que dá acesso à sede municipal, fica transitável. Na vazante, a maioria dos resíduos sólidos são queimados, o restante é levado em sacos para sede municipal, como se faz no período da enchente/cheia, para destinação ofertada pela prefeitura municipal.

Os moradores desconhecem a história de formação do lugar (mapa 4). As memórias se perdem com a partida dos comunitários mais antigos. A pesca é uma das principais atividades produtivas na comunidade, por se tratar de um lugar com lagos piscosos, como descrito tanto pela Secretaria Municipal de Pesca - SMP, quanto pelos próprios comunitários. Como podemos observar, a olho nu, a incidência de camarão na localidade é abundante, eles podem ser capturados sem isca, somente com o peneirar do rapixé, se jogam isca eles fervilham na água. Esse tipo de pesca é

²⁵ Em relação à regularização fundiária em terra de várzea, quem define a jurisdição das terras são as águas. Em se tratando do rio Solimões/Amazonas, que é um rio interestadual e internacional, sua propriedade e jurisdição é de responsabilidade do Governo Federal, sendo consideradas Terras devolutas da União. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) é o órgão responsável para acompanhamento e regularização fundiária das famílias que nela habitam, cabendo a esses povos somente o Termo de Concessão Real de Uso (TCRU) expedido pela instituição, a propriedade da Terra Varzeira, neste caso, é da União.

aqui desenvolvida para fins comerciais direto e indireto²⁶, bem como para consumo próprio.

Mapa 4: Comunidade São Francisco Km 17, Careiro da Várzea/AM



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Há várias tabernas, lanchonetes e pizzarias, inclusive flutuantes. Dispõem de energia elétrica desde os anos 80, com medição mensal do consumo. O meio de comunicação mais utilizado é o celular. Os moradores têm disponibilizado uma bomba com caixa d'água ao lado da escola, que distribui água para a comunidade até a entrada das casas por encanamento, mas nem todos moradores utilizam. Alguns usam água da chuva e outros possuem cacimba ou bomba própria. A água para beber é tratada com hipoclorito.

A escola é municipal e atende o Ensino Fundamental completo (do 1.º ao 9.º ano), mas não há oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA). As classes são multisseriadas e dois professores se encarregam da gestão escolar. A merenda escolar é ofertada regularmente por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)²⁷. O calendário escolar segue o padrão estadual, ou seja, a escola

²⁶ Identificamos que a pesca do camarão é utilizada para fins comerciais direto, quando o mesmo é capturado para ser comercializado e, caracterizamos como fins comerciais indireto, quando o camarão é capturado para servir de isca para outras espécies, conforme relataram as pescadoras.

²⁷ O PNAE repassa recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais

funciona mesmo no período da cheia. Aqueles moradores que cursam o Ensino Superior em Manaus, o município apoia com o transporte para seu deslocamento.

O atendimento referente à saúde é realizado por um AS que vai duas vezes ao mês nas casas dos moradores. Realiza o acompanhamento dos diabéticos e hipertensos; entrega o hipoclorito e identifica se, entre os moradores, tem algum em situação de doença que necessite de encaminhamento para atendimento no posto de saúde na sede municipal. A vacinação é feita em períodos de campanha, bem como exames preventivos ginecológicos são regularmente realizados no posto de saúde na sede. É comum o uso de plantas medicinais entre os moradores para os cuidados com a saúde. Fazem uso de plantas como a Babosa (*Aloe vera*); corama (*Kalanchoe brasiliensis*); crajirú (*Arrabidaea chica*); mangarataia (*Zingiber officinale*); terramicina (*Alternanthera* sp); amor crescido (*Portulaca pilosa*) e boldo (*Peumus boldus*) entre outras.

Outubro é o mês em que se festeja o aniversário da comunidade, organizado pela igreja católica. A maioria dos moradores tem graus de parentesco. Nessa comunidade, conhecemos as três pescadoras que se tornaram nossas principais informantes na pesquisa: Antônia Lucia de Souza Costa, Francisca Edileuza de Almeida Costa e Maria Elessandra Costa De Santos. Por meio delas, tivemos conhecimento das diferentes práticas de captura de camarão, como demonstrarei nos próximos capítulos desta tese.

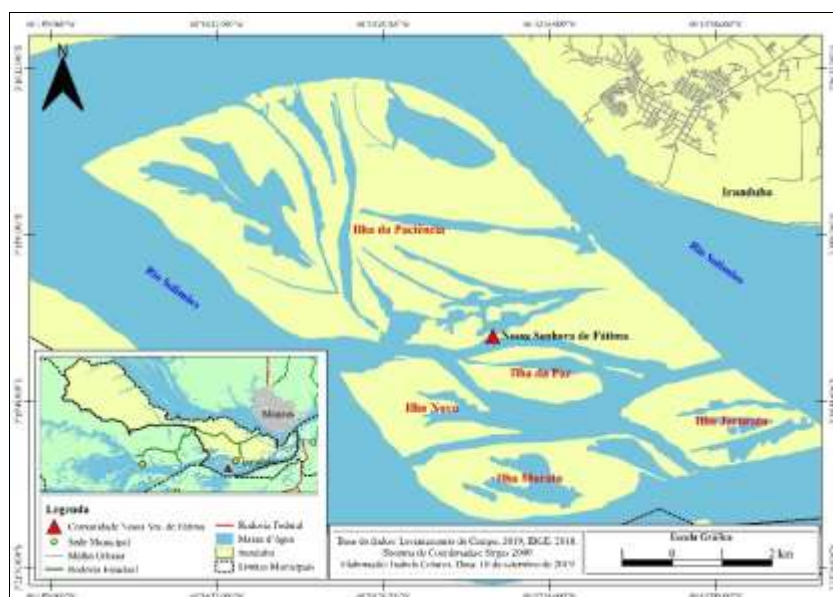
1.3.3 Nossa Senhora de Fátima - Ilha da Paciência, Iranduba

Para chegarmos à Ilha da Paciência, deslocamo-nos por via terrestre pela rodovia Manoel Urbano até o porto da sede municipal de Iranduba. De lá, alugamos uma voadeira e seguimos para Ilha da Paciência (20min) até a casa de Luzinete Lima da Silva, conhecida como Morena, que já estava nos aguardando de forma muito acolhedora. Nessa ocasião, ela nos apresenta a Valdenora Barbosa Oliveira - Val, sua

mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. O FNDE repassa às Secretarias Estaduais de Educação (Seduc) e às Prefeituras Municipais (PM), de forma automática e sem necessidade de convênio ou instrumento congênere, os recursos financeiros federais do PNAE, em caráter suplementar e em até 10 parcelas anuais, entre os meses de fevereiro e novembro (Lei n.º 11.947 de 16/06/2009 e Res. CD/FNDE N.º 06 de 08/05/2020)

vizinha, e uma das maiores pescadoras de camarão da comunidade Nossa Senhora de Fátima. Após conversas, fomos realizar a marcação dos pontos (coordenadas geográficas) que serviram para elaboração do mapa comunitário. No mapa 5, pode-se visualizar a comunidade de N. Sra. de Fátima, no contexto da Ilha da Paciência, Iranduba. Esta ilha faz parte de um conjunto de cinco ilhas de várzea, banhadas pelas águas do rio Solimões, sendo a ilha da Paciência a maior delas.

Mapa 5: Localização da comunidade Nossa Senhora de Fátima, na ilha da Paciência, em Iranduba



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

A comunidade de Nossa Senhora de Fátima tem a mesma organização política das comunidades do Careiro da Várzea, descritas anteriormente. A igreja da santa padroeira, Nossa Senhor de Fátima, o centro social e a escola (figura 6) estão espacialmente alinhadas. Contam com uma Associação Comunitária com presidente, tesoureiro e secretário eleitos pelos moradores do lugar. A religião predominante é a católica, seguida de evangélicos.

Figura 6: Sede comunitária de N. Sra. de Fátima



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Atualmente residem 40 (quarenta) famílias na comunidade (mapa 5) em palafitas em razão do período da enchente dos rios. A regularização fundiária foi realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que fez um cadastro dos moradores. Não encontramos registros sobre a história do lugar e ninguém que nos soubesse contar. A energia elétrica foi implantada há mais de 6 (seis) anos pelo Programa Luz para Todos (PLPT) do Governo Federal. O consumo é medido e pago mensalmente, contudo, os moradores consideram a tarifa muito cara. O principal meio de comunicação é o celular, mas dispõem de um telefone fixo público (orelhão). Possuem uma bomba com uma caixa de água ao lado da escola que disponibiliza água para toda a comunidade, mas nem todas as moradias têm encanação que leve a água até suas casas. Há moradores que têm bomba d'água, outros vão buscar água diretamente no rio ou colhem da chuva.

A água utilizada para beber é tratada com hipoclorito distribuídos pelo AS. Há, também, uma Casinha da Saúde, onde ocorre a realização de exames mensais. As campanhas de vacinação e os exames preventivos são feitos em campanhas ou na casinha da saúde da comunidade mensalmente. Em casos de saúde mais graves, são encaminhados para atendimento médico na sede municipal. Antes mesmo de recorrerem ao Posto de Saúde, é comum entre as famílias a aplicação da Medicina tradicional, com o uso de plantas medicinais para elaboração de chás e xaropes em caso de enfermidades.

Mapa 6: Comunidade Nossa Senhora de Fátima, ilha da Paciência, em Iranduba



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

A comunidade dispõe da Escola Dona Alvanir Alves de Oliveira, que atende o Ensino Fundamental e o tecnológico. As classes são multisseriadas. O gestor, os professores e a merendeira residem na comunidade. O calendário escolar é regular. Somente em 2012, quando a enchente dos rios foi grande, as aulas foram suspensas. A Prefeitura Municipal apoia, com transporte, alguns comunitários universitários que estudam em Manaus. A rabeta e a voadeira são meios de transportes utilizados pelas famílias. Os resíduos sólidos são coletados por funcionários do município. Não há tratamento para o esgoto sanitário. Alguns moradores têm fossa do tipo seca, que funcionam no período da vazante, na cheia são encobertas pelas águas do rio.

Os conflitos entre os comunitários são raros, geralmente, quando ocorrem, são pequenos desentendimentos que logo são resolvidos. É considerada uma comunidade tranquila, mas duas situações passadas deixaram os moradores em choque, um roubo e em estupro de uma criança, ambos casos foram encaminhados e resolvidos na sede municipal.

A agricultura familiar e a pesca movem a economia. Cultivam-se a batata (*Solanum tuberosum*), a macaxeira (*Manihot esculenta*), a banana (*Musa*), o maracujá (*Passiflora edulis*), a goiaba (*Psidium guajava*), a graviola (*Annona muricata*), o feijão (*Phaseolus vulgaris*), entre outros. Pescam-se o jaraqui (*Semaprochilodus insignis*;

Semaprochilodus taeniurus), a sardinha (*Triportheus elongatus*; *Triportheus angulatus*) e o tambaqui (*Colossoma macropomum*).

Nessa comunidade há várias mulheres pescadoras de camarão, algumas não se dispuseram a participar da pesquisa. Segundo a pescadora de camarão Valdenora Barbosa, “elas (outras pescadoras) não são de falar muito mesmo, têm vergonha. Somem tudinho” (Pesquisa de campo, 2018). Nesse caso, não foi possível, se pudéssemos permanecer por mais tempo na comunidade, talvez conseguíssemos uma aproximação com essas pescadoras. O acesso ao campo é uma atividade complexa, que vai se revelando à medida que nele estamos. Nem tudo ocorre como planejado. De acordo com Beaud e Weber (2007, p.15) “*fazer pesquisa de campo é ter vontade de se agarrar aos fatos, de discutir com os pesquisados, de compreender melhor os indivíduos e seus processos sociais*”. Sabia, de antemão, contudo, que os contatos seriam pontilhados, em razão disso, decidimos aprofundar o diálogo com Luzinete Lima da Silva – Morena e a Valdenora Barbosa de Oliveira - Val, nossas principais informantes nessa comunidade.

1.3.4 São Francisco - Costa do Arapapá/Igarapé do Lago Preto, Manacapuru

O caminho percorrido para chegar à comunidade de São Francisco foi realizado em companhia da pescadora. Partimos do flutuante da Colônia de Pescadores do município de Iranduba Am-8. De lá, seguimos de voadeira por 1h50min de viagem, até chegarmos à comunidade São Francisco, na Costa do Arapapa - Lago Preto, que fica distante da sede municipal de Manacapuru.

Evidencio que, quando nos encontrávamos nessa comunidade, alguns aspectos chamaram atenção e nos fizeram perceber diferenças desta com as demais comunidades contactadas até então. Podemos dizer que as comunidades rurais na Amazônia assemelham-se entre si, mas se diferenciam em vários aspectos. Como observou Charles Wagley (1988, p. 43), “Existem instituições e poderes sociais de âmbito regional, nacional e até mesmo internacional, que determinam a tendência de vida de cada pequena comunidade”. Como podemos perceber nessa comunidade, há presença de diversas igrejas, algumas de origem que não se sabe ao certo, aparecem, se instalam, realizam cultos, se aproximam dos comunitários, dão esperança de resolução dos problemas de cada um, centrado na fé em Deus por meio da doutrina que pregam. Sendo assim, vão disseminando e direcionando a forma de ver, pensar

e agir dos comunitários do lugar, estabelecendo, desta forma, uma relação de domínio e de poder sobre o local. Sem dar nenhuma explicação à comunidade, algumas dessas instituições religiosas somem, deixando suas ideias disseminadas na comunidade.

Na comunidade São Francisco residem cerca de 290 (duzentas e noventa) famílias, com vários graus de parentesco. A sede comunitária tem como referência a igreja de São Francisco, que se localiza na estrada de acesso à comunidade. O centro social fica ao lado da igreja e a escola é municipal, recebe o nome do santo padroeiro da comunidade – Escola Municipal São Francisco. Oferta a Educação Básica completa – da Educação Infantil ao Ensino Médio (Tecnológico). Atende nos três turnos, mas no período da cheia só o Ensino Médio permanece funcionando. Os meios de transporte utilizados pelos alunos para chegar na escola são o transporte escolar – microônibus; voadeira ou se deslocam a pé. Observamos que a mesma fica localizada distante (mapa 7), tanto da Igreja, quanto do centro Social.

Mapa 7: São Francisco – Costa do Arapapa/Igarapé do Lago Preto, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Como nas outras comunidades que já havíamos passado, existe uma Associação Comunitária dos moradores. Identificamos também uma Associação dos agricultores. A agricultura e a pesca, entre elas a do camarão, são as principais atividades produtivas do lugar.

A maioria dos moradores são católicos, mas há de outras religiões. Registramos a presença de três igrejas evangélicas: Igreja de Cristo, Projeto Amazônia Cristo Vida e Saúde, O Brasil para Cristo e Nova Jerusalém. Na percepção das pescadoras, o lugar é calmo e seguro, os próprios moradores resolvem as situações de segurança. Relatam que, no período da vazante, a viatura da polícia circula pelo local.

A regularização fundiária foi feita pelo INCRA, que entregou aos comunitários um cadastro de Conseqüência de Uso. Durante a vazante do rio Solimões, o meio de transporte utilizado é o carro e o ônibus. Na enchente, a locomoção das pessoas é feita por rabeta e por voadeira. As principais atividades festivas são as das igrejas, tanto católica, quanto as evangélica e dos clubes de esporte (futebol) - o ABC e o Cachoeirinha.

A comunidade de São Francisco dispõe de energia elétrica há mais de 20 (vinte) anos, com medição mensal do consumo, menos no período da cheia, quando a medição é suspensa. Os meios de comunicação mais utilizados são o rádio, a televisão e o celular para os moradores que têm condição de pagar a internet.

A água utilizada é captada diretamente do rio ou por meio de poços artesianos individuais. O hipoclorito é utilizado na água para beber. Conta-se com a Casinha de Apoio à Saúde para realização de curativos, marcação de exames, encaminhamentos ao Posto de Saúde na sede municipal e entrega do hipoclorito às famílias. As campanhas de vacinações e exames preventivos são realizados na própria comunidade. As enfermidades mais recorrentes são a hipertensão e a diabetes. A medicina tradicional é presente no cotidiano dos comunitários, fazem uso das plantas medicinais em forma de chás para os mais diversos casos de enfermidades, como dor de barriga, dor de estômago, pedra nos rins, infecção urinária, entre outras. A procura pelo atendimento médico geralmente acontece quando os remédios naturais, advindos do quintal e da floresta não resolveram o problema. O acesso ao sistema de saúde é precário, com dificuldade de acesso a médico especializado, demora na realização de exames e escasso acesso aos medicamentos.

Existem tabernas ou pequenas mercearias que vendem de tudo, desde o milhito – muito consumido pelas crianças, refrigerantes e bebidas alcoólicas, como a cerveja, o corote e a cachaça. O consumo de álcool e de cigarro é grande entre os

moradores, não sendo observado nenhum tipo de ação preventiva em relação ao consumo destes produtos.

Os resíduos sólidos são queimados e o esgotamento sanitário são realizados por conta dos próprios moradores, da forma como fazem tradicionalmente. Há algumas moradias com um tipo específico de fossa sanitária, outras ainda usam o sistema do “buraco”, no qual os dejetos são despejados diretamente em buracos, relativamente fundos, que têm a utilidade equivalente ao do vaso sanitário. Não identificamos nenhum tipo de orientação ou serviço por parte do poder público nesse sentido.

Além da Deuzinete Sena Sorriano (Deusa), na comunidade, existem outras pescadoras de camarão, com quem conversamos e que aceitaram participar do nosso estudo. São elas: Taline Felix de Lima, Deuzineia de Souza Sena (Tina) e Rosineia Sena do Carmo (Rosa). Com o aceite dessas pescadoras, o quantitativo de pescadoras participantes da pesquisa aumenta para quatro na comunidade São Francisco.

1.3.5 Nova Esperança - Ilha do Supiá, Manacapuru

Antes de nos deslocarmos para a comunidade Nova Esperança, encontro com Uziene de Souza Ferreira e seu esposo, o Sr. Nildo Vieira da Silva²⁸ na sede municipal de Manacapuru, conforme havíamos combinado anteriormente. De lá, embarco com Uziene de Souza Ferreria para Nova Esperança. Ao chegarmos à comunidade, a produção pesqueira já estava em andamento. Observei que as pescadoras estavam nos pontos de pesca, o camarão capturado anteriormente já estava no processo de beneficiamento e conservação e outras mulheres chegavam do roçado. As mulheres protagonizavam a produção doméstica de forma pluriativa: a pesca e o plantio da roça, conforme a tradição varzeira na Amazônia.

Nova Esperança é uma comunidade pequena (mapa 8), onde residem aproximadamente 35 (trinta e cinco) famílias. A regularização fundiária foi realizada pelo INCRA e a educação é atendida pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco (anexo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Monte Sião, da

²⁸ O Sr. Nildo da Silva foi o vendedor de camarão com quem tivemos o primeiro contato na sede do município de Manacapuru, na Feira da Liberdade. Ele vende os camarões pescados por sua esposa, Uziene de Souza Ferreira, na comunidade Nova Esperança.

comunidade de Monte Sião), que oferta a Educação Infantil (pré-escola) e os Anos Iniciais do Ensino fundamental (do 1.º ano ao 5.º ano), com uma única sala multisseriada. No período da cheia, a escola não funciona, segue o calendário municipal escolar da várzea.

Mapa 8: Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

A religião predominante na comunidade é a evangélica, com uma Casa de Oração da Assembléia de Deus, mas há comunitários de outras religiões, como a católica. As pescadoras relatam que não há conflitos entre eles em razão do credo religioso. Ademais, as atividades que mais movimentam o lugar são as festividades religiosas, entre elas, a festa da data de fundação da igreja evangélica.

A comunidade não dispõe de energia elétrica. Algumas famílias dispõem de motor de luz ou placa solar. Para as famílias que não possuem energia elétrica, a conservação do peixe e de outras proteínas animais é realizado por meio da salga ou do gelo no isopor, o que é dispendioso porque precisa ser comprado frequentemente.

Vários moradores têm celular, mas a utilização é precária quando estão na comunidade devido à dificuldade do sinal da internet, que falta com frequência. O rádio é o principal meio de comunicação. Por meio dele, são informados sobre o que acontece em sua volta, assim como recebem mensagens e enviam notícias. A água

é captada diretamente do rio, em baldes ou por meio de motobombas²⁹, o qual algumas famílias dispõem. Ressaltamos que tanto na comunidade Nova Esperança, quanto nas demais comunidades onde estivemos presentes, são geralmente as mulheres que realizam este trabalho de pegar a água no rio e levar para casa. Geralmente, a água para beber é tratada com o hipoclorito, que a Agente de Saúde (AS) distribui mensalmente.

Este realiza as visitas nas casas para acompanhamento das doenças e registro das necessidades médica. O reumatismo é uma enfermidade comum entre os moradores. Para enfrentá-lo, utilizam os conhecimentos da medicina tradicional, como por exemplo, o uso de gel, com fórmula doméstica. As plantas medicinais também são utilizadas como remédios para os mais diversos tipos de doenças. Só recorrem ao atendimento médico convencional se o tratamento natural não surtir resultado. Vacinação e exames preventivos só são realizados na sede municipal de Manacapuru.

Os principais meios de transporte são a canoa, o bote e a rabeta. Os resíduos sólidos são queimados, não há tratamento sanitário, algumas casas dispõem de fossa do tipo comum³⁰. As principais fontes de renda são a pesca do camarão, a pesca de peixe-liso (Siluriformes) e de escamas como o jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*) e o pacu (*Piaractus mesopotamicus*), entre outros, e o cultivo da malva. A agricultura familiar e a captura do camarão também são importantes fontes de renda. Destaco que as mulheres trabalham de forma pluriativa: agricultoras, pescadoras, extrativistas, malveiras e, nas atividades reprodutivas, ou seja, do lar.

Os comunitários possuem, em sua maioria, relações de parentesco. Segundo as pescadoras, na comunidade Nova Esperança não há roubo, nem casos de violência. Existe ali, uma associação comunitária com a direção eleita pelos moradores a cada três anos, com objetivo de buscar melhorias e soluções para os problemas que surgem. Além da Uziene de Souza Ferreira, Francimara de Souza Ferreira e Micilene de Souza Ferreira, somaram-se a nossa pesquisa mais duas

²⁹ Motobomba é um tipo de bomba submersa, conhecida também como bomba sapo, que realiza a sucção da água do rio e transfere para uma caixa de água.

³⁰ A fossa do tipo comum não é impermeável, por isso não se caracteriza como uma fossa séptica, mas também não é uma fossa negra, pois é formada por uma caixa de concreto para onde os dejetos são conduzidos.

pescadoras de camarão, Arlene Deodato de Souza (mãe de Uziene) e Rosângela Vieira Gonçalves (cunhada de Uziene).

1.3.6 Betânia - Ilha do Supiá, Manacapuru

Conforme explicado na introdução desta tese, não conseguimos estar presente na comunidade Betânia, pois não tivemos retorno das tentativas de contato feitas com os pescadores artesanais de camarão, José Raimundo Ferreira Sampaio, Ismael Borges e com a vendedora de camarão, Geisa dos Santos, com os quais havíamos feito um acerto prévio para o deslocamento. As informações que obtivemos sobre Betânia foram coletadas por meio das entrevistas realizadas na sede municipal de Manacapuru, em 2018, com os pescadores e vendedora de camarão. Consideramos relevante trazer os conhecimentos adquiridos para a tese, por se tratar de uma comunidade pesqueira de camarão, onde homens e mulheres desenvolvem este tipo de pesca.

A comunidade Betânia apresenta características comuns à comunidade Nova Esperança. As duas estão localizadas na ilha do Supiá, onde não há fornecimento de energia elétrica pelas vias públicas; a água consumida é captada diretamente do rio Solimões/Amazonas, sendo a única forma de tratamento, a utilização do hipoclorito na água para beber. O Agente de Saúde distribui o hipoclorito e faz mensalmente o levantamento das necessidades de atendimento médico, que são direcionadas para a sede municipal.

Betânia é uma comunidade que se considera evangélica, uma vez que a maioria dos moradores são adeptos a essa religião, sendo a convivência pacífica, sem conflitos em detrimento do credo. As principais fontes de renda são provenientes da agricultura e da pesca. Homens e mulheres trabalham no cultivo da roça de mandioca para fazer farinha, do milho, da macaxeira, da melancia e da malva. As atividades pesqueiras estão voltadas à captura de diferentes peixes e à pesca do camarão, presentes nos próprios lagos da ilha do Supiá, como nos relatou os pescadores artesanais dos crustáceos, José Raimundo Ferreira Sampaio e Ismael Borges e a vendedora Geisa dos Santos, cujos pais, Manuel e Maria Borges vivem na comunidade (Pesquisa de Campo, 2018).

O principal meio de comunicação na Betânia é o rádio, por meio do qual os moradores recebem notícias, inclusive de parentes. Os pescadores relataram que na

comunidade várias pessoas dispõem de celular, mas é pouco utilizado porque o sinal de internet na localidade é precário, quase inexistente. Fazem uso do aparelho apenas quando vão à sede municipal de Manacapuru.

A única via de acesso à sede municipal de Manacapuru é o rio, sendo utilizado para o deslocamento, as próprias embarcações regionais. Segundo José Raimundo Ferreira Sampaio e Ismael Borges, a comunidade é tranquila, pacata, formada por famílias de parentes.

1.3.7 Nossa Senhora das Graças - Paraná do Supiá, Manacapuru

Um braço do rio Solimões forma o paraná do Supiá, onde fica localizada a comunidade Nossa Senhora das Graças. Ali moram mais de 50 (cinquenta) famílias. As pescadoras relatam que possuem documento do terreno onde moram. É considerada uma comunidade católica, havendo também a presença de evangélicos. O centro comunitário segue a estrutura de tradição católica, com igreja, escola e sede comunitária, tendo em sua organização social e política o presidente comunitário, secretário e tesoureiro, escolhidos pelos próprios moradores.

Dispõem de energia elétrica por meio do Programa Luz Para Todos (PLPT). “Já faz um bom tempo que temos luz por aqui, não sei dizer o ano, mas foi o Luz para Todos que trouxe energia pra nós” (Ivânia Pereira de Souza, 2018). O consumo é medido mensalmente. A água consumida é captada diretamente do rio durante a vazante pelos próprios comunitários por meio de baldes ou por motobomba. A água para beber, torna-se potável por meio do uso do hipoclorito, mas nem todos usam, alguns bebem a água sem nenhum tipo de tratamento.

O atendimento à saúde é realizado por meio do AS que vai nas casas para registrar, acompanhar e/ou encaminhar para atendimento médico na sede municipal de Manacapuru, os membros das famílias que se encontram enfermos e, cuja medicina tradicional, comumente utilizada pelos comunitários, não conseguiu curar. As enfermidades mais frequentes são a diabetes e a hipertensão. As vacinações e exames preventivos não chegam até a comunidade, os moradores precisam se deslocar para a sede municipal de Manacapuru para realização do procedimento.

Em relação à educação, Nossa Senhora das Graças dispõe da Escola Municipal Getúlio Vargas, que oferta somente os anos iniciais do Ensino Fundamental (1.º ao 5.º ano), de forma multisseriada, com uma única professora. Para dar

continuidade aos estudos nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio - tecnológico, os alunos se deslocam para a comunidade vizinha, Monte Sião, localizada também no paraná do Supi.

As principais atividades econômicas são a agricultura (malva e roça) e a pesca, entre elas do camarão. Os meios de transporte são os fluviais, próprios de cada família, como a voadeira, a rabeta e o bote.

Nesta comunidade encontro Franciele de Souza e Souza e Joseane Magalhães da Silva, que são, respectivamente, filha e nora de Ivânia Pereira de Souza. Ambas residem com a pescadora, bem como aprenderam a pescar camarões com a mesma. Portanto, somam com nossa pesquisa.

1.3.8 Bom Jesus - ilha do Marrecão, Manacapuru

Sem conseguirmos retorno das tentativas de contato realizado com as pescadoras artesanais de camarão, Maria Gomes Bastos e Adriana Bastos dos Santos, entrevistadas por nós na sede municipal de Manacapuru, tornou-se inviável a nossa ida à comunidade Bom Jesus (colocar na introdução), conforme esclarecemos na introdução desta tese. Nas entrevistas realizadas com as duas pescadoras supracitadas, foi possível identificar que a comunidade Bom Jesus tem na pesca do camarão uma de suas fontes de renda, sendo esta atividade pesqueira realizada por mulheres, portanto, trouxemos os dados para somar com nossa pesquisa, que busca dar visibilidade a este tipo de pesca e às pescadoras do rio Solimões/Amazonas.

Bom Jesus situa-se na ilha do Marrecão, em Manacapuru. É uma comunidade evangélica, mas há também católicos e os que se autodenominam “tementes a Deus”, como descreveu Maria Gomes Bastos (Pesquisa de Campo, 2018). A igreja evangélica presente na comunidade é a Assembleia de Deus. Mais de 30 (trinta) famílias residem na comunidade, a maioria em casas de palafitas, tendo algumas do tipo flutuante, que ficam ancoradas na frente da comunidade.

Bom Jesus não dispõe de uma rede de energia elétrica. Algumas famílias possuem motor de luz ou placa solar. O meio de comunicação principal, como em outras comunidades já descritas, é o rádio. Ainda que vários moradores tenham celular, o funcionamento é quase nulo na comunidade, devido ao precário sinal da internet.

A água do rio Solimões é captada para o consumo das famílias de forma individual, por motor bomba ou por baldes, sem nenhum tipo de tratamento. Como procedimento padrão, o Agente de Saúde distribui hipoclorito para tornar a água de beber potável, mas nem todos comunitários utilizam.

O tratamento das enfermidades é feito de forma tradicional, com o uso de plantas medicinais e conhecimentos geracionais. O acesso aos serviços de saúde, por meio da medicina convencional, só é realizado na sede de Manacapuru. O Agente de Saúde é quem realiza os encaminhamentos diante da necessidade apresentada pelas famílias.

O ir e vir entre a comunidade e a sede municipal de Manacapuru é realizado pelas embarcações próprias de cada família, sendo elas, as tradicionalmente utilizadas na região, sendo a rabeta, a canoa e a voadeira as mais comuns. As duas pescadoras entrevistadas relatam que na comunidade não há conflitos, é calma e a maioria dos moradores são parentes.

As principais fontes de renda são a agricultura, com a plantação da roça, cultivo da cebolinha, milho, malva e a pesca de peixes e de camarão realizada mais pelas mulheres. As mulheres trabalham tanto na agricultura, quanto na pesca, além das atividades de cuidados com a casa, os filhos e o marido. As pescadoras artesanais Maria Gomes Bastos e Adriana Bastos são, desta comunidade, as nossas partícipes da pesquisa.

1.3.9 Santo Antônio – Ressaca do Cumaru, Itacoatiara

Em 2018, na sede municipal de Itacoatiara, entrevistamos as pescadoras artesanais de camarão, Francisca Eliziete Vasconcelos Feitosa, Elisângela Vasconcelos Feitosa e Ana Karolaene da Silva Pereira e acertamos a nossa ida à comunidade. Contudo, conforme descrito na introdução, ocorreram conflitos familiares na comunidade. Em decorrência, ficamos impossibilitadas de ir à comunidade. As entrevistas foram feitas na sede municipal, na Feira do Produtor Rural, onde realizam a comercialização dos crustáceos. Em relação às características da comunidade de Santo Antônio, seguem os aspectos que nos foram repassados pelas três pescadoras entrevistadas. Ressaltamos que, mesmo sendo poucas as informações coletadas em relação às características sociais da comunidade, elas foram suficientes para identificar a comunidade como pesqueira de camarão.

Santo Antônio fica localizada na ilha do Cumaru. Como o próprio nome indica, é uma comunidade que professa o catolicismo. São 19 (dezenove) famílias que vivem lá, a maioria possui relação de parentesco, como na maioria das comunidades amazônicas. Somente duas famílias não têm relação de parentesco.

A comunidade dispõe de energia elétrica, que chegou por meio do programa do Governo Federal, Luz para Todos. A água utilizada pelas famílias é colhida diretamente do rio, sem passar por nenhum tipo de tratamento para o consumo em geral. Na água para beber, as pescadoras não fazem uso do hipoclorito distribuído mensalmente pelo Agente de Saúde, elas compram e utilizam o cloro, em pó ou em forma de pedra, sem nenhuma orientação profissional de saúde a respeito. Como o cloro deixa a água transparente, elas consideram, que dessa forma a água esteja tratada, livre de agentes patogênicos e própria para o consumo. Sobre essa questão, relatam, “Eu compro a pedra (cloro), que deixa a água limpinha para beber” (Elisângela Vasconcelos Feitosa, 2018).

O atendimento à saúde na comunidade é realizado por meio do Agente de Saúde que atende a um cronograma de visitas mensais às famílias, para acompanhamento aos casos de pessoas que se encontram em tratamento de alguma enfermidade pontual ou doenças crônicas; solicitação de exames e encaminhamento para atendimento médico na sede municipal de Itacoatiara. Nas situações de urgência, é acionada a ambulância para a realização do deslocamento do comunitário doente, mas, geralmente, são os vizinhos que realizam o deslocamento do enfermo nos casos de emergência.

As pescadoras informaram que existe uma escola na comunidade, mas não souberam informar o nome. Segundo Elisângela Vasconcelos Feitosa, não ofertam a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Ela, que só estudou até a 4.^a série, comenta, “Se tivesse EJA, eu gostaria de voltar a estudar” (Elisângela Vasconcelos Feitosa, 2018).

Em Santo Antônio, as fontes geradoras de renda para manutenção das famílias são a agricultura, com o cultivo da roça, cheiro-verde, inclusive na cheia, com canteiros suspensos e banana; a pesca, com a captura do tucunaré, curimatá, surubim e pacu, além da pesca do camarão, realizada por outras pescadoras além das três entrevistadas.

As três pescadoras que entrevistamos, Francisca Elizete Vasconcelos Feitosa, Elisangela Vasconcelos Feitosa e Ana Karolaene da Silva Pereira foram nossas fontes de dados da pesquisa. As duas primeiras são irmãs e a terceira não tem relação de parentesco com elas.

1.3.10 Monte Sinai – Ressaca do Cumaru, Itacoatiara

Em 2018, na Feira do Produtor Rural, na sede municipal de Itacoatiara, entrevisto a pescadora artesanal de camarão, Josilândia Mota Mendes, com quem acerto a ida para conhecimento *in loco* da comunidade Monte Sinai, na ressaca do Cumaru, onde ela reside. Contudo, como explanado na parte introdutória desta tese, não conseguimos ir até a comunidade devido à falta de retorno do contato com a pescadora após os nossos encontros na sede de Itacoatiara. Com as informações que Josilândia Mota Mendes nos repassou sobre o trabalho com a pesca do camarão, podemos caracterizar Monte Sinai como mais uma comunidade pesqueira do crustáceo. Seguem as características descritas por nossa entrevistada sobre seu lugar de moradia e trabalho.

Monte Sinai é uma comunidade cuja crença predominante é a evangélica, havendo alí uma igreja da Assembléia de Deus. Dispõem de rede de energia elétrica. A água consumida pelas famílias é tirada dos lagos que ficam mais próximos das moradias de cada família. Josilândia Mota Mendes nos relatou que ela e várias outras comunitárias preferem comprar e usar o cloro para tratar a água de beber do que o hipoclorito, distribuído pelo Agente de Saúde local.

O atendimento à saúde é restrito a encaminhamentos e acompanhamento a quem já realiza algum tipo de tratamento. Em casos de acidentes graves ou sintomas de adoecimento cujos procedimentos e remédios caseiros, provenientes da medicina tradicional, não consigam tratar, é acionado o pedido da ambulância para fazer o deslocamento do/a comunitário/a para o hospital na sede municipal de Itacoatiara.

Em relação à educação, a comunidade Monte Sinai conta com a Escola Municipal Presidente Tancredo Neves, que oferta o Ensino Fundamental, com salas multisseriadas e, no período da noite, oferta-se a EJA, anos finais do Ensino Fundamental – 6.º ao 9.º ano.

Semelhante às comunidades anteriormente descritas, as principais fontes de renda são a agricultura e a pesca. Na agricultura, realizam o plantio do milho, da

macaxeira e da mandioca para produção de farinha. Na pesca, realizam a captura de peixes de várias espécies, entre eles, o bodó para fabricação artesanal do piracuí (farinha de peixe) e também a pesca do camarão, realizada por mulheres e homens. Nesta comunidade, nossa informante no estudo é a pescadora que entrevistamos, Josilândia Mota Mendes.

1.3.11 Nossa Senhora da Conceição - Costa da Conceição, Itacoatiara

No lugar onde nos hospedamos na sede de Itacoatiara, em conversa com a estudante universitária Eline Cruz Alzier, tivemos conhecimento de que sua família é moradora da comunidade Nossa Senhora da Conceição, onde ela viveu até o final dos estudos por lá ofertado e para onde sempre regressa nos períodos de férias da faculdade. Eline Cruz Alzier nos informou que pesca camarão desde criança e que esta prática pesqueira faz parte do cotidiano e modo de vida dos comunitários.

Nossa Senhora da Conceição é uma comunidade onde as principais fontes de renda são a pesca de peixe de várias espécies, e a agricultura voltada para a produção de frutas como o cajá, o abacaxi, a graviola e o maracujá, para a retirada de polpas. Alí, a pesca dos crustáceos é realizada para o consumo e lazer dos moradores.

Apesar disto, consideramos relevante fazer o registro e trazer o conhecimento de que se trata de uma comunidade pesqueira de camarão, com potencial para sua comercialização, uma vez que, de acordo com as informações prestadas por Eline Cruz Alzier, a ocorrência dos crustáceos é abundante nessa localidade. Sobre essa questão, a entrevistada comenta, “Pescar camarão faz parte do nosso modo de vida, é muito bom, é divertido, pescávamos até com lençol, dá muito camarão por lá” (Pesquisa de campo, 2018).

Os apetrechos, as iscas e as técnicas empregadas no processo de conservação dos crustáceos são as mesmas utilizadas em algumas das comunidades onde este tipo de pesca tem a finalidade comercial. Neste sentido, Eline Cruz Alzier é nossa informante sobre o desenvolvimento dessa atividade pesqueira na comunidade de Nossa Senhora da Conceição.

Mesmo não estando presente nessas três comunidades de Itacoatiara: Santo Antônio, Monte Sinai e Nossa Senhora da Conceição, trouxemos as informações das cinco pescadoras entrevistadas em relação a essas comunidades pesqueiras, uma vez que o conteúdo é pertinente à pesquisa.

Diante do conteúdo apresentado, concluiu-se a caracterização de 11 (onze) comunidades pesqueiras de camarão, onde vivem e trabalham mulheres pescadoras artesanais, dentre as quais, entrevistamos mulheres de 10 (dez) comunidades. A divergência numérica se dá devido a particularidade do município de Manacapuru, a qual identificamos as comunidades de Betânia e Nova Esperança.

Durante o processo de busca e encontro com as pescadoras nas sedes municipais, excepcionalmente, foi possível identificar em Manacapuru, três homens que comercializam e pescam camarão, além de uma jovem que somente vende os crustáceos pescados por seus pais. Ressaltamos que eles fazem parte da divisão social do trabalho que compõe a economia familiar na pesca dos crustáceos. A partir destes sujeitos foi possível identificar as comunidades supracitadas.

Entretanto, não foi possível visitar a comunidade Betânia, pois não conseguimos retorno do contato feito com os moradores que foi estabelecido no processo de busca e encontro nas sedes municipais. Uma vez que não conseguimos ir, nem entrevistar as pescadoras da comunidade Betânia, trouxemos o registro das entrevistas realizadas durante o contato primário com os vendedores e pescadores de camarão, José Raimundo Ferreira Sampaio e Ismael Borges, bem como a entrevista com a jovem vendedora de camarão Geisa dos Santos, por serem pertinentes à investigação.

No que se refere à comunidade Nova Esperança, conseguimos identificar e visitá-la por meio do contato com o vendedor e com o pescador de camarão, Sr. Izonildo Vieira da Silva, residente na sede municipal de Manacapuru. Na comunidade, entrevistamos cinco pescadoras artesanais de camarão, fundamentais para a pesquisa.

Conseguimos ir em cinco das onze comunidades que realizam a pesca do camarão, fundamentais para a nossa pesquisa. Das onze comunidades, contabilizamos dez, que foram as que conseguimos entrevistar as pescadoras de camarão. Apresento a seguir no quadro 3, uma síntese com a identificação das comunidades e das 26 (vinte e seis) mulheres pescadoras artesanais de camarão partícipes da pesquisa.

Quadro 3: Comunidades pesqueiras e pescadoras partícipes da pesquisa

Município	Localidade	Comunidade	Pescadora de camarão
		São Francisco	Maria Elessandra Costa De Santos

Careiro da Várzea	Paraná do Cambixe, Km 17		Antônia Lucia de Souza Costa
			Francisca Edileuza de Almeida Costa
	Costa da Terra Nova	São José	Maria de Araújo Pinto
			Maria do Socorro Pinto Nogueira
Iranduba	Ilha da Paciência	Nossa Senhora de Fátima	Valdenora Barbosa Oliveira
			Luzinete Lima da Silva
Manacapuru	Costa do Arapapá - Igarapé do Lago Preto	São Francisco	Deuzinete Sena Sorriano
			Rosineia Sena do Carmo (Rosa)
			Deuzineia Souza Sena
			Taline Felix de Lima
	Ilha do Supiá	Nova Esperança	Uziene de Souza Ferreira
			Francimara de Souza Ferreira
			Micilene de Souza Ferreira
			Arlene Deodato de Souza
			Rosângela Vieira Gonçalves
	Paraná do Supiá	Nossa Senhora das Graças	Ivânia Pereira de Souza
			Franciele de Souza e Souza
			Joseane Magalhães da Silva
	Ilha do Marrecão	Bom Jesus	Maria Gomes Bastos
			Adriana Bastos dos Santos
Itacoatiara	Ressaca do Cumaru	Santo Antônio	Francisca Eliziete Vasconcelos Feitosa
			Elisângela Vasconcelos Feitosa
			Ana Karolaene da Silva Pereira
		Monte Sinai	Josilândia Mota Mendes
	Costa da Conceição	Nossa Senhora da Conceição	Eline Cruz Alzier
04	09	10	26

Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

O quadro apresentado acima, expressa e revela que, após um longo e sinuoso caminho de busca das pescadoras artesanais, passando por vários lugares, indo, voltando, observando, conversando, pesquisando, persistindo, enfim, encontramos essas mulheres que ganham materialidade e visibilidade e se transformam em informantes da pesquisa. Trazemos a seguir, as pescadoras de camarão em seu lugar de fala, de vida e de trabalho; as comunidades pesqueiras, nos municípios da Calha do rio Solimões e do rio Amazonas. Elas existem!

1.4 Pescamos! Logo Existimos

MARIA DE ARAÚJO PINTO

Figura 7: Pescadora de camarão, comunidade São José – Costa da Terra Nova, Careiro da Várzea



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Nasci no primeiro dia do mês de janeiro de 1948, aqui mesmo na comunidade, nessa época, as crianças nasciam no interior mesmo. Tenho 71 anos, sou casada, meu marido é daqui também. Sou mãe de cinco filhos, três homens e duas mulheres. Estudei só até a 5.^a série, acho a educação importante para saber das coisas, melhorar de vida. Sou católica e participo da igreja, sou ministra da palavra, fui catequista e por 40 anos (quarenta) fui coordenadora da igreja. Tenho todos os meus documentos, carteira de trabalho, carteira de agricultora, carteira de artesanato e carteira de ministra das exéquias. Já sou aposentada, me aposentei como trabalhadora rural, mas continuo trabalhando, só o dinheiro da aposentadoria não dá, a despesa é grande. Passei 16 anos (dezesseis) como agente de saúde. Até hoje estou aqui trabalhando no meio da agricultura, na feira da UFAM e como pescadeira de camarão – trabalho que faço a vida inteira. Gosto muito do trabalho, gosto da minha vida, gosto de ser católica, estou pelejando por aqui até chegar a hora da minha passagem. Sou feliz da vida com minha família, com meu trabalho. Sempre fui honesta, não gosto de meter a mão em nada que é dos outros, só gosto do que é meu. Sou coordenadora da comunidade, troca a cada três anos, entro, saio, entro de novo, estou sempre por aqui atuando.

MARIA DO SOCORRO PINTO NOGUEIRA

Figura 8: Pescadora de camarão, comunidade São José – Costa da Terra Nova, Careiro da Várzea



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Meu nome é Maria do Socorro Pinto Nogueira, mas me chamam só de Socorro. Sou filha de D. Maria, nasci e cresci aqui mesmo na comunidade, casei, tive 3 filhos, 1 homem e 2 mulheres, fiquei viúva e casei de novo depois de vários anos. Tenho todos os documentos, mas nunca me registrei como pescadora, nem como agricultora. Cultivo para consumo e pesco, mas não sou profissional. Morei em Manaus com meu marido e filhos, lá eu trabalhei como doméstica por 7 anos, mas só assinaram minha carteira quando eu já estava para sair, foram 4 anos sem assinar. Quando meu filho casou e teve filho, pedi para sair do trabalho e fui ajudar ele e minha nora cuidando do meu neto porque eles trabalhavam. Sai do trabalho sem direito a nada, doméstica naquele tempo, não tinha muito direito. Voltei para a comunidade faz três anos e continuo pescando camarão, nunca deixei de pescar. Quando morava em Manaus, todo ano meu marido marcava para tirar as férias na época do camarão e nós vínhamos aqui para a comunidade para eu pescar. Aprendi a pescar camarão com minha mãe, quando ainda era criança. Pescar camarão é uma coisa que eu gosto mesmo, isso eu sei pescar! Faço todo o processo sozinha, preparo a isca, coloco a armadilha, lavo, cozinho e se a gente vai vender, ele é bom de preço, mas eu gosto mesmo de pescar camarão! Com o dinheiro do camarão, pago as dívidas do dia a dia, os materiais de construção, o consumo. Meu marido vai para o rio pescar outros peixes. Hoje (2018) estou com 51 anos, tenho asma e artrite reumatoide, vivo

na medicação, não posso parar de tomar os remédios porque senão eu não ando, fico toda inchada, onde tem junta, incha. Faço o tratamento em Manaus, no Araújo Lima, pego a medicação lá mesmo e na central de medicamentos, mas gosto mais daqui pela tranquilidade e segurança. Aluguei minha casa de Manaus, meus filhos moram todos lá, já são todos casados, mas eu quis voltar pra cá.

ANTÔNIA LÚCIA DA COSTA

Figura 9: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco - Cambixe Km 17, Careiro da Várzea



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Eu sou a Antônia Lúcia de Souza Costa, tenho 59 anos, nasci aqui mesmo no Careiro, no dia 20 de abril de 1960. Sou casada e tenho 2 filhos, 1 homem e 1 mulher. Estudei até a 6.^a série e meu marido até o 2.^o/3.^o ano primário. Parei de estudar depois que casei e vim morar aqui, nessa comunidade que na época não tinha escola, ficava difícil estudar, agora tudo está mais fácil. Na religião, meu marido é católico e eu sou evangélica da Assembleia de Deus; no trabalho, nós dois já somos aposentados, somos pescadores, a gente ama a pescaria! Eu aposentei com 42 anos de pescaria, mas continuo a pescar porque pra mim a pesca é uma felicidade! Uma alegria! Emocionante! Pesco de tudo, só não pirarucu e tambaqui. Não sei ficar parada! Faço de tudo um pouco. O serviço de casa é todo comigo, eu limpo a casa, faço a comida, o café, lavo a roupa. Na pesca armo a malhadeira, tiro o peixe e congelo. O tempo que eu tenho de pesca dos peixes é o tempo que pesco camarão também. Eu pesco o camarão porque é por meio dele que eu pego outros peixes. Ele é a isca. Pesco de maio a setembro, três vezes por semana, mas eu não me identifico como pescadora

de camarão porque eu pesco ele para ser isca, mas sou pescadora. Nas reuniões que tinha com os pescadores, dava mais homem. Teve uma reunião que só tinha eu de mulher, as vezes duvidam que somos pescadoras. Gosta de pescar e de namorar com o meu esposo.

MARIA ELESSANDRA COSTA DOS SANTOS

Figura 10: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco - Cambixe Km 17, Careiro da Várzea



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Me chamo Maria Elessandra Costa dos Santos, tenho 39 anos e sou pescadora há 11 anos, pesco peixes e camarão. Sou casada e tenho três filhos, uma mulher e dois homens. Estudei só até a 7.^a série porque tive filho muito nova, fui cuidar dele. A educação é importante, principalmente para os filhos, queria que tivesse até o Ensino Médio aqui. Faço todo o trabalho de casa. Eu e meu marido somos católicos, ele que me ensinou a pescar camarão. É trabalhoso pescar camarão, ele deve ser pego à noite, o trabalho deve ser realizado por duas pessoas. O dinheiro que vem da pesca dos camarões é importante, com ele compramos coisas para a casa. O Bolsa Família também é importante, mas quando é a época do recebimento do Seguro Defeso, o pagamento do Bolsa Família é suspenso. Tenho todos os documentos e a carteirinha de pescadora, sou associada ao Sindicato dos pescadores daqui e recebo o Seguro Defeso. O dinheiro serve pra alimentar, pois fica proibido pescar, nesse período paro de pescar curimatã, jaraqui, pacu, matrinxã e aracu. Poucas mulheres participam das reuniões dos pescadores, eu vou quando acontece aqui na comunidade. Os homens falam e ocupam os cargos, acho bom, mas as mulheres deveriam ter voz. Gosto de

me cuidar, de pintar meu cabelo e limpar a sobancelha. Cada um vive como quiser, a mulher deve trabalhar e ajudar o marido.

FRANCISCA EDILEUZA DE ALMEIDA COSTA

Figura 11: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco - Cambixe Km 17, Careiro da Várzea



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Sou pescadora aposentada, me chamo Francisca Edileuza de Almeida Costa, tenho 56 anos e nasci no Careiro. Sou casada e tive três filhos, uma mulher e dois homens, mas um faleceu. Estudei só até a 4ª série primária porque era o que tinha na comunidade onde morava, se fosse continuar os estudos teria que me mudar para a cidade. Ando doente, tenho sinusite e pressão alta, quase não pesco mais, meu marido é quem me ajuda. Eu limpo a casa, lavo roupa, faço comida e o café, às vezes minha filha ou meu marido fazem também. Gostava muito de pescar, só parei porque realmente não tenho mais condições, mas quando estou bem, meu marido me leva com ele para pescar. Não vendo o camarão, pesco para consumo, faço todo o processo de conservação. Gosto de estar com minha família, passear na casa dos meus filhos e estar junto dos netos. Hoje em dia eu ajudo o meu esposo.

VALDENORA BARBOSA OLIVEIRA

Figura 12: Pescadora de camarão comunidade Nossa Senhora de Fátima – Ilha da Paciência, Iranduba



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Me chamo Valdenora, mas todos me conhecem como Val. Nasci aqui mesmo na ilha da Paciência, no dia 23 de maio de 1972, tenho 48 anos. Todas minhas colegas que moravam aqui já foram embora, eu não vou embora daqui, só vou se não tiver camarão. Quando era pequena, nós (a família) íamos todos os anos para Manaus na época da cheia e depois voltávamos, minha mãe acabou ficando por lá, mora pra lá. Foi o tempo que arranjei marido, fiquei aqui, tinha 19 anos. Tive três filhos, uma mulher e dois homens. A menina já é casada, mora em Manaus, morava com minha mãe desde os 9 meses de idade, os homens são solteiros, moram aqui comigo. Tenho todos os documentos, só não tenho ainda a carteira de pescadora. Já sou registrada na Colônia dos pescadores de Iranduba desde 2014, só que ainda não veio a carteira, nem a provisória, estou aguardando. A minha religião é a comum mesmo, o que todo mundo é, como diz, somos todos filhos de Deus, sou católica. Estudei até a 7ª série, foi um tempo que tive uma dificuldade, estava casada, minha sogra estava doente e precisava de alguém para cuidar dela, eu e meu marido cuidávamos, não dava pra continuar estudando, depois eu que não quis mais voltar a estudar. A educação é importante, a pessoa fica mais sabido, arranja emprego bom. Às vezes não adianta nada, fica no cultivo da terra. Eu que comecei a pescar camarão na comunidade, eles beliscavam o meu pé na praia, ninguém aqui pescava, só era eu. Aprendi sozinha, iniciei pescando só para comer, depois comecei a vender, vende tudo. Não ensinei

ninguém, cada uma dava seu jeito. Gosto mesmo de pescar camarão! Sou pescadora de camarão, não gosto muito de pescar outros peixes, masresco. O que eu gosto de fazer é de conversar com pessoas, pescar camarão, animação, festa, dança e de pintar o meu cabelo.

LUZINETE LIMA DA SILVA (MORENA)

Figura 13 Pescadora de camarão, comunidade Nossa Senhora de Fátima – Ilha da Paciência, Iranduba



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Sou conhecida como Morena, acho que poucas pessoas sabem que meu nome é Luzinete. Nasci e me criei aqui na ilha da Paciência, antes este lugar era do Careiro, depois que Iranduba passou a ser município, ficou sendo do Iranduba. Tenho 61(sessenta e um) anos, sou casada e tive 6 (seis) filhos, sendo 5 (cinco) mulheres e 1(um) homem. Sou professora, já me aposentei, mas continuo trabalhando aqui mesmo da comunidade, dou aula de manhã e à tarde em classe multisseriada, da alfabetização ao 5º ano. A educação seria melhor se as salas não fossem multisseriadas. Estudei até a pós-graduação, pensei que não ia conseguir, mas consegui, o conhecimento nos dá um olhar melhor para a vida. Sou católica e participo das atividades da igreja. Meu marido e uma filha são Bahá'í³¹, é uma religião, eles têm uma escola em Brasília e duas vezes por ano vinham em excursão com uns alunos aqui pra ilha da Paciência, foi assim que os conhecemos.

³¹ É a mais nova religião independente do mundo, possuem uma instituição educacional em Brasília, a Escola das Nações.

Gosto daqui, com a energia elétrica melhorou bastante a vida na comunidade, temos como conservar os alimentos e até mesmo o pescado. Mudou tudo, a vida de minha família ficou bem mais confortável. A internet e o celular também ajudaram a melhorar a nossa vida porque a informação e a comunicação ficaram bem mais rápidas, conseguimos resolver os problemas urgentes de maneira mais célere. A maioria das pessoas aqui, agora tem um girico³² para levar e carregar o que precisa no tempo da seca.

Nos meus momentos de folga da escola estou na agricultura e na época do camarão, pesco camarão. É muito bom, pego aqui mesmo na comunidade, rapidinho, na beira do rio, em frente de casa, faço várias comidas com o camarão, também dou pra minha família e vendo pra quem me pede. A pesca do camarão faz parte da minha vida e da minha família! Me dá prazer pescar camarão para o meu consumo e da minha família!

DEUZINETE SENA SORRIANO (DEUSA)

Figura 14: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco – Costa do Arapapá/Lago Preto, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Eu sou a Deuzinete Sena Sorriano, me chamam de Deusa. Nasci no Careiro, tenho 54 (cinquenta e quatro) anos e há mais de 20 (vinte) anos moro aqui na comunidade de São Francisco/Arapapá, vim pra cá com meu atual marido. A família

³² Girico é o nome dado a um transporte de motor com carroceria, é quando colocam um motor na moto ou carro para ficar com força e puxar uma carroceria, fica parecido um trator pequeno com caçamba.

dele mora aqui, é quase tudo parente. Eu não sei ler, sou analfabeta. Estudei, mas não aprendi a ler, só sei escrever meu nome. Mas faço tudinho na internet, vendo camarão e o que tiver mais pra vender. Acerto tudo com os clientes com mensagens, eu falo e gravo, também uso as figurinhas, tudo pelo Whatsapp e pelo facebook. Sou mãe de quatro filhos, dois homens e duas mulheres. Gosto de morar na várzea, só tem um período que não é bom, o da alagação. Eu faço tudo em casa, meu marido faz o café, ele sabe fazer comida também. Há uns 40 anos, pesco camarão, desde os meus 14 anos na Maria Antônia, lugar onde morava, aprendi com meu pai. É uma profissão. É importante fazer alguma coisa não só para ganhar dinheiro, a pesca do camarão, pra mim, é uma terapia. É importante acordar e saber que você vai fazer alguma coisa. Pesco camarão porque diverte a mente, dá um dinheiro a mais para comprar o que necessito, remédio, o que estiver faltando. É um trabalho porque ganho dinheiro. Ganhei dinheiro é trabalho! Além do camarão, pesco outros peixes, sardinha, pacu, jaraqui, pesco de tudo. Tenho minha carteirinha de pescadora e recebo o Seguro Defeso. Já trabalhei muito, estou perto de me aposentar. Recebo o Bolsa Família também, ajuda no sustento, mas na época do Defeso é cortado. Faço de tudo, não sei ficar parada, eu planto, tenho criação de porco, galinha, cozinho, vendo meus pé-de-moleque, ponho brechó, me viro. Eu sou Pescadora de camarão porque sou vista pelas pessoas assim. As pessoas me identificam pelo camarão, tem gente que me procura quando quer camarão porque sabe que eu pesco.

ROSINEIA SENA DO CARMO (ROSA)

Figura 15: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco – Costa do Arapapá/Lago Preto, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Me chamam de Rosa, mas meu nome é Rosineia, sou a filha mais nova da Deusa, tenho 26 anos, sou casada e mãe de dois filhos. Nasci em Iranduba e vim morar na comunidade de São Francisco, no Arapapá, quando a mamãe se casou com o meu padrasto, o Sr. Célio, isso já faz uns 20 anos. Meu marido é da comunidade e nossa casa é no terreno do meu sogro. Tudo aqui é várzea, gosto de morar na várzea, eu pesco e caço. Estudei até o final do Ensino Médio, tenho ele completo. Minha religião é a católica, têm pessoas de outras religiões aqui na comunidade, mas conversamos uns com os outros. Eu recebo o Bolsa Família, esse dinheiro é muito importante para minha família, com ele compramos o rancho e roupa para as crianças.

Aprendi a pescar camarão com minha mãe, ia com ela para pescaria desde os 12 anos de idade, já trabalho nessa pesca há 14 anos. Faço de tudo na pesca, preparo a isca, ajeito os apetrechos, preparo a merenda para levar pra pescaria. Dei entrada na minha carteira de pescadora, o RGP, mas até agora só recebi minha carteira provisória, isso desde o ano de 2012, até hoje ainda não recebi minha carteira definitiva. Eu gosto de estar com a minha família, de pescar, de fazer plantação, artesanato, criar bichos, andar bem arrumada, fazer maquiagem, arrumar o cabelo e andar cheirosa. Gosto de pescar camarão porque é bom, dá uma renda, mas também acho bem sacrificoso! Eu sou uma pescadora de camarão porque pesco camarão!

DEUZINEIA SOUZA SENA (TINA)

Figura 16: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco – Costa do Arapapá/Lago Preto, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Sou filha da Deusa, meu nome é Deuzineia, mas todo mundo só me conhece por Tina. Vim morar aqui nessa comunidade quando minha mãe veio pra cá com o marido. Já faz 20 (vinte) anos que vivo aqui. Tenho 34 (trinta e quatro) anos, sou casada, conheci meu marido aqui mesmo na comunidade, tenho um filho e estou esperando outro, estou com 6 (seis) meses (julho de 2019). Minha religião é a católica. Estudei até o Ensino Médio. Sou pescadora de camarão, gosto muito de pescar, aprendi vendo minha mãe pescar, ela é uma grande pescadora, me incentiva muito. Gosto muito de maquiagem, queria fazer cursos para aprender mais, ganhar mais dinheiro, mas não têm por aqui, então a gente faz o que dá para fazer. A pesca do camarão ajuda muito, dá um dinheiro.

TALINE FELIX DE LIMA

Figura 17: Pescadora de camarão, comunidade São Francisco – Costa do Arapapá/Lago Preto, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Sou a Taline, tenho 26 (vinte e seis) anos de idade e voltei a morar na comunidade faz uns 4 (quatro), passei 6 (seis) anos em Manaus, mas todo ano na época do camarão eu vinha pescar. Voltei a morar aqui por causa de trabalho, sou pescadora, em Manaus é mais difícil, aqui tenho casa, família. Tenho um filho de 8 anos que mora comigo na casa de minha mãe, lá mora eu e mais uma irmã, dividimos a casa em duas partes, cada uma tem seu espaço independente da outra. Estudei todo o Ensino Médio, mas desde criança que pesco e vendo camarão, aprendi com as outras pescadoras daqui mesmo da comunidade, é uma renda. Sou associada à Colônia dos pescadores e pescadoras de Iranduba e já tirei minha carteirinha de pescadora, o RGP e recebo o Seguro Defeso porque sou pescadora, pesco peixes e camarão!

ARLENE DEODATO DE SOUZA

Figura 18: Criadora da pesca do camarão na comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Eu sou a Arlene, tenho 45 anos de pesca de camarão, foi eu quem iniciou essa pesca aqui na comunidade Nova Esperança. No começo, fui percebendo que tinha camarão na beira da terra, então fui devagarzinho pescando e cozinhando. Iniciei pescando com o paneiro, depois passei a usar a camaroeira³³, que é uma armadilha de pesca para camarão feita com um pedaço de estopa presa em um arco, formando uma espécie de saco com uma vara comprida amarrada a ela. Cozinhava inicialmente com bastante água e sal, escorria em uma peneira e botava no sol para secar. Com o passar do tempo, fui observando que não precisava botar muita água não, só um pouquinho (quase nada mesmo) com sal é o suficiente para o camarão cozinhar. Aí comecei a levar para vender em Manacapuru na Feira do Produtor, ao lado da Igreja Católica, ao sol, vendia! Nessa época, a nossa renda vinha da malva e da juta. Durante 10 anos de minha vida, ia frequentemente com minha irmã para Manacapuru vender camarão que pescava, hoje ainda vou, mas é bem menos vezes do que ia antes. As outras mulheres da comunidade foram vendo e aprenderam. A pesca do camarão é uma profissão, eu gosto! O dinheiro da venda do camarão serve para

³³ Camaroeira é o mesmo termo utilizado pelas pescadeiras de camarão em Parintins/AM, se refere a uma armadilha de pesca do camarão de água doce, mas o tipo de armadilha, a camaroeira de Parintins/AM é diferente em seu formato da camaroeira de Manacapuru/AM. Enquanto em Parintins/AM o apetrecho é quadrado, sendo a estopa presa a gravetos que flutuam, em Manacapuru/AM, o apetrecho é redondo, fixado em uma vara comprida de madeira (ver fotos no apêndice).

comprar as coisas. Quando tive os meninos (filhas e filhos), o dinheiro do camarão ajudou muito. Com 20 anos, tive o meu primeiro filho. Eu sou uma pescadora de camarão!

ROSANGELA VIEIRA GONÇALVES

Figura 19: Pescadora de camarão, comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Meu nome é Rosângela, sou nora da D. Arlene, moro aqui na comunidade junto com minha sogra. Sou uma pescadora de camarão, pesco, cozinho, vendo, faço a camaroeira, conserto apetrechos. Há 5 (cinco) anos venho pescando e vendendo camarão, aprendi com minha sogra, ela que iniciou a pesca do camarão aqui na comunidade. Dá dinheiro, é um trabalho. As pessoas sabem que pesco camarão, me reconhecem como pescadora de camarão. Eu vendo com minha sogra e cunhadas, vamos pra sede vender, ficamos geralmente na esquina do supermercado Bastos ou na esquina da drogaria Kássia, levamos sempre uma sombrinha grande pra proteger do sol, é muito quente, mas vendemos tudo. Esse dinheiro ajuda muito, é importante para o nosso sustento. Vivemos da pesca do camarão, pesca de outros peixes e da malva. Estudei até o ensino médio, fiz todinho, mas meu trabalho é com a pesca e a agricultura.

FRANCIMARA DE SOUZA FERREIRA

Figura 20: Pescadora de camarão, comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Meu nome é Francimara de Souza Ferreira, sou pescadora, tenho 30 (trinta) anos, sou casada, meu marido é peruano, tenho três filhos com ele, duas meninas e um menino, já sou operada, não vou mais ter filho, tá bom os três. Estudei até a 8.^a série, depois não estudei mais, não deu, tive que parar. Minha religião é a evangélica. Pesco camarão já faz tempo, mais de 11 (onze) anos, mas até hoje não tenho minha carteira de pescadora. Me associei ao Sindpesca em 2012, dei entrada no pedido da minha carteira, o RGP, mas só recebi a provisória, nunca veio a definitiva, não entendo isso. Meu marido também pesca, mas é menos que eu. Ele sempre me acompanha na venda do camarão, ajuda. Eu faço tudo, pesco o camarão, cozinho, vendo, faço camaroeira, conserto camaroeira, remendo rede, entralho (colocar a corda na rede para pôr no rio), faço de tudo. Aprendi a pescar camarão com minha mãe, D. Arlene. Gosto desta pescaria porque ajuda no sustento da casa. Em uma época dessa (início da vazante), é o camarão que dá o sustento da casa. Camarão rende mais. A pesca do camarão é um trabalho porque nós vamos pescar, cuidamos, vendemos, fazemos tudo, dá trabalho. Eu sou uma pescadora de camarão, as pessoas sabem disso, do meu trabalho.

MICILENE DE SOUZA FERREIRA

Figura 21: Pescadora de camarão, comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Sou a Micilene de Souza Ferreira, irmã da Francimara, somos casadas com dois irmãos peruanos, o nome do meu marido é Josafá. Tenho 33 (trinta e três) anos e sou mãe de dois filhos, um menino e uma menina. Ainda posso ter mais filhos, mas me cuido, não quero mais nenhum no momento. Gosto de me cuidar, de ir à igreja, sou evangélica. Estudei só até a 4.^a série, nunca mais continuei os meus estudos, não dá. Sou pescadora de camarão há mais de 15 (quinze) anos, aprendi com minha mãe, mas pesco também outros peixes e também trabalho com a malva, sou pescadora e agricultora e faço todo serviço de casa, limpo, cozinho, lavo, se não tiver, o meu marido faz. Tenho minha carteira de pescadora, o RGP e já recebo o Seguro Defeso. Tirei minha carteira pela Colônia dos pescadores e pescadoras, sou associada até hoje. Pescar camarão é uma fonte de renda, um trabalho, o dinheiro que ganho com esta pesca, ajuda no pagamento das despesas. As pessoas sabem que sou pescadora de camarão.

UZIENE DE SOUZA FERREIRA

Figura 22: Pescadora de camarão, sede municipal, comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Meu nome é Uziene, tenho 35 anos, sou pescadora de camarão e outros peixes. Morava na comunidade Nova Esperança com minha família, próximo a minha mãe, mas eu e meu marido decidimos nos mudar para a sede por causa das nossas filhas, elas precisam estudar e nós achamos o estudo na sede é mais forte. São duas filhas que nós temos, queremos que elas estudem, por isso viemos da comunidade. Eu parei de estudar cedo, não terminei nem o ensino fundamental, não deu. Tem a família, precisamos trabalhar pro sustento. Me cuido com remédio caseiro para não engravidar, precisamos cuidar das nossas filhas. Pesco camarão há mais de 10 anos, aprendi com minha mãe, D. Arlene, andava com ela na popa da canoa, foi assim. Eu gosto de pegar camarão, é um trabalho que tenho. A gente trabalha muito, pesca, cuida, vende. O dinheiro que a gente ganha ajuda na manutenção da casa, compramos alimentos, roupas, calçados, o que precisar. O período da pesca do camarão, no início da vazante, para quem mora na várzea, é o tempo de recomençar, recomençamos com a pesca do camarão. Todo ano, nesse período, vou para a comunidade e passo quase toda semana lá pescando, meu marido vai e volta porque ele vende o camarão, quando não dá para ele ir, eu mando o camarão pelo recreio. Fico na casa da minha mãe, pesco com ela, minhas irmãs e cunhada. A família toda pesca camarão. Eu tenho o RGP e recebo o Seguro Defeso porque pesco outros

peixes, seria bom que a pesca do camarão fizesse parte do Seguro Defeso porque sou pescadora, muitas pessoas me conhecem por causa da pesca do camarão. Alguns pescadores pensam que mulheres não podem ser pescadoras, eu sou pescadora!

IVÂNIA PEREIRA DE SOUZA

Figura 23: Pescadora de camarão, comunidade Nossa Senhora das Graças – Paraná do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Ivânia, esse é o meu nome, tenho 42 anos, sou católica e vim morar aqui na comunidade N. Sra. das Graças depois do casamento, meu marido é daqui. Sou mãe de 6 filhos, são 3 mulheres e 3 homens, só parei de ter filhos depois que meu marido disse para o médico que ele podia me operar, precisa da autorização do marido, se não o médico não opera³⁴. Eu não queria ter mais filhos já fazia um tempo, mas só

³⁴ A partir deste relato percebemos uma situação de violência contra a mulher, no qual o homem é quem determina se ela continuará reproduzindo ou não, em que a mulher não tem qualquer ingerência sobre sua própria capacidade reprodutiva, não decide, não é ouvida, não participa do processo de tomada de decisão sobre sua própria vida, é como se fosse um objeto que tem dono, que determina o que será feito dela. Desumano, perverso, tortuoso, mas perante a justiça, legal. A Lei n.º 9.263, de 12 de janeiro de 1996, § 5.º, determina que “Na vigência de sociedade conjugal, a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges”, ou seja, se a mulher viver maritalmente, a Lei exige a autorização do marido para a realização de laqueadura tubária. Recentemente, em 10/08/2022, o Senado aprovou e será enviado para a sanção presidencial, o projeto de Lei, PL 1941/2022, que reduz para 21 anos a idade para a realização de laqueadura ou vasectomia, sem a necessidade de autorização do cônjuge.

pude deixar de ter quando meu marido não quis mais, aí deixou o médico operar. Sou pescadora, agricultora, cultivo malva, derrubo árvore, trabalho muito, faço de tudo, ainda cuido da casa, eu e minhas filhas. A gente não tem tempo nem de adoecer, me operei da vesícula e com um mês de operada já estava trabalhando, fazendo de tudo, inclusive pescando, preciso. Eu meu marido temos a carteirinha de pescador, o RGP, tiramos pela Colônia dos pescadores(as) de Manacapuru Z-09/AM, nós pescamos vários peixes. Eu pesco camarão já faz mais de 25 anos. Via a Arlene pescando, ficava olhando e fui aprendendo sozinha. É muito bom pescar camarão, dá dinheiro, a gente trabalha, vende. Eu sou pescadora de camarão porque pesco camarão no tempo do camarão, minhas filhas vão comigo pescar também. Elas também são pescadoras de camarão como eu.

FRANCIELE DE SOUZA E SOUZA

Figura 24: Pescadora de camarão, comunidade Nossa Senhora das Graças – Paraná do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Eu sou filha da Ivânia, me chamo Francieli, tenho 22 anos, sou casada, não no papel, mas vivo com meu marido. Não tenho filhos, nem eu, nem meu marido queremos filho agora, para não engravidar, eu tomo remédio (anticoncepcional). Terminei o Ensino Médio e trabalho na pesca, na agricultura e na malva como minha mãe, mas não tenho registro nem de pescadora, nem de agricultora, de nada. Gosto de pescar camarão, é bom, dá um dinheiro, a gente vende logo. O dinheiro que entra,

vou comprando o que estiver precisando em casa. Sei que em Iranduba também tem mulheres que pescam camarão, se um dia conversasse com elas ia querer saber sobre a pesca do camarão que elas fazem, acho que seria boa a conversa. Aprendi a pescar indo com minha mãe pra pescaria, via ela fazendo e ia ajudando, fazendo, aprendendo. Já faz uns 6 anos que pesco camarão.

JOSEANE MAGALHÃES DA SILVA

Figura 25: Pescadora de camarão, comunidade Nossa Senhora das Graças – Paraná do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Meu nome é Joseane, eu sou nora da D. Ivânia, vivo com o filho dela, só não sou casada no papel. Tenho 19 anos e sou mãe de um menino, mas me cuido para não ter outro filho, tomo comprimido (anticoncepcional), nem eu, nem meu marido queremos outro filho, agora não! Minha religião é evangélica. Eu estudava, fazia o Ensino Médio, mas não terminei, vou terminar assim que der. Eu sou pescadora de camarão e também trabalho no plantio, na agricultura, mas não tenho carteira de pescadora, nem sou registrada em nenhum local desses de pescadores. A pesca do camarão é boa pra mim, pesco há uns 6 anos, vendo, dá dinheiro, é bom. Fui aprendendo a pescar o camarão com minhas cunhadas e com minha sogra, ia com elas para a pesca, ajudava e assim fui aprendendo a pescar, a salgar, a vender, tudo fui aprendendo com elas. O dinheiro que ganho com o camarão ajuda no sustento da casa.

MARIA GOMES BASTOS

Figura 26: Pescadora de camarão, Comunidade Bom Jesus – Ilha do Marrecão, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Meu nome é Maria, me chamam de D. Maria, tenho 58 anos, sou casada, mãe de 7 filhos, 5 mulheres e 2 homens e ainda crio duas netas. Nasci e me criei na comunidade de Bom Jesus mesmo, acredito em Deus, é preciso acreditar, ter uma religião, eu sou católica. Não tenho estudo, não tive essa oportunidade, sou analfabeta, não sei ler, nem escrever. A minha casa não é na terra não, é em cima da água, flutuante, passo a maior parte do tempo em cima da água. Sou pescadora de camarão e agricultora. Me associei na Colônia dos pescadores de Manacapuru pra ver se consigo receber o Seguro Defeso, mas até agora nada, não recebo, não sei o porquê, eu sou pescadora já faz mais de 40 anos, pesco desde nova. O camarão, eu pesco faz uns 35 anos, já era pescadora antes. Fui vendo outras pescadoras pescando camarão e aprendi sozinha. É bom pescar camarão, eu gosto. Na época do camarão, eu pesco e vendo camarão. O dinheiro que ganho vai para as despesas da casa, para o sustento. Pescar camarão é um trabalho. Minha filha também pesca camarão, aprendeu comigo, é o que ajuda ela também.

ADRIANA BASTOS DOS SANTOS

Figura 27: Pescadora de camarão, Comunidade Bom Jesus – Ilha do Marrecão, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Me chamo Adriana, sou filha da D. Maria, tenho 28 anos, mas não sei a data do meu nascimento, nasci na comunidade Bom Jesus e moro lá até hoje. Minha casa é flutuante, fica na água. Sou casada, tenho três filhos, (02 meninos, uma menina, agora vou ter mais um, vão ser quatro, mas esse aqui eu não sei se vai ser menino ou menina, só vou saber quando nascer. Não sei ler, nem escrever, fui poucos dias para a escola, sou analfabeta. Eu trabalho como minha mãe, sou pescadora de camarão e agricultora, mas não tenho registro de nada, nem de agricultora, nem de pescadora, não recebo o Seguro Defeso. Eu recebo o Bolsa Família, é ele que ajuda no sustento. Pesco camarão desde pequena, ia com minha mãe pescar, fui aprendendo com ela, já faz muito tempo que estou na pesca, mais de 18 anos. Com o camarão, entra um dinheiro para família, é trabalho, mas dá dinheiro, ajuda a comprar o que a gente precisa. Nessa época do camarão, o dinheiro que a gente ganha é por causa desse nosso trabalho, se não fosse essa pesca, era mais difícil, nem sei como seria o sustento.

GEISA DOS SANTOS

Figura 28: Vendedora de camarão, Sede municipal/comunidade Betânia – Ilha do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Meu nome é Geisa, tenho 24 anos, sou mãe de dois filhos, um menino e uma menina, minha filha ainda é bebê, tem 6 meses. Moro aqui mesmo, na sede de Manacapuru, mas eu só vendo o camarão, quem pesca e manda para eu vender são meus pais, D. Maria Borges e Sr. Manuel Borges³⁵, eles moram lá na comunidade Betânia, fica na Ilha do Supiá, aqui mesmo em Manacapuru. É uma comunidade evangélica. Faz muito tempo que eles pescam camarão. Graças a essa pesca que eu tenho um dinheiro para o sustento. Eles pescam, trazem ou enviam por alguém o camarão pra mim, eu faço a venda e a gente reparte o dinheiro. Se não fosse essa ajuda que eles me dão, não sei o que seria da minha família. Eu sei pescar camarão também, mas depois que tive filho, fiquei aqui na sede só vendendo, já faço isso faz mais de 5 anos. É trabalho, é bom, dá dinheiro.

³⁵ Sobre os pais da Geisa dos Santos, que são a pescadora e o pescador de camarão, D. Maria Borges e Sr. Manuel Borges, pegamos o contato deles, ligamos, conseguimos conversar duas vezes via telefone, mas não conseguimos encontrá-los pessoalmente, nem confirmar nossa ida à comunidade, pois, depois dos contatos por telefone, não conseguimos mais nos comunicar com eles.

FRANCISCA ELIZIETE VASCONCELOS FEITOSA

Figura 29: Pescadora de camarão, comunidade Santo Antônio – Ressaca do Cumaru, Itacoatiara



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Meu nome é Elizete, tenho 32 anos, sou de Coari, vim para um passeio aqui, na casa da minha irmã e acabei casando com um rapaz da mesma comunidade onde ela mora, comunidade de Santo Antônio, no Cumaru. Casei, tenho dois filhos, uma menina e um menino. Sou católica e estudei até a 8.^a série. Sou pescadora de camarão, aprendi a pescar camarão com meu marido, ele é pescador, pesca peixes e também o camarão, gostei desta pesca, distrai a gente e dá um bom retorno financeiro e até hoje continuo pescando, eu e minha irmã, a gente pesca, cozinha e vem vender aqui na feira. Não tenho a carteira de pescadora, seria bom se tivesse, é um trabalho. Já pesco camarão faz mais de 5 anos, nessa época, a gente trabalha o dia todo, é muito serviço. Eu só pesco camarão mesmo. Com o dinheiro que ganho ajudo nas despesas da casa, compro coisas pra mim. Ajuda muito, por isso que sou pescadora de camarão.

ELISANGELA VASCONCELOS FEITOSA

Me chamo Elisangela, sou pescadora de camarão, esses que vendo, sou eu quem pesco. Tenho 36 anos, nasci em Coari, me mudei para Manacapuru porque conheci meu marido aqui, uma vez que vim a trabalho. Casei e, desde 2007, fomos morar na comunidade onde ele e a família vivem, comunidade de Santo Antônio, já

faz uns 11 anos que vivemos lá. Sou mãe de três filhas e já tenho um neto, sou avó. Estudei só até a 4.^a série, tenho vontade de continuar os estudos, mas na comunidade não tem a Educação de Jovens e Adultos, por isso ainda não continuei, quando tiver a EJA lá, vou estudar. Sou pescadora e agricultora, faço de tudo. Pesco muito peixe, pacu, curimatá, mas na época do camarão eu pesco o camarão. Já tirei minha carteirinha de pescadora, faz 4 anos que tenho e também já comecei a receber o Seguro Defeso, é o que ajuda no sustento da casa no período da cheia. Aprendi a pescar camarão com o tio do meu marido, é bom essa pesca, eu gosto, distrai a gente, é trabalho, a gente pesca, limpa, cozinha, vende. O dinheiro que ganho gasto com a despesa da casa, serve par eu comprar as minhas coisas, comida. Esse ganho é muito importante para mim, ter meu próprio dinheiro para meu uso, não ter que pedir pro marido.

ANA KAROLAENE DA SILVA PEREIRA

Figura 30: Pescadora de camarão, comunidade Santo Antônio – Ressaca do Cumaru, Itacoatiara



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Sou a Ana Karolaine, tenho 19 anos, sou católica, nasci em Itacoatiara e morei por 6 anos em Silves, minha mãe me trouxe de volta para Itacoatiara para morar com meus tios na comunidade de Santo Antônio ainda criança, eu tinha 10 anos, ela me trouxe depois que se separou do meu pai. Eu estudo, estou cursando o 2.^o ano do Ensino Médio, sou solteira, não tenho filhos e, desde que cheguei na comunidade, aprendi a pescar camarão com a minha tia e continua até hoje, é um ganho, um sustento. Eu só pesco camarão, sou estudante e pescadora de camarão, há mais de

5 anos, é o que faço na pesca, é bom, dá dinheiro. Com o que ganho, ajudo nas despesas e compro minhas coisas, para meu uso pessoal. Não sei quanto ganho, mas ganho dinheiro.

JOSILÂNDIA MOTA MENDES

Figura 31: Pescadora de camarão, comunidade Monte Sinais – Ressaca do Cumaru, Itacoatiara



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Meu nome é Josilândia, sou casada, tenho 38 anos, sou evangélica, mãe de um filho e avó de um neto. Moro na comunidade Monte Sianais, ressaca do Cumarú. Sou pescadora há 25 anos, aprendi com minha mãe a pescar, mas não tenho a carteirinha de pescadora, fui no sindicato em 2013, mas não tenho meu registro. Pesco peixes e camarão. Sou agricultora também, mas também não tenho registro de agricultora. Estudei até a 2.^a série, parei porque precisava trabalhar, não dava pra continuar estudando, assino meu nome, mas não sei ler. Trabalho pescando, tratando e vendendo camarão há 25 anos também, aprendi quando era criança, minha mãe também pescava camarão. O dinheiro que ganho ajuda a família no sustento, serve para comprar o rancho. É um trabalho, tem a época dele, é o primeiro, assim que as águas começam a descer.

1.5 E por que, nós não?

JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA SAMPAIO

Figura 32: Pescador de camarão, comunidade Betânia – Ilha do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Meu nome é Raimundo, tenho 43 anos, sou casado, pai de dois filhos, um homem e uma mulher. Estudei só até a 2ª série, mas não sei ler, nem escrever, não consigo nem assinar meu nome. Eu e minha esposa, Lina Carmo Sampaio somos evangélicos e nós dois trabalhamos na pesca, somos pescadores, pescamos peixes e camarão, ela pesca mais camarão do que eu, quando chega essa época do camarão, ela pesca mesmo. As pessoas sabem que ela é pescadora de camarão, eu venho aqui na cidade vender o camarão, ela fica na comunidade pescando. Somos registrados na Colônia dos Pescadores(as) de Manacapuru Z -09/AM. Nós temos a carteirinha de pescador e recebemos o Seguro Defeso. Minha mulher estudou mais do que eu, sabe ler e escrever, fez até a 8.ª série, é mais nova do que eu, tem 42 anos. Pescamos camarão mais de 10 anos, ajuda muito nas despesas.

ISMAEL BORGES

Figura 33: Pescador de camarão, comunidade Betânia – Ilha do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Sou o Ismael, vendo e pesco o camarão, minha esposa também pesca, sou casado. Nós somos evangélicos, tenho um filho de 7 anos e sou padrasto de outro menino de 11 anos. Moro na Betânia já faz tempo, venho para a sede do município vender camarão, que eu e minha esposa pescamos, meu enteado vem junto comigo, ele me ajuda. Minha esposa fica com nosso filho na comunidade. Pescamos camarão já faz tempo, uns 10 anos ou mais. O dinheiro que a gente ganha com essa pesca ajuda nas despesas da casa, no sustento da família.

IZONILDO VIEIRA DA SILVA

Figura 34: Pescador de camarão, sede municipal, comunidade Nova Esperança – Ilha do Supiá, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Meu nome é Nildo, Izonildo, marido da Uziene de Souza Ferreira, minha mulher é pescadora de camarão, eu também. Moramos aqui na sede de Manacapuru. Faço a venda aqui na esquina da Feira da Liberdade, na rua mesmo, quando dá ela vem comigo, mas é mais eu que venho. Vendo goma, tucupi, farinha e na época do camarão, vendo camarão. Quando é a época da pesca do camarão, minha mulher vai pra lá com a mãe dela, na comunidade Nova Esperança, pescar o camarão e manda pra mim pelo recreio³⁶. Às vezes, ela passa a semana pescando, vai e vem ou então passa alguns dias e depois volta pra cidade. Eu também vou pescar, mas fico um pouco mais aqui na cidade porque faço a venda, vou lá, pesco e volto para vender, passo uns dias, às vezes o final de semana, quando vou, ela vem porque temos as meninas, nossas filhas, são duas. Às vezes, vai a família toda, passamos uns dias e logo volto pra cidade já com o camarão para vender. Minha esposa é pescadora de camarão já faz bastante tempo, eu também, pescamos camarão há mais de 20 anos, somos lá da comunidade Nova Esperança, morávamos lá, minha sogra, Arlene foi quem deu início a esta pesca do camarão, depois as filhas e outras pessoas da comunidade, mais mulheres foram aprendendo e foram pescando. Viram que dava dinheiro e foram trabalhando nisso, é uma renda, um trabalho, ajuda muito no sustento

³⁶ Como o próprio nome diz, recreio é uma embarcação usada para recreação. Esse tipo de embarcação está dividida em duas categorias principais: barcos a motor e veleiros. Regionalmente, o recreio é usado como embarcação que transporta passageiros e cargas.

da casa. Tenho 48 anos, sou evangélico e estudei só até a 3.^a série, só deu pra fazer até aí, temos que trabalhar, ganhar o sustento. Pescamos outros peixes também, somos cadastrados na Colônia dos Pescadores(as) de Manacapuru Z-09/AM, temos a carteirinha de pescador e recebemos o SD. Quando morávamos na comunidade, trabalhávamos também com a malva, mas é um trabalho muito duro, trouxe muita doença para nós, muitas dores no corpo e muita fraqueza, era um trabalho muito difícil, mas até hoje têm várias pessoas na comunidade que ainda cultivam a malva, é para o sustento, precisa. Eu e minha esposa ficamos com a pesca.

CAPÍTULO II – MULHERES NA LIDA NAS CORRENTEZAS DO SOLIMÕES/AMAZONAS: TRABALHO E PLURIATIVIDADE

Esse capítulo reflete sobre a ausência dos registros da memória da pesca do camarão, bem como descreve a pluriatividade desenvolvida pelas pescadoras nos diferentes períodos do ciclo hidrológico do rio Solimões/Amazonas, com destaque para o trabalho na captura, no beneficiamento e na comercialização dos crustáceos. Iniciamos apresentando nosso percurso e reflexões referentes à memória do trabalho com a pesca do camarão; ressaltamos a relevância do registro das narrativas como subsídio para conhecimento e reconhecimento histórico e social deste trabalho desenvolvido há tempos imemoriais pelas mulheres pescadoras artesanais. Por conseguinte, detalhamos a especificidade do trabalho realizado por estas mulheres: a preparação das iscas; a pesca dos crustáceos, o processo de beneficiamento e conservação, a comercialização e a economia existente em torno dessa prática pesqueira.

2.1 A história se perde na memória dos mais antigos

Procuramos, neste item conhecer sobre a pesca do camarão em cada uma das comunidades pesqueiras pesquisada. Para isso, pedimos que as pescadoras narrassem sobre o início da pesca do camarão em suas respectivas comunidades. A maioria das pescadoras desconhece como ocorreu essa pesca de subsistência. Os moradores mais antigos que poderiam vir a saber, não residem mais nas comunidades ou já faleceram. As filhas ou as netas declararam que somente seus pais ou avós saberiam contar como tudo aconteceu.

Como podemos observar, o processo de constituição do trabalho na pesca do camarão parece estar deixando de ser contado oralmente de uma geração para a outra, como tradicionalmente a história de um lugar é feita por seus moradores mais antigos. Também não há nada escrito, nem pela escola, nem pela igreja, que geralmente realizam registros sobre a localidade.

À vista disso, a memória oral se perde com o deslocamento ou com o óbito dos moradores mais antigos. A oralidade do tempo presente resulta da vivência e da experiência das pescadoras artesanais de camarão. Pode-se afirmar que essa prática

pesqueira existe, considerando o tempo de trabalho que essas mulheres estão envolvidas com a captura dos crustáceos no rio Solimões/Amazonas. O registro é a vivência das pescadoras que fazem a pesca. Sendo assim, a reconstituição da memória histórica dessa atividade pesqueira fica fragmentada, mas existe, considerando o tempo de trabalho que as pescadoras artesanais exercem com o camarão. Elas são o arquivo vivo da história da pesca de camarão nas comunidades pesqueiras do rio Solimões-Amazonas.

Para calcular o tempo de existência da pesca do camarão nas comunidades varzeiras, consideramos o tempo que as pescadoras desenvolvem esta atividade pesqueira. Nas comunidades de São Francisco – Cambixe Km 17 e São José – Costa da Terra Nova, no município de Careiro da Várzea, as pescadoras desconhecem o início da pesca do camarão, mas garantem que esta atividade pesqueira já existe antes delas nascerem. Considerando o tempo que as pescadoras desenvolvem este tipo de pesca, podemos supor que ela já existe há mais de 60 (sessenta) anos nas duas comunidades varzeiras.

Nas 03 (três) comunidades de Itacoatiara: Santo Antônio, Monte Sinai e Nossa Senhora da Conceição, as pescadoras não souberam informar quando iniciou a pesca do camarão nas localidades. Este tipo de pesca já existia desde o tempo pretérito, é exercida pelas mulheres residentes nas comunidades. Tendo em vista que a pesca do camarão já existia quando algumas dessas mulheres foram morar nessas localidades e elas pescam desde criança, portanto, estimamos que tal saber tradicional já acontece nas comunidades itacoatiarenses há mais de 30 (trinta) anos.

Na comunidade de Nossa Senhora de Fátima - Ilha da Paciência, no município de Iranduba, as pescadoras desconhecem a origem da pesca do camarão. Ainda que uma pescadora autodeclare ter dado início à pesca do camarão, identificamos que a afirmativa não procedia, uma vez que no decorrer do seu relato, nos disse que aprendeu observando outras pescadoras artesanais que já realizavam este tipo de pesca na comunidade.

A nosso ver, ela estava querendo comunicar sua experiência individual e subjetiva, descrevendo a forma como aprendeu e começou a pescar camarão na comunidade, “Aqui é assim, cada qual deu seu jeito pra ir aprendendo, eu fui observando as outras pescando, fui tentando e dando meu jeito, ninguém me ensinou” (Valdenora Barbosa Oliveira, 2018).

Nesse sentido, Simson (2003, p. 14) destaca que “Existe uma memória individual que é aquela guardada por um indivíduo e se refere as suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, onde esse indivíduo foi socializado”. Observamos que a pescadora em seu relato desconsiderou aspectos sociais relevantes do processo de iniciação na pesca. Sua aprendizagem baseou-se na observação e imitação de outras pescadoras que já realizavam a captura dos crustáceos na comunidade. O saber-fazer das pescadoras é parte da sua história, é um componente de sua memória individual, a qual foi revelada à medida em que foi descrevendo como iniciou na pesca do camarão.

As pescadoras ainda não têm clareza de pertencimento do grupo social, e que existe uma relação de interação e influência mútua entre o individual e o social, o qual podemos perceber por meio da manifestação oral das lembranças guardadas na memória dessas trabalhadoras da pesca. Neste sentido, ressaltamos a importância do registro da memória social, que pode ser realizado por meio de pesquisas acadêmicas como esta. Importa ouvir e observar as pescadoras em sua subjetividade e no contexto sócio-histórico do qual participam, que são aspectos relevantes e imprescindíveis para o conhecimento e reconhecimento do trabalho que estas mulheres realizam com a pesca do camarão no rio Solimões/Amazonas.

Simson (2003) observa que a memória coletiva é formada por fatos e aspectos julgados relevantes, guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Geralmente a memória coletiva se expressa no que a própria autora denomina de lugares da memória que são os monumentos, hinos oficiais, quadros, obras literárias e artísticas que divulgam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade. Para a autora (2003), existe o outro lado da moeda, ou seja, as memórias subterrâneas ou marginais, que representam versões do passado de grupos dominados de uma dada sociedade. Dificilmente estas memórias se encontram nos lugares da memória coletiva, geralmente se encontram na memória de membros de uma família ou de grupos sociais, repassadas de geração a geração, podendo ser expressa quando, por exemplo, pesquisadores se utilizam a história oral (como em nossa pesquisa), criando as condições para que elas emergam e possam então ser registradas, analisadas e passem, então, a fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade.

Sem registros do processo histórico da pesca do camarão no Amazonas, a memória deste trabalho pesqueiro e da nossa intenção de dar visibilidade das pescadoras se torna suscetível ao esquecimento, uma vez que ficando somente na memória dos mais antigos, corre o risco de se perder em razão da possibilidade do esquecimento subjetivo presente. Desta forma, a história vai se perdendo, sem anotações, vai deixando de existir, indo embora junto com a partida daqueles que a vivenciaram e que a reproduziam oralmente, é esquecida, como observava Ricoeur (2007).

Por meio das narrativas das pescadoras de camarão irandubenses, da comunidade Nossa Senhora de Fátima - Ilha da Paciência, considerando a idade e o tempo de lembrança da existência da captura dos crustáceos, podemos dizer que essa pesca existe há muito mais que 50 (cinquenta) anos.

As pescadoras da comunidade São Francisco - Costa do Arapapá/Lago Preto, Manacapuru, também ignoram quando teve início esse tipo de pesca. Deuzinete Sena Sorriano (2018), com mais experiência na captura dos crustáceos, nos relatou:

Quando cheguei na comunidade, vi que no igarapé do Lago Preto³⁷, a D. Eró³⁸, a Amarilda, a Ilsinha e a Rosa pescavam camarão. Eu pesco camarão já faz muito tempo, desde criança, comecei em outro lugar, onde morava antigamente com minha família. Meu pai que me ensinou e continuei pescando camarão aqui e pesco até hoje.

De acordo com os relatos das pescadoras entrevistadas, uma com 54 anos de idade e a outra com 58 anos respectivamente, estimamos que a pesca do camarão, nesta comunidade, existe há mais de 60 anos, uma vez que já era realizada por outras mulheres.

Ainda em Manacapuru, nas comunidades Nova Esperança - Ilha do Supiá e Nossa Senhora das Graças - paraná do Supiá, por meio das narrativas das pescadoras, foi possível identificarmos onde, quando e quem iniciou a pesca do camarão. Vejamos o relato da Arlene Deodato de Souza (2018), da comunidade Nova Esperança.

³⁷ O igarapé do Lago Preto atravessa toda a comunidade de São Francisco. É um igarapé muito piscoso, com uma variedade abundante de peixes e de camarão, utilizado pelos moradores como fonte de alimento e de renda.

³⁸ D. Ero, ao qual a pescadora se refere, se chama Erotildes, é uma moradora antiga da comunidade de São Francisco, que pescava camarão. Em conversa por telefone, ela informou que “estou doente, parei de pescar. Quando comecei a pescar camarão aqui na comunidade já havia outras pescadoras que pescavam, mas não estão mais por aqui. Não sei contar como essa pesca começou aqui” (sic)

Foi eu quem deu início a pesca do camarão nessa comunidade. Comecei percebendo que tinha camarão na beira da terra, comecei a pescar e cozinhar. No início pescava de paneiro, depois comecei a fazer e usar a camaroeira, que é uma armadilha de pesca feita com um pedaço de estopa presa em um arco, formando uma espécie de saco com uma vara comprida amarrada a ela. Cozinhava inicialmente com bastante água e sal, escorria em uma peneira e botava no sol para secar. Com o passar do tempo fui observando que não precisava botar muita água não, só um pouquinho, quase nada mesmo, com sal é o suficiente para o camarão cozinhar. Comecei a levar para vender em Manacapuru na Feira do Produtor, ao lado da Igreja Católica, ao sol. Vendia o litro. Nessa época, a nossa renda vinha da malva e da juta. Durante 10 anos de minha vida ia frequentemente com minha irmã para Manacapuru vender camarão que pescava, hoje ainda vou, mas é bem menos vezes do que ia antes. As outras mulheres da comunidade foram vendo e aprenderam. Pesco camarão há 45 anos, é uma profissão, eu gosto! O dinheiro da venda do camarão serve para comprar as coisas. Quando tive os meninos, ajudou muito. Com 20 (vinte) anos tive o meu primeiro filho.

Conforme o relato de Arlene Deodato de Souza, ela deu início à pesca e à comercialização do camarão na comunidade Nova Esperança - Ilha do Supiá, Manacapuru, quando tinha 14 anos, em 1977, há 41 anos e foi ensinando essa atividade pesqueira para outras mulheres da localidade.

Destacamos que Arlene Deodato de Souza nasceu e vive até hoje na comunidade Nova Esperança - Ilha do Supiá, autodenominada e reconhecida pelos comunitários como a mulher que iniciou a pesca do camarão no lugar e que hoje se estende para outras comunidades adjacentes à ilha do Supiá em Manacapuru. A criadora da pesca do camarão ressalta que a renda resultante da venda dos crustáceos foi significativa para a manutenção e reprodução do grupo doméstico, em especial para a criação de suas filhas e filhos que com ela aprenderam a pescar, beneficiar e comercializar o camarão. Atualmente tem nesta atividade pesqueira uma fonte de trabalho e renda familiar, incluindo genros e noras.

Arlene Deodato de Souza é aposentada pelo INSS, como agricultora rural. Além da pesca, sempre trabalhou no cultivo da juta e da malva, adquiriu o reumatismo, doença crônica que requer tratamento contínuo. Mesmo na condição de aposentada continua trabalhando na pesca do camarão, na roça e na produção da farinha regional, pois, como observa ela própria “é preciso trabalhar para melhorar a renda” (2018).

A pescadora repassa seus conhecimentos oralmente para seus familiares e para as demais pescadoras da comunidade, que após sua iniciativa, ingressaram nessa atividade pesqueira, possibilitando melhorias nas condições de vida familiar. A socialização desta atividade pesqueira gerou trabalho e renda para outras mulheres

da comunidade e de outras vizinhas. Esse trabalho contribui significativamente para a economia familiar, reprodução social e melhoria da qualidade de vida dos grupos familiares de todas as pescadoras de camarão, como destaca a própria Arlene Deodato de Souza (2019):

Nesse tempo todo que tenho de pesca do camarão, mais de 45 anos, eu fui repassando para minhas filhas e outras mulheres daqui e de outras comunidades, tudo o que criei e sabia da pesca do camarão, elas foram fazendo e estão trabalhando nisso até hoje, ganhando seu dinheiro, ajuda muito no sustento da família.

Reconstituir a história da pesca do camarão das comunidades estudadas é um trabalho artesanal que parte de quem ouve e tenta realizar esses apontamentos. Aos poucos, vamos tecendo, por meio das narrativas orais das pescadoras e da análise do conteúdo expresso. Vamos compondo a trajetória, uma vez que a memória de quem narra é dinâmica e, a cada novo diálogo, vamos percebendo que as informações são reelaboradas com detalhes novos, transformando a percepção inicial de quem pesquisa.

As narrativas das pescadoras possuem diferentes contornos entre as localidades. São poucas e vagas, o que me faz lembrar Walter Benjamin (1987, p. 197-198) em seus escritos sobre o narrador:

A arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. Uma das causas desse fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo.

Observamos que o/a narrador(a), nas comunidades amazônicas, é, em geral, os moradores mais antigos da localidade, que, por tradição, repassam oralmente para as gerações mais novas os conhecimentos ancestrais. Contudo, esta prática está gradativamente desaparecendo. Como pudemos relatar, em algumas comunidades, os moradores mais antigos já faleceram, outros, por razões diversas, mudaram de lugar e os que ainda residem nas comunidades poucos realizam esta prática, que no passado era uma tradição.

O conhecimento que antes era repassado oralmente de uma geração para outra, ao deixar de ser praticado, perde seu espaço e seu valor na vida da

comunidade. Com isso, a memória coletiva fica enfraquecida e deixa de existir, sem memória e sem registros. O avanço tecnológico, com muitas dificuldades, chega às comunidades e gera transformações sociais e culturais. As redes e mídias sociais ocupam o tempo e os pensamentos das pessoas. As inovações tecnológicas tomam todos os espaços, o olhar volta-se para fora e os interesses individuais se sobrepõem ao coletivo.

Desta forma, a educação, enquanto processo social, deixa também de existir na comunidade. A escola deveria contribuir com a educação de forma plena, porém, ela quase sempre é regida por um currículo alheio ao contexto local, reproduzindo conhecimentos que pouco ou em nada se comunicam com a memória coletiva, a história, as questões sociais, econômicas e culturais das comunidades. Em geral, a escola no mundo rural se desenvolve numa atuação precarizada, impossibilitando cumprir seu objetivo constitucional: o desenvolvimento pleno da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e para a qualificação no mundo do trabalho.

Sem registros escritos sobre a pesca do camarão, sem diálogo entre as pescadoras, sem uma educação libertadora, sem nenhuma ação por parte das Colônias, Sindicatos ou Associações de pescadoras e pescadores que dê visibilidade às trabalhadoras da pesca do camarão e sem uma política institucional que reconheça a especificidade do trabalho que desenvolvem e que atenda às suas necessidades, cada uma segue a vida de forma individualizada, buscando estratégia de subsistência que garanta a reprodução social de seu grupo familiar, sem constituírem e despertarem para a força e o poder do agir coletivamente, permanecendo, desta forma, invisíveis do ponto de vista legal.

Observamos que o trabalho com a pesca do camarão, como nas demais formas de trabalho na Amazônia, não é o único, nem é a mais antiga atividade que estas trabalhadoras da pesca desenvolvem em suas comunidades. A captura do camarão, como já descrevemos em nossa pesquisa “As camaroeiras, as pescadeiras e o arreio: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM” (2014), é desenvolvido em um período do ano e tempo ecológico específico. Como outras mulheres que habitam a Amazônia, elas desenvolvem outras atividades para além da pesca, caracterizando-se como trabalhadoras pluriativas.

2.2 Múltiplos fazeres e saberes das pescadoras artesanais: o trabalho pluriativo

O trabalho desenvolvido pelas pescadoras artesanais de camarão no rio Solimões/Amazonas faz parte um conjunto de outras atividades produtivas e geradoras de renda realizado por essas mulheres em suas respectivas comunidades de várzea. Além do trabalho com a pesca do crustáceo e com outras espécies pesqueiras, elas, também, têm outros fazeres produtivos na agricultura de subsistência ou familiar, no artesanato, na culinária, nas capinações de terra varzeiras, nas plantações e na comercialização de produtos por elas cultivados, além das chamadas atividades reprodutivas, como os serviços domésticos, o cuidado com a família e com a moradia. Nesses fazeres domésticos, raramente existe a relação de complementariedade entre gêneros, o que configura, nas observações de Woortmann (1992), um não-tempo de trabalho para a mulheres.

Na captura do camarão, elas são a maioria. Isso não significa dizer que os homens, em geral seus companheiros, não estejam presentes nesse fazer haliêutico, como descreveremos mais adiante. No processo produtivo, elas preparam a isca, confeccionam e consertam apetrechos, deslocam-se para os pontos de pesca, realizam a captura, o beneficiamento, a conservação e a comercialização dos crustáceos nas sedes municipais. E, dependendo da qualidade da inclusão digital, algumas ainda comercializam pela internet.

Na divisão sexual do trabalho no ambiente pesqueiro, em geral, elas fazem os reparos nos apetrechos, tecem as redes, armam e puxam rede nos pontos de pesca, conduzem a canoa ou barco, sabem navegar e controlar as embarcações em direção às beiras dos rios e lagos. Elas mantêm os barcos prumados, pois esse saber-fazer integra “um conjunto de habilidades apreendidas e assimiladas de gerações e gerações por meios de práticas e saberes acumulados” (INGOLD, 2000, p. 77). Estão longe de serem meras *ajudantes* dos seus companheiros, o que é, ainda, assumido por elas mesmas (SOARES, 2012).

Na agricultura familiar, elas cultivam as roças de mandioca e fazem a farinha, banana, macaxeira, jerimum, cheiro-verde, feijão de corda, melancia, juta, malva, entre outras. Portanto, pode-se dizer que são trabalhadoras pluriativas. A pluriatividade faz parte do modo de vida das populações tradicionais que vivem na Amazônia, sobretudo daquelas mulheres que vivem em ambiente ou ecossistemas de várzea.

Para Schneider (2007), a pluriatividade pode ser considerada uma estratégia de composição de renda por meio do desenvolvimento articulado (paralelo ou concomitante) de diferentes atividades de trabalho³⁹. As produções acadêmicas e os debates em torno da pluriatividade brasileira geralmente são realizados a partir de espaços rurais, onde o foco é a subsistência de grupos familiares que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas para composição de renda (SCHNEIDER, 2003). Portanto, a pluriatividade do trabalho se apresenta de várias formas, a depender do contexto regional, social, econômico, cultural e ambiental onde é desenvolvida e é um fator importante a ser considerado na elaboração de políticas públicas para áreas rurais.

Não nos cabe comparar a pluriatividade amazônica com outras regiões brasileiras, mas destacar que a diversidade da pluriatividade existente na Amazônia incluindo-se aí, a pesca artesanal, figura-se distante ou à margem dessas discussões, sendo necessário mais estudos e aprofundamento sobre o tema na nossa realidade (DIÓGENES, SCHERER, OLIVEIRA, 2022).

A pluriatividade na Amazônia é diversificada e existe de forma secular, fazendo parte do modo de vida dos povos que nela habitam. Nas comunidades pesquisadas, as pescadoras artesanais buscam a garantia do seu sustento mínimo, desenvolvendo diferentes fazeres para assegurar a reprodução social do grupo doméstico. Trata-se de uma prática histórica que permanece mesmo com as novas tecnologias que impactam a vida rural amazônica e com as políticas de proteção social existentes nos últimos 15 anos (Bolsa Família, Seguro Defeso, entre outras). Essas práticas fazem parte do modo de ser dos chamados povos das águas e das florestas, que denominamos também, à luz de Furtado, de povos haliêuticos, em virtude de suas relações com a pesca e com outras atividades produtivas que envolvem o meio ambiente aquático (FURTADO, 2008, p. 42).

Partimos da premissa de que, em sua amplitude espacial e existencial, a Amazônia é composta e habitada por populações tradicionais de diferentes grupos étnicos, cuja *experiência*, nos termos de Thompson (1981), é fracionada nos entendimentos de experiência vivida e experiência percebida, de homens e mulheres que nasceram, cresceram, pensam e se manifestam a partir do mundo das cabeceiras

³⁹ Sobre a concepção e discussões relativas à pluriatividade em área rural no Brasil, realizamos leituras de Kageyama (2004); Schneider (2003; 2007; 2009; 2013); Santos (2020); Pereira (2015).

e furos de rios, dos lagos, dos igapós que constituem o ecossistema regional. São grupos humanos que tecem as suas existências nas práticas dos viveres ribeirinhos e que irrompem as fronteiras do que tem sido discutido e proposto sobre as territorialidades amazônicas (ALMEIDA, 2014).

Tanto no ecossistema de enchente quanto de vazante dos rios amazônicos, percebe-se a capacidade inventiva dos povos das águas, suas habilidades constituídas no decorrer da vida e da tradição da força de trabalho. A tradição é aqui entendida, de acordo com Almeida (2014), não como uma referência histórica remota, mas como uma reivindicação contemporânea, socialmente construída, e como experiência de direito involucrada em formas de autodefinição coletiva. Conforme Almeida (2014, p. 14):

Tradição nesse sentido, nada tem a ver com permanência e mais se atém a processos sociais e sujeitos sociais, que transformam dialeticamente suas práticas, mesmo quando se convertem em normas para fins de interlocução, redefinindo suas relações com a natureza. Tais processos nos levam a pensar em comunidades dinâmicas, cujos princípios se encontram em transformação, e a rever os componentes do conceito de reprodução social.

O trabalho e o modo de vida na várzea são desenvolvidos em consonância com o movimento das águas. Os varzeiros desenvolvem mais de uma atividade produtiva, tanto na vazante, quanto na enchente, na busca pela subsistência e reprodução social do grupo familiar, o trabalho ganha uma dimensão pluriativa. Seja na enchente ou na vazante, o ecossistema sazonal, em certa medida, condiciona o trabalho com os recursos naturais dos povos varzeiros amazônicos.

Sendo assim, há de se olhar as dimensões do trabalho a partir de suas especificidades. De acordo com Castro (1999), existem algumas atividades que não são reconhecidas e nem existem formalmente, a exemplo da pesca do camarão do rio Solimões/Amazonas e nos demais rios que banham as cidades, sedes municipais da Amazônia (DIÓGENES, 2014; RODRIGUES, 2018).

A diversidade de formas de trabalho na Amazônia se dá em ambiente natural, de uso comum e de responsabilidade do poder público em esfera federal. São nesses ambientes naturais, rios e terras de várzeas, que as pescadoras artesanais trabalham e deles retiram o fruto do seu sustento, com a pesca do camarão e de outras espécies, assim como o cultivo da terra na época da vazante. Nesse sentido, tomamos o ecossistema de Várzea (onde a pesquisa foi realizada) e a pesca como referências,

denominamos a pluriatividade desenvolvida pelas pescadoras de camarão com “pluriatividade varzeira na pesca artesanal amazônica”.

Impossibilitadas de fazer o plantio de roças e a pesca artesanal de camarão no período de cheia-enchente do rio, as mulheres rurais reinventam o cotidiano (DE CERTEAU, 1994). As mulheres pescadoras artesanais transformam-se em artesãs, cozinheiras, comerciantes, marceneiras, entre outros ofícios. Empreendem sua força de trabalho no artesanato, pintam, bordam, tecem crochê em panos de uso culinário, tecem tapetes de retalho de tecidos, criam objetos decorativos a partir de materiais recicláveis, como disco compacto (CD) com símbolos de time de futebol, entre outras produções manuais e trabalhos de culinária para venda, como pé de moleque, bolo de macaxeira e outras guloseimas regionais.

Comercializam outros produtos, montando brechós a partir de roupas que recebem por meio de doações; prestam serviço a terceiros como limpeza de terreno, derrubada de árvores, corte de madeira, reparos e construção de casa, entre outros. Uma questão a ser destacada, tanto na enchente quanto na vazante, é que as atividades que estas mulheres desenvolvem ocorrem concomitantemente com o trabalho do cuidado com a família e da casa.

Isto posto, elas vão lutando cotidianamente no regime das águas do Rio Solimões para manutenção do seu grupo familiar. As próprias pescadoras destacam: “a lida é grande!” (Pesquisa de Campo, 2018). A lida condiz ao trabalho que essas mulheres desenvolvem no decorrer do ano, de acordo com o ciclo das águas – enchente/cheia; vazante/seca, o tempo hidrológico do rio Solimões/Amazonas.

Na literatura amazonense, há quem tenha escrito que “o rio está unido à vida do homem, onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos” (Tocantins, 2000, p. 276-278). Parece-nos, que há um certo determinismo no pensamento social do autor citado, característico do período em que foi escrito. Entretanto, na vida contemporânea na Amazônia não são as especificidades naturais que modificam a paisagem, provocam processo inventivos particulares de imaginação e representação, interligados na cultura, sociabilidades e existências (FRAXE, 2000; FURTADO, 1993). Se assim for, pode-se pensar que o rio não seja, na sua complexidade, o ponto de início da tessitura dos processos sociais, portanto, da vida social amazônica. São os processos sociais que definem a vida cotidiana dos povos da Amazônia, pois não se pode imaginar a vida

humana amazônica dissociada da natureza que a rodeia. Também não se pode esquecer que a relação homem x natureza não é mais exclusiva, há que considerar a existência e o papel do Estado na vida desses povos, ainda que muito limitada, sobretudo nos espaços rurais mais longínquos.

A captura do camarão se sobrepõe no período inicial da descida das águas do rio Solimões/Amazonas e traz consigo um bom retorno econômico para as pescadoras. Nas entrevistas, elas são unânimes em se referir ao período da vazante como o início dos trabalhos: “é quando tudo começa” (Pesquisa de campo, 2018). Ao questionarmos sobre o trabalho que realizam, as respostas foram diversificadas, mas a maioria respondeu “Sou pescadora de camarão” (Pesquisa de Campo, 2018), acrescida da seguinte observação: durante “a época do camarão”, ou seja, na vazante das águas.

Quando as águas do rio Solimões/Amazonas começam a descer, as terras de várzea emergem. A natureza deu sinais: é tempo de pescar e de cultivar a terra. Demarcam-se os tempos que correspondem à sazonalidade do trabalho. É o início da captura dos crustáceos, ainda que não se possa ter exata precisão e seja incerto em decorrência das mudanças dos ecossistemas e das mudanças climáticas globais. No mesmo tempo da pesca do camarão, é o momento da limpeza do terreno para o plantio da roça e/ou de culturas de pequeno ciclo, sempre em regime de economia familiar, visando à obtenção de recursos financeiros.

A dimensão pluriativa do trabalho emerge quando as pescadoras falam sobre as atividades que desenvolvem nos diferentes períodos do ciclo hidrológico do rio Solimões/Amazonas. Tanto na vazante, quanto na enchente, as pescadoras desenvolvem mais de uma atividade que visa à obtenção de recursos financeiros para a manutenção e reprodução social do grupo familiar.

Nas comunidades amazônicas, o trabalho ganha diferentes contornos, surgindo a necessidade imprescindível de sua formalização para o reconhecimento perante as instituições estatais. Dessa forma, há possibilidade de elaboração e acesso às políticas públicas que podem vir a promover a melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento social, político e econômico com proteção ambiental e justiça social. Não obstante, isso não ocorre com a mesma velocidade com que as inovações tecnológicas vão adentrando às comunidades e transformando o modo de vida desses povos e dos seus territórios.

O avanço científico e tecnológico pode contribuir significativamente para a modernização dos apetrechos de pesca, por exemplo, que podem vir a se tornar mais seletivos; os celulares diminuem as distâncias do acesso à informação e à comunicação; os processos de conservação e beneficiamento dos crustáceos podem ser melhorados e agregar maior valor econômico ao produto do trabalho realizado, entre outras possibilidades.

Ocorre que as pescadoras artesanais têm pouco acesso e a inclusão digital ainda é precária, quando não inexistente o acesso a novas tecnologias de pesca e à internet. Destaca-se que ainda existem comunidades pesquisadas, como descrito no capítulo 1 deste trabalho, que, mesmo fazendo parte da Região Metropolitana de Manaus - RMM, não têm acesso sequer à energia elétrica.

Ainda que o poder público federal e estadual tenha conhecimento das situações devastadoras de risco e de vulnerabilidade social e ambiental que vão se alastrando pela Amazônia, são poucas e precárias as políticas públicas de proteção, principalmente em razão do grande retrocesso político-legislacional que tivemos nos últimos anos, quando a proteção socioambiental foi duramente prejudicada, afetando o trabalho e a vida destes povos.

O processo de decisão das atividades que serão realizadas e que compõem o regime de economia familiar, como a pesca do camarão, a roça, a plantação, a agricultura, o artesanato, os serviços prestados, entre outras que as pescadoras desenvolvem, é uma decisão dos membros do grupo familiar. Nos estudos sobre pluriatividade rural em outras regiões do Brasil, a decisão das atividades que serão realizadas é uma decisão da família que tem a propriedade do imóvel rural.

Nas comunidades pesquisadas, a decisão sobre o trabalho a ser realizado coletivamente acontece a partir das necessidades dos membros do grupo, como nos relatou Maria Araújo Pinto “Esse ano, meu neto veio trabalhar comigo na pesca do camarão. Ele está precisando, tá com criança pequena, aí eu ajudo ele e ele me ajuda. Minha filha também voltou a pescar camarão, trabalhava em Manaus, mas ficou desempregada, voltou, aqui tem esse ganho que é certo. Um ajuda o outro” (Pesquisa de Campo, 2018). A decisão do trabalho coletivo é decorrente das necessidades básicas individuais dos membros adultos que compõem o grupo familiar. As pescadoras artesanais de camarão trabalham, invariavelmente, visando sempre à manutenção e à reprodução social da família.

A depender do retorno econômico, outros membros da família vão se agregando às atividades produtivas, de modo que o trabalho, antes de uma ou duas pessoas, passa a ser da família, constituído pela relação de parentesco e de vizinhança (CASTRO,1999). Nesse grupo familiar estão inseridas as noras e os genros, parentes próximos e a vizinhança. O fator decisivo nesse processo decisório é o retorno financeiro na captura e comercialização do camarão.

O trabalho pluriativo na Amazônia possui em comum com as demais regiões essa busca de membros de grupos familiares por atividades que tragam um retorno financeiro, visando à melhoria da renda familiar para garantia de sua reprodução social. Destaque-se que, na Amazônia, a especificidade do trabalho e os diferentes modos de produção da existência decorrem da dinâmica do movimento das águas ou seja, das determinações ou condicionamentos do ciclo hidrológico, a forma de organização, o modo de vida e a historicidade.

No quadro 4, abaixo, agrupamos os tipos de atividades realizadas pelas pescadoras, nos dois tempos ecológicos do rio Solimões/Amazonas, vazante/seca e enchente/cheia, nas diferentes comunidades pesquisadas, sendo comum a todas elas a pesca (do camarão e de outras espécies) e a agricultura (variando algumas culturas) no tempo da vazante. As demais atividades se diferenciam, principalmente as desenvolvidas no tempo da cheia-enchente.

Quadro 4: Atividades desenvolvidas na Vazante e na Enchente do rio Solimões/Amazonas nas comunidades pesquisadas

ATIVIDADES REALIZADAS NO TEMPO DA VAZANTE	ATIVIDADES REALIZADAS NO TEMPO DA CHEIA
* PESCA: - Pesca do camarão (crustáceo) - Pesca de peixes * AGRICULTURA: - Cultivo da roça de mandioca para fazer farinha; - Cultivo de hortaliças e frutas - Cultivo da juta e/ou Malva - Cultivo da “Plantação” para consumo próprio * COMERCIALIZAÇÃO: - Venda do camarão na sede dos municipais (feiras, calçadas de supermercado, esquina de rua etc.); - Exercício do magistério	*ARTESANATO PARA VENDA DE PORTA EM PORTA NA SEDE MUNICIPAL: - Pintura e crochê em panos para cozinha; - Tapeçaria de retalhos; - Criação de objetos decorativos; *ATIVIDADES DE CULINÁRIA - Bolo de macaxeira e pé de moleque; * PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM OUTRAS COMUNIDADES: - Derrubada de árvores; - Cortar madeira; - Limpar terreno; - Reparo e construção de casa; * ATIVIDADES COMERCIAIS: - Venda de Chiclete; - Venda de gasolina; - Venda de roupas doadas – Brechó;

	* AGRICULTURA: - Cultivo de Canteiros Suspensos de cheiro-verde; - Corte de bananeira - Criação de animais de pequeno e médio porte: galinhas e porcos; *PESCA: - Pesca e venda de peixe que não estão na lista do Defeso - Exercício do magistério
Obs.: Há pescadoras que não desenvolvem atividades no tempo da enchente. Estas são minoria e são geralmente as que recebem o SD ou são aposentadas ou são as que permanecem no trabalho durante este período, como no caso da docência	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018-2019

IMAGENS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA VAZANTE

Figura 35 Cultivo de roça e fabricação de farinha



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Figura 36: Tratamento do pescado e venda de piracuí (farinha de peixe)



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Figura 37: Pesca e comercialização camarão



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

IMAGENS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ENCHENTE/CHEIA

Figura 38: Confeção de tapetes e criação de galinhas



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Figura 39: Crochê e artesanato



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Figura 40: Brechó e culinária



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Observamos que as pescadoras se autoidentificam em relação ao trabalho que realizam, seguindo os critérios que se interpenetram de renda (atividade que proporciona melhor renda) e da ordem de realização do trabalho desenvolvido de acordo com o regime das águas, tendo como referência o período da vazante dos rios.

No tempo da vazante e no tempo da cheia-enchente, existe sempre uma atividade que traz um melhor retorno financeiro e que se caracteriza como a fonte de renda principal. Na vazante, a maioria das pescadoras considera que a principal fonte de renda é a pesca do camarão. “Tem ano que dá mais camarão, aí é bom pra gente, trabalhamos o dia todo na pesca, ganhamos mais, mas depende da enchente, se foi grande, na vazante vai aparecer muito camarão” (Pesquisa de campo, 2018).

Embora a modalidade de pesca acima seja predominante, há de se considerar a pesca de outras espécies aquáticas e dos produtos provenientes da agricultura familiar. Nesse sentido, o trabalho das pescadoras, seja na pesca dos crustáceos e nas demais atividades desenvolvidas, se caracterizam como um processo de produção e reprodução social. Como bem descreveu Marx (1988, p. 659), o processo de produção implica diretamente no de reprodução.

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução.

As pescadoras afirmam que na vazante dos rios é o tempo em que elas obtêm alguns ganhos provenientes da pesca e da agricultura. “Quando as águas começam a descer, nesse tempo, tudo se renova. É melhor para ganhar dinheiro. É bom para trabalhar, principalmente, para pescar camarão” (Pesquisa de campo, 2018);

“É um tempo corrido o da vazante, tempo de pescar camarão, depois o peixe e a plantação” (Maria de Araújo Pinto, 2018);

“Essa época é de fartura, tem camarão, peixe, a gente sai da pesca e vai pra plantação do roçado e da malva” (Ivânia Pereira de Souza, 2018).

Com a subida das águas no tempo da enchente, os camarões saem dos lagos e se dispersam no rio Solimões e afluentes, várias espécies de peixe ficam proibidas de serem pescadas em razão do período da piracema. Nesta época, que as pescadoras chamam de “tempo da alagação”, a cotidianidade da vida rural é modificada. As atividades geradoras de renda são outras, como podemos observar por meio das falas das pescadoras, a busca pelo sustento e a reprodução material de existência tornam-se mais complexas.

“É bem difícil o trabalho na cheia, a gente vai se virando como pode, tem vizinho que vive só do Bolsa Família, ajuda muito, mas nem sempre dá pro sustento” (Luzinete Lima da Silva, 2018).

Outra pescadora, Taline Felix de Lima (2018), teceu o seguinte comentário sobre esse tempo de cheia: “A vida fica mais calma por causa das águas, mas nem sempre fico na comunidade, não dá, tenho que procurar um ganho”, ou seja, algumas migram para as sedes municipais das cidades onde têm famílias ou amigas à procura de trabalho. Nessa época, ressalta-se que a maioria das pescadoras tem o sustento familiar por meio do Bolsa Família e de outros fazeres da invenção cotidiana, como vimos anteriormente.

Para conhecermos e compreendermos o trabalho pluriativo dessas pescadoras artesanais com a pesca do camarão, vamos descrever em seguida, o processo de trabalho, desde a preparação para captura da espécie até sua comercialização.

2.3 O cotidiano do trabalho das pescadoras artesanais de camarão

O processo de trabalho com a pesca do camarão é dinâmico e envolve várias atividades, que se iniciam com a preparação para a pesca, passando pela captura, conservação e comercialização. Esse trabalho é desenvolvido na maioria das vezes em regime de economia familiar, há atividades que são realizadas simultaneamente.

Durante a pesquisa, observamos a cotidianidade das pescadoras no período da pesca do camarão e na pós-pesca, pois, como bem destaca Heller (2008), a vida cotidiana é a vida do homem inteiro. Na imersão da vida cotidiana, para além dos traços epidérmicos, podemos encontrar elementos imprescindíveis para uma melhor compreensão dessas trabalhadoras e de como, por meio do trabalho que realizam, criam a possibilidade da reprodução social.

Nesse sentido, tentamos conhecer o cotidiano das pescadoras, a maneira pelo qual é constituído o processo de trabalho com a pesca do camarão, desde a captura até a sua comercialização e a importância econômica da renda proveniente dessa atividade pesqueira para a reprodução social do grupo familiar. No processo de trabalho com a pesca do camarão, existem duas questões imprescindíveis a serem considerados antes do ato de captura das espécies. Uma diz respeito ao conhecimento tradicional sobre o tempo da pesca, ou seja, a época em que há incidência de camarão; a outra, refere-se ao conhecimento que as pescadoras precisam ter sobre os pontos de pesca – o lugar de captura da espécie. Nesse sentido, iniciamos a descrição do processo de trabalho a partir do tempo ecológico nas comunidades pesqueiras.

2.3.1 O movimento das águas e o tempo de captura dos crustáceos

O tempo de captura dos crustáceos no rio Solimões/Amazonas segue o ritmo do movimento de suas águas. Não tem um dia certo para começar, mas uma determinada época do período da vazante, ocorrendo geralmente entre os meses de agosto a outubro, podendo variar um mês para mais ou para menos, tanto para iniciar, quanto para finalizar, depende da cheia e da vazante do rio. Cabe observar que as mudanças climáticas e as queimadas na Amazônia trazem alterações no ciclo hidrológico. Quando o nível das águas do rio começa a baixar nas comunidades pesqueiras, é o tempo de início da pesca do camarão.

Geralmente a pesca do camarão ocorre nas comunidades entre os meses de julho a outubro, com uma pequena variação de dias entre o começo e o fim da pesca.

Esta variação acontece porque há terras de várzea altas e terras de várzea mais baixa. Nos lugares onde a várzea é baixa, a impressão é que as águas descem antes do que nos lugares onde as terras de várzea são mais altas. Destacam as pescadoras: “A pesca do camarão começa logo depois que as águas começam a baixar, é preciso ficar observando, tem um tempo certo, não pode esperar muito senão passa, é rápido” (Ivânia Pereira de Souza, 2018).

Elas percebem mudanças no tempo ecológico. Entendem que nos últimos anos as alterações percebidas geram modificações nos períodos da enchente e da vazante das águas do rio Solimões/Amazonas, que podem ser decorrentes das mudanças climáticas, como já apontam alguns estudos. Vejam o relato de Arlene Deodato de Souza (2018):

O tempo vem mudando, antes não era assim, tinha um tempo certo para começar a chover e para secar, agora não, tem ano que começa a chover mais cedo, as vezes mais tarde. Acontece assim também com a seca, tem ano que a estiagem é grande e tem ano que é menor. Conforme o rio começa a baixar é que a gente sabe que vamos começar a pesca do camarão, varia as vezes, alguns dias e mês, mas é pouca coisa.

Conforme a fala da pescadora, que converge com a fala das demais entrevistadas, podemos ratificar que há variações nos meses de início e fim da pesca do camarão, mas sempre coincide com tempo ecológico – período da vazante. Conforme podemos observar no quadro abaixo, a pesca do camarão é realizada entre os meses de julho a outubro de cada ano, havendo uma pequena variação de dias/mês para mais ou para menos, como explicado anteriormente.

Quadro 5 Meses de pesca do camarão

Nº	Município	Comunidade	Meses de pesca do camarão
01	Careiro da Várzea	São Francisco Cambixe Km17	Julho/agosto a outubro/novembro
		São José Costa da Terra Nova	agosto a outubro
02	Irlanduba	Nossa Senhora de Fátima Ilha da Paciência	Julho/agosto a outubro/novembro
03	Itacoatiara	Santo Antônio Ressaca do Cumaru	Julho/agosto a outubro
		Monte Sinai Ressaca do Cumaru	Final de julho a outubro
		Nossa Senhora da Conceição Costa da Conceição	Julho a outubro
04	Manacapuru	São Francisco	Agosto a outubro

		Costa do Arapapá/Igarapé do Lago Preto	
		Nova Esperança	
		Ilha do Supiá	
		Nossa Senhora das Graças	
		Paraná do Supiá	
		Bom Jesus	
		Ilha do Marrecão	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Sobre o tempo de duração da pesca, conforme pode ser observado acima (quadro 6) varia de 03 (três) a 05 (cinco) meses, dependendo do ritmo da descida das águas. No ano em que a descida das águas acontece de forma mais acelerada, a pesca termina mais cedo, quando é mais lenta, a pesca se estende um pouco mais. A pescadora observa: “de acordo com que as água vão baixando, o camarão vai sumindo, aí acaba a pesca” (Adriana Bastos dos Santos, 2018).

Os lugares onde as pescadoras artesanais realizam a captura dos crustáceos no período de 03 (três) a 05 (cinco) meses por ano são os lagos, os rios e os igarapés, alguns próximos, outros longínquos dos seus lugares de moradia. Vejamos a seguir onde estão situados os territórios de pesca do camarão.

2.3.2 Os territórios de pesca dos crustáceos: entre a moradia e os pontos de captura

Os territórios de pesca dos crustáceos são lugares de trabalho e de sociabilidade que abarcam os rios, os lagos e os igarapés, utilizados tanto pelas pescadoras artesanais de cada localidade municipal, como por pescadores de outras localidades. Não há bússolas que as guiem, são orientadas pelo saber tradicional repassados de gerações em gerações.

Vejamos a forma como as pescadoras identificam os pontos de pesca do camarão, na fala de Josilândia Mota Mendes (Pesquisa de campo, 2018), da comunidade Monte Sinai, de Itacoatiara:

No começo, eu ia onde via as colegas pegando camarão, depois fui observando e vendo que os camarões gostam de ficar na beira do rio, em alguns lagos, não são todos e também em alguns igarapés, em baixo e próximo a vegetação flutuante. Onde a gente vê garça tem camarão também.

Uma outra pescadora, Deuzinete Sena Sorreano (Pesquisa de Campo, 2018), da comunidade São Francisco, em Manacapuru, conta como foi identificando os

pontos pesqueiros de camarão a partir da observação, da experimentação e dos conhecimentos tradicionais adquiridos com o trabalho na pesca.

Além dos lugares que eu já conheço, descobri que tem muito camarão também perto das boias dos flutuantes, eles vão lá atrás de comida. Faço o teste com a isca e a tarrafinha. Jogo a isca e logo em seguida lanço a tarrafinha. Quando puxo, vejo, se vier um ou dois camarões, já sei que tem camarão no lugar.

As pescadoras utilizam as técnicas que já conhecem, decorrentes dos anos de trabalho para identificarem novos pontos de pesca dos crustáceos. Arlene Deodato, da comunidade Nova Esperança - ilha do Supiá, em Manacapuru, nos descreveu como fazia, no passado, para saber se tinha camarão no lugar que ela buscava para pescar: “No início colocava os pés na água para tocar a terra, se beliscar é porque tinha, depois fui conhecendo mais” (Pesquisa de Campo, 2018). A fala da pescadora revela que a pesca, nos territórios aquáticos, é orientada pelos saberes práticos, simbólicos e pelas crenças. Elas conhecem em seus detalhes os caminhos de ida e de volta, identificam a biodiversidade e apropriam-se dos seus recursos naturais, marcando como pontos de pesca.

De acordo com os relatos, podemos observar que o processo de identificação dos pontos pesqueiros ocorre a partir da vivência e experiência de algumas pescadoras, da observação direta de outras e da forma como elas aprenderam essa prática pesqueira.

No quadro 6, identificamos os pontos de pesca que caracterizam os territórios pesqueiros do camarão, nas diferentes comunidades dos municípios banhados pelo Rio Solimões e Amazonas.

Quadro 6: Pontos de pesca do camarão

Município	Comunidade	Pontos de pesca do camarão
Careiro da Várzea	São Francisco Cambixe Km 17	- Lago dos Reis
	São José Costa da Terra Nova	- Em frente da comunidade à beira do rio Amazonas; - Lago do Joanico
Irاندوبا	Nossa Senhora de Fátima Ilha da Paciência	- Em frente de casa à beira do rio Solimões; - Praia da Ilha Nova - Igarapé na própria comunidade - Lago do Sacambú (Queimada)
Itacoatiara	St. Antônio Ressaca do Cumarú	- Lago do Marajá; - Poço atrás do Marajá; - Lago atrás da comunidade

	Monte Sinai Ressaca do Cumaru	- Beira do rio Amazonas; - Lago Boca Larga; - Na própria comunidade
	Nossa Senhora da Conceição Costa da Conceição	- Em frente da casa, à beira do rio Amazonas; - Nas praias
Manacapuru	São Francisco Costa do Arapapá - Igarapé do Lago Preto	- Buraco do Sacambú - Ilha da Paciência - Iranduba; - Ilha da Paciência - Iranduba; - Paraná do Manaquiri/Manaquiri; - Igarapé do Lago Preto (entrada e dentro); - Laguinho; - Barroso; - Boca do Piranha
	Nova Esperança Ilha do Supiá	- Beira do rio Solimões, no entorno da casa (própria, da mãe ou da sogra); - Lago do Gamboa (na boca e dentro)
	Nossa Senhora das Graças Paraná do Supiá	- Lago do Gamboa; - Beira do rio Solimões
	Bom Jesus Ilha do Marrecão	- Beira do rio Solimões

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018/2019

Para melhor ilustrar os espaços de pesca, seguem imagens de alguns pontos de pesca do camarão.

Figura 41: Margens do rio Amazonas, comunidade São José, Careiro da Várzea



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Figura 42: Lago do Sacambú, Nossa Senhora de Fátima, Iranduba



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Figura 43: Praia do Barroso, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Figura 44: Lago do Gamboa, comunidade Nova Esperança, Manacapuru



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

O deslocamento das pescadoras dos locais de moradia para os pontos de pesca do camarão também ocorre para outros municípios e conta com o uso de diferentes meios de transporte, a depender da maior ou menor distância. Quando inicia o tempo de captura do camarão, a pesca é feita à beira do rio, nas proximidades de suas moradias, para onde elas se deslocam a pé. À medida que a água vai baixando, deslocam-se, por meio de canoas ou rabetas ou voadeiras, para lugares mais distantes na busca pela captura dos crustáceos.

As embarcações utilizadas para os deslocamentos da casa aos pontos de pesca são, em geral, da família, como nos fala Maria Gomes Bastos, da comunidade Bom Jesus – Ilha do Marrecão, Manacapuru, “A gente se desloca para os lagos com a embarcação que temos, quando é mais distante, vamos com a voadeira, aí tem

despesa porque precisa do combustível e do óleo para o motor” (Pesquisa de Campo, 2018). Sobre essas despesas, uma outra pescadora, Deuzinete Sena Sorriano, também de Manacapuru, comenta:

Quando vou pra mais distante, tenho que ir de voadeira, é do meu marido, ele que pilota, eu sei pilotar também, mas ele não deixa. Chego a gastar R\$ 120,00 (cento e vinte) reais por semana, se for duas vezes, é R\$ 70,00 (setenta) reais cada ida. É despesa, tem que valer a pena (Pesquisa de Campo, 2018).

A pesca do camarão é majoritariamente para a venda. Vale ressaltar que a pescadora Antônia Lucia de Souza Costa da comunidade São Francisco, Cambixe, Km 17 no Careiro da Várzea, destacou que o crustáceo também é capturado para servir de isca para outras espécies pesqueiras. Todavia, de forma geral, no decorrer do tempo, a pesca do camarão para venda se intensificou.

Maria de Araújo Pinto, pescadora da comunidade de São José, também do Careiro da Várzea, declara “A pesca do camarão foi ficando mais só para a venda mesmo. A gente come, mas a gente pesca mesmo é pra vender” (Pesquisa de Campo, 2018). Uma outra pescadora Taline Felix de Lima, de Manacapuru, nos disse, “Eu sempre pesquei o camarão para a venda” (Pesquisa de Campo, 2018).

Arlene Deodato de Souza, a criadora dessa atividade pesqueira em Nova Esperança, Manacapuru, declara que: “Desde o início, a minha ideia era vender o camarão e deu certo. Hoje, todas as minhas filhas e nora também pescam e vendem camarão. As vizinhas também” (Pesquisa de Campo, 2018). Ademais, há comunidades como Nossa Senhora da Conceição, em Itacoatiara, onde a principal finalidade da pesca do crustáceo é o consumo próprio. Ressalta Eline Cruz Alzier: “Na comunidade, a gente pesca camarão mais para o consumo” (Pesquisa de Campo, 2018).

Ressaltamos, pois, a pesca dos crustáceos é uma importante fonte de renda nas comunidades pesqueiras, uma vez que ela contribui sobremaneira para a economia e reprodução social do grupo familiar das pescadoras. A distância dos caminhos que as pescadoras percorrem, de sua casa para os pontos de pesca, vai aumentando, à medida que as águas do rio Solimões/Amazonas vão baixando. Deslocam-se, inclusive, para pontos de pesca em municípios vizinhos conforme mostramos no quadro 6. No início da vazante, a pesca acontece em frente ou nos fundos da casa da pescadora.

Os deslocamentos ocorrem de acordo com as condições das pescadoras, que são de ordem material e econômica⁴⁰. Podemos observar por meio da fala da pescadora Deuzinete Sena Sorriano, de Manacapuru (Pesquisa de Campo, 2018):

Onde tem camarão, eu vou atrás. O Buraco do Sacambú (Ilha da Paciência/Iranduba) é o lugar mais distante, só vou lá quando não está mais dando camarão nos outros lugares (setembro/outubro). Vou também no paraná do Manaquiri/Manaquiri (setembro), vou em todo canto. Só não saio pra pescar se não tiver condições, mas tendo a voadeira e o dinheiro pro combustível, vou embora. No início (agosto) eu pesco todo dia, aqui mesmo no lago Preto, é pertinho de casa, passo o dia quase todo lá.

Pode-se afirmar que todas as pescadoras enfrentam inúmeros perigos, desde o banzeiro, que pode ser ocasionado por elementos naturais inesperados, como ventos fortes e chuvas, ou ser provocado em razão de grandes embarcações que podem passar próximo aos pontos de pesca. O fato é, quanto mais forte for o banzeiro, maior risco de virar as embarcações de pesca. Existe ainda a iminência de uma ferrada de Arraia (*Potamotrygonidae*), picada de cobra, mordida de piranha ou de uma ferrada do peixe mandi (*Pimelodella cristata*) ou de um ataque de jacaré.

Para se protegerem dessas ameaças naturais ao qual estão expostas, fazem uso dos conhecimentos tradicionais, da experiência e da vivência na pesca e de alguns materiais de proteção, quando adquirem. Em relação aos banzeiros, ficam atentas ao tempo, observam as nuvens e o movimento das águas, se estão agitadas ou calmas. Aí decidem se enfrentarão banzeiros fortes e ir pescar ou não, bem como permanecer no ponto de pesca ou voltar para casa. Para se protegerem das ferradas de Arraias, utilizam botas de plástico grosso com cano médio. Nem todas elas contam com esse tipo de equipamento de proteção, pescam descalças e estão sujeitas ao ataque de animais peçonhentos, presentes nos ambientes pesqueiros.

Em geral, elas tentam se proteger ficando atentas. Majoritariamente atribuem e pedem a proteção de Deus. “É Deus mesmo que protege a gente. A gente toma cuidado, mas sempre pode acontecer alguma coisa, aí só Deus mesmo pra ajudar” (Maria do Socorro Pinto Nogueira, 2018).

⁴⁰ Identificamos três fatores que determinam o limite de deslocamentos das pescadoras aos pontos pesqueiros. São eles: o tipo de embarcação que dispõe (se é adequado para o trajeto a ser realizado); a disponibilidade para uso da embarcação, uma vez que as embarcações são geralmente de uso da família, nem sempre elas podem utilizar e a condição financeiro, se dispõem de recurso financeiro para custear o combustível e o óleo do transporte.

Nos pontos de pesca localizados nos diferentes municípios procuramos nos informar sobre a existência de algum tipo de Ordenamento Pesqueiro⁴¹ ou Acordo de Pesca⁴² em relação ao camarão. Estudos como o de Diogenes (2014) e Rodrigues (2018) mostram que na Amazonia não existem políticas de proteção e conservação dos crustáceos. As pescadoras comprovam: “nunca veio ninguém (representantes das instituições que cuidam da pesca no Amazonas) conversar com a gente sobre isso”, ou seja, sobre a prática de captura sustentável do camarão (Rosineia Sena do Carmo, 2018).

Nesses territórios pesqueiros, a captura dos crustáceos acontece de acordo com a tradição cultural, sem nenhum tipo de acordo prévio entre as pescadoras. Deuzineia Souza Sena (Pesquisa de Campo, 2018) descreve:

Aqui (ponto de pesca), quem chega primeiro monta sua armadilha e ocupa o espaço. Quem chegar depois, tem que procurar outro canto. Não importa se é pescador que a gente não conhece, qualquer um vem aqui e pesca. Tem vez que dá problema porque são várias pescadoras ao mesmo tempo e tem gente que nunca veio e pega o lugar, aí conversamos e resolvemos”.

As pescadoras desconhecem a espécie de camarão que capturam, mas sabem, por meio da experiência e da vivência, que os crustáceos capturados são da mesma espécie em razão das características observadas. Garantem: “em todo lugar que a gente pesca, o camarão é o mesmo” (Micilene de Souza Ferreira, 2018).

Constatamos que o camarão capturado é o mesmo em qualquer lugar do rio Solimões/Amazonas, variando de tamanho em razão do estágio de desenvolvimento que se encontra e que não é levado em conta pelas pescadoras. Como a pesca ocorre sem nenhum tipo de ordenamento, nem acordo de pesca, os camarões são capturados em diferentes estágios de desenvolvimento, inclusive quando estão em período de reprodução. Essa situação acontece também devido o tipo de apetrecho (sem seletividade) que algumas pescadoras utilizam. Vamos descrever mais detalhadamente sobre esta situação no subtópico seguinte.

⁴¹ Ordenamento pesqueiro “é o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiros, ecossistêmico, econômicos e sociais” (Lei n.º 11.959/2009).

⁴² Acordo de Pesca, “um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente” (IN 29, de 31 de dezembro 2002, D.O.U. de 01/01/2003).

2.3.3 Os apetrechos e as iscas: a captura das espécies

Para captura dos crustáceos, as pescadoras fazem uso de vários apetrechos de pesca. Esses meios de produção conservam semelhanças e apresentam variações entre as comunidades pesqueiras do rio Solimões/Amazonas. O processo de trabalho de captura dos crustáceos tem início com uma série de atividades que ocorrem antes do deslocamento aos pontos pesqueiros. Denominamos esse momento de “Preparação para a pesca”. Nesta etapa inicial, as pescadoras se organizam e preparam os materiais que irão levar para a captura dos crustáceos, a começar pelas suas vestimentas. Os trajes e apetrechos que as pescadoras utilizam não são exatamente os mesmos, mudam de uma pescadora para outra. São definidos, não a partir da necessidade pesqueira, mas do material que elas dispõem, das condições para aquisição e do que definem como prioridade.

Em relação à vestimenta (figura 45), a maioria faz uso da calça comprida e da camisa de manga longa para se protegerem do sol quente e da picada de insetos. Outras usam bermuda e blusa de manga curta. Todas elas usam o chapéu de palha para se protegerem do sol. Raramente, usam protetor solar. Algumas calçam bota de cano longo, em geral de borracha, chamadas de galochas, para evitar ferrada de arraia e outros animais peçonhentos.

Figura 45: Vestimentas para a pesca do camarão - Ivânia Pereira de Souza, Valdenora Barbosa Oliveira e Deuzinete Sena Sorriano



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Durante a pesquisa, somente uma pescadora afirmou que pesca sozinha. Todas relataram que sempre vão acompanhadas para os pontos de pesca. As companhias de pesca são geralmente parentes e, variam entre a mãe; o marido; as

filhas ou os filhos; as irmãs; a nora; a sogra; a cunhada ou a vizinha. O tipo de vestimenta que os/as companheiros/as de pesca usam são os mesmos das pescadoras.

Tanto as pesquisadoras quanto os/as companheiros/as, fazem parte do processo de captura dos crustáceos e compõem a divisão social do trabalho. Remam ou pilotam a embarcação (dependendo do tipo). Auxiliam na armação ou desmontagem das armadilhas de pesca. Colocam iscas e ajudam a ensacar o camarão. E, ainda, observam atentamente o ambiente para alertar a pescadora sobre o surgimento de riscos naturais. Ou, até mesmo, só para conversar ou namorar com um pouco mais de privacidade, no caso dos casais.

A jornada de trabalho de captura do camarão ocorre em torno de 2h a 8h por dia ou mais, que passam a contar a partir dos deslocamentos das moradias aos territórios de pesca. Em decorrência do tempo de permanência nos pontos de pesca, levam consigo o café, bolacha, ovos, pão ou peixe frito ou fruta, enfim, levam os alimentos que dispõem em casa. Algumas levam água para beber, as demais bebem a água do rio. As fumantes levam o seu cigarro quando têm e partilham com as que não têm.

Os apetrechos e utensílios levados para a captura dos crustáceos são basicamente as armadilhas de pesca (variadas); as iscas (variadas); balde grande; saco de fibra; paneiro; tábua; paus ou pequenas ripas; lanterna; gelo e caixa de isopor para conservar o camarão.

As armadilhas de pesca utilizadas para captura dos crustáceos são diversas e variam, por vezes, de nome e de forma, mas mantêm praticamente as mesmas características. A aquisição dos materiais para confecção das armadilhas é adquirida em lojas apropriadas nas sedes municipais ou são confeccionadas pelas próprias pescadoras ou familiares. O tipo, o custo, o tempo de utilidade, a manutenção, a capacidade de seletividade para o recurso natural e as iscas que as pescadoras usam para atrair os crustáceos para a arapuca veremos a seguir.

Organizamos 04 (quatro) quadros de identificação dos tipos de armadilha de pesca utilizados pelas pescadoras nos respectivos municípios e especificados por comunidades. Iniciamos pelas duas comunidades do Careiro da Várzea (quadro 7):

Quadro 7: Armadilhas de pesca de camarão - Careiro da Várzea/AM

Município	Comunidade	Armadilha de pesca do camarão
Careiro da Várzea	São Francisco Cambixe Km 17	-Camaroeira redonda; -Rapixé; -Malhadeira (redinha)
	São José Costa da Terra Nova	- Sanfona;

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018 a 2020

De acordo com o quadro acima, os três apetrechos - camaroeira redonda, rapixé e malhadeira, - utilizados na comunidade de São Francisco são confeccionados pelas próprias pescadoras, com a ajuda dos maridos ou vizinha. Elas ou seus companheiros compram todo o material que precisam, a tela, a linha, a agulha e o arame quando não têm disponível em casa. A camaroeira redonda é feita com o uso da tela e do arame. O formato dado ao arame é redondo e nele é costurado, ao seu redor, um saco de tela que pode ter o formato de um cone ou não, depende do gosto da pescadora, como podemos observar (figura 46).

Figura 46: Camaroeiras redondas



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Para captura dos crustáceos, a camaroeira é colocada com ou sem isca, diretamente à beira do rio, fixada com uns gravetos (pedaços de madeira). Dependendo da quantidade de camarão no ponto pesqueiro, o tempo de espera para retirada da armadilha pode variar para mais ou para menos, a partir de 30min até 2h ou mais.

O rapixé tem o formato semelhante ao de uma peneira com cabo. Sua estrutura é composta por um cabo comprido, com um arco fixado em uma das extremidades e tendo um saco de tela ou estopa, com a forma de um cone ou não, acoplado a ele. O

cabo pode ser feito de madeira ou de material metálico leve, como alumínio. O arco geralmente é moldado de arame (figura 47).

Figura 47: Rapixé



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Existem duas formas de uso para capturar os camarões com este tipo de apetrecho. Em uma delas, as pescadoras mergulham o rapixé, sem isca, por baixo de vegetações flutuante (plantas aquáticas) e suspendem, em movimentos lentos. A outra forma de captura é fixar com gravetos a parte do arco do rapixé, com ou sem isca, nas águas à margem do rio ou lagos piscosos. Aguardam um tempo, em média, de 5min a 10min para retirar. Verificam a quantidade de camarão e se certificam se no ponto de pesca há ou não abundância dos crustáceos.

A malhadeira (figura 48), também chamada de “redinha”, por ser menos que a rede de pescar peixes, tem o tecido de nylon, formado por um entrelaçado de fios com espessura fina para que os camarões possam ser capturados. A confecção deste apetrecho é realizada pelas pescadoras ou por seus maridos. O material que utilizam são o tecido de tela pronta ou tecido por eles costurado com agulha e linha de nylon, que em média custa de R\$10,00 a R\$ 20,00. Seu manuseio é realizado com a pescadora segurando em duas extremidades do tecido, como se fosse uma rede, mergulham o apetrecho no rio ou lago e sobem.

Figura 48: Malhadeira para camarão



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Os apetrechos acima descritos são utilizados pelas pescadoras em pontos de pesca onde os camarões são abundantes. Elas relatam que não costumam usar iscas para atrair os crustáceos às armadilhas de pesca. “É só passar com o rapixé perto ou por baixo do capim flutuante, que pegamos um monte de camarão. Não precisa nem colocar isca, tem muito” (Francisca Edileuza de A. Costa, 2018).

Estes três apetrechos não possuem nenhum tipo de seletividade em relação aos camarões a serem capturados. Neles, são capturados camarões que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento, juvenis, adultos e até os que estão no período reprodutivo (ovados).

Já foi dito nas páginas anteriores que a produção do camarão não é reconhecida pelas instituições (vide capítulo 1 dessa tese). Portanto, não há defesa de sua preservação ambiental e nem defeso no período da piracema, ou seja, nos períodos institucionais decretados para a reprodução de várias espécies ictiofáunicas da bacia amazônica. Em decorrência, essa espécie de crustáceos tem sua reprodução e desenvolvimento ameaçados por quem deles dependem – as pescadoras artesanais - para a subsistência, ou reprodução social do grupo doméstico.

Por ocasião da captura dos camarões, podem entrar nessas armadilhas, também, outras espécies naturais tais como cobras, mandi ou piranha, entre outros. Essas espécies representam uma ameaça à integridade física e até mesmo à vida das pescadoras. Elas correm riscos ambientais, pois, aos esvaziar ou retirar os camarões dos apetrechos, correm o risco de serem picadas ou mordidas. Ademais, essas espécies podem causar danos ao próprio apetrecho, fazendo furos e/ou rasgaduras no tecido da tela, o que gera prejuízo material às pescadoras.

O tempo de durabilidade destes apetrechos é de três anos ou mais, depende dos cuidados de manutenção, incluindo a realização dos reparos, à medida que forem aparecendo as avarias, à exemplo das telas. Os consertos geralmente são realizados pelas próprias pescadoras.

Na comunidade de São José, no município do Careiro da Várzea, encontramos um tipo diferente de armadilha de pesca para o camarão, o qual desconhecíamos e que consideramos como um “novo tipo” de apetrecho de pesca, utilizado na captura do camarão de água doce no rio Solimões/Amazonas, chamado de “sanfona⁴³” pelas pescadoras, por ter formato e mobilidade semelhante ao instrumento musical com esta mesma denominação, umas vez que é retrátil, podendo ficar encolhido (fechado) quando não está em uso e esticado quando é utilizado.

O formato da sanfona é completamente diferente das outras três armadilhas descritas anteriormente (camaroeira redonda, rapixé e redinha), portanto foge da tradição pesqueira. Este apetrecho tem formato retangular, formado por vários quadrados, nos quais se encontram as chamadas “bocas” de entrada, por onde os camarões passam para o interior da armadilha, todas com o formato de cone, semelhante ao do matapi⁴⁴. Quanto mais quadrados a armadilha tem, maior é o quantitativo de “bocas” e o tamanho do comprimento do apetrecho (figura 49).

Figura 49: Sanfona



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

⁴³ Sobre este apetrecho “sanfona”, não encontramos registros na literatura concernente a pesca, nem em produções acadêmicas. Nas buscas realizadas, achamos uns apetrechos de pesca semelhantes, cuja denominação varia entre “Covo Sanfona armadilha de pesca e Covo armadilha de pesca”, mudando somente os formatos dos apetrechos (guarda-chuva; cone etc.), mas mantendo o mesmo tipo de material do qual é composto - nylon, arame e corda plástica e o formato do caminho de entrada das espécies na arapuca, chamado comumente de “boca”, que é o de um cone.

⁴⁴ Apetrecho de pesca para camarão, muito utilizado pelas pescadoras de camarão de água doce do Estado do Amapá. Havendo hoje dois tipos de Matapi, o artesanal, feito com recursos naturais e o sintético, feito com tela de nylon como a sanfona.

Por ser um apetrecho de pesca industrializado, a sanfona é vendida em lojas especializadas em materiais e equipamentos para a pesca. Para comprar este tipo de armadilha, as pescadoras da comunidade de São José, do Careiro da Várzea, se deslocam para Manaus, onde encontram o produto no comércio próximo à feira e mercado da Manaus Moderna, conhecido popularmente por “Beira”. É o lugar onde atracam grande parte das embarcações que transportam pessoas e cargas diversas, provenientes dos vários municípios do Estado do Amazonas. O valor do apetrecho varia de R\$ 25,00 a R\$ 50,00 reais.

A armadilha é composta de rede de nylon, arame e corda plástica, sendo leve e fácil para transportar por ser retrátil, torna-se compacta quando fechada. O seu tempo de durabilidade costuma ser, em média, de 2 (dois) anos, se for realizada a manutenção (figura 50) com os consertos de possíveis danos decorrentes do uso, da mesma forma que acontece com os apetrechos descritos anteriormente.

Figura 50: Conserto da Sanfona



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

O apetrecho é usado da seguinte forma: abre (destrava) a sanfona, colocam-se as iscas em cada um dos compartimentos e leva para o rio. Na beira d'água, afunda-se o apetrecho e prende as duas extremidades do apetrecho no solo, com gravetos compridos para que ele fique submerso.

As armadilhas permanecem imersas em torno de 2h a 4h ou mais, uma vez que neste tipo de apetrecho os camarões entram e dificilmente conseguem sair. Por ser uma arapuca de tamanho médio, grande e fechada, as pescadoras a deixam n'água por mais tempo porque a possibilidade e capacidade de captura são maiores com este tipo de apetrecho. Geralmente são armados de 4 (quatro) a 6 (seis) apetrechos ao

mesmo tempo, distribuídos próximos às margens dos pontos de pesca. Vejamos a seguir a sequência de imagens que exhibe a colocação das sanfonas nos pontos de pesca (figura 51):

Figura 51: Sequência de imagens da armação de sanfonas em ponto de pesca do camarão



Comunidade São José, Careiro da Várzea
Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Ressaltamos que a sanfona, mesmo tendo a boca de entrada - orifício de tamanho pequeno - não é o suficiente para garantir a seleção da espécie, pois ainda entram no apetrecho crustáceos em todas as fases de desenvolvimento. Entram também, em menor escala, espécies peçonhentas como cobras e mandis. O risco de acidentes com o uso da sanfona se mostra menor do que com o uso dos outros apetrechos. A seguir, uma sequência de imagens que mostra a retirada dos camarões do apetrecho de pesca e a separação das outras espécies que entram na armadilha (Figura 52):

Figura 52: Sequência de imagens da retirada dos camarões da sanfona e separação das espécies que entram no apetrecho de captura



Comunidade São José, Careiro da Várzea
Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Na comunidade de São José, no Careiro da Várzea, a pesca ocorre perto da casa das pescadoras. Pela manhã, armam os apetrechos e vão trocando por outros do mesmo tipo no decorrer do dia. Assim, vão fazendo a captura dos crustáceos, tanto pela manhã, quanto pela tarde, até o início do anoitecer. Após a captura, despejam as espécies nos baldes e em seguida prosseguem a lavagem. Este processo de despejo e lavagem dos crustáceos são realizados à beira do rio ou na moradia das pescadoras e não contam com a ajuda dos companheiros.

Identificamos que o “bolinho de farinha escaldada” é o tipo de isca mais utilizado pelas pescadoras artesanais de São José, pois gera menor custo para elas. Podemos observar na fala de Maria do Socorro Nogueira, pescadora da localidade:

A única isca que usamos, é o bolinho de farinha escaldada porque é mais barato e o camarão fica bem limpinho. Antes a gente usava o cupim, comida ou a borra de café, mas o bolinho é melhor, eles gostam (os camarões), vem muito e não ficam parecendo que estão sujos como fica com o café porque gruda na casca (Pesquisa de Campo, 2018).

Essa isca de farinha escaldada é feita pelas próprias pescadoras. A pescadora Maria de Araújo Pinto declara: “Sou eu que faço a isca. Compro a farinha, caldo e

vou fazendo as bolinhas. Quem estiver aqui na hora, vai fazendo comigo. Depois é só colocar dentro da sanfona e levar para armar no rio” (Pesquisa de Campo, 2018). Abaixo temos uma sequência de imagens com a feitura das iscas pelas pescadoras com seus familiares e a distribuição delas nas sanfonas (figura 53):

Figura 53: Sequência de imagens com a feitura das iscas e disposição delas nas sanfonas



Comunidade São José, Careiro da Várzea
Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

A despesa realizada para feitura da isca não é calculada. Gastam com a compra da farinha e com o gás de cozinha para escaldá-la. Sabem que existem outras iscas para atrair camarão, como o osso de boi e o peixe assado, mas avaliam que o bolinho de farinha é a melhor isca em razão dos custos.

Destaque-se que as pescadoras de camarão dessa comunidade, não mais utilizam a tradicional camaroeira redonda. Este tipo de apetrecho, para elas, faz parte do passado, ficou em desuso com a chegada da sanfona, que dispõe de uma maior capacidade de captura. Embora a sanfona ainda capture camarões em diferentes estágios de desenvolvimento, incluindo os juvenis, pode-se dizer que a sanfona se

caracteriza como uma prática inicial, com potencial para se tornar seletiva da espécie, em que a seletividade está no próprio apetrecho.

Dos quatro tipos de apetrecho utilizados nas duas comunidades, do município do Careiro da Várzea, a sanfona é o único que apresenta potencial seletivo para a espécie. Cabe-nos ressaltar que as pescadoras das duas comunidades do município do Careiro da Várzea se mostram abertas a conhecer e experienciar outros tipos de armadilha de pesca, vislumbrando em nós pesquisadores, um caminho possível para a construção de uma pesca sustentável a longo prazo, por meio da proteção da espécie, com o desenvolvimento da pesca seletiva (não predatória), que assegure a reprodução e o desenvolvimento do recurso natural pesqueiro; a conservação ambiental e, desta forma, o trabalho com esse tipo de pesca e a proteção social dos grupos familiares das pescadoras.

Na comunidade Nossa Senhora de Fátima, na Ilha da Paciência, no município de Iranduba, o processo de captura dos crustáceos ocorre por meio de quatro tipos de armadilhas. Destas, três são artesanais e fazem parte do saber tradicional e uma é industrializada. Os apetrechos artesanais e tradicionais são a camaroeira e o rapixé. A garrafa pet é também um apetrecho artesanal, mas do tipo alternativo e não-convencional. Já a sanfona é a única armadilha do tipo industrial que as pescadoras utilizam (quadro 8).

Quadro 8: Armadilhas de pesca de camarão: Iranduba/AM

Município	Comunidade	Armadilha de pesca do camarão
Iranduba	Nossa Senhora de Fátima Ilha da Paciência	- Camaroeira; - Rapixé; - Sanfona; - Garrafa de pet

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018 a 2020

A camaroeira utilizada pelas pescadoras da comunidade Nossa Senhora de Fátima, na ilha da Paciência em Iranduba, tem um formato diferente da Camaroeira redonda utilizada em São Francisco, no Careiro da Várzea. Nesta comunidade irandubense, o formato da camaroeira lembra um retângulo. O apetrecho é formado por um pedaço de estopa preso a 03 (três) galhos ou varas finas. A estopa é cortada na forma de um retângulo, sendo uma de suas bases mais larga que a outra. Depois, fixa-se um galho comprido ou vara, em duas pontas da estopa; na outra ponta,

costura-se, no sentido da altura do retângulo, uma vara com formato de “T”. Dessa forma, está pronta a arapuca, como podemos ver na imagem abaixo:

Figura 54: Camaroeira utilizada na comunidade Nossa Senhora de Fátima, Iranduba



Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Iranduba
Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Para capturar os camarões, as pescadoras afundam a camaroeira e cravam as três varas no chão, às margens do rio, e aguardam um tempo, em média 3min para os camarões entrarem no apetrecho. Depois a retiram da água, despejando os camarões capturados em um balde ou na própria canoa. A diferença no uso da camaroeira retangular para a redonda reside no fato que aquela é fincada no chão do rio pelo próprio galho do apetrecho e a redonda não. O ponto em comum é que as duas são abertas, não dispondo de nenhum tipo de seletividade para a captura da espécie, nem de barreira protetiva contra espécies peçonhentas. Mantida a conservação e os reparos necessários, o tempo de durabilidade destas armadilhas é anual.

O rapixé tem o mesmo formato e é utilizado da mesma forma que na comunidade de São Francisco, Careiro da Várzea. Tanto a camaroeira, quanto o rapixé são confeccionados pelas próprias pescadoras e/ou por familiares. Elas realizam a compra da estopa para a Camaroeira e da tela plástica para o rapixé na sede municipal de Iranduba, gastando em média R\$ 20,00 a R\$ 40,00 para compra do material. Quando uma pescadora não dispõe do recurso para a compra do material de produção dos apetrechos, ela pega emprestado um apetrecho de alguma vizinha que também é pescadora.

Encontramos, ainda, na comunidade de Nossa Senhora de Fátima, na ilha da Paciência, um tipo de armadilha diferente. Trata-se de um apetrecho que podemos caracterizar como alternativo e sustentável, a Garrafa Pet, denominado pelas

pescadoras como “Camaroeira de Pet”. Este apetrecho é feito por elas, após cortar a parte superior de uma garrafa pet de 5L, colocam uma alça de pedaços de corda ou arame, dando um formato de balde no Pet. Para escoar a água, são feitos furos na parte inferior da garrafa. Está pronto o apetrecho (figura 55):

Figura 55: Garrafa Pet utilizada na comunidade Nossa Senhora de Fátima, Iranduba



Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Iranduba
Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Para o uso desse apetrecho, colocam-se as iscas ao fundo, fixando em uma vara de forma que fique submerso à beira rio. Em seguida, aguardam-se uns 5min a 10min, ou mais, para os camarões adentrarem na arapuca. Após o tempo dado, retira-se o apetrecho do rio, escorre-se a água e lavam-se os crustáceos, que são transportados para a casa das pescadoras dentro de um balde. Posteriormente, realiza-se o processo de conservação.

O quarto apetrecho que encontramos na comunidade de Nossa Senhora de Fátima foi a sanfona, o único industrializado. As pescadoras desta comunidade usam a arapuca do mesmo modo que as pescadoras da comunidade de São José, no Careiro da Várzea. O valor pago pelo apetrecho é em média R\$ 25,00 a R\$ 50,00. Sua compra é realizada no comércio de produtos de pesca, no centro de Manaus, próximo ao Mercado Municipal Adolpho Lisboa. Geralmente as pescadoras usam de 04 (quatro) a 05 (cinco) sanfonas, que se conservadas com os reparos devidos após a pesca, sua utilização pode ser até de dois anos, no máximo.

Destacamos que a camaroeira pet e a sanfona são os dois únicos tipos de apetrechos “modernos” usados na pesca, na Ilha da Paciência, que se mostraram com potencial para seletividade da espécie, ainda que incipiente. A camaroeira tradicional e o rapixé não apresentam nenhum tipo de seletividade pesqueira.

As iscas utilizadas pelas pescadoras são: a borra de café, proveniente do café que a família usa no seu dia a dia, porém, o camarão capturado com a borra de café, em geral, fica com o resíduo preto preso entre a casca e o corpo. O pirão da farinha com colorau (sem sal e sem óleo) é feito pela própria pescadora que, mistura a farinha branca com o colorau e leva ao fogo formando um pirão. A mandioca puba⁴⁵ que resulta do processo no qual a mandioca fica após três dias de molho, inchada e amolecida são amassadas pelas mãos das pescadoras que formam bolinhas a serem colocadas nas armadilhas de pesca para atrair os crustáceos (figura 56).

Figura 56: Isca para o camarão - Mandioca puba e borra de café



Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Iranduba

Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Um outro tipo de isca para atrair os camarões é o caroço de manga, utilizado quando as pescadoras se encontram em uma situação de completa escassez, sem materiais próprios e sem condições financeiras de comprar para fazer outro tipo de isca, como ressalta a pescadora artesanal de camarão, Valdenora Barbosa Oliveira, “Uso o caroço de manga quando não tenho mais nenhuma outra isca pra usar” (Pesquisa de Campo, 2018).

Nas comunidades Santo Antônio, Monte Sinai e Nossa Senhora da Conceição, em Itacoatiara, as armadilhas utilizadas são de três tipos, todas artesanais e tradicionais: a camaroeira redonda (de estopa ou sarripilha⁴⁶), o arrastão de lençol e

⁴⁵ Puba é uma palavra do tupi antigo que se refere à massa extraída da mandioca fermentada. Ela é resultado da fermentação natural das raízes da mandioca, a qual junto a microorganismos levam ao amolecimento das raízes. Fica com o aspecto semelhante à goma de tapioca, cheiro ácido e sabor azedinho. Esse tipo de massa é também utilizado na culinária. Na pesca do camarão serve de isca para atrair a espécie.

⁴⁶ As pescadoras se referem à estopa quando utilizam o saco feito desse material para fazer a camaroeira e o arrastão e, quando compram o tecido de estopa, se referem à sarripilha.

o saco de estopa (quadro 9), confeccionadas pelas próprias pescadoras e sem nenhum tipo de seletividade para a captura do recurso natural pesqueiro. O tempo de durabilidade dos apetrechos é de um a dois anos com a realização de reparos. A forma de utilização e os riscos na captura são os mesmos descritos pelas pescadoras das comunidades do Careiro da Várzea e de Iranduba.

Quadro 9: Armadilhas de pesca de camarão: Itacoatiara/AM

Município	Comunidade	Armadilha de pesca do camarão
Itacoatiara	Santo Antônio Ressaca do Cumaru	- Camaroeira redonda
	Monte Sinai Ressaca do Cumaru	- Camaroeira redonda
	Nossa Senhora da Conceição Costa da Conceição	- Arrastão de lençol; - Saca de fibra

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018 a 2020

As iscas usadas pelas pescadoras itacoatiarenses diferem das demais utilizadas em outras comunidades do rio Solimões. Elas usam o peixe (curimatá, pirarara etc.) frito ou assado inteiro, fechado com as vísceras; a ração ou farelo de porco ou de outro animal ou de soja misturado com óleo e o cupim. O óleo e o farelo, elas compram; já o peixe, elas próprias pescam, bem como o cupim colhido também por elas na floresta. Para assar ou fritar os peixes que servirão de isca para os crustáceos, elas fazem fogo à lenha no quintal da casa com a participação dos filhos, netos e vizinhos.

Como as outras pescadoras, essas trabalhadoras da pesca relatam que gostariam de conhecer outros tipos de iscas e de armadilhas, à exemplo da sanfona, que elas já ouviram falar. “Quero saber como é essa sanfona, dizem que é boa, mas ainda não vi, mas quero ver. Não tem ainda por aqui. É bom conhecer coisa nova, quem sabe não é melhor” (Elisângela Vasconcelos Feitosa, 2018). A disponibilidade destas pescadoras em conhecer outros apetrechos e iscas é uma demonstração que estão abertas para o diálogo que possa trazer novos conhecimentos e melhorias para a prática pesqueira do camarão.

Nas comunidades pesqueiras de São Francisco, Nova Esperança, Nossa Senhora das Graças e Bom Jesus, no município de Manacapuru, encontramos a utilização de 07 (sete) tipos de apetrechos para pesca do camarão (quadro 10), sendo 05 (cinco) de uso tradicional entre as pescadoras, o paneiro, o arrastãozinho, a

tarrafinha, a camaroeira e o rapixé; 01 (um) – o matapi tradicional, cujo uso não é tradicional entre as pescadoras e 01 (um) mais atual, moderno⁴⁷, a sanfona, de uso recente entre as pescadoras destas e de outras comunidades, dos outros municípios já descritos anteriormente.

Quadro 10: Armadilhas de pesca de camarão: Manacapuru/AM

Município	Comunidade	Armadilha de pesca do camarão
Manacapuru	São Francisco Costa do Arapapá/Lago Preto	- Rapixé; - Paneiro; - Arrastãozinho; - Sanfona; - Tarrafinha;
	Nova Esperança Ilha do Supiá	- Rapixé; - Camaroeira; - Sanfona; - Matapi Tradicional (artesanal)
	Nossa Senhora das Graças Paraná do Supiá	- Rapixé; - Camaroeira; - Sanfona;
	Bom Jesus Ilha do Marrecão	- Rapixé

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018 a 2020

Na comunidade São Francisco, na Costa do Arapapá/Igarapé do lago Preto, em Manacapuru, as pescadoras utilizam 05 (cinco) tipos de apetrechos, sendo 04 (quatro) deles tradicionais, o arrastãozinho, o paneiro, a tarrafinha e o rapixé e, 01 (um) tipo mais moderno, a sanfona. Das 04 (quatro) armadilhas tradicionais que as pescadoras utilizam, 03 (três), o Arrastãozinho, a Tarrafinha e o Rapixé são elaborados pelas próprias pescadoras e/ou familiares. Elas compram o material necessário para a construção dos artefatos na sede do município ou em Manaus e realizam a sua confecção.

O arrastãozinho consiste em um pedaço de tela de nylon, com trançado miúdo, que é vendido no comércio local da sede municipal ou uma tela de rede de pesca tecida pela pescadora ou pelo marido. Em se tratando da tela, as pescadoras cortam um pedaço, em forma de retângulo, de tamanho médio, de aproximadamente 1m de altura por 70cm de largura, fixam com costura, duas varas compridas, uma em cada lateral da altura da tela e está pronto o arrastãozinho.

⁴⁷ O termo “moderna”, está sendo utilizado aqui para se referir as armadilhas que são criações das próprias pescadoras, que foram testando outras formas de capturar o camarão a partir do que observavam e os novos tipos de apetrechos que surgem no comércio de produtos de pesca do camarão, em Manaus, os quais as pescadoras estão começando a utilizar.

Esse apetrecho é utilizado próximo à margem do rio, lago, praia ou igarapé. As pescadoras seguram o arrastãozinho colocado na frente do seu corpo, mergulham parte dele na água e, segurando as duas varas que prendem suas extremidades, saem arrastando o apetrecho por aproximadamente 1,5m. Ao final, suspende o apetrecho, que funciona como uma peneira, escoando toda a água e ficando os crustáceos presos na tela. Ele pode ser utilizado sem as varas, neste caso, as pescadoras seguram as extremidades da tela com as próprias mãos e, abaixadas nas águas dos rios, com o apetrecho mergulhado, andam um pouco e levantam, suspendendo também o apetrecho. Desta forma, realizam a captura dos crustáceos. Com este apetrecho, não é usada isca para atrair os crustáceos.

A tarrafinha (figura 57) recebe este nome no diminutivo porque é igual a uma Tarrafa de pescar peixe, diferenciando-se apenas no tamanho. Ela é confeccionada pelas pescadoras e/ou por algum membro da família, mas pode ser adquirida em loja de material de pesca. Para sua confecção são necessários nylon, agulha de tecer rede de pesca, corda e pesos para serem postos em suas extremidades, que têm o formato de uma circunferência. Seu manuseio é igual ao da tarrafa. Com os braços, as pescadoras arremessam a tarrafinha no ar, mirando o ponto alvo do rio onde elas querem que o apetrecho caia. No ar, a tarrafinha se abre, formando um disco e cai na água desta forma. Ao tocar n'água, afunda rapidamente em razão dos pesos que têm nas extremidades da sua esfera. Na sequência, logo após afundar, a tarrafinha é recolhida d'água, sendo puxada por uma corda, que liga o apetrecho à pescadora, ficando pendurada no punho do seu braço. O ato de puxar a corda faz com que a Tarrafinha saia do rio, fechando toda a sua circunferência, deixando os camarões presos à malha de rede. Vale observar que a isca não é colocada no apetrecho, ela é jogada diretamente na água do rio, antes das pescadoras jogarem a Tarrafinha.

Figura 57: Tarrafinha



Comunidade São Francisco, Manacapuru
 Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

A terceira armadilha tradicional é o rapixé, confeccionada e usada pelas pescadoras como descrito anteriormente, nas comunidades de São Francisco, Careiro da Várzea e Nossa Senhora de Fátima, em Iranduba. O quarto apetrecho tradicional utilizado é o paneiro (figura 58). Essa armadilha de pesca é comprada pronta, as pescadoras não a confeccionam. Seu uso é realizado pelas pescadoras, que colocam a isca dentro do apetrecho e o mergulham no rio. O paneiro é preso ao solo com um galho ou vara. Passados alguns minutos, é retirado das águas e os camarões capturados são colocados em um balde para serem levados às moradias das pescadoras. Destaca-se que o manuseio deste apetrecho requer força física, uma vez que, ao ser retirado do rio, traz a água consigo. A vasão do líquido é mais lenta devido ao traçado do paneiro ser mais fechado, ou seja, a água escorre mais lentamente.

Figura 58: Paneiro



Comunidade São Francisco, Manacapuru

Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Evidenciamos que os 04 (quatro) apetrechos, arrastãozinho, tarrafinha, rapixé e paneiro não dispõem de nenhum tipo de seletividade para os crustáceos, nem de proteção a outras espécies e nem às próprias pescadoras, uma vez que seu canal de entrada é grande e podem penetrar vários tipos de peixes e outras espécies aquáticas, incluindo cobras.

A Sanfona que as pescadoras da comunidade São José, no Careiro da Várzea e da comunidade de Nossa Senhora de Fátima, em Iranduba, utilizam é a mesma manuseada pelas pescadoras nessa comunidade de São Francisco, em Manacapuru. Diferencia-se porque as pescadoras denominam esse apetrecho de duas formas, sanfona e matupi. Para elas, trata-se da mesma armadilha de captura dos crustáceos. A forma de manuseio e compra do apetrecho são realizadas da mesma maneira descrita anteriormente.

As pescadoras de São Francisco, Manacapuru, gastam para comprar os materiais e aquisição de apetrechos em torno de R\$ 30,0 a R\$ 200,00. Sobre estas despesas, Deuzinete Sorriano (Pesquisa de Campo, 2018), comenta:

A gente tem muito gasto com as armadilhas. O rapixé e o Arrastãozinho meu esposo faz, só a tela custa R\$ 30,00. A tarrafinha é R\$ 200,00, o matupi (Sanfona) é R\$ 70,00 do grande e mesmo consertando, troco todo ano porque eu pesco muito. Até o paneiro tá caro, é R\$ 53,00 e se ainda for comprar o Arrastão está mais de R\$ 50,00. Isso tudo sem contar a despesa com a gasolina e o óleo para ir pescar, ainda tem o gelo, que com a luz elétrica eu mesma faço.

Também em Manacapuru, na Ilha do Supiá, comunidade Nova Esperança, as pescadoras usam 04 (quatro) tipos de armadilhas, sendo duas tradicionais, o rapixé e a camaroeira; uma de uso não tradicional na localidade, matapi tradicional (artesanal) e uma de uso recente, a sanfona. A camaroeira, o rapixé (figura X) e a sanfona são adquiridas e manuseadas da mesma forma como descrito nas comunidades do Careiro da Várzea, Iranduba e Itacoatiara.

Figura 59: Rapixé



Comunidade Nova Esperança, Manacapuru
 Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Esta comunidade foi o único lugar onde encontramos o uso do matapi tradicional (artesanal). Este apetrecho de pesca artesanal não é comum no Amazonas. Ele é utilizado por pescadoras de camarão, em comunidades pesqueiras dos Estados do Amapá e do Pará, inclusive além do matapi tradicional (artesanal) já existe atualmente o matapi sintético⁴⁸. A abertura da boca de entrada da armadilha é semelhante da sanfona ou matupi, como algumas pescadoras denominam no Amazonas.

A pescadoras fazem o matapi tradicional com talos de palmeira (figura 60). Ele tem o formato de um cilindro, com um cone invertido (tipo funil) em cada extremidade, que conduz a entrada do camarão na arapuca e dificulta sua saída. A isca é colocada dentro e ele é posto no rio, preso a algum galho ou vareta. O apetrecho fica na água por um tempo de 30min a 1h ou mais. Depois é retirado e os camarões seguem para o processo de lavagem e conservação.

⁴⁸ De acordo com a literatura técnica pesqueira da Embrapa (2018), o Matapi Sintético é uma armadilha de pesca para camarão confeccionada de material sintético, com formato semelhante ao do Matapi tradicional, que é confeccionado de material orgânica, muito utilizado pelas pescadoras de camarão no estado do Amapá.

Figura 60: Matapi Tradicional



Comunidade Nova Esperança, Manacapuru
 Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Ressaltamos que as despesas com a aquisição ou confecção dos apetrechos são significativas, considerando a condição econômica das pescadoras. Aquelas que precisam comprar material para confecção dos seus apetrechos destacam que, muitas vezes, não têm o recurso financeiro para adquirir o material. Na entrevista realizada, Uziene de Souza Ferreira, refere-se às despesas (Pesquisa de Campo, 2019):

É tudo caro, nem sempre a gente tem e depende de onde a gente compra, tem lugar que a estopa é R\$ 8,00, mas já encontrei até de R\$ 40,00. A linha de nylon é R\$ 10,00, o vergalhão a gente encontra de R\$ 13,00 até de R\$ 26,00. Pra costurar na máquina a linha é R\$ 5,00 e pra compra a armadilha já pronta é mais caro ainda, veja a Sanfona, a gente paga de R\$ 25,00 a R\$ 50,00 se formos até Manaus, aqui é mais caro. É difícil, a gente vai dando um jeito.

Nesse sentido, o cuidado com conservação e com manutenção dos apetrechos é fundamental para a durabilidade do tempo de vida útil, para que sejam evitadas novas despesas, uma vez que nem sempre há disponibilidade financeira por parte das pescadoras. Os consertos e reparos são realizados pelas próprias pescadoras ou familiares. Ratificamos que dos 04 (quatro) apetrechos usados na comunidade Nova Esperança, Manacapuru, somente a sanfona e o matapi tradicional apresentam uma forma incipiente de seletividade para a captura do recurso natural pesqueiro.

Na comunidade Nossa Senhora das Graças, no paraná do Supiá, em Manacapuru, as pescadoras utilizam 03 (três) tipos de apetrechos, sendo dois

tradicionais, a camaroeira e o rapixé e um mais atual, a sanfona. Na comunidade Bom Jesus, na ilha do Marrecão, também em Manacapuru, o apetrecho mais utilizado é o rapixé. A aquisição e a forma de uso desses apetrechos assemelham-se às formas de uso descritas anteriormente.

A seguir apresentamos o quadro 11, sintetizando os tipos de apetrechos utilizados na pesca do camarão e seu potencial para seletividade e captura das espécies. São 10 (dez) tipos de apetrechos ao todo, sendo 08 (oito) tradicionais, com exceção do matapi que não é de uso tradicional no Amazonas; 01 (um) alternativo e 01 (um) novo tipo de apetrecho, industrial.

Dos 08 (oito) tipos de apetrechos tradicionais, 07 (sete) não apresentam nenhum tipo de seletividade na captura dos crustáceos. Um apetrecho tradicional, o alternativo e o novo tipo de apetrecho são os 03 (três) tipos que apresentam uma forma, ainda incipiente, de seletividade no processo de captura da espécie, mas ainda não desempenham esta função com eficiência. Uma vez que o camarão regional do rio Solimões/Amazonas é pequeno em relação aos camarões de água salgada. Sugere-se que as malhas das armadilhas de pesca destes crustáceos sejam de um trançado (industrial ou artesanal) pequeno, que possibilite a saída da armadilha das espécies juvenis.

Quadro 11: Apetrechos de pesca do camarão: características, nome, município e comunidade de utilização

Nº	Tipo Característica	Nome	Município	Comunidade
01	- Tradicional - Artesanal - Não Seletivo - Baixo PC	-Saca de fibra	1. Itacoatiara	1. N. Sr. ^a da Conceição/Itacoatiara
		- Paneiro	1. Manacapuru	1. São Francisco/Manacapuru
		- Arrastão de lençol; - Arrastaozinho	1. Itacoatiara 2. Manacapuru	1. N. Sr. ^a . da Conceição/ Itacoatiara 2. São Francisco/ Manacapuru
		- Malhadeira (redinha)	1. Careiro da várzea	1. São Francisco/Careiro da Várzea
		- Tarrafinha;	1. Manacapuru	1. São Francisco/Manacapuru
		- Camaroeira redonda; - Camaroeira retangular; - Camaroeira;	1. Careiro da várzea 2. Itacoatiara 3. Iranduba 4. Manacapuru	1. São Francisco/Careiro da Várzea 2. St. Antônio/Itacoatiara 3. Monte Sinais/Itacoatiara 4. N. Sr. ^a de Fátima/IRD 5. Nova Esperança/ Manacapuru

				6. N. Sr. ^a . das Graças/ Manacapuru
		-Rapixé	1. Careiro da várzea 2. Iranduba 3. Manacapuru	1. São Francisco/Careiro da Várzea 2. N. Sr. ^a de Fátima/IRD 3. São Francisco/ Manacapuru; 4. Nova Esperança/ Manacapuru; 5. N. Sra. das Graças/ Manacapuru; 6. Bom Jesus/Manacapuru
	Subtotal	07	04	09
02	- Tradicional - Artesanal - Seletividade incipiente - Baixo PC	- Matapi Tradicional (artesanal)	1. Manacapuru	1. Nova Esperança/ Manacapuru
	Subtotal	01	01	01
03	- Atual - Artesanal - Alternativo - Seletividade incipiente - Baixo PC	- Garrafa de pet	1. Iranduba	1. N. Sr. ^a de Fátima/Iranduba
	Subtotal	01	01	01
04	- Atual - Industrial - Seletividade incipiente - Médio a alto PC	- Sanfona	1. Careiro da Várzea 2. Iranduba 3. Manacapuru	1. São José/ Careiro da Várzea 2. N. Sr. ^a de Fátima/Iranduba 3. São Francisco/Manacapuru 4. Nova Esperança/ Manacapuru 5. N. Sra. das Graças/Manacapuru
	Subtotal	01	03	05
	TOTAL	10	04	10

Legenda: PC: Potencial de Captura
Fonte: Pesquisa de Campo, 2018/2019

Os tipos de iscas usados pelas pescadoras das comunidades do município de Manacapuru são: borra de café simples ou misturada com óleo queimado; mistura de farinha e óleo; bolinhas da mistura de cubiu com colorau; mandioca puba; cabeça de peixe salgada (amarram no apetrecho ou penduram em um galho mergulhada na água do rio); peixe (salgado ou pubo) ou peixe assado (bodó ou o que tiver); farinha misturada com óleo usado; pirão de farinha escaldada com sal; pirão de farinha com colorau em formato de bolinhas; pirão de farinha escaldada sem sal.

Deuzineia Souza Sena comentou, “têm pescadoras que usam osso de boi, jenipapo e até mesmo carne salgada como isca, nunca usei não, quem sabe um dia

eu use” (Pesquisa de Campo, 2019). Quando as pescadoras têm disponibilidade financeira, substituem o óleo pela manteiga, dizem que atrai mais camarão. Destacamos que cada pescadora tem sua preferência pelo tipo de isca a utilizar. Em geral, não gostam de usar a borra de café porque fica presa e escurece na cabeça do camarão. Sobre esta questão, Maria de Araújo Pinto comenta, “Na hora de vender tem muitas pessoas que não gostam porque acham que é terra e não borra de café (Pesquisa de campo, 2018).

Todo o processo de captura dos crustáceos, da organização dos materiais – transporte, isca, apetrechos a decisões sobre deslocamentos para pontos pesqueiros - é definido e comandado pelas pescadoras de acordo com os conhecimentos tradicionais constituídos na vivência e experiência com pesca do camarão, levando sempre em conta as condições ambientais.

Os pontos de captura dos camarões geralmente estão localizados às margens dos rios, dos lagos, dos igarapés e das praias que surgem no período da vazante do rio Solimões/Amazonas, conforme o quadro de pontos de pesca. São nesses territórios aquáticos que as pescadoras dedicam horas da sua vida capturando os crustáceos. Este trabalho produtivo, repisamos, não é reconhecido institucionalmente. Portanto, esse tipo de prática pesqueira não tem seu exercício formalizado, segue invisibilizado. Sendo assim, a especificidade desta prática pesqueira que as pescadoras artesanais realizam fica ocultada.

Sem esse reconhecimento, as pescadoras de camarão do rio Solimões/Amazonas e de outros municípios do Amazonas são invisibilizadas. Sem anotações que mostrem o tempo de trabalho empreendido pelas pescadoras e o estoque pesqueiro⁴⁹ de camarão existente nas localidades onde desenvolvem esse tipo de pesca, o reconhecimento do trabalho desenvolvido por essas trabalhadoras artesanais da pesca no Amazonas se torna difícil. Ademais, o próprio recurso natural pesqueiro sofre processo de esgotamento e degradação por não dispor de nenhum tipo de política de fomento e proteção socioambiental.

Em referência ao tempo de trabalho dedicado à captura do camarão, registramos o quantitativo de horas que as pescadoras informaram se dedicar a esta atividade, dentre as outras que desenvolvem no trabalho com a pesca do camarão. O

⁴⁹ De acordo com Hilsdorf, Marques e Resende (2006), estoque pesqueiro corresponde a um grupo de peixes da mesma espécie, os quais habitam uma mesma área e que estão dentro da faixa etária (ou de tamanho) permitida para serem pescados.

tempo de trabalho empreendido na captura é contado a partir do horário de deslocamento de casa até os pontos de pesca, encerra-se no horário de retorno à moradia, com o estoque pesqueiro capturado. Elas não têm um horário fixo pré-estabelecido, nem em comum para irem aos pontos pesqueiros. Umas vão pescar pela manhã, outras saem de casa as 5h, e outras as 10h. Há também as que vão à tarde, após o almoço. Há aquelas que ficam da manhã até o final da tarde pescando.

Cada pescadora dedica o máximo do tempo que dispõe à pesca do camarão. Tempo esse dividido entre os diversos afazeres da vida cotidiana. De acordo com a condição subjetiva e objetiva de cada uma, elas definem o horário de ida e o tempo de permanência nos pontos pesqueiros dedicados à captura da espécie. Ressalta-se que o trabalho com a pesca do camarão ocorre concomitantemente a outras atividades que as pescadoras desenvolvem seja no cultivo da roça, seja de cuidado com a casa, os filhos, o marido e outros afazeres sociais como a participação nas atividades da igreja que participam.

Conforme verificamos, no período de pesca do camarão, a maioria das pescadoras dedica metade do dia, 12h para essa atividade. Em média, elas ficam de 8h a 9h por dia, no decorrer de 5 (cinco) a 6 (seis) dias por semana, voltadas à captura dos crustáceos.

Sobre a quantidade de dias por semana dedicado à captura, a maioria delas pesca quase todos os dias, uma média de 5 (cinco) a 6 (seis) dias por semana. Cada uma se organiza para o trabalho de acordo com a disponibilidade máxima de tempo que conseguem de tempo para pescar. Vejamos a fala de algumas pescadoras (Pesquisa de Campo, 2018-2019): Valdenora B. Oliveira, ilha da Paciência - Iranduba “Pesco todo dia”; Francisca Eliziete V. Feitosa, Ressaca do Cumaru - Itacoatiara “Pesco 04 (quatro) dias por semana”; Josilândia M. Mendes, Ressaca do Cumaru - Itacoatiara “Quase todo dia pesco, só quando não dá mesmo é que não vou”; Deuzinete Sena Sorriano, Costa do Arapapá - Manacapuru “Pesco de segunda a sábado, guardo no freezer o camarão lavado em temperatura que não deixe ele congelar, no domingo cozinho”; Uziene Ferreira, ilha do Supiá - Manacapuru “Pesco todo dia, quando não venho na sede deixar para meu marido vender, mando pelo recreio”.

Em relação ao estoque pesqueiro, as pescadoras dispõem de uma noção do quantitativo de captura por período de pesca e dos tamanhos dos crustáceos, mas

somente com base no “olhar⁵⁰”. Não têm o hábito de registrarem no papel, nem o quantitativo, nem os tamanhos, nem os locais onde capturaram a espécie. O saber tradicional é decorrente da vivência e experiência na pesca e o registro é feito unicamente na memória.

A unidade de medida que as pescadoras utilizam como referência, é o litro (L). Nas entrevistas, as pescadoras afirmam capturar mais de 100L por período de pesca. Algumas informam que já chegaram a pescar mais de 1000L de camarões, mas nenhuma delas anota, ou seja, não contabilizam o quantitativo de camarão que pescam. Esses cálculos são feitos por meio do golpe de vista, o olhar da experiência prática.

Em relação ao tamanho dos crustáceos, as pescadoras afirmam que pescam camarões de vários tamanhos, independentemente dos locais de pesca. Elas destacam que há camarão em grande quantidade e que o quantitativo de captura depende do tempo que se dedicam à pesca. Uma pescadora nos disse: “Dá pra pegar muito camarão, eu pego bastante quando quero, já cheguei a pescar mais de 100L. Vem camarão de todo o tamanho, do pequeno e do grande” (Luzinete L. da Silva, 2019). O que confirma a falta de capacidade seletiva dos apetrechos de pesca para a espécie.

Outras relatam: “É muito que eu pego, nunca medi, mas com certeza é bem mais de 100L” (Maria Elessandra C. dos Santos, 2019); “Nossa, tem bastante, é muito mesmo, pego demais, uma boa quantidade” (Rosângela V. Gonçalves, 2019); “Já teve ano que pesquei mais de 1000L de camarão, é muito mesmo. A gente pega camarão de todo o tamanho porque eles entram na armadilha” (Uziene de S. Ferreira, 2019); “Não sei ao certo, mais é mais de 300L que pesco” (Maria Gomes Bastos, 2019).

⁵⁰ Este olhar ao qual nos referimos, é o olhar preciso de quem tem a habilidade da prática, o chamado “golpe de vista”, ou seja, ao ver o que conseguiram capturar, elas já dispõem da ideia forjada em sua memória do equivalente ao quantitativo dos crustáceos em litro, que é a unidade de medida que utilizam para venda, é o saber prático do cotidiano no trabalho com a pesca.

Figura 61: Camarões capturados



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Após a captura, ocorre o processo de desembarque, seletividade e limpeza dos crustáceos, que pode ocorrer nos lagos ou na casa das pescadoras. Os crustáceos são retirados das armadilhas de pesca e jogados dentro da embarcação. Nesse momento, é observado se há outras espécies aquáticas junto com os camarões. Se houver, são devolvidas ainda vivas para o rio. Entretanto, quando esse processo ocorre na terra, nos quintais ou varandas das moradias das pescadoras, geralmente, as outras espécies já estão sem vida e são descartadas. Com exceção das cobras.

Findado o processo de separação, os camarões são colocados em baldes ou bacias para serem lavados. Essa lavagem ocorre nos pontos pesqueiros e na casa das pescadoras após o desembarque. A limpeza dos crustáceos pode ser realizada dentro de sacos de fibra sintética vazado, em paneiro, em baldes plásticos com a tampa toda furada para escorrer a água, em peneiras grandes, em escurridor grande de macarrão, em tanques pequenos de lavar roupa. Ai, inicia-se o processo de conservação e beneficiamento dos crustáceos, ou seja, a preparação para a venda ou comercialização. Pode-se destacar desde já que quase todo o processo de trabalho é feito pelas pescadoras, eventualmente, com a participação dos seus companheiros e outros familiares. Seguem imagens de um processo de limpeza dos crustáceos (figura 62).

Figura 62: Limpeza dos crustáceos após a captura



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Em síntese, o tempo de trabalho destas mulheres se estende as suas moradias. Em geral, ocorrem no quintal ou áreas externas. As embarcações são atracadas na margem do rio, em frente ou próximo as casas, os crustáceos são retirados pelas próprias pescadoras e seus/suas acompanhantes de pesca, das embarcações, comumente em baldes ou caixas de isopor. A partir daí, são preparados para a venda por meio da conservação e do beneficiamento realizado, também, por essas trabalhadoras da pesca.

Na pesca do camarão, a jornada de trabalho e o dedicado à captura engloba o transitar das pescadoras entre os pontos pesqueiros e a casa, um vai e vem pesqueiro dinâmico que envolve o desembarque constante que só finaliza quando termina a captura do dia.

2.4 A comercialização do camarão: o trabalho que não cessa

2.4.1 Sobre o beneficiamento e a conservação dos crustáceos

A preparação para a comercialização dos camarões inicia com a tomada de decisão das pescadoras sobre a forma como a espécie será comercializada, se fresco ou cozido com sal. São esses os dois estados que as pescadoras comercializam os crustáceos, portanto, o próprio processo de beneficiamento e de conservação dos crustáceos depende da decisão sobre a forma como será vendido.

Se o camarão for ser comercializado fresco, o processo de beneficiamento é feito somente por meio da limpeza, ou seja, a lavagem. A conservação é realizada com o congelamento dos camarões no freezer. Se o crustáceo for comercializado já salgado, o processo de beneficiamento é feito inicialmente com a limpeza. Após o cozimento com sal, sua conservação é realizada de duas formas: mantido resfriado na geladeira ou congelado no freezer, depende da quantidade de camarões capturados. Se for pouco, o camarão é armazenado na geladeira. Se for muito, uma parte fica na geladeira e o restante no freezer, até que o quantitativo que foi resfriado na geladeira seja todo comercializado. A salga é a forma de beneficiamento majoritária.

O processo de beneficiamento e de conservação, seja na forma *in natura* (fresco), seja por meio do cozimento com sal (salga), é realizado pelas pescadoras de forma artesanal, em média de 2 (dois) a 5 (cinco) dias por semana após a captura, utilizando utensílios domésticos, recursos naturais e fazendo uso dos conhecimentos tradicionais que adquiriram a partir da vivência e das experiências com a pesca. Vejamos o que nos disse Maria de Araújo Pinto, pescadora da comunidade São José, Careiro da Várzea (Pesquisa de Campo, 2019):

Depois da pesca, limpo e cozinho o camarão no fogão de gás com sal e pouquíssima água. Desse jeito dura uns 5 (cinco) meses, mas vende tudo antes. Fui aprendendo a fazer isso sozinha. Se tenho pouco camarão, guardo na geladeira, em poucos dias vendo tudo. Agora se tiver muito, tenho que guardar no freezer, tudo cozido com sal. Dura até um ano, mas não fica guardado esse tempo não, em dois meses vendo tudo. Se tivesse mais freezer dava pra guardar mais e ir vendendo, vende tudinho.

A pescadora Elisângela V. Feitosa, da comunidade Santo Antônio, Ressaca do Cumaru, em Itacoatiara, observa, “Cozinho com sal, no fogo a lenha. Se passar do ponto, a cabeça fica roxa. Desse jeito (salgado), o camarão dura mais tempo. A venda é rápida, vendo tudo, logo sai” (Pesquisa de Campo, 2019); Deuzinete Sena Sorriano, da comunidade São Francisco, Costa do Arapapá/Igarapé do Lago Preto, em

Manacapuru, diz que prefere manter, de início, o camarão fresco (Pesquisa de Campo, 2019):

Lavo o camarão e ponho no freezer dentro de baldes de 20 litros para depois cozinhar. Tiro do freezer, coloco o camarão em uma água com sal, essa água fica preta, depois vou cozinhar no fogão a lenha. Ponho na panela com uma camada de sal. Fecho com a tampa, de 5 em 5 minutos viro o camarão para não queimar no fundo da panela, isso demora em torno de 15 a 20 minutos. Se tiver pitiú (cheiro forte), não está pronto. No mesmo dia, ponho os camarões em uma tela no sol para escorrer, passa o dia todo, fico virando de 10 em 10 minutos. Embalo de litro em litro, coloco no balde de plástico grande com um saco de plástico dentro, arrumo os litros dentro, fecho o saco, ponho uma toalha em cima e conservo no freezer em uma temperatura em que não congele os camarões. Dura de um ano para o outro, não uso nenhum conservante.

Essas diferentes formas de beneficiamento e conservação artesanal dos camarões foram aprendidas e herdadas pelas pescadoras dos seus antepassados, por meio da observação e da experimentação, junto com companheiras de pesca. A maioria delas aprendeu com a mãe, também pescadoras. Outras sozinhas ou com algum familiar próximo. Destacamos que o beneficiamento do camarão na forma *in natura* (fresco) é feito por meio da limpeza da espécie com a lavagem nas águas dos rios e a sua conservação, por meio do resfriamento no gelo e na geladeira ou freezer (para as pescadoras que não têm geladeira) em uma temperatura baixa para não congelar.

Todas afirmam, “Só ficamos com o camarão fresco se alguém encomendar porque estraga rápido, mesmo colocando no gelo, já o salgado dura mais” (Pesquisa de Campo, 2019/2020). Vejamos a seguir uma sequência de imagens do processo de conservação do camarão salgado (figura 63):

Figura 63: Imagens do processo de conservação do camarão por meio da salga



Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019

Sobre o tempo de conservação do camarão salgado, as pescadoras observam que, “dura até um ano se ficar no freezer, mas nunca consegui ficar tanto tempo assim com ele porque vende tudo” (Rosineia S. do Carmo, Pesquisa de Campo, 2019). A demanda pelo camarão salgado é maior que a oferta, por isso, elas preferem fazer a salga.

As pescadoras não têm noção de quanto gastam com despesas com a conservação. Elas não costumam anotar os gastos e não realizam nenhum tipo de cálculo ou contabilidade. Algumas têm uma ideia dos gastos na compra de materiais. Além de não contabilizarem, não consideram os custos de deslocamentos para a compra dos materiais. Comumente se articulam com familiares que eventualmente se deslocam até a sede do município ou para Manaus onde o valor das mercadorias é inferior ao cobrado na sede municipal. Geralmente adquirem o sal e os sacos plásticos. Sobre estes gastos, uma pescadora comenta: “A despesa é com sal e saco plástico de litro e grande. Com o sal gasto uns R\$ 30,00, sacos plásticos R\$ 70,00, saco grande R\$ 10,00. A energia também aumenta. É dinheiro que sai, mas precisa” (Rosineia S. do Carmo, 2019). As compras são feitas de acordo com a prioridade dentre as necessidades mais urgentes, uma vez que não dispõem de recursos financeiros específicos para a pesca. À medida que “vão pescando, vão vendendo e

o dinheiro que entra inicialmente é para cobrir as necessidades de compra de materiais para a própria pesca” (Pesquisa de Campo, 2019).

O tempo dedicado ao trabalho com a pesca do camarão e as despesas necessárias para a captura até a comercialização não são percebidos pelas pescadoras, “[...] é tudo corrido nessa época do camarão, tem dia que é só pescando. Temos que aproveitar, é quando a gente ganha mais um dinheiro. Conforme vamos pescando, a gente vai comprando o que precisa. Têm gastos, também. Vale a pena” (Maria de A. Pinto, 2019).

Conforme observamos, o movimento do tempo de trabalho entre a captura, o beneficiamento, a conservação, o armazenamento e a comercialização é dinâmico e sincronizado, mas é interdependente. As pescadoras não podem pescar mais do que as condições que elas têm para armazenamento, isto implica diretamente em condições materiais de equipamentos: geladeiras, freezer ou caixas de isopor, estruturas de energia elétrica e capacidade econômica para manutenção da permanência dos equipamentos ligados devido aos custos da energia elétrica ou compra regular do gelo, realizado na sede dos municípios. Como descrevemos nas páginas antecedentes deste trabalho, existem comunidades rurais que ainda não dispõem de energia elétrica pública. Ainda há famílias que dependem de um motor de luz, em geral, pertencente a comunidade, outros compram o gelo quando podem.

Valdenora B. Oliveira, pescadora da comunidade Nossa Senhora de Fátima, na Ilha da Paciência, em Iranduba, comenta (Pesquisa de Campo, 2019):

Se pudesse eu pescava mais, só que não tenho como guardar, só tenho um freezer em casa, eu guardo tudo nele, não dá, ainda tem a luz pra pagar. Faço gelo também pra ir ajudando, não tenho dinheiro pra ficar comprando. O que pesco eu vendo, não sobra nada.

Observamos que as condições para armazenamento dos crustáceos que as pescadoras dispõem são mínimas, mas não podemos estimar a capacidade potencial para formação de estoque pesqueiro porque se faz necessário um estudo mais aprofundado, com acompanhamento e registro de dados de captura, ou seja, do estoque pesqueiro.

Menos da metade das pescadoras conseguem armazenar os crustáceos por um período médio de 2 (dois) meses. Elas têm seus clientes certos nos pontos de vendas e nas redes municipais. A venda da produção pesqueira é garantida, não há

desperdícios do camarão beneficiado. Vejamos a seguir onde e como ocorre o processo de comercialização.

2.4.2 A comercialização do camarão

O período de comercialização é realizado em consonância com a captura dos crustáceos, conforme disposto no (quadro 12). Já descrevemos que o início da pesca depende da descida das águas do rio Solimões/Amazonas, porém o período de início da vazante do rio vem sofrendo alterações no decorrer do tempo, variando em termos de dias e até de um mês, de um ano para o outro, decorrente de vários fatores geradores de alterações climáticas. A descida das águas não acontece de forma igualitária em todas as localidades banhadas pelo rio, há uma variação, dependendo da localização geográfica, há lugares onde as águas parecem descer dias antes que em outros. O tempo de comercialização depende da capacidade de conservação e armazenamento dos crustáceos capturados por pescadora.

Quadro 12: Período relativo de pesca e venda dos camarões

Município	Período de pesca	Período de venda	Relação entre os períodos de venda e de pesca
Careiro da Várzea	Junho/agosto a outubro/novembro	Agosto a dezembro	Início da venda: de um mês a 45 dias após o início da pesca. Término da venda: dois meses após o fim da pesca.
Iranduba	Junho/agosto a outubro/novembro	Agosto a dezembro	Início da venda: um mês após o início da pesca. Término da venda: um mês após o fim da pesca.
Itacoatiara	Junho a outubro	Agosto a outubro	Início da venda: um mês após o início da pesca Término da venda: junto com o término da pesca.
Manacapuru	Julho a novembro	Agosto a novembro	Início da venda: um mês após o início da pesca Término da venda: junto com o término da pesca.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019/2020

Pode-se averiguar no quadro acima que o tempo de trabalho da captura se estende até o mês de dezembro. Em relação aos pontos de venda e de entrega dos crustáceos encomendados são variados. A comercialização direta ocorre geralmente nos finais de semana (sábado e domingo), em lugares localizados na própria comunidade ou nas sedes dos municípios onde as comunidades espacialmente

pertencem. Ou ainda, nos municípios próximos ou quando vão para Manaus à beira da Manaus Moderna, Porto da Ceasa ou Feira da Compensa.

Os deslocamentos das pescadoras até os pontos de venda acontecem prioritariamente por meio de embarcação pertencente a algum membro familiar. O tempo de deslocamento para os lugares de comercialização depende principalmente da distância entre a comunidade e os pontos de venda e do tipo de embarcação utilizada. Quanto mais potente for o motor da embarcação, menor é o tempo de locomoção, o que implica diretamente no horário que as pescadoras saem de suas casas. A distância entre as comunidades e os pontos de vendas são determinantes para o tempo de embarcamento e o percurso, conforme podemos observar no quadro 13 abaixo:

Quadro 13: Dados de deslocamentos para os pontos de venda dos crustáceos

Município	Cmd.	Emb.	TD	HS	HC	Destino	Pontos de venda/entrada do camarão
Careiro da Várzea	São Francisco	Voadeira a 15	30min	6h	7h	- Sede municipal do Careiro da Várzea; - Manaus	- Comércio local da comunidade; - Na frente da comunidade - Perto da igreja católica - Porto da Gutierrez Km 0 da BR319 - Porto Ceasa - Eventos esporádicos realizados na sede municipal
	São José	Voadeira a 15	20min	6h	7h		
Irlanduba	N. Sra de Fátima	Rabeta	30min	6h	7h	- Sede municipal de Irlanduba; - Manaus	- Em frente ao mercado municipal; - De porta em porta; - Bairro Morada do Sol em Irlanduba - Calçada próximo ao porto de Irlanduba - Feira da compensa II, em Manaus
Itacoatiara	Santo Antônio	Bote	2h	4h	6h	- Sede municipal de Itacoatiara;	- Feira do produtor rural
	Monte Sinai						
Manacapuru	São Francisco*	Voadeira	1h – 1h:30min	6h	7h – 8h	- Sede municipal de Irlanduba;	- Própria casa na comunidade; - Nos pontos de captura - Balsas e outras embarcações; - Beira do rio;

							- Casa de familiares em Iranduba; - Mercado municipal de Iranduba; - Flutuante da Colônia dos Pescadores de Iranduba;
* As pescadoras dessa comunidade realizam a venda pelo WhatsApp e Facebook;							
Nova Esperança	Bote; Recreio e bicicleta	30min – 40min; 5min	6h	6h:40 min	- Sede municipal de Manacapuru	- Feira da Liberdade; - Calçada da esquina do supermercado Bastos; - Calçada da esquina da drogaria Kássia	
N. Sra. das Graças	Voadeira	40min – 1h	6h	7h			
Bom Jesus							

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

As pescadoras transportam os camarões salgados em sacos ou sacolas plásticas. Os frescos e congelados em menor quantidade são armazenados no isopor com gelo. Esses são, prioritariamente, para entrega de encomendas realizadas pelos clientes. Além do camarão a ser comercializado, as pescadoras precisam levar consigo todos os materiais necessários, ou seja, uma pequena infraestrutura para sua instalação e abrigo nos pontos de venda. Ali elas fazem a venda e a entrega do produto ao público consumidor (figura 64).

Figura 64: Pescadoras comercializando os crustáceos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

É comum as pescadoras levarem bacias grandes de plástico ou alumínio, sacos e sacolas plásticas, vasilhame de litro (medidor do quantitativo de camarão), colher grande ou espumadeira, guarda sol de praia ou sombrinha grande e caixote de plástico ou madeira para montarem seus pontos de venda que, para além da comercialização, é o lugar de encontros e a sociabilidade. Esse encontro possibilita conversas, trocas, negociações entre pessoas que por ali circulam.

Uma pescadora relata: “Levo os camarões já embalados no saco de 1L dentro e sacola plástica para entregar ao cliente” (Maria de Araújo Pinto, 2019); “Tenho que levar a bacia, o litro, a espumadeira, sacos e sacolas plásticas” (Maria Gomes Bastos, 2019); “Levo a vasilha de litro, a colher grande ou da espumadeira. Além disso, levo também a sombrinha grande para proteger do sol. É muito quente, a gente fica com a pele toda queimada do sol. Às vezes, consigo uma caixa de madeira para sentar” (Ivânia Pereira de Souza, 2019). Ou seja, o mundo dessas pescadoras é do trabalho pesado e da reinvenção do saber cotidiano (TELLES, 2009).

Os desembarques das pescadoras e da produção pesqueira realizados ocorrem nos portos ou na balsa da Colônia dos Pescadores das sedes municipais. Em Manaus, geralmente ocorrem no porto da Ceasa, na zona Norte da cidade e em frente à Feira da Manaus Moderna. Em todos os pontos de desembarque da produção pesqueira não há qualquer tipo de fiscalização ou acompanhamento dos crustáceos descarregados. Cabe enfatizar, não há anotações por parte das instituições responsáveis pela pesca, nem da produção dos crustáceos, nem de sua comercialização, o que reforça os nossos argumentos de que o trabalho e a trabalhadora dos crustáceos são invisíveis.

As pescadoras não contabilizam os gastos com o deslocamento, a permanência e os materiais que utilizam na comercialização dos crustáceos, já vimos que é a memória oral registrada. Em relação ao transporte, geralmente tem a despesa com o combustível e o óleo para o motor ou a despesa de passagem do recreio para quando a mercadoria (os crustáceos) é enviada à sede do município, onde serão retirados por familiares, marido ou filha, para a sua comercialização. Cada pescadora se organiza junto ao seu grupo familiar e majoritariamente são elas que pagam as despesas de locomoção. Geralmente as famílias dispõem de uma embarcação com um membro que é o proprietário da embarcação, sendo, na maioria das vezes, o

marido. Há pescadoras que têm sua própria embarcação, uma vez que o marido frequentemente as acompanha para a venda dos crustáceos. Então, elas combinam com eles a locomoção.

Ainda que não façam as anotações da contabilidade dessas despesas, elas sabem o valor desses gastos. Elas informaram que, em média, desembolsam por dia, de R\$ 50,00 a R\$ 150,00 com o transporte. Em relação às despesas com os materiais que utilizam na venda dos camarões, tais como sacos e sacolas plásticas, elas comentam “As sacolas plásticas duram muito, a gente só compra quando acaba. É barato” (Micilene de S. Ferreira, 2019).

Nas sedes municipais, podemos observar nas imagens que as pescadoras armam os seus pontos de venda próximas umas das outras, mas, às vezes elas estão sozinhas no ponto de venda. Quando a venda no ponto não está boa, com pouco fluxo, elas partem para a comercialização de porta em porta, nas residências e nos comércios na sede municipal. Elas inventam o mercado.

As condições de abrigo das pescadoras nos pontos de venda do camarão: mercados, feiras e calçadas de rua são improvisados e precários. Não atendem à logística necessária que a dinâmica do movimento de venda do camarão requer. Improvisadamente elas estão na rua, a céu aberto, completamente expostas as intempéries amazônicas ou estão dentro de um mercado ou feiras cobertas com a proteção somente da cobertura predial, sem nenhum tipo de estrutura física. Abaixo o quadro 14 descreve, por município, as condições de abrigo dos espaços que as pescadoras utilizam para a comercialização dos crustáceos.

Quadro 14: Condições de abrigo e banca das pescadoras nos pontos de comercialização

Município	Condições de abrigo nos pontos de comercialização	Banca da pescadora Materiais
Careiro da Várzea	- Não há nem um tipo de abrigo. A comercialização acontece a céu aberto. O abrigo é a sombrinha. - Nos eventos, o abrigo é a “barraca de lona”, se disponibilizarem.	A Banca é da própria pescadora, em todos os pontos. Montada com os próprios materiais que elas levam de sua moradia todas as vezes que vão realizar a venda dos crustáceos.
Iranduba	- Não há nem um tipo de abrigo. A venda acontece a céu aberto e o abrigo é a sombrinha;	

Manacapuru	- São abrigadas e protegidas do sol e da chuva nos seguintes pontos de venda: moradia - Não possuem abrigo. Vendem a céu aberto nos seguintes pontos de venda: pontos de pesca; calçadas e esquinas de ruas; Feira da Liberdade	- Camarões em sacos plásticos grandes; - Banquinho ou caixote; - Guarda sol ou sombrinha - Litro; - Colher grande e/ou espumadeira
Itacoatiara	- São abrigadas na Feira do Produtor Rural. Proteção do sol e da chuva.	- Possuem banca própria. Elas montam com material que levam de casa toda vez que vão fazer a venda.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019/2020

A pescadora Josilândia Mota Mendes, da comunidade Monte Sinai, de Itacoatiara, relatou sobre o ponto de venda: “É coberto aqui onde a gente vende agora. Vendemos dentro do mercado, antes vendíamos fora. A prefeitura colocou a gente pra dentro da feira coberta, melhorou por causa da cobertura, mas lá fora o movimento é maior. O Festival da Canção de Itacoatiara - FECANI ajuda muito na venda” (Pesquisa de Campo, 2019). Observamos que mesmo a comercialização sendo realizada dentro dos mercados municipais ou feiras cobertas, as pescadoras não têm reconhecimento institucional, seguem invisibilizadas no universo pesqueiro. Não identificamos, também, nenhum procedimento de verificação e/ou orientação sanitária em relação ao desembarque e à venda dos crustáceos por parte do poder público.

Enfatizamos: a comercialização é realizada majoritariamente pelas mulheres pescadoras e/ou familiares, que estão, de certo modo, envolvidos na unidade de produção pesqueira. Nesse sentido, quando pessoas da família assumem a venda no ponto de pesca é porque as pescadoras preferem permanecer em suas comunidades dando continuidade à captura dos camarões, enquanto alguém da família realiza a venda. A pescadora Uziene de S. Ferreira, de Manacapuru, comenta “Pesco todo dia, meu marido vende na sede. Assim não paro a pesca” (Pesquisa de Campo, 2019).

Durante o trabalho de campo, particularmente, quando estivemos nos pontos de venda, encontramos com alguns homens que estavam fazendo a comercialização dos crustáceos. Um deles, Ismael Borges, da comunidade Betania, em Manacapuru, nos relatou (Pesquisa de Campo, 2019):

Minha mulher e eu pescamos camarão. Eu vim vender pra ela ficar pescando. Ela pesca mais que eu, então venho fazer a venda enquanto ela fica pescando, mas ela vem as vezes também. Estou aqui toda sexta, sábado e domingo. Lá na comunidade, quase todos pescam, homens e mulheres.

José Raimundo Ferreira Sampaio, da comunidade Betânia, comentou “Eu sou pescador e minha mulher também, somos cadastrados na Colônia de Pescadores. Eu e ela pescamos camarão. Enquanto eu venho vender, ela fica na comunidade pescando. Vende tudo. Depois, volto de novo pra vender o que foi pescado” (Pesquisa de Campo, 2019). Segue a imagem dos pescadores e vendedores de camarão (figura 65):

Figura 65: Pescadores e vendedores de camarão



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

Embora as mulheres sejam as protagonistas na captura dos camarões, podemos dizer que a presença dos homens é complementar, mas numa relação de complementariedade desigual na unidade de produção, como se percebe ao longo deste trabalho (Woortmann, 1992).

Encontramos também uma jovem vendendo camarão, Geisa dos Santos (figura 66), da comunidade da Betânia, filha de pescadores. Ela nos disse ser somente vendedora dos crustáceos. “Só vendo camarão, meus pais que pescam, eles moram na comunidade e eu moro aqui na cidade (sede municipal). Eles mandam o camarão pra eu vender, pra me ajudar. O dinheiro da venda é pra mim e pro meu filho que está com três meses” (Pesquisa de Campo, 2019). O dinheiro proveniente da venda do camarão contribui significativamente para o sustento da família das pescadoras de forma direta e indireta.

Figura 66: Pescadores e vendedores de camarão



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

As pescadoras raramente estão sozinhas durante a comercialização dos crustáceos. Estão sempre acompanhadas de algum familiar ou de alguma vizinha também pescadora de camarão. Os familiares que as acompanham são, em sua maioria, os maridos, as/os filhas/os, as mães, as irmãs ou sogras. Podemos observar por meio das imagens dos pontos de venda, que os trajes utilizados pelas pescadoras e seus familiares são sempre: bermudas, camisetas e, às vezes uma viseira ou boné.

Quando as pescadoras se deslocam à sede municipal para a venda, geralmente os maridos as acompanham e ficam por perto, observando o movimento, mas, prioritariamente, são elas que realizam a venda ao consumidor. Elas fazem tudo, desde a propaganda, ofertando os camarões para as pessoas que transitam nos locais onde se encontram, medem no litro a quantidade vendida, embalam o produto nos seus plásticos, recebem o pagamento e efetuam o troco.

Com o acesso às novas tecnologias, as pescadoras vêm divulgando e negociando a venda dos crustáceos por meio das mídias digitais como o WhatsApp e o Facebook. Algumas fazem todo o acerto da venda por meio do contato no ambiente virtual e marcam o dia e horário para entrega e recebimento do pagamento da compra, que comumente é feita nos dias em que se encontram nos locais de venda nas sedes municipais. Essa forma de comercialização amplia as possibilidades de venda, mesmo as que não sabem ler nem escrever conseguem utilizar as redes sociais por meio da oralidade e de imagens, apesar de ser difícil e oneroso o acesso à internet nas comunidades ribeirinhas. Estes são os principais entraves que dificultam o uso da tecnologia. Diante desta situação, somente uma minoria consegue fazer uso desses

recursos, conforme podemos perceber por meio do comentário da pescadora Deuzinete Sena Sorriano (Pesquisa de Campo, 2019):

Eu vendo pela internet, já aprendi tudinho, tenho um monte de amigo no *face*, é fácil, não sei ler, mas não precisa, eu gravo, coloco foto, peço ajuda do meu neto e das minhas filhas se não consigo resolver alguma coisa, mas sempre resolvo. Difícil mesmo é a internet, é cara. Me junto com um filho meu para pagar, mas mesmo assim tem dia que não tem, se tivesse internet boa seria bem melhor, dá pra vender mais.

As pescadoras e seus acompanhantes permanecem nos locais de venda em torno de 4h a 6h por dia. Nesse espaço de tempo, elas pouco se alimentam. Trazem consigo, de suas comunidades garrafas de água para irem bebendo e saciando a sede. Algumas, por vezes, trazem alguma comida ou compram um lanche. Sobre esta questão, a pescadora Josilândia Mota Mendes comenta (Pesquisa de Campo, 2019):

[...] às vezes eu compro alguma coisa pra comer, um lanche, mas não dá pra fazer isso toda vez não, tem despesa pra vir, o combustível. Só quando não dá mesmo pra esperar chegar em casa. Sempre trago água de casa, congelo na garrafa pet, o calor é grande e tem criança também, se esquecer, aí compro. Faço o almoço na volta, quando a gente chega em casa de volta, aí a gente come.

As pescadoras evitam quaisquer gastos nos locais de venda, reduzem a despesa e adquirem somente o que for de extrema necessidade. Se a água que trouxeram de suas comunidades terminar, elas, então, compram para beber e compra-se um lanche se não for possível esperar até o retorno a suas moradias. Cabe ressaltar que, se a água ou a comida terminarem, a prioridade é atender as necessidades alimentares dos filhos ou netos que estiverem com elas na venda. O trabalho do cuidado com a família ocorre concomitante ao trabalho da comercialização.

Cabe evidenciar que a venda dos crustáceos, também, não é contabilizada. Elas não realizam nenhum tipo de registro escrito sobre a venda e o que deixam de vender. Mas elas têm a noção de quantos litros foram vendidos. O registro contábil está armazenado na memória. O único gasto que as pescadoras consideram, é aquele utilizado para o transporte de deslocamento entre a comunidade e o ponto de venda. As despesas com os materiais utilizados para a venda e alimentação não entram nas despesas realizadas.

Fizemos um exercício com todas as pescadoras para saber o quantitativo de camarão comercializado (quadro 15) e quanto arrecadavam com a venda dos crustáceos. No entanto, obtivemos o retorno somente de dois municípios e três pescadoras, não sendo possível formar uma mostra propriamente dita, mas podemos dizer que essa atividade foi significativa porque nos possibilitou cruzar dados da venda com os de captura, já que há um descompasso entre eles, uma vez que o quantitativo de comercialização se apresenta maior que o de pesca.

Quadro 15: Quantitativo de camarões comercializados (exercício de registros)

Municípios	ano	mês	Pescadora	Qt. de camarão comercializado (litros)	Total
Iranduba	2019	agosto	A	119L	185L
		setembro		66L	
Manacapuru	2019	agosto	B	138L	243L
			C	105L	

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Mais uma vez, ratificamos a importância das anotações de informações referente à pesca do camarão. Como descrito no processo de captura, a ausência de registros escritos leva à inexistência de dados, que, por sua vez, invisibiliza saber o quantitativo de camarão capturado (estoque pesqueiro) e o comercializado. Consequentemente invisibiliza a comercialização e o potencial econômico, ou seja, a economia em torno desta atividade pesqueira.

Registra-se que os dados mínimos que obtivemos dos registros de venda dos crustáceos representa somente alguns dias de comercialização/mês, não a totalidade de venda/mês. Trata-se somente do início da pesca do camarão nestas localidades, o que nos leva à dedução, conforme relatos das pescadoras, o volume de crustáceos comercializados é significativo e promove uma geração de renda que dá sustento ao grupo familiar e movimenta a economia local no início da vazante.

Os crustáceos são vendidos no varejo, ou seja, a retalho como as pescadoras costumam falar, em pequenas quantidades, diretamente ao consumidor, sem a existência da figura do intermediário ou atravessador⁵¹. A unidade de medida utilizada

⁵¹ Intermediário ou atravessador são geralmente comerciantes que negociam a produção direto do produtor e revendem ao público consumidor. Na comercialização do camarão são as próprias pescadoras que realizam a travessia dos seus produtos (camarão fresco ou salgado) das comunidades

majoritariamente pelas pescadoras é o litro (L). Somente uma pescadora realiza a venda utilizando o Quilo (k) como unidade de medida.

Encontramos uma situação diferenciada, no qual a pescadora não usa nem o litro, nem o quilo como unidade de medida. Ela coloca uma certa quantidade de camarão em pratinhos de isopor (porções), embala com filme pvc e de acordo com a quantidade que couber em cada pratinho, ela estabelece um preço, tendo como parâmetro, o valor do litro do camarão. Ela destina os sonhos decorrentes da venda dos camarões ao filho mais velho. É a forma que ela encontrou de ajudá-lo economicamente. A venda que a própria pescadora realiza é por litro.

O preço estabelecido para a venda dos crustáceos tem pouca variação entre os municípios. Em geral, no início das vendas o preço é menor, no final ficam iguais (quadro 16). Cada litro é vendido no valor que vai de R\$ 2,00 a R\$ 10,00. Esse valor é estabelecido pelas pescadoras, sem um cálculo em específico.

Joseane Magalhães da Silva, da comunidade de Nossa Senhora das Graças, de Manacapuru, comenta “Logo no início vendo o litro por R\$ 5,00 ou R\$ 7,00. Conforme vai passando o tempo, a venda, chega até R\$ 10,00 o litro” (Pesquisa de Campo, 2019). Uma outra pescadora, Valdenora Barbosa Oliveira, da comunidade de Nossa Senhora de Fátima, de Iranduba declara “levo em conta para o preço inicial, o custo de vida das pessoas” (Pesquisa de Campo, 2019). Rosângela Vieira Gonçalves, da comunidade de Nova Esperança, de Manacapuru, expõe “Não tem uma conta, é o trabalho que a gente faz” (Pesquisa de Campo, 2019). Vejamos a seguir (quadro 16), a variação do preço do camarão em cada município.

Quadro 16: Variação no preço ofertado do camarão

Município	Variação do preço ofertado em real (R\$)	
	Camarão salgado (R\$)	Camarão fresco (R\$)
Careiro da Várzea	2,00 a 10,00	-
Iranduba	5,00 a 10,00	-
Itacoatiara	5,00 a 10,00	-
Manacapuru	7,00 a 10,00	3,00 a 5,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

aos pontos de venda (mercado consumidor) para efetivar de forma direta a venda do fruto do seu trabalho.

Em síntese, as despesas com a pesca do camarão vão desde a isca até a comercialização. Existem gastos com farinha, óleo, sal, corante, gás de cozinha, tela, estopa, linha de nylon, compra de apetrecho de captura como a sanfona, gelo, energia elétrica, combustível – gasolina e óleo para o motor, transporte em embarcação como o recreio, sacos e sacolas plásticas, equipamento de proteção individual – botas de cano alto, água e alimentação entre outras. Contudo, como descreve Uziene de Souza Ferreira, da comunidade de Nova Esperança, de Manacapuru, não há um cálculo para definir o preço do camarão, “É no olhometro as contas” (Pesquisa de Campo, 2019).

A venda dos crustáceos pelas pescadoras ou familiares, pode-se dizer, é mais uma estratégia de subsistência que compõe o amplo mercado informal de trabalho no Amazonas e na Amazônia, como nos mostrou Rodrigues (2018) no município de Alenquer, no Pará.

Ao estudar as várias estratégias de subsistência na informalidade brasileira, Telles (2009) as denominou de **viração**. Ou seja, as trabalhadoras pescadoras de camarão se *viram* para subsistir, criando alternativas de subsistência que se somam aos demais trabalhadores das feiras e mercados municipais. Já repisamos, sem regulamentação governamental e fiscal. E, sem nenhum acompanhamento, nem orientação por parte das entidades representativas, seja das associações, dos sindicatos e das colônias.

O retorno das pescadoras às suas casas acontece ao término de cada jornada de trabalho. Geralmente, ocorre entre 12h e 16h de acordo com o planejamento de cada pescadora. Elas destacam: “Eu volto só à tarde pra casa porque daqui (ponto de venda do camarão), depois da venda, vou pra casa da minha mãe” (Deuzinete Sena Sorriano, 2019); “Não tenho mesmo um horário certo pra voltar. Fico até vender todo o camarão que trouxe” (Ivânia Pereira de Souza, 2019).

Ao retornarem às suas moradias, a jornada de trabalho das pescadoras continua, agora dedicadas às atividades reprodutivas: os serviços domésticos que desenvolvem com os cuidados da família e da moradia. É a hora de fazer o almoço, lavar a roupa e se preparar para a jornada do dia seguinte. Essa dupla jornada de trabalho vivida pelas mulheres brasileiras, e em particular, as pescadoras, nos mostra que a complementariedade é desigual. Os companheiros e parceiros estão ausentes do trabalho reprodutivo (Woortmann, 1992).

Ao final do dia é o momento de contar quanto ganharam com a venda dos crustáceos e planejar o destino do dinheiro ganho para as necessidades mais imediatas. Por vezes, esse dinheiro não chega nem a ser contado em casa, já é gasto na sede municipal na aquisição do que precisam, geralmente, com a alimentação. É hora também de separar o material para o retorno à pesca ou a venda dos crustáceos no dia seguinte. Enfim, a vida dessas mulheres é movida pelo trabalho contínuo, do amanhecer ao anoitecer, na busca pela garantia da subsistência do grupo familiar.

2.4.3 A economia existente em torno da pesca do camarão

O fato é que já estamos falando sobre a economia em torno da pesca do camarão desde que começamos a discorrer sobre o processo de trabalho que as pescadoras desenvolvem na busca pela aquisição de recursos materiais que garantam a manutenção e reprodução social. Com a comercialização, os crustáceos se transformaram em mercadoria que gerou renda para as pescadoras. Elas não sabem dizer, em termos monetários, quanto ganharam com o trabalho desenvolvido nesse tipo de pesca, mas sabem a importância e o valor do fruto desse trabalho para o sustento da família e a manutenção de suas moradias.

Sobre o valor da pesca do camarão para as pescadoras, trouxemos algumas de suas falas, colhidas em 2019, por meio das entrevistas.

Quadro 17: O valor da pesca do camarão para as pescadoras

Município	Pescadora/Comunidade	Falas
Careiro da Várzea	Maria do Socorro P. Nogueira/São José	Com o dinheiro compro as coisas que precisa para a casa, para família, pago conta, compro materiais de construção.
Iranduba	Valdenora B. Oliveira/N. Sra. De Fátima	É muito bom ter nosso dinheiro, compro alimentos, gasto comigo, o que dá pra comprar.
Itacoatiara	Elisângela V. Feitosa/Sto. Antônio	Pago despesa da casa, alimentação, também compro algumas coisas pra mim, pro meu uso, me divirto, se tiver algum evento nessa época, eu vou!
Manacapuru	Arlene Deodato de Souza/Nova Esperança	O dinheiro que ganhei com essa pesca foi que ajudou a criar meus filhos tudinho, sem ele, não sei o que seria
	Deuzinete Sena Sorriano/São Francisco	Dá pra ganhar um bom dinheiro, ajuda muito, se não fosse esse dinheiro, não sei o que seria de nós.
	Ivânia P. de Souza/N. Sra. Das Graças	Compro o rancho, alimentação, depois o que der.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

No âmbito da economia do grupo familiar, a renda do camarão é imprescindível para questões básicas como a alimentação e medicação de uso contínuo. As pescadoras enfatizaram em suas falas que essa renda garante o sustento da família e que sem ela, ficaria comprometida a manutenção da casa como um todo. A pescadora Deuzinete Sena Sorriano, de Manacapuru, afirma que: “O dinheiro da pesca do camarão serve demais pra gente. Se não tivesse, ia fazer falta para o alimento, medicação. Não gosto nem de pensar” (Pesquisa de Campo, 2019).

Supõe-se que em um mês arrecadam cerca de R\$ 500,00, ou seja, a metade do valor de um salário-mínimo em 2019, que era de R\$ 998,00. O que o exercício do quadro 16 deixa patente, quando observado a partir da relação com a fala das pescadoras, é que o principal valor ao qual elas se referem é o de garantir a alimentação da família. Deixam evidente que nessa época da pesca são elas que mantêm o sustento familiar. Época de adquirir algum objeto de uso pessoal para elas e/ou de melhoria para a casa.

Na definição dos gastos com o dinheiro da comercialização dos crustáceos, algumas pescadoras nos disseram que são elas quem decidem em que vão gastar. Francisca Eliziete V. Feitosa da comunidade de Sto. Antônio, de Itacoatiara, afirma que “Sou eu mesma que decido em que vou gastar o meu dinheiro, vejo o que tá precisando, aí decido” (Pesquisa de Campo, 2019). Outras afirmaram que decidem junto com o marido e a família. Valdenora B. Oliveira, declara: “A gente conversa, eu e meu marido, aí vemos o que vamos fazer com o dinheiro que entrou” (Pesquisa de Campo, 2019).

A pesquisa demonstra que os ganhos adquiridos com captura e a venda dos camarões contribuem com o orçamento familiar do grupo doméstico, acrescido dos valores das aposentadorias, Seguro Defeso, Bolsa Família, e outras transferências de renda que trataremos no capítulo IV deste trabalho. Já descrevemos acima que tudo o que as pescadoras capturam é comercializado. Não há desperdícios, incluindo o que é consumido pela família.

CAPÍTULO III - ENTRE A (IN)JUSTIÇA SOCIAL E A (DES)PROTEÇÃO AMBIENTAL

Nesse capítulo, discutimos questões referentes à (in)justiça social e à desproteção socioambiental no contexto em que as pescadoras de camarão vivem. Iniciamos fazendo uma reflexão das questões referentes ao reconhecimento, à participação e à representação das pescadoras de camarão. Discorremos sobre a cidadania, os direitos sociais, o processo de identificação trabalhista e os espaços de participação e de representação onde se situam essas trabalhadoras da pesca. Para isso, descrevemos como as pescadoras se auto identificam em relação ao trabalho na pesca; como elas percebem a forma como os outros pescadores as identificam em relação à pesca do camarão; como é feito a identificação profissional das pescadoras para reconhecimento do Estado de sua atividade como profissional da pesca; como está organizada e estruturada a pesca pelo Estado e o acesso das pescadoras às instituições; as representações políticas da pesca no Amazonas; a desproteção socioambiental das pescadoras de camarão; a prevalência do silêncio das pescadoras e a vontade do encontro com outras companheiras de pesca do camarão. Finalizamos o capítulo discorrendo sobre o valor das políticas públicas de transferência de renda, Seguro Defeso e Bolsa Família, para a reprodução social do grupo familiar das pescadoras de camarão.

3.1. Reconhecimento, participação e representação das pescadoras de camarão

3.1.1 Sobre os direitos sociais, a participação nos espaços comunitários

Ao longo da pesquisa, observamos que o modo de vida das pescadoras artesanais prevalece a oralidade, que se reproduz a partir das experiências e saberes gerados e repassados de geração em geração. Às vezes, as narrativas são esparsas, descontínuas ou confusas, mas cabe ao pesquisador saber ouvir e compreender também o não-dito e os silêncios.

Embora quase todas as pescadoras artesanais que participaram desta pesquisa tenham tido acesso à escolarização formal, que lhes garantiu minimamente a leitura e a escrita, podemos considerar que foi a escola da vida e do modo de viver que se manifesta no pensar, no agir e no compreender o mundo em que vivem, nos

rios e na floresta e nas terras molhadas, perpassado de simbologias, significados e representações.

A luta por reconhecimento das pescadoras artesanais é histórica. Em 1932, houve a aquisição da primeira Carteira de Pescadora no Nordeste brasileiro (Andrade, 2010). Entretanto, foi apenas recentemente que a maioria dessas mulheres conseguiram regularizar a documentação da categoria profissional para acessarem os direitos sociais e terem acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outras políticas públicas creditícias. Ressalta-se que até pouco tempo as populações tradicionais na Amazônia, como os trabalhadores rurais e ribeirinhos, particularmente, o segmento de trabalhadores da pesca artesanal, sequer tinham documentos da existência civil, tais como certidão de nascimento, além do alto índice de analfabetismo, que ainda perdura entre pescadores e pescadoras artesanais na região.

Ocorre que a inclusão no mundo da documentação, se não lhes assegura a cidadania, lhes garante a existência civil, portanto, na esteira da construção teórica de Santos (1979), obtiveram uma cidadania regulada. A condição de *regulada* significa para nós as exigências burocráticas e o excesso documental exigidos aos pescadores e às pescadoras artesanais, como explicitaremos no decorrer deste capítulo. Há de se evidenciar que diversos segmentos das populações tradicionais na Amazônia, entre eles, os trabalhadores rurais, particularmente, o segmento de trabalhadores da pesca artesanal em tempos passados não tão distantes, tinham sequer documentos de reconhecimento de existência civil, tais como certidão de nascimento.

Quase todas as pescadoras artesanais participantes da pesquisa têm seus registros de nascimento, carteira de identidade e CPF, além da carteira de filiação em suas entidades representativas. Todavia, nem todas conseguiram ter acesso ao Registro Geral da Pesca (RGP), necessário para terem acesso ao PSDPA – Seguro Defeso. Todas elas estão, também, inseridas no Cadastro Único – CadÚnico do Governo Federal para que possam acessar os direitos sociais, especialmente, o Bolsa Família, o Seguro Defeso e os direitos previdenciários.

Pode-se afirmar que, apesar de sua existência civil, essas mulheres exercem uma *cidadania regulada*, nos termos de Santos (1979). Esse clássico conceito, há de se destacar, foi forjado para se compreender a engenharia social da chamada Era

Vargas, portanto, trata-se de um conceito datado. Ao construí-los, Santos (1979, p.90), deixou explícito:

A extensão da Cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão, os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se *pré-cidadãos*, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei.

Esse conceito de cidadania *regulada* é eivado de crítica no âmbito da ciência política (SAES, 2002). Retomá-lo neste estudo e trazê-lo à atualidade parece-nos procedente para fins de compreender o excesso de documentação exigida pelas instituições para regular a vida social nas ribeiras da Amazônia.

Entretanto, no Brasil contemporâneo, sobretudo com a Constituição de 1988, é possível dizer que o conceito de cidadania *regulada*, em particular, sobre a pré-cidadania anunciada a determinadas categorias profissionais entre os vários segmentos de trabalhadores rurais, na interpretação de Santos (1979), se esgota, pois, a Carta Magna universaliza a cidadania⁵² e reconhece o trabalho rural, inclusive o pescador artesanal e seus cônjuges. O artigo 195 (Capítulo II Da Seguridade Social - Título VIII: Da Ordem Social) no seu Parágrafo 8.º afirma:

O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o **pescador artesanal bem como seus respectivos cônjuges (grifo nosso)**, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (Constituição Federal, 1988, p. 130).

⁵² O art. 5.º (CF, 1988), estabelece que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” nos termos da Lei, nos quais destacamos os incisos I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer; XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado; XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente e LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Embora os trabalhadores rurais já tivessem acesso ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), desde à época da Ditadura Militar, na Carta Constitucional perdem, em definitivo, a condição de pré-cidadãos e pelo ponto de vista da lei passam a ser reconhecidos como cidadãos portadores de direitos tais quais os trabalhadores urbanos.

Os pescadores e pescadoras artesanais, em legislação complementar, se enquadram na categoria de Segurado Especial da Previdência⁵³, equiparando-se aos demais trabalhadores rurais, pelo fato de obter sua renda da extração de recursos naturais, como é o caso do pescado. As mulheres pescadoras adquirem o direito de ter o auxílio maternidade, licença saúde, aposentadoria devidamente comprovada, entre outros.

Portanto, a inserção na Previdência Social, e no sentido mais amplo na Seguridade Social, na Constituição de 1988, é uma conquista histórica da cidadania no ambiente rural. Lembremos que a Seguridade Social passou a ter uma nova compreensão com um novo modelo de proteção, alicerçados em princípios de universalidade, equidade e integralidade, fazendo oposição aos discursos e às práticas de mercantilização das políticas sociais (SILVA, 2012). Essa conquista foi fruto da mobilização política conduzida pelo Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE, que ganha força na Constituinte da Pesca, em 1988.

A luta pela visibilidade política já era travada desde os anos de 1920 com as Colônias dos Pescadores e a organização das Federações Estaduais (Furtado, 2008). Na Constituinte de 1988, reivindicam ainda, semelhantemente aos outros trabalhadores rurais, melhores condições de trabalho, sistema de crédito adequado e subsídios para a pesca artesanal; proteção e fiscalização dos territórios ou áreas reservadas a esse tipo de pesca artesanal, entre outros direitos.

Cabe, ainda, destacar as críticas feitas por Décio Saes (2002) ao dizer que toda a *cidadania é regulada*. Portanto, insistimos que *regulada* aqui, em nosso entendimento, se refere às enormes exigências documentais aos pescadores e às pescadoras artesanais para terem acesso aos direitos.

Portanto, parece-nos legítimo falar em cidadania e o reconhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais como portadores de direitos, mas, em

⁵³ Art. 11, inciso VII, alínea b e parágrafo 1.º da Lei 8.213/1991 (redação alterada pela Lei n.º 11.718/2008), o pescador artesanal que exerce atividade em regime de economia familiar é Segurado Especial da Previdência Social.

contraposição, as exigências documentais passaram a acompanhar a vida cotidiana de trabalho desses segmentos dos trabalhadores rurais, na mediação das tecnologias de informação e de comunicação, seja dos serviços de Previdência Social, seja pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.

Embora os processos de produção no âmbito da agricultura familiar sejam coletivos, de ajuda recíproca, numa relação de complementariedade, em que a ajuda de um viabilizava o trabalho do outro, os mutirões, entre outras práticas coletivas, é perceptível, se averiguarmos no olhar e ouvir mais apurado, que a divisão sexual do trabalho é desigual.

As mulheres pescadoras artesanais, embora nos últimos anos tenham lutado pela sua visibilidade no processo produtivo, ainda aparecem nas falas dos seus parceiros de trabalho e no discurso oficial como *ajudantes* dos seus companheiros. No Amazonas, já descrevemos nas páginas precedentes deste estudo, elas mesmas têm dificuldade de se autoidentificar e de se reconhecer como pescadoras (Soares, 2012), pois estão incutidas nas suas representações a ideia de que são *ajudantes*.

Há de se ressaltar que as mulheres pescadoras vêm ocupando, ainda que lentamente, seus espaços no processo de organização política, inclusive nas direções das entidades representativas. Mesmo no estado do Amazonas, onde o patriarcado e o conservadorismo no ambiente rural são fortemente acentuados, já encontramos algumas mulheres na direção das Colônias, Sindicatos ou Associações de Pescadores, o que mereceria um estudo à parte.

A pesquisa nos mostrou que na pesca do camarão, as mulheres são as protagonistas na captura dos crustáceos durante a vazante dos rios. Galvão (1955, p. 2) se reportava à enchente como tempo de fome, quando a pesca na beira rio não é suficiente, uma vez que os peixes migram para outros lugares. Para ele, “o verão é tempo de mais fartura”, tempo em que as mulheres pescadoras de camarão se tornam condutoras da pesca aquática nas comunidades rurais pesquisadas e colocam o produto no circuito de troca, ou seja, no mercado já descrito no capítulo II desta tese.

Quando perguntamos às pescadoras se elas achavam que as mulheres tinham os mesmos direitos que os homens no ambiente da pesca artesanal, a maioria (65%) ficou em silêncio. O silêncio tem várias dimensões como descreveremos posteriormente. Outras mulheres (31%) responderam afirmativamente e uma única pescadora expressou a opinião de que “Quem pesca deve ter os mesmos direitos.

Alguns pescadores pensam que mulheres não podem ser pescadoras” (Pesquisa de campo, 2019). Essa histórica desconfiança no ambiente pesqueiro é, ainda, presente no Amazonas, mesmo que, como já descrevemos ao longo deste trabalho (DIÓGENES, 2014; RODRIGUES 2008), elas sejam, em época da vazante, o *arrimo da família*, em decorrência da captura e da comercialização dos camarões.

Essas mulheres que realizam a pesca do camarão e pescam outras espécies, atendem, por exigência institucional, aos requisitos da legislação pesqueira vigente na categorização de pescadoras artesanais. Como mencionado, para a retirada ou atualização do Registro Geral de Pesca (RGP), elas devem entrar no mundo da informática e, de forma *online*, acessarem via internet o Sistema PesqBrasil RGP Pescador e Pescadora Profissional, do Ministério da Pesca e Aquicultura- MPA. Agora, faz-se necessário, entre outros requisitos, que tenham uma conta no *Sou Gov*, nível prata ou ouro⁵⁴. A burocracia é tamanha, em decorrência do receio dos desvios e os malfeitos comum no ambiente da pesca artesanal do Brasil (Scherer, 2013). Reafirmamos, assim, uma cidadania que está a todo momento sofrendo os filtros institucionais constantes, portanto, sendo institucionalmente *regulada*.

Demonstramos, no decorrer dos capítulos anteriores, as dificuldades das pescadoras de acessarem a internet nas comunidades rurais e ribeirinhas na Amazônia. A inclusão digital é limitada e, por vezes, inexistente, o que força as pescadoras a procurarem as entidades representativas como um meio para acessarem o sistema e solicitarem seu registro de pescadoras.

Em se tratando de assistência jurídica, as pescadoras também têm dificuldades de acesso a serviços de assistência jurídica, em geral, não disponíveis nas localidades onde residem. Até mesmo aquelas pescadoras associadas a alguma instituição representativa, às vezes, recorrem a contratação de advogados particulares para algum serviço jurídico, já que as Colônias e Sindicatos não garantem essa assistência aos seus associados.

Uma pescadora artesanal entrevistada nos relata: “Consegui me aposentar, mas ainda não consegui pegar no dinheiro da aposentadoria porque estou pagando o

⁵⁴ A conta gov.br é uma identificação segura que comprova em meios digitais quem está usando o sistema ou serviço, gratuita e disponível a todos os cidadãos brasileiros. A conta gov.br tem três níveis de segurança: 1. Bronze, para acessar serviços digitais menos sensíveis; 2. Prata, para acessar muitos serviços digitais; e Ouro para qualquer serviço digital, sem restrição de acesso.

advogado que deu entrada nos papéis pra mim. Quando terminar de pagar é que vou pegar no dinheiro da aposentadoria. O que posso fazer, é assim, né” (Pesquisa de campo, 2019). Sem apoio jurídico no âmbito das instituições políticas, são obrigadas a recorrerem a contratação de um advogado particular. Ou seja, as dificuldades de acessar as novas tecnologias de informação, enfrentar a fila virtual, que é enorme, e a morosidade no atendimento as obrigam a judicializar as suas demandas. Isso significa que, para acessar um direito previdenciário, no caso a aposentadoria, a contratação de serviços advocatícios para intermediar o caso é oneroso para as pescadoras que têm que pagar por um direito seu (SOUZA, 2024).

No que concerne ao debate sobre os direitos políticos, observamos, por meio das conversas, que em reuniões das entidades representativas são feitos os esclarecimentos sobre as políticas públicas e as ações dos governos nas comunidades. Os dirigentes sindicais conclamam a participação de todos e todas nas reuniões, mas observei que elas se referem às ações do poder público como algo distante da vida comunitária. Nos seus relatos estão sempre presentes o termo “ajuda”:

Aqui é só nós e Deus. Quando tem eleição é que aparece uns aqui pra pedir voto da gente. A gente aproveita pra ver se consegue alguma ajuda pra nós. Sempre foi assim, aparecem em época de eleição, promete um monte de coisa, depois somem. A gente vota porque tem que votar. Toda vez é a mesma coisa. Quando a cheia é muito grande, o governo aparece e dá uma ajuda, mas o que ajuda mesmo no sustento é o Bolsa Família (Pesquisa de campo, 2019).

O direito político e o exercício democrático estão restritos ao ato de votar, como se pode observar. Não obstante, sabemos que o direito político desde categorização marshaliana⁵⁵ não se reduz ao direito ao voto. Esse reducionismo a respeito da democracia e a discussão sobre o voto está centrada na eleição do tal político, justamente aquele que aparece pedindo o voto em troca de promessas vãs, vez por outra nas comunidades ribeirinhas.

É comum nas comunidades ribeirinhas a percepção da presença do poder público ser reduzida por meio de políticas públicas que efetivamente chegam até elas,

⁵⁵ De acordo com Marshall, cidadão é aquele que exerce seus direitos civis, políticos e sociais de maneira efetiva.

sempre com a ideia de ajuda, nunca como um direito, com destaque para o BF, que atende de forma mínima as necessidades básicas de suas famílias.

Elas declaram que gostariam que os governantes realizassem alguns serviços que lhes trouxessem alguns ganhos:

“O governo podia nos ajudar dando uns cursos aqui pra gente, podia ser de maquiagem, de alimentos, de artesanato, ia ajudar a melhorar a nossa renda. A gente pede, mas nunca vem, só prometem” (Pesquisa de campo, 2019).

Uma outra pescadora sugeriu que:

“Eles (os governantes) podiam colocar um poço (artesiano) pra toda comunidade, tem muita gente que pega água direto no rio. Fica mais difícil na seca, tem que andar muito e a água não fica boa. Falaram que iam fazer, mas até agora, nada” (Pesquisa de campo, 2019).

Ainda vigora na percepção das pescadoras o tradicional e frequente ato de “pedir ajuda” aos políticos que aparecem em época de eleição nas localidades e de depositar toda a esperança em Deus na resolução dos problemas que enfrentam. Na ausência ou na precariedade das políticas públicas nas comunidades ribeirinhas pedem ajuda para as suas necessidades sociais, a serem supridas, e depositam somente em Deus a esperança de solução de todos os problemas que enfrentam.

Nas ribeiras da Amazônia, a consciência cidadã ainda passa ao largo, está em construção. Isso mereceria um estudo mais profundo, embora devamos ter claro que a política está presente nas práticas cotidianas das pescadoras. Os estudos sobre a atuação do poder público nas comunidades rurais na Amazônia, sobretudo naquelas localizadas em sub-regiões mais longínquas nos mostram se não a ausência, a pouca presença do poder público no que se refere aos direitos e às políticas sociais, principalmente a saúde e a educação.

Em razão, pode-se dizer existem enormes déficit de cidadania em lugares distantes nas áreas rurais da Amazônia. Reivindicar e questionar nas esferas públicas é raro entre as pescadoras artesanais, pois, não faz parte do seu modo de vida. Em 2004, quando se realizou o I Encontro Estadual de Pescadoras e Aquicultoras promovido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, Escritório Estadual do Amazonas, a participação das mulheres pescadoras foi significativa.

De outro lado, as pescadoras não demonstram em suas palavras e ações ter direito, nem são estimuladas por suas entidades representativas a tal prática, o que

nos remete ao processo histórico de colonização da Amazônia⁵⁶, perpassando, ainda, os projetos ou megaprojetos de desenvolvimento e integração regional em tempos da ditadura militar-civil. O capitalismo aqui se expandiu e se expande, *negando a condição humana* (Scherer, 2013), conseqüentemente nega a formação da cidadania das mulheres e homens que nela vivem.

As mulheres pescadoras comumente desconhecem seus direitos ou não dispõem do conhecimento devido. Em geral, respondem que “*já ouviram falar*” e as políticas sociais são vistas como doações e ajuda do poder público ou de políticos locais. Percebe-se que há falhas de comunicação por parte dos gestores públicos, assim como por parte das instituições representativas. Nas reuniões das Colônias, informa-se e discute-se sobre a previdência social, em particular sobre a aposentadoria, licença-maternidade, o Bolsa Família e Seguro Defeso. Esses dois últimos temas são aguardados com muita expectativa, mas não há, nem se constrói espaços reservados para debates sobre direitos e busca para consolidar a cidadania.

As informações comumente são feitas pelos presidentes ou secretários das Colônias, em geral, nem sempre são claras. As distâncias espaciais e as dificuldades de locomoção entre as comunidades e as sedes municipais e a capital Manaus contribuem para que pescadores e pescadoras artesanais deleguem aos dirigentes das Colônias a tomada de providências e a representação junto às instituições governamentais, tais como, a Previdência Social, no que se refere à aposentadoria, licença-maternidade, saúde etc.. Quando ocorre a presença de um gestor institucional nas reuniões sindicais e comunitárias, utiliza-se de linguagem inadequada, burocratizada e de difícil compreensão para explicar os direitos dos pescadores e das pescadoras artesanais. Há falta de compreensão da mensagem veiculada que, em geral, pode gerar problemas e prejuízos para as pescadoras.

Já foi dito que elas enfrentam inúmeras dificuldades ou não conseguem acessar, por meio dos aplicativos digitais, os seus direitos, particularmente os previdenciários. Perante as dificuldades, as pescadoras geralmente silenciam e desistem de buscar os seus direitos. Além disso, têm dificuldade de cobrar dos dirigentes e não dispõem do apoio legal para acessá-los. Sentem-se sós e desamparadas.

⁵⁶ Sobre aspectos relacionados à colonização na Amazônia, realizamos leituras de Loureiro (2002; 2012); Gondim (1994); Wagley (1988); Daniel (2004); Almeida (2008), entre outros autores que constam nas referências bibliográficas.

“A gente tem que pagar tudo direito, ter os documentos todos que pedirem, se não, não conseguimos se aposentar, se faltar alguma coisa (documentos) já viu. É difícil. Mesmo tendo tudo, as vezes dá problema, ainda temos que pagar advogado” (Pesquisa de campo, 2019).

Outra pescadora, por falta de informação sobre o PSDPA, o Seguro Defeso, apresenta o seguinte temor:

“Eu sou pescadora (não tira o RGP porque teme que o esposo não receba o Seguro-Defeso porque), mas não posso receber o Seguro Defeso porque meu marido recebe, se eu receber, vão cortar o dele e a gente vai ficar sem nada, só pode um receber” (Pesquisa de campo, 2019).

Uma pescadora de camarão, casada com o pescador artesanal de outras espécies pesqueiras, observa:

A gente (a pescadora e o marido) recebe o Defeso, me disseram que tá errado, mas a gente precisa, cortaram a luz lá de casa, não tinha dinheiro pra pagar, tem que comer. Eu pesco mesmo é camarão, ele (o marido) pesca mais peixe, eu ajudo ele, não gosto muito de pescar outros peixes, mas ajudo, conserto a rede, vou com ele puxar (a rede), as vezes eu puxo (a rede) sozinha quando não dá pra ele ir, sei armar também, tem que ter força, não gosto muito, mas faço, tem que ajudar, a minha pesca mesmo é o camarão, não tem pra colocar lá (documento que informa quais as espécies que é pescada), aí coloco os outros peixes (Pesquisa de campo, 2019).

Há de se lembrar que a prática pesqueira do camarão não é reconhecida e nem institucionalizada, portanto, para receberem o Seguro Defeso, comumente, as pescadoras artesanais omitem a prática de captura do crustáceo e dizem que são pescadoras de outras espécies pesqueiras. Isso não é uma particularidade das mulheres e das comunidades ribeirinhas do Rio Solimões/Amazonas. Essa omissão, na realidade, ocorre em diversos lugares onde a captura do camarão é realizada, como já descrito por Rodrigues (2018).

Essa omissão, há de se destacar, ocorre por falta de informações. Os Decretos Leis n.º 8.824 e n.º 8.825 de 2015, referendados pelo poder legislativo, refazem algumas normativas da Lei da Pesca de 2009 que asseguram os direitos de serem pescadoras. Contudo, as mudanças da legislação pesqueira em 2014 com a MP n.º 664/2014, reclassificam o conceito de pescador artesanal ao categorizá-los como pescador profissional que exerça sua **atividade exclusiva** e ininterruptamente, de

forma artesanal⁵⁷ de pescador **exclusivo**. Restringe-se o direito ao Seguro Defeso, assim, àqueles pescadores que vivem exclusiva e unicamente da pesca. Ao reclassificar a exclusividade, deixa de fora e tenta impedir aqueles pescadores que são pluriativos, como bem demosramos no capítulo II deste trabalho.

Recorde-se que o Decreto n.º 8.425 (31.03.2015), que regulamenta o parágrafo único dos arts. 24 e 25 da Lei da Pesca (29.06.2009), cria novas regras para o acesso ao RGP, define no item VIII do segundo artigo as várias modalidades de pescador, entre tantas outras categorizações, o trabalhador e a trabalhadora de **apoio** à pesca artesanal⁵⁸. Essa discussão feita por Scherer e Lopes (2016) mostra que a referida lei separou a categoria de pescador e pescador artesanal em dois segmentos: o **exclusivo**, já descrito acima e o de **apoio**. Isso significa que mesmo os pescadores e pescadoras de **apoio** ao processo produtivo, de acordo com a legislação acima, serão considerados um suporte e/ou um complemento à produção pesqueira (2012, p. 218). Isso representa um retrocesso dos direitos das pescadoras artesanais, que, como vimos, não são e nem servem de **apoio**, mas sim, fazem parte da unidade de produção da pesca artesanal em suas respectivas comunidades pesqueiras.

Ressalte-se também que a pretensa cidadania das pescadoras, quando observada pelo olhar das obrigações, no que tange ao seu fazer, elas buscam cumprir com seus deveres, mostrando-se atentas aos requisitos exigidos. Isso parece refletir no temor destas trabalhadoras de perder o pouco do que conquistaram, até mesmo de não conseguir acessar os seus direitos institucionalmente, em razão do não cumprimento dos deveres.

O violento e devastador processo histórico de exploração e colonização na Amazônia até o presente se mostra no modo de ser e de agir de muitos homens e mulheres rurais. Apesar de terem sido reconhecidas na Constituição Federal (1988) como um dos seus fundamentos, o que lhes garante a inviolabilidade dos seus direitos, a relação que estas pescadoras mantêm com o Estado é de passividade e distanciamento, posto que não se percebem enquanto cidadãs ou portadoras de

⁵⁷ A MP n.º 664/2014 reclassifica o conceito de pescador artesanal: "O pescador profissional que exerça sua atividade exclusiva ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício de seguro defeso, no valor de uma salário mínimo mensal, duante o período de defeso de atividade pesqueira para preservação da espécie.

⁵⁸ Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009, Art. 24. "toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividades pesqueiras bem como a embarcação de pesca deve ser previamente inscrita no Registro Geral da Atividades Pesqueira – RGP, bem como no Cadastro Técnico Federal – CTF na forma de legislação específica".

direito. Da mesma forma procedem em relação aos movimentos sociais das mulheres pescadoras, apenas ouviram falar do Movimento Nacional das Pescadoras Artesanais.

Por outro lado, em relação ao cumprimento dos deveres de cidadania, o poder público se faz mais presente na cobrança do cumprimento e da execução das penalidades impostas a quem não conseguir atender com suas obrigações, a exemplo: as cobranças burocráticas e institucionais que as pescadoras e os pescadores artesanais têm em relação ao Seguro-Defeso. Basta ver as exigências burocráticas institucionais com as tecnologias de informações e de comunicação que substituem o atendimento presencial pelo atendimento mediado pela digitalização dos serviços do INSS que, pode-se dizer ser intencional (Emenda Constitucional n.º 103 de 2019), como uma estratégia institucional neoliberal de cercear o direito e tornar o Estado mais enxuto.

Para entendermos como a cidadania é percebida e vivenciada pelas pescadoras, é importante conhecermos o contexto histórico, político e social sobre o qual ela foi constituída e como foi sendo desenvolvida. Esse conhecimento nos traz elementos que auxiliam na compreensão da relação desigual e frágil que estas mulheres têm com o Estado. Como observa Costa e Ianni (p.43, 2018) “[...] cidadania é um conceito, um exercício e um status construído socialmente e que assume inúmeras formas, a depender dos diferentes contextos sociais”.

A cidadania resulta de contextos históricos diferenciados, ocorrendo de diferentes formas, em diferentes lugares. Sendo assim, é importante termos o conhecimento do processo histórico de colonização e exploração da Amazônia e do Brasil, lugar de vida e reprodução social destas trabalhadoras da pesca⁵⁹.

Já registramos acima que as pescadoras “já ouviram falar” do Movimento Nacional de Mulheres Pescadoras Artesanais e das lutas empenhadas por esse movimento. Mas, a participação política dessas mulheres se resume, até agora, em âmbito comunitário. A socióloga Maria da Glória Cohn entende que o conceito de participação é polissêmico, por conseguinte, teorizado a partir de diferentes vertentes

⁵⁹ Para Marshall (1967), os direitos individuais e coletivos procuram garantir a vida em sociedade; os direitos políticos se referem a nossa participação no governo, são os direitos de votar e ser votado, de participar do poder político seja como membro investido de autoridade política ou como um eleitor; os direitos sociais referem-se a nossa participação na riqueza coletiva gerada e se realizam por meio do acesso à educação, segurança, a previdência e ao trabalho entre outros.

teóricas e contextos históricos. Sendo assim, optamos pela compreensão da autora ao sugerir que a participação “trata-se das ações concretas, engendradas nas lutas, movimentos e organizações, para realizar algum intento, ou participar de espaços institucionalizados na esfera pública, em políticas públicas. A participação é um meio viabilizador fundamental” (Gohn, 2019, p. 65).

Nessa perspectiva, observamos que a maioria das pescadoras das comunidades pesquisadas frequenta as reuniões da Associação Comunitária das comunidades onde residem. Comumente, elas atuam na vida comunitária, na coordenação desse espaço político de suas Associações da Comunidade⁶⁰. As reuniões são realizadas para discutirem e decidirem de que maneira podem resolver problemas diversos; organização dos festejos comunitários; realização de bingos para angariar fundos a serem utilizados em algum benefício para a comunidade e assunto diverso que algum morador colocar no momento da reunião.

Alguns estudos mostram que há muito tempo são mulheres que conduzem a vida comunitária: cuidam das igrejas, da organização das missas e cultos e dos problemas da vida em comum. Vejamos:

“eu vou para as reuniões, só quando não dá é que não vou, lá a gente conversa, vai tentando resolver os problemas, trazer melhorias pra nós, ir atrás do INCRA por causa do documento do terreno. A gente que monta a festa da rainha do Pirarucu, eu ajudo a fazer a roupa da rainha, fica muito bonita, é bom” (Pesquisa de campo, 2019).

Uma outra pescadora expõe: “a gente reúne quando precisa resolver algum assunto, às vezes eu vou, às vezes não” (Pesquisa de campo, 2019). Sobre as ações que desenvolvem na Associação Comunitária, ouvimos as seguintes explicações de duas pescadoras:

“a gente faz muita coisa, organizamos a festa do santo padroeiro, fazemos o mutirão para limpeza do colégio, se tem alguém que tá doente, a gente organiza bingo para ajudar, seja daqui mesmo ou que tá na cidade, precisa” (Pesquisa de campo, 2019);

⁶⁰ Em todas as comunidades existe uma organização comunitária, que segue os moldes organizacionais das comunidades fundadas pela igreja católica, com presidente comunitário, tesoureiro e secretário. Geralmente a comunidade se reúne no domingo, dia que realizam o culto (termo utilizado também pelos que são católicos). Cabe observar que em todas as comunidades pesquisadas há mais de uma religião, mas nos momentos de festejos comunitários, todos participam, independentemente da religião que sigam.

“nós temos uma associação aqui e eu atuo em todas as atividades que a gente organiza. A Associação procura melhorias pra comunidade, vai ver as sementes para plantações no IDAM, sem elas não tem como plantar” (Pesquisa de campo, 2019).

Podemos observar, por meio das falas das pescadoras, que a associação comunitária tem um papel importante na vida da comunidade. Os moradores procuram resolver os problemas da vida cotidiana. A forma de organização e ação comunitária existe no lugar de vida das pescadoras desde a época da criação das comunidades, nos anos de 1970, e estão centradas nas questões relacionadas aos festejos religiosos e na demanda por levantamento de auxílio a quem esteja necessitando.

Na década de 1960, o sociólogo inglês Marshall (1967, p. 70) registrou que “a participação nas comunidades locais e associações funcionais, constitui a fonte original dos direitos sociais”, nos chamando a atenção da participação na vida comunitária como fonte de direito. Sobre a participação das pescadoras nos espaços de organização e de decisão da vida comunitária, verificamos que a maioria delas participa da Associação Comunitária de moradores nas comunidades onde residem.

Só procuram pelo poder público municipal ou estadual em casos bem específicos, como a questão das sementes para serem plantadas na época da vazante dos rios. Anteriormente, os moradores das comunidades rurais não dependiam dos governos para o plantio na agricultura, mas hoje não dispõem mais das sementes para o cultivo. As sementes são repassadas pelas instituições estatais, no caso o Instituto de Desenvolvimento do Amazonas - IDAM. Há de se evidenciar que os frutos destas sementes transgênicas, comumente não produzem novas sementes como nas práticas da agricultura tradicional.

Nesse cenário, as pescadoras e seu grupo familiar tornam-se também vulneráveis na realização do trabalho com a agricultura, uma vez que não detêm a matéria prima para o desenvolvimento dos plantios, são dependentes das instituições estatais, que por sua vez não detêm o controle do cultivo das sementes, o que fomenta um estado de vulnerabilidade no trabalho e na segurança alimentar. Quando se trata da questão da regularização fundiária, procuram o INCRA nas sedes municipais.

Nos chama a atenção o apoio concreto da comunidade aos que se encontram em alguma situação de grave adoecimento, já que nas comunidades, quando muito, têm uma “casinha” de atendimento ou quando passa o Agente de Saúde com medicações consideradas básicas, como dor de cabeça, resfriados, febre e diarreia.

Quando a família precisa comprar medicamentos ou manter um comunitário doente na sede do município ou em Manaus, a comunidade se mobiliza para arrecadar dinheiro e colaborar com a manutenção daquela pessoa enferma. O sentimento e laços de solidariedade comunitária é muito comum nas áreas rurais da Amazônia.

O trabalho desenvolvido por meio das Associações Comunitárias é significativo e de grande valor social, suas atividades estão voltadas para organização de festejos, arrecadação de dinheiro para empregar em alguma questão prioritária, resolução de pequenos conflitos e de problemas que atingem os comunitários em geral. Contudo, não identificamos nenhum tipo de atividade formativa. Percebemos que alguns assuntos passam ao largo: direitos da mulher, direitos sociais, violência doméstica, entre outros. Há um certo silenciamento sobre essas temáticas⁶¹. Esse tipo de atividade de formação política parece ter se perdido nas pautas de discussões desde a época das CEBS e o trabalho da Igreja católica. Atualmente, as comunidades estão divididas entre religiões: a evangélica e a católica, entre outras que possuem denominações diferentes derivadas do neopentecostalismo. Tal situação merece atenção com pesquisas mais aprofundadas na Amazônia, devido aos interesses políticos diversos.

As políticas públicas concretizadoras dos direitos sociais são poucas, a despeito de significativas e de grande relevância, como o Bolsa Família e o PSDPA. A educação por meio das escolas públicas rurais estão presentes nas comunidades pesquisadas, mas o conteúdo escolar é distanciado das realidades rurais. Desenvolve-se, a partir do padrão nacional e em regime seriado, atendendo todos os alunos de séries diferentes em um só espaço. A educação que poderia forjar a cidadania é incipiente. Diferentemente de outras comunidades rurais brasileiras, que contam objetivamente com a participação dos movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST), não existe na Amazônia nenhum movimento social das águas e das florestas. Algumas comunidades se espelham, mas distantemente, nas ideias de Chico Mendes.

⁶¹ Ao observarmos a história política, social e econômica do Brasil, em relação ao tempo que temos da CF de 1988, que é de 35 (trinta e cinco) anos, ao tempo que tivemos de ditadura militar, que foi de 21 (vinte e um), mais o tempo que vivemos sob o regime escravocrata, que foi de 388 (trezentos e oitenta e oito), verificamos que é recente o tempo que temos de liberdade, de democracia e de cidadania em relação ao tempo de autoritarismo e escravidão.

Na Amazônia, temos problemas básicos como a falta de acesso às escolas e a permanência na educação escolar, o que contribui sobremaneira para os índices de analfabetismo e a coexistência do analfabetismo funcional, sobretudo entre os pescadores e trabalhadores rurais como um todo. O Pescando Letras, um programa de educação voltado para pescadores, desenvolvido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura em conjunto com o MEC, ao que parece, não foi executado no Amazonas em vista ao desinteresse dos gestores municipais em concretizá-lo

Sendo assim, dependendo do reconhecimento legal dado e do grau de valor atribuído à profissão reconhecida, os cidadãos acessam com mais ou menos facilidade os direitos sociais, ou seja, quanto mais valorizada for a profissão exercida, mais benefícios e melhores as condições de acesso aos direitos sociais; quanto menos valor, mais difíceis as condições de acesso, ou seja, a desigualdade social inerente ao sistema capitalista é reverenciada pelo Estado.

Nessa conjuntura, o reconhecimento legal da especificidade do trabalho das mulheres pescadoras artesanais, enquanto pescadoras de camarão, poderia possibilitar a elas melhores condições de acesso aos seus direitos e ao atendimento às suas necessidades em característico. Na pesquisa, menos da metade das pescadoras tem o registro de pescadoras artesanais. Quatro pescadoras são aposentadas, duas como agricultoras rurais e uma como pescadora. As que se encontram aposentadas permanecem na pesca do camarão.

Estudos, que analisam o processo histórico de constituição e desenvolvimento da cidadania no Brasil, demonstram que tivemos alguns avanços na questão do acesso aos direitos sociais por meio da implantação de políticas públicas redistributivas, a exemplo do Bolsa Família, significativo na manutenção e reprodução social do grupo familiar das mulheres pescadoras entrevistadas, mas não o suficiente para a realização de uma cidadania plena. São necessárias mudanças profundas e estruturais na sociedade brasileira, entre elas a Reforma Agrária no campo e na floresta. As políticas públicas distributivas e redistributivas, entre outras, poderiam, nos marcos do capitalismo, realizar algumas reformas estruturantes no Estado brasileiro (SCHERER, 2012).

A questão requer uma ação que atue em duas frentes: uma, voltada para o atendimento ao acesso aos direitos pela classe subalterna; outra, de formação e informações, que busquem (re)educar as pessoas, que, mesmo tendo minimamente

acesso à educação, parece-nos não contribuir para criar condições de levar as pessoas a se libertarem das amarras do pensamento e da forma de ver e agir conformista e anticidade.

As pescadoras artesanais do rio Solimões/Amazonas tiveram, em sua ancestralidade dos povos que habitam a Amazônia, um processo histórico de muita violência, exploração e imposição da negação da sua própria identidade. A constituição de cidadania amazônica e brasileira está em curso e em luta contra as negligências e omissões por parte do Estado que, por razões históricas, é o provedor dos direitos sociais, por meio das políticas públicas. Recordemos que nos últimos anos houve um enorme retrocesso na consolidação dos direitos de cidadania.

A cidadania, como vimos, é um processo de luta constante. No ambiente rural, percebem-se fortes raízes conservadoras e do patriarcado sob o jugo da violência contra as mulheres, do atraso político que se sustenta em práticas assistencialistas e na miséria humana as quais os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da floresta são submetidas, levando-as a não se perceberem como partícipes do Estado nas formas representativas que são compostos os governos.

3.1.2 O processo de identificação trabalhista das pescadoras de camarão: de fora para dentro

De forma geral, as trabalhadoras e os trabalhadores, no seu processo de identificação com o trabalho são definidas pela atividade que realizam a partir de uma certificação educacional (professora, meteorologista, advogada, arquiteta etc.) ou é fruto de algum ofício que aprendeu em sociedade, seja com seus antepassados, seja pela demanda do contexto social em que vive, seja pela arte (sapateiro, atriz, pintora, agricultora, pescadora artesanal etc.) reconhecidas socialmente e/ou pelas vias legais.

Em relação às pescadoras de camarão, existe um processo de autoidentificação do trabalho que elas realizam com a captura dos crustáceos que, como vimos, não há o reconhecimento institucional no universo pesqueiro no Amazonas. A despeito, durante a pesquisa, a maioria das pescadoras (85%) respondeu que se autoidentifica em relação ao trabalho que realizam, ou seja, como

pescadoras de camarão. O tempo dedicado à captura do camarão é determinante para essa identificação.

Vejamos no quadro 18, as respostas dadas pelas pescadoras, quando perguntamos sobre sua autoidentificação como pescadora de camarão

Quadro 18: Autoidentificação como pescadora de camarão

Pescadora/Município	Por que se autoidentifica como Pescadora de Camarão
Maria de Araújo Pinto, São José/Careiro da Várzea	Porque faço isso há muitos anos.
Maria do Socorro Nogueira São José/Careiro da Várzea	Porque é o que pesco, é um trabalho.
Valdenora Barbosa Oliveira Nossa Sra. de Fátima/Iranduba	Me representa como pescadora.
Francisca Eliziete Feitosa Santo Antônio/Itacoatiara	Porque só pesco camarão.
Elisângela V. Feitosa Santo Antônio/Itacoatiara	Porque é um trabalho de pesca.
Josilândia Mota Mendes Monte Sinai/Itacoatiara	Porque eu pesco, eu vendo.
Deuzinete Sena Sorriano São Francisco/Manacapuru	Porque é visto pelas pessoas, as pessoas me identificam, tem gente que me procura quando quer camarão porque sabe que eu pesco.
Francimara de Souza Ferreira Nova Esperança/Manacapuru	Porque as pessoas sabem que sou pescadora de camarão.
Arlene Deodato de Souza Nova Esperança/Manacapuru	Porque foi eu quem iniciou a pesca do camarão aqui na comunidade e a venda em Manacapuru, na feira do produtor, ao lado da Igreja Católica, ao sol.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

As pescadoras se autoidentificam como pescadoras de camarão, têm consciência do trabalho que desenvolvem e percebem que as pessoas assim as identificam. Contudo, se autoidentificar e ser identificada por outras pessoas não garante a elas o reconhecimento institucional da especificidade do trabalho que desenvolvem com esse tipo de pesca. Sem qualquer tipo de registro nas entidades representativas da categoria e nas instituições governamentais que atuam no desenvolvimento e acompanhamento das políticas públicas pesqueiras, tornam-se invisibilizadas tanto a especificidade da pesca, quanto as pescadoras que nela atuam, como também são invisibilizados o camarão da água doce do rio Solimões/Amazonas e a economia gerada em torno do trabalho com esse recurso natural pesqueiro.

Destaque-se que suas colegas de labuta as identificam como pescadoras artesanais. Já os homens pescadores, há os que não as identificam como pescadoras porque não consideram a pesca do camarão um tipo de pesca ou porque consideram fácil capturá-los ou porque é rápido esse tipo de pesca (Pesquisa de Campo, 2019). Podemos observar com isso que existe, naquela localidade, um certo preconceito e discriminação por parte de alguns homens pescadores com as mulheres que pescam camarão. Eles desqualificam o trabalho e as trabalhadoras da pesca, por isso, não contribuem para o seu reconhecimento.

Ressaltamos que as pescadoras artesanais de camarão se consideram pescadoras não somente em razão dessa prática pesqueira, mas, também porque capturam e realizam várias outras atividades de pesca em relação a outras espécies, conforme destacam (quadro 19):

Quadro 19: Razões das pescadoras de camarão se consideram pescadoras artesanais

Pescadora	Resposta
Antônia Lucia de Souza Costa Careiro da Várzea	Armo a malhadeira, tiro os peixes e congelo.
Maria de Araújo Pinto Careiro da Várzea	Faço isca, conserto rede.
Valdenora Barbosa Oliveira Iranduba	Teço malhadeira.
Josilândia Mota Mendes Itacoatiara	Pesco, trato, vendo.
Deuzinete Sena Sorriano Manacapuru	jogo linha comprida, pego surubim, vendo na beira. É muita coisa que a gente faz na pesca.
Deuzineia Souza Sena Manacapuru	Remo, jogo e puxo malhadeira com o meu marido.
Francimara de Souza Ferreira Manacapuru	Remendo rede, entralho (colocar a corda na rede para pôr no rio).
Maria Gomes Bastos Manacapuru	Faço de um tudo na pesca.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

Embora as pescadoras artesanais se reconheçam nessa categoria profissional, nem todas possuem o documento institucional que as legitimam, de fato, o Registro Geral de Pesca (RGP). Entre as 26 (vinte e seis) entrevistadas, mais da metade delas não conseguiu obter o registro. Sobre essa questão, Francisca Eliziete V. Feitosa, de Itacoatiara, declara “Nunca pensei nisso”. Outras pescadoras tecem os seguintes comentários, “Sou associada na entidade X há 6 anos, mas até hoje não veio o RGP”; “Fiz o cadastro em 2012 na entidade Y, mas a carteira nunca veio. Deixei de lado” (Pesquisa de campo, 2019).

As demais pescadoras ficaram caladas quando conversávamos sobre o assunto. Podemos considerar que o silêncio dessas mulheres em relação a este assunto pode ser em razão de acreditarem que somente o esposo, ou seja, uma pessoa da família possa ter o RGP, de acordo com os comentários feitos quando o assunto era sobre o recebimento do benefício do SDPA – o seguro defeso.

Observamos, por meio das falas das pescadoras, que elas relacionam e condicionam a retirada do registro de pescadora, o RGP, à associação em alguma entidade representativa da categoria pesqueira, mesmo que isto não seja uma exigência legal (Portaria MPA N.º 127 DE 29/08/2023). Provavelmente, esta ideia é decorrente do que inicialmente foi estabelecido na Lei N.º 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego ao pescador artesanal, em seu Art. 2.º, inciso IV, alíneas a, b e c:

Art. 2.º - Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:

IV - Atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove:

- a) o exercício da profissão, na forma do art. 1º desta Lei;
- b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e
- c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Evidencia-se que o Art. 2.º, inciso IV, alíneas a, b e c (Lei N.º 10.779, de 25/11/2003) foi revogado por meio da Adin 3464, o qual considerou procedente, pois,

Viola os princípios constitucionais da liberdade de associação (art. 5.º, inciso XX) e da liberdade sindical (art. 8.º, inciso V), ambos em sua dimensão negativa, a norma legal que condiciona, ainda que indiretamente, o recebimento do benefício do seguro-desemprego à filiação do interessado a colônia de pescadores de sua região.

A atual redação do Art. 2.º (Lei N.º 10.779, de 25/11/2003) foi dada pela Lei N.º 13.134, de 2015, o qual determina que “Cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários, nos termos do regulamento”.

Nesse sentido, esclarecemos que a retirada do RGP não está condicionada à associação da pescadora ou pescador a nenhuma entidade representativa da categoria, para que pudesse ter acesso ao benefício do Seguro Defeso. Mesmo

assim, as entidades representativas da categoria pesqueira são vistas pelas pescadoras como a principal, se não, única via de acesso ao Registro Geral da Pesca (RGP), provavelmente pela falta de conhecimento ou de informações adequadas ou de condições materiais e estruturais objetivas que possibilitem a essas trabalhadoras da pesca o acesso direto ao Sistema PesqBrasil.

O Sistema PesqBrasil - RGP Pescador e Pescadora Profissional foi lançado no dia 30 de setembro de 2023 pelo Governo Federal e está disponível para as pescadoras e pescadores artesanais e industriais acessarem, solicitar e obter a Licença de Pescador e Pescadora Profissional. Este sistema serve tanto para a realização do cadastramento, quanto para o recadastramento, que pode ser feito de forma direta e gratuita pelas pescadoras e pescadores de todo o Brasil.

Atualmente é o Sistema PesqBrasil - RGP Pescador e Pescadora Profissional, que emite a Licença de Pescador e Pescadora Profissional, de forma digital e que confirma a inscrição de uma pessoa no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e sua atuação como Pescador e Pescadora Profissional em todo o Brasil, daí reforçarmos a ideia da cidadania regulada, como vimos anteriormente. O acesso ao sistema é feito exclusivamente pela plataforma GOV.BR, sendo necessário ter nível Prata ou Ouro⁶².

Ao acessarmos a página do site do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, verificamos que lá se encontram várias informações, vídeos e manuais explicando como acessar e utilizar o sistema, bem como o endereço de e-mail e telefone para que a pescadora ou pescador entre em contato caso tenham alguma dúvida. No entanto, as condições de acesso das pescadoras de camarão do rio Solimões/Amazonas ao sistema PesqBrasil apresenta várias dificuldades, pois, requer conhecimentos e condições materiais básicas os quais não dispõem ou dispõem, mas de forma precária, irregular e ineficiente, em relação ao acesso à internet nas comunidades ribeirinhas.

Para as pescadoras acessarem o sistema são: disponibilidade de internet que lhes garanta uma conexão estável, uma vez que o Sistema PesqBrasil é em ambiente virtual no qual a pescadora precisa estar online; disponibilidade de computador ou tablet para navegar no sistema, uma vez que pelo celular fica difícil o manuseio do

⁶² O nível prata ou ouro é exigido como medida de segurança e autenticação dos pescadores quando usarem os serviços disponíveis no sistema.

sistema; acessibilidade do sistema para as que não fazem a leitura da palavra escrita; disponibilidade de scanner para digitalizar documentos que serão solicitados para serem anexados e conhecimento básico de informática para navegação. Sem essas condições mínimas, as pescadoras não conseguem acessar o sistema e dar entrada no seu pedido de registro como pescadoras.

Durante a pesquisa de campo, observamos que as pescadoras não dispõem ou dispõem de forma precária do uso da internet, das condições materiais básicas para acesso ao Sistema e demonstram pouco ou insuficiente conhecimento do mundo digital. Diante de tal fato, podemos dizer que há certo analfabetismo digital, que consiste na dificuldade de utilizar instrumentos tecnológicos como a internet e demais equipamentos de informática. Isto ocasiona a dificuldade de acessar plataformas e/ou tecnologias que poderiam agregar tanto na comercialização dos crustáceos quanto em seu estilo de vida. As pescadoras sequer têm acesso aos meios necessários para entrar no ambiente virtual requerido e exigido para que realizem sua solicitação de cadastro no GOV.BR.

As instituições estatais solicitam, mas não disponibilizam as condições estruturais necessárias de acesso ao sistema aos pescadores artesanais da nossa região, que muitas vezes não dispõem, sequer, de sinal de internet, diferente de outras regiões do país, pois, a região norte apresenta internet dispendiosa (cara) e de baixa qualidade. Solicita-se aos pescadores o que eles sozinhos não têm condição de entregar, seja pela dificuldade de conexão à web ou pela falta de equipamentos ou mesmo pelo que denominamos analfabetismo digital.

Ainda nos deparamos com as barreiras burocráticas, cujas exigências se tornam fator de exclusão ao próprio sistema, a exemplo: as tratativas da linguagem virtual, o desconhecimento dos procedimentos e dos mecanismos de acessibilidade, os documentos que solicitam, inclusive fotografia, que precisam ser formatadas, scaneadas e anexadas em PDF ou jpg. O público-alvo do PesqBrasil são os pescadores e pescadoras de todo o país. O sistema precisa ser acessível a todos, observando-se a realidade, as necessidades e especificidades de cada região para que os trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal consigam se inserir e navegar pelo sistema pensado e criado para esta categoria profissional.

Frente às dificuldades e à necessidade que as pescadoras têm para ingressar e navegar no sistema, elas veem as entidades representativas como o único meio

para adquirirem o seu registro geral de pescadora - RGP e dessa maneira ter a possibilidade de acessar o Seguro Defeso, conforme podemos perceber por meio das falas das pescadoras: “Me cadastrei para tirar a carteirinha de pescadora. Minha carteirinha nunca veio, então parei de ir lá” (Pesquisa de campo, 2019); “Sou associada já faz mais de 6 anos, mas até hoje não veio o meu RGP. Já procurei saber, mas eles dizem que também não sabem, que chegará um comunicado, mas nunca chegou” (Pesquisa de campo, 2019).

Não se observa por parte do poder público, refiro-me aqui, ao governo, em suas três esferas, o suporte necessário para que as pescadoras acessem o sistema de forma autônoma. Sendo assim, gera-se uma relação de dependência das pescadoras às associações representativas, Colônias, Sindicatos, Associação.

Como podemos demonstrar, o processo de solicitação e emissão do RGP ocorre por meio do Sistema pesqBrasil. Após o registro deferido, é expedida a Carteira de Pescadora Profissional, documento digital emitido pelo próprio sistema, confirmando a inscrição individual no RGP e a prática efetiva da atividade pesqueira na categoria Profissional. Válido em todo o território nacional, é um documento pessoal e intransferível.

Uma vez que as pescadoras enfrentam muitas dificuldades para conseguir tirar seu RGP, elas se filiam antes a uma entidade representativa da categoria pesqueira como meio para tentar adquirir o seu registro profissional de pescadoras. Em princípio, uma trabalhadora ou trabalhador se vincula a uma entidade representativa da categoria correspondente à profissão que exerce, na busca coletiva por melhores condições de trabalho e de vida. Pode acontecer que elas façam um caminho inverso, associem-se a uma entidade representativa como meio para tentar obter o seu registro de trabalhadora da pesca, sua identidade de pescadora profissional artesanal.

3.1.3 O reconhecimento do trabalho da mulher na pesca: uma trajetória em movimento

Fraser (2007) observa que as lutas por reconhecimento ocorrem num mundo marcada por enormes desigualdades materiais. E a busca pela superação dessas desigualdades existentes, portanto, o ideário de justiça, exige tanto políticas de

redistribuição⁶³ quanto de reconhecimento⁶⁴. Em se tratando das pescadoras artesanais, particularmente as pescadoras de camarão, a luta é, inicialmente, pelo reconhecimento do trabalho que elas realizam.

Em estudo realizado anteriormente, Diógenes (2017) cita os trabalhos de pesquisa sobre a mulher na pesca, do norte ao nordeste do país, como os de Alencar (1993), Maneschy (2010), Soares (2012), Leitão (2012) e Scherer (2013). Essas pesquisadoras destacam o papel da mulher na pesca e o envolvimento desta com os movimentos sociais na luta pelo reconhecimento social e político do trabalho que realizam e das condições de vida das pescadoras artesanais.

A pesquisa de Alencar, Palheta e Souza (2015), realizada com as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã/Amazonas, registra que a luta política das pescadoras inclui parcerias com pesquisadores, organizações da sociedade civil nacional e internacional, e instituições de representação dos pescadores, com destaque para o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), principalmente nos trabalhos durante a Constituinte em 1987 e nos anos 1990 na Comissão Pastoral da Pesca (CPP). Esses movimentos permanecem atuante junto à categoria dos pescadores e pescadoras artesanais e no Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca (ICSF).

As ações políticas dos movimentos sociais das pescadoras foram e são até hoje fundamentais na conquista de direitos e ocupação de espaços de representação política dentro da própria categoria, antes ocupados unicamente por homens. Nesse lugar de poder e visibilidade, elas podem fortalecer a luta pelo reconhecimento e melhorias nas condições de vida e trabalho na pesca.

⁶³ Segundo Fraser (2007), a Redistribuição seria o remédio para a injustiça econômica, por meio de uma reestruturação político-econômica, podendo envolver redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas. Neste caso, a injustiça social resulta da estrutura econômica da sociedade e se concretiza na forma de exploração ou miséria.

⁶⁴ Fraser (2007) observa que o Reconhecimento seria o remédio para a injustiça cultural, ou seja, mudança cultural ou simbólica, o qual pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados; o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural; uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas. A injustiça cultural ou simbólica, decorre de modelos sociais de representação que, ao imporem seus códigos de interpretação e seus valores, excluem os Outros e engendram a dominação cultural, o não reconhecimento ou finalmente, o desprezo.

À medida que o movimento das pescadoras artesanais se fortalece, as conquistas são alcançadas e as discussões avançam para outras questões, além do reconhecimento legal da identidade profissional. Elas vão percebendo a necessidade e a força que têm a organização do coletivo na busca da garantia e ampliação dos seus direitos que lhes foram historicamente negados e, dessa forma, vão constituindo sua representação política.

Questões como o reconhecimento das doenças ocupacionais; os direitos previdenciários; o acesso à terra e à água; a ampliação do próprio coletivo de pescadoras e a ampliação das políticas específicas para a mulher da pesca são exemplos de pautas presentes no movimento de pescadoras que compõem a Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil (ANP).

As próprias pescadoras artesanais que participam do movimento de Articulação Nacional das Pescadoras desde 2005 percebem as mudanças e os avanços das conquistas dos direitos de cidadania. Vejamos a fala de duas pescadoras nordestinas atuantes: Joana Mousinho e Maninha (2015)⁶⁵:

Joana Mousinho-PE: Desde o apoio da Irmã Nilza que vemos que o avanço foi muito grande. Antes, a gente como mulher nem conseguia chegar numa colônia. Hoje, muitas de nós somos até presidentes de colônias. Antes, as mulheres não podiam se aposentar, a gente tinha que esperar o marido morrer pra ter acesso à sua aposentadoria. Só em 1993 é que as mulheres casadas passaram a ter direito a se aposentar. Não tínhamos direito ao salário maternidade, e hoje já temos. Só em ver o número de mulheres cadastradas nas colônias, as mulheres aposentadas e a união de grande parte das mulheres para defender os direitos, percebemos como são muitos os avanços. Com a ANP, conseguimos o contato com o Ministério da Saúde, com quem estamos debatendo as nossas doenças ocupacionais. Ainda podemos ver mulheres da pesca saindo para outros países para falar de nossas questões. A ANP ainda está inserida em outras articulações, como a Articulação de Trabalhadoras Rurais, o que está dando uma visibilidade muito grande para nossa luta.

Maria Eliene (Maninha)-CE: Com a ANP, muitas agora saem para os encontros e possuem mais conhecimento. E hoje também não temos vergonha de dizer que somos pescadoras ou marisqueiras.

A Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009 (art. 4.º, parágrafo único), trouxe uma concepção ampliada de pesca e contribuiu para o reconhecimento das mulheres como

⁶⁵ Entrevista concedida a CPP (2015) por duas integrantes da ANP: a pescadora Joana Mousinho, de Itapissuma/Pernambuco e, a pescadora Maria Eliene (Maninha), de Fortim/Ceará. Conselho Pastoral dos Pescadores. O Leme. Julho de 2015. Disponível em <https://www.cppnacional.org.br>. Acesso em junho de 2017

agentes produtivos quando considera que a Atividade Pesqueira Artesanal se estende aos trabalhos de confecção, reparos de artes e apetrechos de pesca e o processamento do produto da pesca artesanal, nos quais é grande e significativa a presença feminina.

Scherer (2018) destaca que os avanços existentes no campo da legislação pesqueira são significativos em relação ao reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres como atividades pesqueiras. Não obstante, mesmo tendo o reconhecimento legal do trabalho que desenvolvem na pesca artesanal, muitas pescadoras não conseguem acessar o seu registro profissional, o RGP. As pescadoras artesanais de camarão não têm sequer reconhecida a especificidade do trabalho que desenvolvem com os crustáceos. Da mesma forma que as marisqueiras estão em luta para serem reconhecidas.

Nacionalmente as pescadoras vêm alcançando visibilidade social e política, o que significa um avanço no plano das políticas públicas em relação ao reconhecimento do trabalho da mulher, porém, como vimos observando com o estudo das produções acadêmicas existentes e com o desenvolvimento da pesquisa, o estabelecimento das políticas públicas é fundamental, mas é essencial que as pescadoras tenham condições de acessá-las e que o Estado disponibilize o suporte necessário para garantir que essas trabalhadoras não permaneçam à margem dos seus direitos.

A realização dos direitos conquistados, fruto da organização e do movimento coletivo, fortalece as pescadoras artesanais, tanto individualmente em sua subjetividade, quanto social e politicamente, levando-as ao desenvolvimento da confiança na coletividade e fazendo-as enxergar o poder transformador que têm a organização e atuação junto às suas companheiras de trabalho do universo da pesca.

O ruído nas informações nos ambientes pesqueiros, atrelado a ideias equivocadas, juntamente com a ausência de conhecimento, diálogo e encontros para debates entre as próprias pescadoras quanto à legislação pesqueira e os direitos da mulher na pesca, contribuem para manutenção e reprodução da situação de invisibilidade e não reconhecimento do trabalho pesqueiro que realizam, seja como pescadora, seja na especificidade da pesca que realizam com o camarão, reforçando desta forma, a ideia enganosa de “ajuda” e não de trabalho.

Observa-se no universo pesqueiro do Amazonas, por meio dos estudos e notícias sobre o universo pesqueiro (SOARES, 2012; SCHERER, 2013; ALENCAR 2015; TUPINAMBÁ, 2020), mudanças no que diz respeito à ocupação de cargos em espaços de poder, como os da presidência e vice-presidência de Colônias, Sindicatos e Associações, em que a presença dos homens ainda é majoritária. Atualmente as mulheres vêm ocupando cargos de direção nas entidades representativas. Diógenes (2022) mostra que, no ano de 2017 até 2021, havia 19 (dezenove) mulheres à frente da presidência de Colônias, Sindicatos ou Associação no Amazonas (Divisão de Pesca da Superintendência Federal do Ministério da Agricultura do Amazonas, 2017).

Em nosso campo de estudo, identificamos duas mulheres da mesma família que ocuparam espaços de poder em um mesmo município. Uma foi presidente do Sindicato de Pescadores e Pescadoras de Iranduba (20/01/2015) e a outra, presidente da Associação de Pescadores e Pescadoras de Iranduba (25/01/2007). As duas são irmãs e o pai pescador foi presidente da Colônia dos pescadores e pescadoras de Iranduba (12/11/1998). Percebe-se, neste caso, a reprodução de práticas nepotistas, pois foi o parentesco que prevaleceu e não a questão política na direção da representação.

Ter mulheres pescadoras ocupando espaços de poder nas colônias, sindicatos e associações, onde antes somente os homens ocupavam, consideramos significativo e simbólico, uma vez que o universo pesqueiro é um lugar historicamente dominado e comandado por homens, um ambiente onde ainda prevalece o machismo e o patriarcado.

A ocupação por mulheres nestes espaços poderá trazer uma experiência nova, novas aprendizagens, que podem possibilitar um novo modo de ver, agir e conduzir as demandas no âmbito da categoria pesqueira, em especial as relacionadas às questões da mulher pescadora ou pode simplesmente reproduzir o que era feito anteriormente, ou seja, não é o gênero de quem ocupa o cargo (feminino ou masculino), que vai garantir o debate e a luta em prol das mulheres pescadoras, mas sim o projeto político que norteará a gestão de quem ocupar o cargo. Destaca-se que consideramos ser de extrema importância que as mulheres assumam o poder igualitariamente aos homens, uma vez que historicamente as mulheres foram postas à margem destes espaços. Nesse sentido, a garantia de paridade na ocupação dos

espaços de poder se mostra como um meio de tentarmos suprir este tipo de desigualdade de gênero.

O movimento de organização política das mulheres pescadoras no Amazonas ainda é tênue. Observa-se a predominância do sistema de parentesco ou de relações de amizade nos ambientes pesqueiros. Talvez, por isso, não identificamos nenhum movimento de mulheres pescadoras artesanais nas comunidades pesqueiras em meio àquelas que se dedicam à captura do camarão.

Não faz parte da tradição da vida ribeirinha a mobilização política das mulheres na busca por solução de suas demandas e superação das dores e dificuldades que sentem no mundo da pesca. Embora seja uma forma de mobilização elas se reúnem em função da organização das festas comunitárias, da arrecadação de dinheiro para algum comunitário que esteja necessitando, da busca por solução de pequenos conflitos entre comunitários, troca de conhecimentos, experiências e sentimentos cotidianos. As questões políticas em reuniões das representações, associação, colônia e sindicatos se resumem, como já vimos, às reivindicações do Seguro Defeso, aposentadorias delegadas, em geral, à diretoria das representações políticas.

No Amazonas, apesar do movimento das mulheres pescadoras ser iniciante, podemos destacar a experiência das pescadoras envolvidas na Colônia Z-32, Maraã/AM⁶⁶, centrada no trabalho com o manejo do Pirarucu (*Arapaima gigas*) na reserva do Mamirauá. Este é um exemplo de que quando as pescadoras começam a questionar situações como a desigualdade de gênero no trabalho e nos ganhos, outras questões vêm à tona, como problemas relacionados à gestão pesqueira local e às relações de gênero e, por meio desse movimento, a situação é modificada. Com isso, as pescadoras se unem, tornam-se mais confiantes em si, na assunção da sua identidade profissional, percebendo e valorizando o poder da união entre elas, do movimento coletivo e, conseqüentemente, melhorando a sua condição de vida e das comunidades da qual fazem parte.

No caso das pescadoras de camarão das comunidades pesqueiras, observamos por meio das entrevistas, expostas a seguir, as raras iniciativas individuais e coletivas, no sentido de questionarem junto às colônias, aos sindicatos e

⁶⁶ Visto no artigo de ALENCAR, E. F.; PALHETA, S. P.; SOUSA, I. S. Trabalho na Pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã, Amazonas. In: Elenise SCHERER. (Org.). **AQUI ESTAMOS NÓS: entre as águas dos mares, nas águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal**. 1aed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, v. 1, p. 40-51.

às associações, a necessidade de reconhecimento formal e da solução de problemas decorrentes do trabalho que realizam com a pesca do camarão. Não detectamos articulação política ou coletiva, no sentido de se unirem e juntas buscarem por soluções para os problemas que enfrentam.

Observamos que algumas pescadoras de camarão temem o reconhecimento da prática pesqueira realizada, por receio de “perder” ou de “pagar” algum custo por isto. Preferem não ser reconhecidas como pescadoras, permanecendo, desta forma, invisibilizadas formalmente, como acontece também com outras pescadoras de camarão da região Amazônica (RODRIGUES, 2018). Consideramos que este modo de pensar é decorrente da falta de conhecimento, de diálogo e de debate sobre ser ou não ser pescadora, pois o assunto não é discutido entre elas e nem nas instituições representativas.

Quando perguntamos às pescadoras se o tratamento (atenção, conversa, escuta das demandas etc.) que elas recebem na Colônia, Sindicato ou Associação é igual ao dado aos homens, a maioria respondeu que o tratamento é desigual. Uma pescadora relatou que: “O presidente da entidade representativa trata igual. Por enquanto não há tratamento para a pesca do camarão, não falam sobre este tipo de pesca” (Pesquisa de campo, 2019). Outra pescadora comentou que quando se identifica como pescadora de camarão, “Muitos riem (acham que as pescadoras não são pescadoras pelo que julgam subjetivamente). Tem diferença de tratamento, as vezes tratam bem, às vezes não. Tem uns que duvidam da gente” (Pesquisa de campo, 2019).

As pescadoras desconhecem que têm os mesmos direitos que os homens na produção pesqueira. Quando questionadas sobre esse assunto, o silêncio é a maior resposta. Uma pescadora afirmou: “Quem pesca deve ter os mesmos direitos. Alguns pescadores pensam que mulheres não podem ser pescadoras” (Pesquisa de campo, 2019). As pesquisas mostram que esse é um comportamento predominante ainda entre os homens pescadores. Mas alguns, sobretudo os companheiros das pescadoras de camarão, admitem que elas são tanto pescadoras, quanto eles.

As pescadoras percebem e sentem a discriminação e a desigualdade de gênero no próprio âmbito da categoria pesqueira e fora dela. Scott (2005, p. 15) observa que “A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente

contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”.

Do mesmo modo, as pescadoras também percebem a diferença de tratamento dado a elas nas instituições públicas, entre as quais a Previdência Social, que elas procuram quando se aproxima a época da aposentadoria.

A pesquisa nos mostrou que ainda não se verifica uma mobilização política no sentido da coletividade de pescadoras, seja pelo reconhecimento formal da especificidade da pesca que desenvolvem; seja pelos problemas que enfrentam de acesso aos seus direitos como pescadoras; seja pela desigualdade de gênero presente no cotidiano do universo pesqueiro que vivem; seja pela aquisição do registro do exercício profissional do trabalho de pescadoras artesanais. O tratamento por parte da direção das instituições política oscila muito.

3.1.4 Espaços de representação e participação

A luta por justiça social para Fraser (2007) implica na junção de três elementos fundamentais: a redistribuição, o reconhecimento e a representação, ou seja, a esfera econômica, a cultural e a política. Nesse sentido, procuramos saber como as pescadoras percebem a participação delas e de outras pescadoras nas Colônias, Sindicatos e Associação, que são espaços políticos de representação da categoria pesqueira.

No item anterior, citamos a existência de duas mulheres ocupando a direção de um sindicato e de uma associação de pescadores e pescadoras. Ambas se localizam no município de Iranduba, como há também em outros municípios que não fazem parte da nossa área de estudo. Mesmo que pareça contraditório, o fato de ser uma mulher a ocupar um cargo de poder em um espaço de representação da pesca, não significa que no debate das entidades de representação política as demandas das mulheres de pesca sejam colocadas nas pautas de discussão. Lembrando que a questão da sexualidade é um atributo biológico e político: quando se trata de gênero (masculino ou feminino) é biológico; quando trata do papel que homens e mulheres ocupam social e historicamente é político.

Mesmo que o sexo seja somente um distintivo orgânico, ressaltamos que historicamente as mulheres foram excluídas de todos os espaços políticos de discussão e decisão. Cabe lembrar que elas só tiveram o direito de se cadastrarem

oficialmente como pescadoras após o envio de um documento da CPP à SUDEPE, em dezembro de 1978, reclamando esse direito⁶⁷. Passados 11 (onze) anos, em 1989, foi eleita a primeira mulher presidente de uma Colônia de Pescadores do Brasil, Joana Rodrigues Mousinho, da Colônia Z-10 de Itapissuma, Pernambuco (VERAS e LEITÃO, 2012). Ou seja, para que as pescadoras pudessem ter o direito de ocupar cargos de representação dentro da própria organização representativa da categoria, foi necessário lutar primeiro para serem reconhecidas como pescadoras oficialmente e estarem neste espaço que é de disputa e fortemente marcado pelo patriarcado.

Ressaltamos que, historicamente, as organizações representativas foram criadas para representar os interesses dos trabalhadores frente à relação desigual existente entre capital e trabalho. Sobre as direções das colônias no Brasil, Estevam Ferreira da Costa (2018), ex-superintendente do Ministério da Pesca e Aquicultura no Amazonas, destacou:

Os presidentes dessas entidades em sua maioria eram pessoas estranhas à categoria, geralmente um comerciante, servidor público ou pessoa de confiança dos políticos locais. Para ser presidente de qualquer entidade sindical, a primeira exigência é que o candidato seja da categoria, no caso dos pescadores esta regra não funcionava, pois, qualquer cidadão independente da profissão podia se filiar a colônia e chegar até o posto de presidente da entidade, era o que geralmente acontecia. Essa regra foi alterada com a Portaria do MTE nº 326 de 04 de março de 2013 e Portaria nº 671 de maio de 2015 que entre outros temas regulamenta que todo dirigente sindical tem que comprovar sua origem de base, no caso do pescador RGP e CNIS.

Como podemos observar, de acordo com o descrito acima, as Colônias de pescadores, além de terem tido uma origem subordinada e comandada pelo Estado, a sua direção era exercida por pessoas não pertencentes à categoria pesqueira a qual deveria representar. Sobre o quantitativo de entidades representativas, no Brasil e no Amazonas, da categoria pesqueira, Estevan Ferreira da Costa (2018) afirma:

Se, por um lado, quantitativamente as organizações representativas dos pescadores estão à frente de qualquer outra categoria profissional, por outro, isto significa quase nada, porque suas atenções estão concentradas em apenas duas ações: o seguro defeso e crédito pesqueiro.

⁶⁷ O documento que a CPP enviou em 1978 a SUDEPE, reclamando o direito das mulheres de se cadastrarem oficialmente como pescadoras foi resultante das oficinas participativas que a própria CPP realizou com as pescadoras de Itapissuma/PE e que possibilitaram a reflexão sobre a vida e as condições de trabalho delas (VERAS E LEITÃO, 2012).

Ferreira (2018) comenta que as representações políticas dos pescadores na atualidade têm se dedicado tanto no Amazonas, quanto em alguns outros estados brasileiros em fazer a gestão do PSDPA e do Sistema de Crédito. E prossegue:

Nem a comercialização dos pescados chega a ser alvo de suas ações. No máximo, ajudam a melhorar os pontos de venda de pescado. Quando o governo federal tinha programa de trabalho voltado para o atendimento de outras necessidades, como alfabetização de pescadores e pescadoras e inclusão digital, por exemplo, a resistência dos dirigentes era muito grande.

O autor se reporta às políticas públicas criadas, como Pescando Letras para resolver a problemática dos índices de analfabetismo entre os pescadores.

As organizações, quase que sem exceção, não participam de fóruns e ambientes de debates com outras organizações do meio rural, seja qual for o assunto, porque suas estruturas não estão adaptadas para levantamentos da realidade e da situação dos associados, na condição de profissionais da pesca e suas famílias.

Prosseguindo, Ferreira (2018) descreve sobre a expansão das representações políticas no estado do Amazonas:

O estado do Amazonas tem 62 municípios e mais de 130 representações – colônias, sindicatos e associações – significando que em alguns municípios está presente as três organizações. No entanto, cada uma delas age separadamente. Se reúnem apenas quando acontece alguma dificuldade provocada pela estrutura do governo federal, dificuldade que se torna comum a todas, em razão do trabalho de processar o volume de documentos que chegam, durante todo o ano e se concentra nos últimos 4 meses – novembro, dezembro, janeiro e fevereiro – em função do seguro defeso.

É esse o contexto histórico de atuação das entidades representativas dos pescadores e pescadoras no Amazonas, incluídas as pescadoras de peixes artesanais e particularmente de camarão. Essas entidades poderiam ser um espaço político e social, fundamental na busca por melhorias nas condições de trabalho e, conseqüentemente de vida das pescadoras e pescadores artesanais.

Em nossa pesquisa de campo, consideramos complexo o contato e difícil o acesso às informações nas entidades representativas procuradas para contacto. Deparamo-nos com vários entraves, desde a inconsistências de dados de localização, e-mails, telefones; impedimentos frequentes de agenda por parte de alguns dirigentes

para atendimento presencial; permanente aguardo de autorização para acesso às informações; incessante espera do término da “permanente organização de dados”, ou seja, todas as vezes que retornamos em busca das informações solicitadas, a resposta comum era “estamos organizando os dados”.

Não tivemos acesso nem aos dados básicos, como o quantitativo de associados e o próprio histórico da colônia, sindicato e associação. Na Colônia de Pescadores de Manacapuru, fomos informadas que a polícia havia levado os computadores. Estavam passando por um processo de investigação como já explicamos anteriormente nesse estudo. Enfim, o fato é que sem os dados primários e secundários ficamos impossibilitadas da realização de análises mais específicas.

Ainda que com a histórica ausência de formação e de debate nas entidades políticas da categoria de pescadores, reafirmamos ser significativo que as mulheres ocupem estes espaços de representação, pois a formação dessas trabalhadoras da pesca também ocorre com o processo da experiência e de vivência na ocupação desses espaços. Esses espaços, a nosso ver, são importantes para as mulheres trabalhadoras da pesca porque podem vir a ser utilizados para discussão sobre seus direitos e suas necessidades em específico.

As pescadoras de camarão percebem as organizações como um meio para acessarem alguns de seus direitos já estabelecidos em lei, como o Registro Geral da Pesca - RGP e o Seguro Defeso - SD, ou seja, como aquelas instituições que as *ajudam*. Ainda não conseguem perceber esses espaços como lugar de representação profissional do trabalho que desenvolvem com a pesca, do qual são membros constituintes, com direito à voz e ao voto, de se fazer ouvir em suas demandas, ideias e escolhas, inclusive saber quem entre seus pares irá ocupar o cargo de direção e conduzir a instituição.

Procuramos identificar na pesquisa a percepção das pescadoras sobre as ações desenvolvidas nestes espaços de representação: se são realizadas atividades referentes aos direitos das mulheres pescadoras; se discutem sobre o trabalho e demanda das pescadoras de camarão; como percebem a ocupação dos cargos de poder (direção) entre homens e mulheres; como percebem a forma de participação das mulheres e dos homens; como identificam sua própria forma de participação.

Ao perguntarmos às pescadoras sobre quais eram as ações desenvolvidas pelas entidades representativas que participam⁶⁸, tivemos as seguintes respostas (quadro 20):

Quadro 20: Ações desenvolvidas pelas entidades representativas

Relato das pescadoras
Eles repassam informações sobre direitos, reúnem, orientam, falam sobre a proibição das espécies na época do SD.
Tem empréstimos onde a gente tira material - levaram várias turmas de ônibus para reunião em Manaus, lá falam em dinheiro, mas aqui não, só equipamento, a gente pega na loja (LOJA PESCAR ⁶⁹) e fica pagando para o banco - BASA/SAFRA.
Fazem financiamento (empréstimo) só de material.
Avisam sobre concurso, tem exames de vista para os pais e filhos (as) para ver a questão dos óculos, falam sobre o SD.
Faz confraternizações; orienta direitinho para quem não é pescador não assinar.
Oferece advogado para verificar os processos da aposentadoria, fornecem gelo de graça para o peixe e fazem divulgação da venda e falam do Defeso.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

Como podemos perceber, a maioria das respostas dadas pelas pescadoras, quanto ao tipo de atividades que as entidades representativas desenvolvem, vem ao encontro do que o Sr. Estevam Ferreira (2018) comentou anteriormente, que as representações políticas dos pescadores na atualidade têm se dedicado tanto no Amazonas, quanto em alguns outros estados brasileiros para fazer a gestão do PSDPA e do Sistema de Crédito.

Quando perguntamos se são desenvolvidas atividades sobre os direitos das mulheres pescadoras, em específico das pescadoras de camarão, elas responderam que não. As pescadoras também informaram que não lembram de ter acontecido atividade sobre melhorias para as condições de trabalho e renda na pesca. Sobre a pesca do camarão, afirmaram que nunca foi assunto de reunião. Pode-se dizer que as direções das entidades representativas, mesmo “ouvindo falar” contribuem para invisibilizar o trabalho das mulheres pescadoras de camarão.

Sobre a forma como as pescadoras percebem a participação das mulheres nos cargos de direção das entidades, a maioria das pescadoras respondeu de forma sucinta: “A participação é boa. O presidente está sempre com a vice que é mulher.

⁶⁸ Como explicado anteriormente, as pescadoras pediram para mantermos sua identidade e a entidade ao qual são filiadas, no anonimato. A justificativa para esta solicitação foi que queriam evitar “conversas”. Mesmo dando a garantia do anonimato a elas, todas as vezes que conversávamos sobre qualquer assunto envolvendo as entidades, elas voltavam a falar do pedido de anonimato.

⁶⁹ Nome fantasia que atribuímos à loja para não ter a identificação.

Percebo de forma harmoniosa, não percebo nenhum tipo de rivalidade entre eles” (Pesquisa de campo, 2019). Outras pescadoras observam que as mulheres não ocupam cargo de poder de decisão e que a participação delas é passiva, ou seja, estão sempre aceitando as decisões masculinas. Vejamos seus relatos no quadro 21, abaixo:

Quadro 21: Percepção da forma de participação das mulheres nas entidades representativas

Percepção das pescadoras
Não, lá mulher não tem poder de decidir. O presidente é homem e o vice também, eles decidem a maioria das coisas.
Lá tem várias mulheres, são metade homens e metade mulheres. Elas ficam caladas nas reuniões.
Muitas vão, participam das reuniões, tem umas que falam, mas é pouca.
As vezes as mulheres participam, mas participam pouco perante a reunião.
Não, não tem mulher na parte da chefia da instituição, só homem.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Por conseguinte, indagamos às pescadoras sobre como elas percebem a participação e ocupação em cargo de poder pelos homens na instituição representativa. A maioria das pescadoras respondeu que a participação dos homens se dá de forma bem ativa, ocupando os cargos de presidente e vice-presidente das instituições. Vejamos as declarações de algumas das pescadoras: “Eles (os homens) que falam e ocupam os cargos. Ocupam o cargo mais importante”; “Os homens participam e falam. O presidente e o vice são homens, eles decidem a maioria das coisas” (Pesquisa de campo, 2019).

É interessante evidenciar que as pescadoras não conseguem descrever a atuação dos dirigentes, dizem que falam, decidem etc., mas não dizem sobre o que falam, sobre o que decidem.

Tentamos esboçar, até aqui, a forma como as pescadoras veem e percebem nos espaços de representação da categoria, a ocupação e a participação dos homens e das mulheres, bem como, buscamos, também, identificar quais as ações desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres que ocupam espaço de poder dentro das entidades. Com isto, percebemos o quanto essas mulheres são silenciadas, seja pelo receio inicial que tiveram em dar suas opiniões, seja pela dificuldade de expor as mesmas. Percebemos por meio de suas poucas falas, que não importa se é homem ou mulher a ocuparem os espaços de poder nas entidades, a atuação parece ser muito

semelhante, uma vez que as pescadoras não conseguem descrever o que eles ou elas fazem e quais as ações que desenvolvem.

Destaca-se que quando a questão passou a ser a participação e a ocupação igualitária entre homens e mulheres nas entidades, as questões do silenciamento, da diferença, da discriminação e do patriarcado vieram à tona, como podemos observar nas falas das pescadoras acima descritas.

Quanto à pauta relacionada ao trabalho das mulheres pescadoras, tentamos levar as pescadoras a refletir sobre a forma de participação delas próprias nas instituições. Para isto, iniciamos um diálogo solicitando que falassem da participação delas na Colônia, Sindicato, Associação. Colocamos as falas de algumas pescadoras no quadro 22, abaixo:

Quadro 22: Forma de participação das pescadoras nas entidades

Declarações das pescadoras
Eu não ocupo espaço de poder na entidade, mas participo ajudando nos festejos, bingos, rifas etc..
Vou pra reunião, mas não falo nada, só assisto.
Vou nas reuniões, escuto as informações e pago as parcelas da entidade. É dessa forma que participo.
Vou nas reuniões e voto quando tem votação.
Vou nas reuniões e tiro minhas dúvidas.
Eu vou nas reuniões, mas não falo, só o meu esposo.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Pelas manifestações das mulheres, a maioria vai às reuniões para escutar o repasse das informações e tirar alguma dúvida. Raramente emitem suas opiniões. Identificamos também, nessas falas, a reprodução do patriarcado, os homens falam e as mulheres ficam caladas, acompanhando as manifestações dos homens nas reuniões das entidades representativas. A participação é a da presença do corpo, da atividade prática com a qual lidam por gerações, do cuidado, do fazer, do organizar, mas não do falar, do expor suas ideias. A palavra é dita pela prática de suas ações e não pela voz.

Voltamos a lembrar que a pesca do camarão não tem reconhecimento institucional. Nesse sentido, perguntamos às pescadoras se nas reuniões das instituições representativas elas abordam o trabalho que realizam na captura do

camarão, as dificuldades e necessidades que enfrentam. A maioria nos disse não tocar no assunto, permanecem em silêncio. Outras se manifestam sem fazer propostas para que sejam reconhecidas pelo trabalho na pesca dos crustáceos.

Pode-se perceber (quadro 23) que existem três entidades representativas dos pescadores e pescadoras em cada um dos quatro municípios da nossa área de estudo, mas em nenhuma delas é discutida a questão das pescadoras artesanais de camarão.

Quadro 23: Entidades representativas nos municípios da área de pesquisa

Municípios	Entidades representativas		
	Colônia	Sindicato	Associação
Careiro da Várzea	Colônia de Pescadores Z-53 de Careiro da Várzea	Sindicato de Pescadores e Pescadora Artesanais do município do Careiro da Várzea - SINDPESCA	Associação dos Pescadores do Careiro da Várzea – ASPECV *Tem também, uma Secretaria Municipal de Pesca
Iranduba	Colônia de Pescadores de Iranduba AM/08	Sindicato de Pescadores e Pescadora Artesanais do município de Iranduba – SINDPESCA Mulher na presidência	Associação de Pescadores e Pescadoras profissionais artesanais de Iranduba – ASPEPI Mulher na presidência
Itacoatiara	Colônia de Pescadores Z- 13 Itacoatiara	Sindicato de Pescadores e Pescadora Artesanais do município de Itacoatiara - SINDPESCA	Associação de Pescadores (as) Profissional Artesanal do Município de Itacoatiara – Am
Manacapuru	Colônia de Pescadores Z-9 Manacapuru	Sindicato de Pescadores e Pescadora Artesanais de Manacapuru - SINDPESCA	Associação de Pescadores de Manacapuru - ASPMAM

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018/2019

Contudo, percebemos pelos relatos das pescadoras que as suas demandas não entram na pauta de discussões nas reuniões das diferentes entidades representativas. As questões que dizem respeito às mulheres não são sequer colocadas em pauta nestes espaços legítimos e legais de representação da categoria profissional do qual fazem parte, tampouco a especificidade da pesca do camarão, já descrito nessa tese. Com bem descreveu Ferreira (2018) e como já vimos constatando no decorrer do estudo, as ações das entidades representativas estão voltadas para o SD e o Sistema de Crédito. O primeiro contribui para as necessidades básicas das pescadoras. O segundo contribui nas aquisições de materiais de pesca úteis a produção da ictiofauna.

Por sua vez, as pescadoras, ainda que pouco falem, não são ouvidas em suas vozes, nem nas entidades no qual as mulheres ocupam espaço de poder. O silêncio sobre o gênero na pesca no Amazonas ainda persiste.

Em entrevista com o Sr. Estevam Ferreira (2018) sobre a questão da representação política da pesca no Amazonas na Assembleia Legislativa, comentou:

Primeiramente é preciso reconhecer que, a base social e organização das entidades da categoria pesqueira cresceu com o acesso aos benefícios e políticas públicas provenientes do Governo Federal e com isso despertaram para a necessidade de representação política eleitoral dos pescadores e pescadoras em todo o Brasil, lançando candidaturas a vereadores, vice-prefeitos, prefeitos, deputados estaduais e federais.

No Amazonas, a categoria pesqueira já elegeu dois deputados estaduais: em 2006, Walzenir Falcão (presidente da Federação de Pescadores – FEPESCA) com o apoio das colônias de pescadores; em 2014, Dermilson Chagas (ex-delegado do Ministério do Trabalho e Emprego no Amazonas) com um apoio dos sindicatos, delegacias sindicais, associações e colônias de pescadores desvinculadas do sistema Confederação Nacional dos Pescadores - CNP, sendo o 4.º mais votado do pleito. Isto é uma clara demonstração que, a base social de pescadores e as entidades de pescadores tem potencial de votos e força política para eleger seus representantes parlamentar, porém, a questão central e o debate que se instala internamente nas entidades é sobre qual o projeto a ser defendido e qual o perfil de dirigente político para representá-los e, uma outra questão observada é que essa base social e eleitoral está sendo muito “cobiçada” pelos políticos de plantão por ter se transformado numa grande força política e eleitoral.

No Amazonas, os pescadores e as pescadoras não contam com representantes da categoria no âmbito do poder municipal nem estadual que possam conduzir um projeto político sobre a pesca artesanal. Contudo, percebemos que parecem delegar suas demandas políticas a políticos tradicionais eleitos por alguns segmentos de pescadores e pescadoras. Por sua vez, eles se intitulam seus representantes em âmbito do poder estadual e federal. Para nós, há ainda um caminho a percorrer que requer a participação ativa dos pescadores e pescadoras com seus pares, conversando, debatendo, discutindo sobre suas necessidades e sobre seus direitos, seja nos pontos de pesca ou na própria comunidade em que vivem e trabalham. As instituições governamentais que “cuidam” administrativamente da pesca, quase sempre, executam o que é definido no campo da política, da participação e da representação.

É difícil romper com os processos de discriminação, preconceito e injustiça social em relação às mulheres, com destaque nesse estudo, às pescadoras, mas é possível. A ocupação de espaços de poder pelas pescadoras é importante e traz

representatividade, bem como, é importante a existência de um projeto coletivo que as tenham levado a ocupar estes espaços, lugar onde poderão atuar para melhoria das condições de trabalho e da vida de suas companheiras e companheiros do universo pesqueiro.

No levantamento que realizamos em 2016, no início da pesquisa exploratória, com algumas atualizações em 2018, das 122 entidades representativas da categoria pesqueira no Amazonas, 21 tinham mulheres que ocupavam cargo na direção dessas instituições, seja como presidente ou vice-presidente, de acordo com as informações do SINPESCA.

3.2 O prazer do trabalho que as unifica e a vontade do encontro das pescadoras artesanais

Durante a realização inicial da pesquisa, chamou-nos a atenção, nas situações de diálogo com as pescadoras do rio Solimões/Amazonas, o silêncio dessas mulheres, diferentemente da experiência de campo que tivemos com as pescadoras de comunidades ribeirinhas em Parintins (Diógenes, 2014). Elas pouco falavam, geralmente eram sucintas em suas respostas ou simplesmente ficavam caladas. A princípio, consideramos o silêncio relacionado ao início dos primeiros contatos, mas, no desenvolvimento da pesquisa de campo, aprofundamos o contato e o silêncio perdurou. Na etapa de organização dos dados das entrevistas, havia respostas simbólicas que foram dadas por meio de gestos e entreolhares, capturados pela pesquisadora e que foram descritos em observações feitas nos formulários das entrevistas e anotações realizadas no caderno de campo.

A resposta sucinta e o silêncio como resposta foi presente em vários momentos da entrevista, em especial, quando o assunto era sobre: o reconhecimento do trabalho com a pesca do camarão; a participação e representação das mulheres nas entidades representativas da categoria e sobre a Política de Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal - PSDPA, popularmente conhecido como Seguro-Defeso. Assumimos o compromisso com as pescadoras de lhes assegurar o anonimato no espaço das falas sobre esses assuntos. Percebemos que essas mulheres aprenderam, ao longo do tempo, a calar para não se machucar. Vejamos algumas de suas falas que nos levou a percepção descrita: “É melhor não dizer nada porque se não, já viu”; “Vixe, é bom ficar calada pra evitar confusão”; “Não adianta falar, só dá mais problema” (Pesquisa

de campo, 2019). Cabe aqui, estudos mais aprofundados sobre essa questão do silêncio entre mulheres pescadoras.

Observa-se que nas instituições representativas da categoria pesqueira há um silêncio sobre a pesca do camarão e as mulheres pescadoras. O lugar que seria de discussão, organização e luta por melhorias no trabalho, se mostra um lugar de permanência e reprodução da invisibilidade e de invisibilização das mulheres pescadoras, incluindo a especificidade da pesca do camarão amazônico. Esses espaços ainda são majoritariamente ocupados e comandados por homens, masculinizados, traços da prevalência do patriarcado. Pode-se dizer que a reprodução do patriarcado e do machismo ainda é forte no universo pesqueiro na Amazônia. Esta situação parece contribuir para a permanência da desigualdade de gênero e da injustiça social no espaço pesqueiro amazônico.

O silêncio está presente também entre as próprias pescadoras. Elas não costumam dialogar entre elas sobre a vida cotidiana, o que sentem e suas necessidades. Em vários momentos, percebemos um certo “temor” por parte das pescadoras em expor suas opiniões, a exemplo: quando estava com um grupo de pescadoras e perguntava se o tratamento dado a elas nas instituições públicas e nas organizações representativas era o mesmo dado aos homens. Em resposta, percebemos entreolhares, esboços de sorriso com balançar de cabeça, simbolizando uma negação. Não houve palavras ditas verbalmente, o silêncio foi a voz da palavra não expressa sonoramente. Por mais que tivessem e têm respostas aos questionamentos realizados, não houve manifestações orais sobre o assunto. Em nossa percepção, parece haver temor, não só nos ambientes institucionais, como também nos ambientes políticos.

Como interpretar o silêncio? Esta é uma questão complexa, que envolve o contexto e o processo histórico, social e político, além do campo dos sentimentos e da memória, o qual requer estudo mais aprofundado. Em nossa investigação, há contato majoritário com a percepção do silêncio e sua relação com o conteúdo que o gera.

A execução das políticas públicas, a participação nos movimentos sociais e a pesquisa podem contribuir para o rompimento do silêncio das mulheres pescadoras e, desta forma, colaboram com a possibilidade de avanços na busca pela justiça social. Tentamos dialogar, trocar conhecimentos, acessar a formação e as

informações. Neste sentido, os encontros podem ser espaços privilegiados de fala para troca de saberes, de experiências, de vivências, de organização e de mobilização, o que ainda não se observa nas esferas públicas com as mulheres pescadoras artesanais no universo pesqueiro do Amazonas.

Quando dialogamos com as pescadoras sobre a cotidianidade do trabalho na pesca do camarão, o silêncio desaparece e dá lugar ao som das vozes das pescadoras. Elas falam com entusiasmo e com alegria. Percebemos, em seus relatos, que esperam com uma certa ansiedade o início da pesca do camarão, das idas e vindas dos lagos, dos rios e igarapés na busca pelos crustáceos e o encontro nos pontos pesqueiros com as companheiras de trabalho. Tudo isso é anunciado com grande animação, ou seja, é o mundo da vida dessas mulheres nas comunidades pesqueiras do rio Solimões/Amazonas.

Para as pescadoras, a pesca do camarão não é simplesmente um trabalho, faz parte da vida delas e de suas famílias, pois, desde muito jovens foram e estão inseridas neste universo pesqueiro e, nele, já inseriram suas filhas, noras e netos, ou seja, o grupo doméstico. Nas páginas anteriores deste trabalho já descrevemos que esta atividade pesqueira já foi e, ainda é, o suporte econômico para o sustento e para a criação dos filhos e filhas, enfim, o suporte para toda a família.

As pescadoras sentem prazer no que realizam, mesmo com todas as dificuldades que enfrentam. Gostam de cuidar de si, da sua aparência com os ganhos adquiridos com a captura e venda dos camarões, que, destaque-se, é a única fonte de renda por meio da qual elas conseguem comprar produtos para uso pessoal. Vejamos seus relatos sobre o autocuidado dessas mulheres:

Quadro 24: Autocuidado das pescadoras de camarão

Pescadora	Relatos
Maria Elessandra Costa De Santos São Francisco/ Cambixe Km17 - Careiro da Várzea	Gosto de pintar o cabelo e limpar a sobrancelha, não é porque sou pescadora que vou andar mal-cuidada.
Valdenora Barbosa Oliveira Nossa Senhora de Fátima/Ilha da Paciência - Iranduba	Gosto de pintar o cabelo.
Luzinete Lima da Silva Nossa Senhora de Fátima/Ilha da Paciência - Iranduba	Gosto de cuidar da pele e do cabelo, temos que se proteger do sol.

Ana Karolaene da Silva Pereira Santo Antônio/Ressaca do Cumarú - Manacapuru	Gosto de me arrumar.
Deuzinete Sena Sorriano São Francisco/ Costa do Arapapá - Igarapé do Lago Preto - Manacapuru	Gosto de pintar o cabelo, fazer a sobrancelha, usar anel, brinco, fazer maquiagem. Gosto de me sentir viva! Que existo! Não é porque estou com uma certa idade que não vou me cuidar.
Micilene de Souza Ferreira Nova Esperança/Ilha do Supiá - Manacapuru	Gosto de comprar as coisas pra mim, de me cuidar.
Rosineia Sena do Carmo São Francisco/ Costa do Arapapá - Igarapé do Lago Preto - Manacapuru	Gosto de andar bem arrumada, fazer maquiagem, arrumar o cabelo e andar cheirosa.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Além dos cuidados pessoais, as pescadoras de camarão admitem que a pesca dos crustáceos lhes proporciona uma sensação de bem-estar e de prazer. Entre as atividades que mais se sentem bem em realizar, as pescadoras destacam:

Quadro 25: Atividades que proporcionam bem-estar às pescadoras

Pescadora	Relatos
Antônia Lucia de Souza Costa São Francisco/ Cambixe Km17 - Careiro da Várzea	Gosto de ir pescar camarão e namorar com meu esposo.
Francisca Edileuza de Almeida Costa São Francisco/ Cambixe Km17 - Careiro da Várzea	Gosto de pescar, ir à igreja, estar com a família, passear na casa dos filhos e estar com os netos.
Valdenora Barbosa Oliveira Nossa Senhora de Fátima/Ilha da Paciência - Iranduba	Conversar com pessoas, pescar camarão, animação, festa e dança.
Ivânia Pereira de Souza Nossa Senhora das Graças/Paraná do Supiá - Manacapuru	Pescar camarão é o que mais gosto de fazer.
Elisângela Vasconcelos Feitosa Santo Antônio/Ressaca do Cumarú - Manacapuru	Gosto de jogar bola - as mulheres têm time, o do Santo Antônio, já ganharam duas vezes. Gosto de pescar camarão, é animado.
Deuzinete Sena Sorriano São Francisco/ Costa do Arapapá - Igarapé do Lago Preto - Manacapuru	Eu gosto de pescar, dar mergulhos, costurar, fazer pé de moleque.
Rosineia Sena do Carmo São Francisco/ Costa do Arapapá - Igarapé do Lago Preto - Manacapuru	Gosto da família, pescar, plantar, fazer artesanato, criar bichos etc..
Francimara de Souza Ferreira Nova Esperança/Ilha do Supiá – Manacapuru	O que mais gosto é de pescar camarão, rende mais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Isoladas em suas comunidades rurais, as pescadoras não se articulam com outras pescadoras artesanais de outras comunidades pequenas. Sabem da existência de outras mulheres camaroeiras no próprio município, mas permanecem isoladas em suas localidades. Deuzinete Sena Sorriano, de São Francisco, em Manacapuru, com vida social e familiar em Iranduba, teceu o seguinte relato: “Vi uma reportagem na televisão com pescadoras de camarão, mas não era daqui do Amazonas, eram de outro lugar. Sei que tem outras pescadoras de camarão que vendem na beira da rua em Manacapuru, mas em Iranduba não conheço” (Pesquisa de campo, 2019).

Quando indagadas se gostariam de conhecer e conversar com as outras pescadoras de camarão, foram unânimes em dizer que seria muito bom se isso acontecesse. Ficaram empolgadas em pensar essa possibilidade de encontro e teceram comentários como os da pescadora Francisca Edileuza de Almeida Costa, de São Francisco, no Careiro da Várzea “A gente pode trocar experiência do que a gente faz na pesca do camarão. Podemos conversar pra saber como elas pescam o camarão, o que usam pra isca e falar como a gente faz. É bom pra falar muita coisa sobre as pescarias, as iscas, os utensílios que usam (Pesquisa de campo, 2019).

Em um encontro local entre as pescadoras de camarão, possivelmente elas teriam a oportunidade de se conhecerem e se reconhecerem como trabalhadoras da pesca; socializar saberes pesqueiros (diversidade de técnicas e processos de trabalho); expor os medos, as angústias e os problemas que enfrentam; propor soluções e tentar se unirem e se fortalecerem por meio da possibilidade de criação de um movimento delas próprias na busca por seus direitos, reconhecimento e justiça social.

A realização de um encontro com as pescadoras de camarão é uma ação complexa, pois envolve além da organização do evento em si, uma articulação entre as pescadoras para que de fato aconteça. O encontro pode ser promovido de diferentes formas: a partir da iniciativa das próprias pescadoras e com organização delas próprias; com a iniciativa das pescadoras e com o apoio das organizações representativas; a partir de uma demanda da política pública pesqueira que promova o encontro. Sem que haja uma iniciativa, seja das pescadoras, seja das organizações representativas, seja do Estado ou outros, este possível encontro não irá se concretizar, permanecendo somente no campo do pensamento.

3.3 A (des)proteção socioambiental no trabalho com a pesca do camarão e o Programa do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal - PSDPA

O trabalho com a pesca do camarão se desenvolve no ambiente onde os recursos pesqueiros estão disponíveis nos lagos, rios e igarapés, realizado pelas pescadoras artesanais que têm a força de trabalho e os instrumentos para captura e conservação dos crustáceos. Nesse sentido, o poder público em atendimento ao constitucionalmente estabelecido, poderia proteger a todos, o ambiente natural e social, o recurso pesqueiro e as mulheres pescadoras.

Nos últimos anos, a inserção de novas tecnologias informacionais adentra nas comunidades pesqueiras estudadas e impacta o modo de viver comunitário. As comunidades parecem estar espacialmente isoladas, mas estão conectadas às transformações tecnológicas e são atingidas por elas. Em decorrência, o trabalho, as relações entre as pessoas e com a natureza se modificam, tudo ganha preço, a vida se comercializa. Os recursos da natureza perdem o valor de uso e se inserem no mercado como trocas econômicas.

Na busca pela subsistência das populações tradicionais, no caso a pesca artesanal do camarão é intensiva, colocando em risco o recurso natural, bem como a permanência deste tipo de pesca. Neste sentido, as pescadoras vivem um dilema entre a conservação da espécie e a luta pela subsistência. Embora as pescadoras tenham consciência do risco da pesca intensiva do camarão, a captura e a comercialização seguem cotidianamente. A conservação ambiental e as necessidades sociais se relacionam diretamente, mas se opõem sobre a insustentabilidade

Nas páginas anteriores deste trabalho, mostramos que as pescadoras são pluriativas. Elas trabalham com as roças, onde plantam a mandioca, que será utilizada para fazer a farinha, parte da base alimentar dos povos que vivem na Amazônia. Cultivam pequenas hortas, criam animais, mas a pesca do camarão se sobrepõe às demais atividades produtivas na época de sua ocorrência, que se inicia logo após o começo da vazante do rio Solimões/Amazonas. Pode-se dizer que esta é a forma de subsistência das pescadoras para manutenção de seu grupo familiar, aliada aos programas de transferência de renda do Governo Federal.

Já registramos a ausência de uma política de proteção ambiental para a proteção e reprodução do camarão. As instituições governamentais, tanto em nível estadual como em nível municipal, que tratam da questão ambiental e as organizações representativas da categoria e as próprias pescadoras, não desenvolvem nenhuma ação de proteção ambiental quanto aos pontos pesqueiros, rios e lagos de captura, em particular, o recurso natural, o camarão.

A falta do reconhecimento oficial deste tipo de pesca, por decorrência, leva também à falta de regulamentação da prática de captura. Sem registros, sem acompanhamento e sem proteção tanto ambiental, quanto social, pode levar a impactos socioambientais negativos. Nosso estudo indica para a necessidade de mapeamento dos lagos e período de reprodução das espécies (ordenamento pesqueiro); maior seletividade nos apetrechos de pesca⁷⁰; análise de produtos químicos utilizados como isca para a captura do camarão; elaboração de acordos de pesca, entre outras medidas de proteção ambientais, tendo vista a conservação do ambiente do recurso pesqueiro e a manutenção e melhoria do trabalho das pescadoras. Com a perspectiva de sustentabilidade socioambiental, pode-se proteger o ambiente e, por consequência, proteger as pescadoras com o trabalho que realizam.

Durante o tempo em que medidas protetivas não são tomadas, o recurso natural permanece em risco. Se houvesse diálogo entre as próprias pescadoras ou junto às organizações representativas, em conjunto poderiam buscar soluções para evitar que o dano ambiental continuasse a ocorrer. Uma alternativa possível, prática e eficaz poderia ser a construção de um acordo de pesca pelas comunidades pesqueiras que trabalham com a captura da espécie para fins comerciais. Destaca Santos (2004), as experiências de acordo de pesca em lagos amazônicos vêm demonstrando que o sucesso dos acordos depende de diálogos constantes com os agentes envolvidos no processo.

Enquanto as políticas públicas de proteção ambiental não abarcarem a pesca do camarão de água doce no Amazonas e não houver iniciativas por parte das comunidades pesqueiras que assegurem a reprodução da espécie, o recurso natural e o trabalho da pesca sofrem o risco de declínio, podendo chegar à extinção. Sabe-se que em épocas passadas, a pesca era apenas para consumo próprio e

⁷⁰ Encontramos um estudo acadêmico em Parintins/AM, desenvolvido por um professor da Universidade Estadual do estado do Amazona (UEA), que visa ao desenvolvimento de um apetrecho de pesca mais seletivo para o camarão, mas ainda em fase de experimento.

gradativamente, passou a ser quase que exclusivamente para comercialização, gerando ganhos à subsistência familiar das pescadoras.

A racionalidade econômica capitalista se sobrepõe à racionalidade ambiental, destaca Leff (2009). O sistema capitalista visa ao lucro e produz desigualdades. No caso da pesca do camarão em estudo, ao seguir a lógica deste sistema econômico, sem levar em conta as questões ambientais, o próprio trabalho pesqueiro corre o risco de deixar de existir, levando conseqüentemente ao agravamento das desigualdades já existentes. Neste caso, o impacto ambiental proveniente de uma pesca sem a proteção ambiental pode gerar um impacto social, o qual afetará a vida das pescadoras, do seu grupo familiar e da comunidade pesqueira do qual faz parte. Como observa Santos (2020), este modelo de sistema econômico está conduzindo a humanidade a uma situação de catástrofe ecológica.

3.3.1 O Seguro Defeso e a pesca do camarão no Amazonas

Quando chega a época da enchente dos rios da Amazônia, a pesca do camarão fica inviável, uma vez que os lagos transbordam e os crustáceos se dispersam no rio Solimões/Amazonas. Este momento é tempo da procriação – da chamada piracema. Do também chamado *defeso* para várias espécies que se encontram no momento da reprodução. Os pescadoras e pescadores artesanais ficam proibidos de pescar, de acordo com a determinação do IBAMA, que define quais os tipos de peixe que terão proibidas a sua captura. Esse período se inicia em 15 de novembro e vai até 15 de março do ano seguinte.

A Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal - PSDPA é um programa de transferência de renda que visa, ao mesmo tempo, proteger o recurso natural pesqueiro, garantindo sua reprodução e a proteção social dos pescadores e pescadoras artesanais, que se encontram involuntariamente impedidos de trabalhar na pesca, sua principal fonte de renda para o sustento familiar.

Desde os anos 90, essa política social sofreu várias intercorrências, com mudanças no sistema de gestão e controle por parte das instituições governamentais que a executam. Contudo, a questão que se coloca não é meramente técnica, ou seja, de modernização e segurança no sistema de cadastro, isto é relevante, mas como descrevemos no capítulo III, sobre o cadastro no Registro Geral da Pesca - RGP, não basta ter um sistema moderno e seguro se as informações que constam não forem

consistentes; se as pescadoras ou pescadores não tiverem acesso ao sistema de forma autônoma para alimentá-lo; se não houver acompanhamento e avaliação regulares; se Estados e municípios não colaborarem com o devido suporte; se não houver diálogo com a categoria pesqueira de forma direta e também por meio de suas organizações representativas. A questão é social, política e tecnicamente intersetorial, bem como problema e sua solução.

Do ponto de vista tecnológico, o Sistema de registro de pesca foi aperfeiçoado, com o SisPesq Brasil e a solicitação do SD por meio do aplicativo Meu INSS, instituição que realiza o pagamento do benefício. Interligar os dados com os das Contribuições à Previdência extraído do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) são ações desenvolvidas que visam, se não eliminar, ao menos minimizar concessões indevidas do PSDPA. Não obstante, é preciso avançarmos no aperfeiçoamento do aparato digital para que as pescadoras e os pescadores disponham de condições de acesso com autonomia para utilização dos sistemas.

Em 2019, no estado do Amazonas, havia 109. 973 registros de pescadoras e pescadores, com aproximadamente 77 mil ativos, foram 15 mil cancelados e 17 mil suspensos (pesquisa de campo, 2019). Os ativos, que já dispõe de um ano de registro, podem dar entrada no pedido do SD.

Ao fazermos o levantamento dos dados de SD, nos anos de 2017 a 2020 (quadro 26)⁷¹, dos municípios de realização da pesquisa, por meio do Portal da Transparência do Governo Federal, é perceptível uma diminuição expressiva entre as mulheres pescadoras no ano de 2020, ano de início da pandemia COVID-19. No geral, observa-se que, com todas medidas tomadas no combate às solicitações indevidas, a média de beneficiários se manteve, ora para mais, ora para menos, mas dentro da média. Isso sinaliza que, mesmo com todos os problemas enfrentados em relação a situações de possíveis cadastros indevidos no quantitativo de benefícios cedidos, o número de mulheres e homens que vivem da pesca artesanal no Amazonas é significativo.

O SD é uma política de proteção ambiental e social fundamental para a reprodução social de suas famílias no período da enchente e reprodução das espécies. Vejamos os quadros abaixo:

⁷¹ Os quadros foram elaborados a partir dos dados disponíveis no Portal da Transparência.

Quadro 26: Quadro comparativo homens e mulheres cadastrados no Seguro Defeso

Seguro Defeso 2017				Seguro Defeso 2018			
Municípios	Homens	Mulheres	Total	Municípios	Homens	Mulheres	Total
Carreiro	3746	3078	6545	Carreiro	2299	2157	4467
Irاندوبا	2212	1586	3170	Irاندوبا	943	830	1773
Itacoatiara	4726	3614	8340	Itacoatiara	2854	2905	5759
Manacapuru	5329	4739	8466	Manacapuru	6841	5654	12491
Total	16013	13017	26521	Total	12937	11546	24490

Seguro Defeso 2019				Seguro Defeso 2020			
Municípios	Homens	Mulheres	Total	Municípios	Homens	Mulheres	Total
Carreiro	4031	2433	6464	Carreiro	3031	2153	5184
Irاندوبا	1760	1713	3473	Irاندوبا	2021	1332	3353
Itacoatiara	3817	3938	7771	Itacoatiara	3650	2708	6358
Manacapuru	7836	7374	15210	Manacapuru	5381	4067	9448
Total	17444	15458	32918	Total	14083	10260	24343

Fonte: Portal Gov, elaborado pelo autor

As espécies pesqueiras que entram no período do defeso são definidas pelo IBAMA, anualmente por meio de portaria. No Amazonas, como o camarão não entra no defeso, uma vez que não é reconhecido oficialmente, não temos estoque pesqueiro dos crustáceos, então não podemos afirmar se a espécie está em risco ou não. As pescadoras das comunidades pesquisadas comentam (como observa Diógenes (2014) também com as pescadeiras e camaroeiras das comunidades Catespera e Brasília) que em Parintins/AM o camarão está diminuindo de quantidade a cada ano. Elas relacionam a diminuição do quantitativo pesqueiro com as mudanças climáticas que afetam a sazonalidade do rio Solimões/Amazonas. Deuzinete Sena Sorriano, da comunidade São Francisco, em Manacapuru, comenta “pouca cheia, pouco camarão” (Pesquisa de campo, 2019). Outras, como a Rosineia S. do Carmo, de Manacapuru, relacionam a falta de seletividade na captura das espécies, “vem de todo tamanho, até os ovados” (Pesquisa de campo, 2019).

Como descrevemos acima, não há estatística pesqueira sobre a captura do camarão no Amazonas. Não contamos com dados de comercialização, nem do mapeamento de um ordenamento dos espaços aquáticos que garanta a reprodução da espécie.

Perguntamos às pescadoras se há algum tipo de acompanhamento no período da piracema nos rios e lagos do Amazônia, Uziene de Souza Ferreira, da comunidade Nova Esperança, Manacapuru, explicou o seguinte: “Tem uma fiscalização do IBAMA, se for pego pescador pescando o que tá proibido, ele paga multa e perde o benefício. Os próprios pescadores observam também” (Pesquisa de campo, 2019). Outras pescadoras relataram: “A colônia orienta e dá o papel informando as espécies não podem ser pescadas. Os moradores da comunidade não gostam que pesquem lá em qualquer época”; “Vai da consciência de cada um. Os pescadores que acompanham não gostam que pesquem lá para venda, é um acordo dos pescadores que moram na comunidade” (Pesquisa de campo, 2019).

Quando indagamos se já ocorreram problemas em relação ao cadastro ou recebimento do SD, a maioria das pescadoras reclamou o atraso no pagamento pelo Governo Federal. Uma pescadora comentou que só teve problema uma vez, quando foi suspenso e uma outra pescadora fez a seguinte colocação, “Sou cadastrada há 6 anos e nunca recebi” (Pesquisa de campo, 2019).

Abordamos ainda sobre as irregularidades na transferência do SD. As falas das pescadoras convergiram para as seguintes declarações: “Tem muita gente que recebe na comunidade que não é pescador. É errado quem não é pescador receber o recurso. Isso poderia ser resolvido com o acompanhamento surpresa aos pescadores. Sugiro que façam um recadastramento silencioso, sem avisar”; “Tem gente que mora na cidade, não pesca e recebe o SD. Tinha que ter um pouco mais de fiscalização para ver quem pesca” (Pesquisa de campo, 2019).

O poder público federal, na tentativa de combater irregularidades no SD vem recadastrando anualmente as pescadoras e pescadores artesanais. A manutenção é realizada por meio do preenchimento do Relatório Anual de Exercício Da Atividade Pesqueira – REAP. Sobre esse assunto, as pescadoras comentaram que as entidades representativas realizam o recadastramento com eles.

Do ponto de vista econômico e social, as pescadoras expressam, por meio de relatos, como é utilizado o dinheiro proveniente do SD.

Quadro 27: Destinação do recurso financeiro proveniente do Seguro Defeso

Pescadora	Relatos
Maria Elessandra Costa De Santos São Francisco/ Cambixe Km17	O dinheiro do SD é para as despesas da casa, material pra pesca do mapará.
Deuzineia Souza Sena São Francisco/ Costa do Arapapá - Igarapé do Lago Preto	Com o SD, a gente cuida da saúde, compra material para a pesca do camarão, rapixé, tarrafa, roupa, comida e coisas que precisa para a casa.
Deuzinete Sena Sorriano São Francisco/ Costa do Arapapá - Igarapé do Lago Preto	Compro malhadeira, tecido de malhadeira, canoa, caixa de isopor, gasolina.
Uziene de Souza Ferreira Nova Esperança/Ilha do Supiá - Manacapuru	Material para pescar, tais como arrastão, canoa, agulha e nylon, alimentação, remédios e em melhorias da casa.
Micilene de Souza Ferreira Nova Esperança/Ilha do Supiá - Manacapuru	A gente compra o rancho, paga as despesas da casa; O SD é pro sustento da casa.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Em relação a importância de receberem o SD, as pescadoras descrevem:

Quadro 28: Importância do recurso financeiro proveniente do Seguro Defeso

Pescadora	Relatos
Maria Elessandra Costa De Santos São Francisco/ Cambixe Km17	Esse dinheiro serve pra alimentar a família, pois fica proibido pescar. Sem trabalho como a gente vai se manter?
Elisângela Vasconcelos Feitosa Santo Antônio/Ressaca do Cumarú	É o que ajuda no sustento na época da cheia.
Deuzinete Sena Sorriano São Francisco/ Costa do Arapapá - Igarapé do Lago Preto	É um dinheiro que ajuda a gente quando mais necessitamos, na cheia, serve para compra do gás, gasolina.
Uziene de Souza Ferreira Nova Esperança/Ilha do Supiá	Esse dinheiro significa tudo. É o único ganho que a gente tem. É a manutenção da casa, a saúde. Serve para o sustento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Procuramos demonstrar no decorrer do estudo que a pesca do camarão é uma especificidade da pesca artesanal no Amazonas, sendo desenvolvida

majoritariamente pelas mulheres. No que se refere ao Seguro Defeso - SD, compreendemos que as pescadoras têm direito a seu recebimento por duas razões:

Primeiro, são pescadoras artesanais e, independente da especificidade da pesca do camarão, elas desenvolvem outras atividades pesqueiras relacionadas à captura de outras espécies. Segundo, mesmo que fossem somente pescadoras de camarão, elas têm direito ao SD porque, no período da enchente, como as demais pescadoras e pescadores, ficam impedidas involuntariamente de desenvolver sua atividade pesqueira, ou seja, de trabalhar. Portanto, a proteção social via SD é desigual, nem todos recebem.

Verifica-se que há pescadoras de camarão que não conseguem acessar o SD porque ou não dispõem do RGP ou mesmo dispondo desse documento, deram entrada no pedido de recebimento do SD e ainda não obtiveram um retorno. Desconhecem como proceder para resolver a situação por falta de informação, dificuldade de acesso à internet e, desta forma, depositam sua esperança de resolução da questão nas entidades representativas.

O processo de acesso às informações nas instituições governamentais que administram a política pública pesqueira foi difícil para nós pesquisadoras, pois trabalhamos com os dados disponíveis no portal da transparência e com os diálogos estabelecidos com gestores das instituições no decorrer dos anos de 2017, 2018 e 2019. Percebemos em nossas idas às instituições, limites institucionais e a precariedade na qual se encontravam as instituições públicas, tanto de abrigamento, com construções em estado precário de manutenção, materiais e equipamentos, quanto de servidores, poucos para um grande volume de serviço.

Percebemos também que alguns gestores são contrários à existência do PSDPA. Acreditamos que os problemas existentes são passíveis de resolução e, se comparados ao bem social e ambiental que esta política pública impacta nos recursos naturais e na vida das pescadoras e pescadores artesanais, torna-se uma questão menor, mas não menos importante e que precisa ser resolvida.

3.3.2 O valor do Bolsa Família e do Seguro Defeso para reprodução social das pescadoras e do seu grupo familiar

Vimos que a pesca artesanal do camarão realizada pelas mulheres em nosso campo de pesquisa é organizada ou desenvolvida em regime de economia familiar.

Os meios com os quais se realizam a captura das espécies são da família e os pontos de pesca e o recurso natural pesqueiro são bens públicos, de uso comum, cujo responsável é a União, em se tratando do rio Solimões/Amazonas. A pesca artesanal do camarão apresenta singularidades que precisam ser compreendidas em sua especificidade. Uma delas diz respeito ao regime de economia familiar sobre a qual é desenvolvida, conforme a Lei n.º 11.718, de 20 de junho de 2008, art. 12º, parágrafo primeiro, a qual define como regime de economia familiar:

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

A renda proveniente do trabalho artesanal das pescadoras de camarão é uma das formas de trabalho para a subsistência do grupo doméstico, como já descrevemos ao longo desse trabalho. Compõem, portanto, a economia familiar, somada a outras fontes de renda a exemplo: “Aposentadoria, pesca de outras espécies, plantação de hortaliças, agricultura, roça, canteiro de cheiro-verde, plantação de banana, condução escolar, plantação de macaxeira e maracujá, pesca do peixe liso (fera, dourado, piaba, zebra, jaú), cultivo da malva” (Pesquisa de campo, 2018 e 2019).

Além das atividades de trabalho com a pesca e com a agricultura, fazem parte da composição da renda familiar como já descrevemos o SD e o programa de redistribuição de renda, Bolsa Família. Cada renda tem sua importância na manutenção e reprodução social das pescadoras.

Cabe lembrar que o BF é o maior programa de transferência de renda do Brasil, que atende a famílias em situação de vulnerabilidade social, procurando garantir uma renda mínima às famílias que se encontram nesta situação. O programa busca integrar políticas públicas de saúde, educação e assistência social e promover a superação da pobreza, consequentemente a transformação social. Tem direito ao BF a família na qual a renda per capita seja de no máximo R\$ 218 por mês e estejam inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), como é a situação de várias famílias de pescadoras de camarão.

O valor do BF que as pescadoras recebem varia de R\$ 170,00 a R\$ 338,00, dependendo da situação econômica de cada grupo familiar, do quantitativo de

membros da família e da renda per capita para que sejam definidos os valores do BF. Quando perguntamos às pescadoras sobre a importância do BF, elas expuseram que:

Quadro 29: Importância do recurso financeiro proveniente do Bolsa Família

Pescadora	Relatos
Maria Elessandra Costa dos Santos – São Francisco/Careiro da Várzea	Precisamos pra comprar as coisas pra casa, mas na época de recebimento do seguro defeso é suspenso.
Rosineia Sena do Carmo – São Francisco/Manacapuru	Ajuda no sustento. É muito importante, compramos o rancho e roupa para as crianças.
Deuzinete Sena Sorriano – São Francisco/Manacapuru	É pouco, mas é muito importante porque ajuda na comida.
Uziene de Souza Ferreira – Nova Esperança/Manacapuru	É de grande serventia. Serve para comprar o material escolar das filhas e vestimenta.
Francimar de Souza Ferreira – Nova Esperança/Manacapuru	É importante porque usamos para comprar o material escolar para os filhos e alimentos.
Valdenora Barbosa Oliveira – Nossa Sra. De Fátima/Iranduba	É importante porque é a única fonte de renda na cheia. Serve para pagar o motor.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Como podemos perceber nos relatos das pescadoras sobre o BF, o dinheiro é utilizado para a questão da educação, com a compra do material escolar para os filhos e filhas, além de servir de auxílio para compra de mantimentos familiar, bem como outros materiais necessários para as pescadoras e suas famílias.

Em relação ao benefício do SD, como exposto no subitem anterior, também é de fundamental importância para a subsistência familiar quando as pescadoras e os pescadores se encontram impedidos de trabalhar em decorrência do período de enchente do rio Solimões/Amazonas e época de reprodução de vários pescados.

Procuramos descrever que, tanto o BF, quanto o SD são imprescindíveis para a subsistência das pescadoras e de suas famílias, pois buscam garantir uma renda mínima que sirva de suporte para a reprodução social. A renda familiar destas trabalhadoras da pesca, como de grande parte dos povos que vivem na Amazônia, é insuficiente para o seu sustento, por isso precisam da complementação financeira por meio dos programas do governo para se manterem. Considerando que as desigualdades econômicas e sociais são grandes no Amazonas para tentar, ao

menos, minimizá-las, as políticas de redistribuição de renda são fundamentais na busca por justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ouviram falar? Sim, elas, as pescadoras artesanais de camarão, existem!

Desde 2010, quando observei as mulheres ribeirinhas embaixo de um enorme guarda-sol tentando se proteger do sol quente amazônico, com suas enormes bacias repletas de camarão, ao lado do Mercado Municipal de Parintins, essas mulheres trabalhadoras tornaram-se para mim um desafio, uma curiosidade acadêmica, ou seja, um objeto de pesquisa. Dessas observações preliminares, avancei na busca do conhecimento sobre elas, onde viviam, como pescavam o camarão de água doce, como era feita a sua comercialização no centro histórico do município de Parintins.

A datar desse momento, elas se tornaram sujeito e objeto das minhas preocupações acadêmicas e resultou na minha dissertação de mestrado sobre as pescadoras artesanais de camarão no baixo Amazonas, defendida no PPGASA – CCA – UFAM, em 2014. Essa curiosidade e a busca por dar visibilidade a vida dessas mulheres ribeirinhas pescadoras artesanais, perseguiu-me e conduziu a continuar a pesquisa, em nível de doutoramento, nas águas barrentas do rio Solimões/Amazonas.

A pesquisa sobre o modo de vida, especialmente sobre o trabalho dessas mulheres em comunidades ribeirinhas, onde o patriarcado e o conservadorismo são ainda fortes, se encerrou? Não! Por isso, nessas notas (in) conclusivas reafirmamos, a partir dos dados empíricos e do nosso olhar observador, que, apesar da ausência do reconhecimento institucional, essas pescadoras artesanais de camarão existem.

A nossa busca para dar visibilidade a essas mulheres foi exaustiva e cheia de desafios, mas as encontramos. Elas capturam cotidianamente, em tempo da vazante dos rios, os crustáceos, para além do valor de uso, os transformam em mercadoria para obter ganhos em busca de subsistência dos grupos domésticos dos quais fazem parte. De nossa parte, como pesquisadoras, tentamos com todos os limites e dificuldades de uma pesquisa no mundo rural e varzeiro amazônico, mostrar e demonstrar que elas existem. Garantimos as falas, às vezes, sofridas dessas mulheres, protagonistas da pesca do camarão no rio Solimões/Amazonas. As suas lutas cotidianas, seus silêncios, seus receios, suas omissões em meio a um mundo da pesca artesanal, ainda, predominante masculino. Elas falaram, umas mais, outras menos, às vezes monossilábicas e temerosas, mas suas vozes soaram, contando-

nos sobre as suas formas sociais de existências. Do trabalho que desenvolvem, da relação, ainda que se possa dizer (in)sustentável, do homem com a natureza. Do extrativismo da pesca do camarão de água doce retirado das beiras dos rios, dos igarapés, das praias e dos igapós, portanto, de uma simbiose entre elas e os bens da natureza que se valorizam pelo valor do trabalho para suprir as condições materiais de existências dos grupos domésticos nas comunidades varzeiras.

Ao (in) concluir este estudo, algumas considerações podem ser feitas: a (in) visibilidade do trabalho das pescadoras artesanais de camarão, do rio Solimões/Amazonas, pode-se dizer, é fruto de um processo político e histórico, constituído socialmente, no qual se observam a injustiça social, a desigualdade de gênero e a prevalência do patriarcado no universo pesqueiro do Amazonas.

As instituições do poder estatal - em nível federal, estadual e municipal - e as entidades representativas da categoria dos pescadores e pescadoras artesanais, embora tenham “ouvido falar”, contribuem para a invisibilização dessa prática aquática amazônica, protagonizadas por mulheres. Reafirmamos que na trajetória institucional realizada em busca de informações referentes às pescadoras artesanais de camarão, nos deparamos, a nosso ver, com um processo de invisibilização pelo Estado em suas três esferas, pelas representações das organizações representativas da categoria pesqueira. Isso se manifesta não só pela ausência de dados empíricos sobre a pesca do camarão de água doce no Amazonas, mas, como observa Honneth (2004) e outros autores que estudam sobre a invisibilidade, por “uma recusa de reconhecimento”, manifestado por um “olhar oblíquo” que só pode ser vivido por suas vítimas como um sinal de “descaso e até mesmo de humilhação”.

Pode-se, pois, reafirmar que a recusa de reconhecimento pode contribuir para a não existência formal-institucional da pesca do camarão. O que pode gerar e contribuir para a inexistência de fomento e políticas públicas específicas para esta atividade pesqueira, que se existissem, poderiam vir a contribuir para a melhoria do trabalho, para as condições de vida das pescadoras e para a proteção do recurso natural pesqueiro.

É inexistente a estatística pesqueira do camarão capturado, bem como do comercializado, logo, o estoque pesqueiro e a economia em torno dessa atividade também são invisibilizados, ou seja, a invisibilidade da pesca do camarão envolve a

especificidade da pesca, as pescadoras que nela atuam, o crustáceo de água doce do rio Solimões/Amazonas e a economia gerada em torno dessa prática artesanal.

Consideramos também que a própria história da pesca do camarão está se perdendo em decorrência de três situações, uma diz respeito ao óbito dos mais antigos – pessoas que tinham o conhecimento e/ou a vivência da história desse tipo de pesca; outra situação é o que chamamos de enfraquecimento da cultura da narrativa da história oral, ou seja, quem sabe da história da pesca do camarão está cada vez menos repassando oralmente para seus descendentes; a terceira situação é falta de anotações, registros das narrativas referentes à história dessa atividade pesqueira. Destacamos que ainda é por meio da oralidade que a tradição se mantém, é por meio de relatos orais de quem a vivencia ou vivenciou que se transmite os conhecimentos às pescadoras artesanais de camarão. Em decorrência, elas são protagonista dessa prática pesqueira nas comunidades varzeiras do rio Solimões/Amazonas.

O ambiente político e social em que vivem as pescadoras é predominantemente marcado pelo domínio do patriarcado e prevalece o silêncio das mulheres. Nos espaços políticos relacionados ao trabalho com a pesca, a participação das mulheres ainda é majoritariamente exercida somente por meio da presença física. Observa-se, de forma incipiente a ocupação de algumas mulheres nesses espaços de poder, mas ainda não se observa a discussão sobre o trabalho da pesca do camarão nesses espaços.

O ecossistema de várzea segue em situação de vulnerabilidade com poucas medidas protetivas e de acompanhamento à conservação ambiental. A regularização fundiária é, por vezes, sobreposta por meio da atuação da SPU e do INCRA, com acompanhamento não identificado. Inexiste nas comunidades pesquisadas uma política de ordenamento e de proteção ao recurso natural pesqueiro, o camarão.

Como destacou Freire (1989), a leitura do mundo precede a da palavra, por isso linguagem e realidade se prendem dinamicamente, logo a compreensão de um texto implica a percepção das relações com o contexto. Sendo assim, a educação contribui para a libertação dos processos de alienação. O que verificamos no estudo é que ainda persiste o analfabetismo, algumas pescadoras não chegam sequer a ler a palavra, outras leem a palavra, mas não conseguem interpretá-la. Com o avanço tecnológico, mas com o escasso e dificultoso acesso a equipamentos e aos sistemas,

as pescadoras sentem dificuldades para navegar no mundo digital. Ainda que tenhamos avanços na escolarização, a educação se apresenta de forma reduzida e precária nas comunidades ribeirinhas. As próprias pescadoras percebem essa situação e manifestam a vontade de estudar. Algumas se mudam para a sede municipal para que seus filhos e filhas tenham acesso a uma “melhor educação” da que é ofertada na comunidade.

Os saberes e práticas medicinais tradicionais são presentes no modo de vida das pescadoras. Como nas comunidades amazônicas em geral, o atendimento à saúde se resume à distribuição do hipoclorito e aos encaminhamentos dados pelos Agentes de Saúde.

Nas comunidades existem conflitos, as relações nem sempre são amistosas e pacíficas como as pescadoras inicialmente relataram nas entrevistas e que foram descritas no capítulo I. Elas não falam sobre esse tipo de assunto. Fomos percebendo a existência dos conflitos por meio das conversas informais que tivemos com elas no decorrer do tempo.

O modo de vida das pescadoras apresenta alterações de acordo com as mudanças decorrentes do ciclo hidrológico do rio Solimões/Amazonas - enchente e vazante, como também com as transformações econômicas, sociais e ambientais. A pesca, que no passado já foi realizada para consumo próprio, hoje é realizada prioritariamente para fins de comercialização, ocorrendo de forma indiscriminada, objetivando o máximo de captura com o mínimo de potencial seletivo dos apetrechos de pesca. As necessidades das pescadoras e de sua família são básicas e estão diretamente relacionadas ao sustento do grupo familiar. É difícil conciliar a sustentabilidade frente à desigualdade social em que vivem essas trabalhadoras da pesca.

O ambiente natural sofre os impactos decorrentes das alterações climáticas geradas por ações antrópicas, provenientes do sistema capitalista de produção, como a extrema seca, que impacta negativamente no trabalho com a pesca do camarão. Uma vez que quando isso ocorre, o volume do quantitativo pesqueiro da espécie diminui, ou seja, provavelmente o potencial reprodutivo da espécie pesqueira é afetado. As Emergências climáticas são globais e afetam a questão local, por isso são necessárias mudanças na lógica produtiva, de consumo, de uso e de relação entre os seres humanos e a natureza.

Tivemos avanços em relação à pesca, mas ainda temos questões básicas a serem alcançadas como o acesso ao registro de pescadoras artesanais. As dificuldades de acesso ao Registro Geral de Pesca (RGP) passam pela falta de conhecimento das pescadoras sobre os procedimentos de acesso ao Sistema PesqBrasil; precariedade da internet, falta de equipamento adequado como o computador e o analfabetismo digital. A forma que muitas pescadoras encontram para conseguir solicitar o RGP é se associando, antes de terem o registro de pescadora, a alguma entidade representativa da categoria, que as auxiliam nesse processo de pedido de registro profissional. Sendo assim, as entidades representativas têm associados que ainda não dispõem do RGP.

Nos ambientes institucionais e de representação política da pesca no Amazonas, predomina o patriarcado e o silêncio das mulheres. Na pesca de peixes realizadas por homens e mulheres são os homens que aparecem, sendo politicamente valorizada a pesca que realizam. A relação de gênero é desigual em relação às mulheres que realizam as mesmas atividades que os homens na pesca, porém nada é dito.

No contexto da pesquisa, a pesca do camarão, realizada por maioria de mulheres, ainda não se mostra como pauta a ser efetivamente desenvolvida, tanto por parte das entidades representativas, quanto por parte do Estado, pois a questão é ainda incipiente nesses espaços. As opiniões de pescadores e dirigentes das instituições governamentais e das entidades representativas são de cunho subjetivo, convergindo para um discurso que não agrega valor a esse tipo de pesca, nem ao trabalho desenvolvido pelas pescadoras, comumente se referem a essa atividade pesqueira como fácil e rápida.

A pesca do camarão é diferenciada, precisa ser vista em sua especificidade para que possa vir a ter políticas que atendam às suas necessidades em específico. É uma questão de justiça social atender as desigualdades a partir de suas peculiaridades.

Há um movimento de impermanência e instabilidade no Ministério da Pesca e Aquicultura, foi criado em 2009 (Lei n.º 11.958 de 26/06/2009), extinto em 2015 (Medida provisória n.º 696 de 02/10/2015 convertida na Lei n.º 13.266, de 05/04/2016) e transformado em Secretaria de Aquicultura e Pesca, incorporado ao Ministério da Agricultura, retornando ao status de Ministério da Pesca e Aquicultura em 2023, com

a reforma interministerial do atual governo. Nessas idas e vindas ocorrem rupturas e descontinuidade na estruturação e condução das políticas públicas pesqueiras, em especial nas políticas públicas para a pesca artesanal.

No Amazonas, a Superintendência do Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinta com o fim do MPA, em 2015, transformando-se em uma Divisão de Pesca dentro da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas (SFAPA/AM), ocupando uma sala, com quadro de recursos humanos reduzido a dois funcionários, o chefe da divisão e uma servidora cedida de outra instituição para realização de avaliação de cadastro de pescadores e acompanhamento do desenvolvimento da política pública pesqueira no Amazonas. Essa situação reflete a precarização em que ficou a instituição de 2016 a 2019. Atualmente, 2024, com o retorno do MPA, a SFAPA/AM ocupa um espaço mais amplo, com duas salas, o quadro de recursos humanos conta com o superintendente, o seu substituto, que é também chefe de serviço, mais cinco funcionários terceirizados. A equipe é pequena para a demanda de serviços, mas estão aguardando a realização de um concurso para melhoria do quadro funcional e a transferência para um prédio independente da SFAPA, mas na mesma localidade.

Uma das principais demandas é a de análise de cadastro de pesca, contando com uma fila de 22.907 cadastros para análise e só um servidor para avaliar, que acumula a função de substituto do superintendente e de chefe de serviço. Em outras palavras, um Estado como o do Amazonas, onde a pesca artesanal é desenvolvida em todos os 62 municípios, com a nossa configuração geográfica e espacial, faz-se necessário pessoal, materiais e equipamentos que possam dar acompanhamento e fluidez à política pública pesqueira local. O Sistema PesqBrasil, por si só, não garante o acompanhamento aos registros e dados pesqueiros. São necessários profissionais para o desenvolvimento do serviço que ele oferece.

De acordo com o MPA (2024), o Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais, sendo 49% mulheres. No Amazonas, temos 86.167 carteiras ativas no sistema PesqBrasil. Desse total, 37.030 são mulheres e 49.135 são homens, mas permanecem até o momento sem nenhum tipo de identificação e registros sobre o trabalho da pesca artesanal do camarão no Estado.

Para o reconhecimento formal da pesca do camarão no Estado, é necessária a valoração política desse trabalho nos espaços de representação, uma vez que a

política no âmbito da representatividade tem a capacidade de incluir, de trazer para o debate do reconhecimento aqueles que ainda não dispõem do reconhecimento. Como podemos demonstrar na tese, os pescadores e pescadoras já elegeram representantes para os espaços políticos, mas se esses representantes não os representam, a categoria permanece em situação de vulnerabilidade em relação à injustiça social, como no caso das pescadoras de camarão que não têm o reconhecimento formal devido. Podemos dizer que o Brasil é um país com grandes desigualdades sociais, injusto e excludente.

Sem o reconhecimento formal do trabalho na pesca do camarão, as pescadoras ficam sem uma participação social igualitária em direitos no universo da pesca no Amazonas. A cidadania se apresenta vieses *regulado* pela burocracia, um excesso, agora digital.

O acesso das pescadoras no universo pesqueiro é desigual, elas não são sequer lembradas, não tem voz, nem têm suas demandas específicas requeridas como pescadoras artesanais de camarão que são. As políticas distributivas relativas à pesca que algumas poucas têm acesso é o Seguro Defeso, mas não em razão da pesca do camarão, esta é invisibilizada, mas sim por conta de outras espécies, porque para o crustáceo não há proteção no seu período de reprodução.

O reconhecimento das pescadoras de camarão retratadas no decorrer da tese diz respeito não somente à identidade dessas trabalhadoras da pesca, mas também da assunção da diversidade da prática pesqueira existente no Estado, da reparação da injustiça social com estas pescadoras que historicamente se encontram invisibilizadas nesse universo pesqueiro, silenciadas, com a participação desigual. Essas mulheres foram nossa fonte de inspiração e motivação para realização da pesquisa. Elas existem! Tem nome, sobrenome, corpos, rostos e vozes, trabalham e não são invisíveis. Precisam de reconhecimento e justiça social. A perspectiva crítica assumida na pesquisa nos ajudou a desvendar as aparências e nos mostrou a essência do modo de vida na Amazônia.

Essas trabalhadoras da pesca artesanal contribuíram significativamente para o nosso conhecimento, entendimento e compreensão do quanto precisamos avançar em termos de políticas públicas que contribuam significativamente para a construção da cidadania, da justiça social e da igualdade de gênero no universo pesqueiro no Amazonas.

A pesca do camarão se caracteriza como uma atividade pesqueira desenvolvida historicamente no Amazonas, mas permanece invisibilizada, acontecendo sem nenhum tipo de proteção socioambiental. O trabalho centra-se na busca para o atendimento à necessidade básica de alimentação das pescadoras e do seu grupo familiar. A ausência de valoração e de representatividade política legítima contribui para manter invisibilizado esse trabalho pesqueiro e as mulheres que o realizam.

Aqui não nos apoiamos na vida ribeirinha romântica, mas uma vida de trabalho, de esgotamento das energias físicas cotidianas. Dialogamos com vários autores numa perspectiva interdisciplinar. Buscamos desvendar as aparências, mostrando entre outras questões, o peso do “trabalho leve” - como dizem alguns pescadores ao se referirem a pesca do camarão.

Essas mulheres parecem ser incansáveis em sua lida cotidiana. Elas dialogam com as paisagens mudas, o silêncio de suas vozes tem muito a nos dizer. Ditam o tempo ecológico da pesca artesanal do camarão no Amazonas e o tempo de suor dispendido nas lidas infinitas, sem horário para terminar, no mundo da reprodução da vida nas beiras rios, lagos e paranás da Amazônia. Mesmo assim, apesar de todo o peso do trabalho incessante, elas têm satisfação no trabalho que realizam. A hora da pesca do camarão, é também o momento da alegria, da conversa, por vezes do namoro e da reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. F.; PALHETA, S. P.; SOUSA, I. S. Trabalho na Pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã, Amazonas. In: Elenise SCHERER. (Org.). **AQUI ESTAMOS NÓS: entre as águas dos mares, nas águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal**. 1aed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, v. 1, p. 40-51.

ALENCAR, Edna Ferreira. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Orgs.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão. Belém – Pará, 1993.

ALMEIDA, Alfredo W. B. Resistencia das comunidades através da tradição. Apresentação. In: Viegas, Daniel Pinheiro e Buriol, Fabiano., UEA Edições, PNCSA, 2014..

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berna de. **ANTROPOLOGIA DOS ARCHIVOS DA AMAZÔNIA**. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

AMAZONAS. **Lei Complementar Nº 52/2007 de 30 de maio de 2007**. Institui a Região Metropolitana de Manaus e dá outras providências. In: Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, p. 1, 2007. Disponível em: < https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2007/843/843_texto_integr_al.pdf > Acesso em: maio 2017.

AMAZONAS. **Lei nº 1828, de 30 de dezembro de 1987**. Cria o município de Careiro da Várzea, dispõe de sua sede e dá outras providências. D.O.E de 30 de dezembro de 1987

AMAZONAS (Estado). Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas. Instrução Normativa n.º 01 de 25/05/2018. Acordo de Pesca e regras para o manejo dos ambientes aquáticos pertencentes à região do Murumurutuba/Cumã. Disponível em <https://storymaps.arcgis.com/stories/7cf3410927c24eba965aa01805695780>. Acesso em maio de 2019

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI. **Amazonas em mapas**. 1ª ed. Manaus/AM: Copyright, 2016.

AMOROSO, Marta. **Povos indígenas no Brasil**. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/mura/print> . Acesso em 17/07/2017.

BEAUD Stéphane; WEBER Florence. **Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BEGOSSI, Alpina. Latin América Fisheries: local organization and management. Tunisia: Latin América Fisheries, p. 6-9. ISEE, 2002.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas vl. 1. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet, 3ª ed. Editora Brasiliense. São Paulo, 1987

BENTES, B.S.; MARTINELLI-LEMO, J. M.; CARDOSO, C. A.; ISAAC, Victoria J. **A PESCA DO CAMARÃO-DA-AMAZÔNIA, PERSPECTIVAS FUTURAS NO LITORAL PARAENSE**. Ciência e Cultura, v. 68, p. 56-59, 2016.

BEZERRA, A. C. M. **Careiro da Várzea: história, memórias e atualidades**. Manaus: Editora Valer, 2016.

BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari Kanopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradutores: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto Editora, Portugal: 1994.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal). 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL, João Bosco dos Santos. **Mulheres Pescadoras da várzea do município de Parintins-AM: a pesca do camarão nas comunidades de Brasília e Catispera**. 2015. 110 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. IBAMA. **Instrução Normativa nº 29, de 31 de dezembro 2002**. Brasília: Diário Oficial da União de 01/01/2003.

BRASIL. **Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008**. Acrescenta artigo à Lei no 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei no 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nos 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11718.htm. Acesso em março de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009**. Dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério

da Pesca e Aquicultura. Diário Oficial da União. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=259101>. Acesso em maio de 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em maio 2017.

BRASIL. **Medida Provisória nº 696 de 2 de outubro de 2015.** Extingue e transforma cargos públicos e altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015/2018/2015/mpv/mpv696.htm#art9. Acesso em maio de 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016.** Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Disponível em <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em maio de 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16/06/2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília-DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020>. Acesso em maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca artesanal.** Disponível em http://www.mpa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19Itemid=248. Acesso em 2024

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura.. **Portaria mpa nº 127, de 29 de agosto de 2023.** Estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, para a concessão da Licença de Pescador e

Pescadora Profissional. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mpa-n-127-de-29-de-agosto-de-2023-506365296>. Acesso em dezembro de 2023

BRASIL. [Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015](#). Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e nº 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13134.htm. Acesso em maio de 2017

CARDOSO, Maria Sandrelle Gonçalves. **Do Caniço ao Rapixé: os Pescadores Artesanais e a Política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal- PSDPA na comunidade Divino Espírito Santo em Parintins-AM**. 2014. 139f. Dissertação (mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CARDOSO, R. S.; SILVA, F. P.; SILVA, M. L. S. **Apetrechos e estratégias de captura do camarão de água doce no estado do Amazonas, Brasil**. In Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2015, Rio Branco. Anais do Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2015

CARDOSO, R. S. **A pesca de camarão de água doce no município de Manacapuru: dinâmica da pesca e apetrechos de captura**. In XIX Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, 2015, São Luiz. Anais do XIX Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, 2015.

CARDOSO, Renato Soares; OLIVEIRA, Elimar dos S. de Oliveira e. **A pesca do camarão no município de Parintins, Amazonas, Brasil**. III Encontro Nacional dos Núcleos de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura. Búzios: Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, Edna. **Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 1 - dezembro 1999

CERQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de fé no Médio Amazonas**. Manaus: 2. Ed. Gráfica e Editora ProGraf, 2009.

COELHO, P. A.; RAMOS-PORTO, M.. **Camarões de água doce do Brasil: distribuição geográfica**. Revista Brasileira de Zoologia, v. 2, n. 6, p. 405–410, 1984.

Conselho Pastoral dos Pescadores. **O Leme**. Julho de 2015. Disponível em <https://www.cppnacional.org.br>. Acesso em junho de 2017

COSTA, M.I.S., and IANNI, A.M.Z. **O conceito de cidadania**. In: Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. v. 1, padre João Daniel.- Rio de Janeiro: Contraponto, 2004

DE CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Vol. 01. Artes de Fazer, Petropolis: Vozes, 1994.

DIÓGENES, Antônia M. R. **As camaroeiras, as pescadeiras e o arreio: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – UFAM. Manaus- AM, 2014.

DIÓGENES, Antônia Mara Raposo; SCHERER, Elenise Faria. De que a gente vai viver? As camaroeiras, as pescadeiras de camarão entre a conservação e a sobrevivência das vidas varzeiras. In: Elenise Faria Scherer. (Org.). **AQUI ESTAMOS: Entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015, v. , p. 185-206.

DIÓGENES, Antônia M. R.; SCHERER, Elenise F.; OLIVEIRA FILHA, Maria Ferreira de. O trabalho pluriativo e a conservação ambiental de mulheres pescadoras artesanais de camarão em uma comunidade de várzea do Amazonas. In **Meio ambiente e a outra economia dos povos e comunidades tradicionais** - Editora Científica Digital - Vol. 1, 2022

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Diário de campo: um instrumento de reflexão. In: **contexto e Educação**, nº 7, Juí: Injuí, 1987

FERNANDES, Ellan Rodrigo Monteiro Paes. **Atividade diária e pesca do camarão-da-amazônia *Macrobrachium Amazonicum* (HELLER, 1862), no município de Itacoatiara-AM**. 2016. 78f. Dissertação (mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos) – Universidade Federal do Amazonas, Itacoatiara, 2016.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291, jan. 2007. ISSN 1806-9584. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200002>>. Acesso em: 25 out. 2017.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2000.

_____. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993

FURTADO, Lourdes. G. Sobre os argonautas da Amazônia: o estado da arte dos conhecimentos sobre os pescadores: uma contribuição aos estudos da Antropologia. In: LEITÃO, V.; MAUÉS, R. (org.). **Nortes antropológicos: trajetos, trajetórias**. Belém: UFPA, 2008. p. 41-80

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas** Ed. Nacional, Rio de Janeiro, 1955.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. In: **EccoS Revista Científica**. 2005;7(2):253-274.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais**. Salvador. Caderno CRH, v, 32, n,85, p. 63-81, jan/abril de 2019.

GOLDEMBERG. Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GONDIM, Linda. LIMA, Jacob. **A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso**. EdUFSCar, São Carlos, 2010

HARVEY, David. **Para entender O Capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Nelson Carlos Coutinho Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HILSDORF, Alexandre Wagner Silva; MARQUES, Débora Karla Silvestre; RESENDE, Emiko Kawakami de. **Genética e Conservação de Estoques Pesqueiros de Águas Continentais no Brasil: Situação Atual e Perspectivas**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2006.

HONNETH, Axel. **A Sociedade do Desprezo. Rumo a uma nova teoria Crítica**. Traduzida do inglês para o francês por Olivier Voirol, Pierre Rusch e Alexandre Dupeyrix. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

LEITÃO, M.R. F, A. **Trabalho e Gênero na Pesca Artesanal**. 28 RBA, São Paulo, 2012.

LIMA, Jô de Farias; MONTAGNER, Daniel. **Aspectos gerais da pesca e comercialização do camarão-da-Amazônia no Amapá**. Macapá: Embrapa Amapá, 2014.

INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays of livelihood, dwelling and shi*. London. Routledge, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em 10/01/2024.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceito e medida.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Helène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto** Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFF, E. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes.** Educação & Realidade, 34(3). 2009 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9515>

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir.** Estudos Avançados 16 (45), 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento.** Revista Direito GV, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 527-552, jul./dez. 2012.

LEMIEUX, Cyril. PAUGAM, Serge. A pesquisa sociológica. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna; NASCIMENTO, Ivete Herculano. Pescadora em busca de cidadania In: ALVARES, Maria Luiza e D'INCAO, Maria Angela. **A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia.** Belém: GEPEM/GOELDI, 1995, p. 81- 115.

MANESCHY, Maria Cristina; ÁLVARES, Maria Luzia Mendonça. **Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos.** Revista eletrônica Coletiva, nº 01, JUL/AGO/SET, 2010.

MARSHALL, Thomas. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Nova Cultural, São Paulo, 1988

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** Rio de Janeiro: Abrasco; São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, Helane Cristina L; SCHERER, Elenise Faria. **Os Pescadores, o seguro defeso e a conservação ambiental no Amazonas.** In: SCHERER, Elenise Faria (Org.). Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2013

MOTA-MAUÉS, Maria Angelica. **Pesca de homem/peixe de mulher (?):**

repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. Etnográfica, Vol. III (2), 1999.

NETO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Metodologia das ciências humanas.** Editora Ucitec, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **Revista de antropologia.** São Paulo, USP, 2000.

PEREIRA, Henrique dos Santos et al. **A multifuncionalidade da Agricultura familiar no amazonas: Desafios para a inovação Sustentável.** Revista terceira margem Amazônia, Vol 1 - N. 5, São Paulo: Outras expressões, 2015

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento** - tradução: Alain François [et al.]. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Christiane Pereira. Mulheres Pescadoras: **Os significados do Trabalho de pesca do camarão na comunidade da Salvação – Alenquer – PA.** Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM), Manaus, 2018.

SANTOS, Gesmar Rosa dos; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; MATTEI, Lauro. **Notas conceituais e definições de suporte às políticas públicas para a agropecuária após a constituição federal de 1988.** Boletim regional, urbano e ambiental | 23 | Edição Especial Agricultura. IPEA, 2020

SANTOS, Rosa Maria Ferreira. **Identidades, saberes e territorialidades no mundo do trabalho das pescadoras de camarão da Ilha do Tarará-Tefé (AM).** 2020. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade do Estado do Amazonas.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça:** a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

SAES, Décio Azevedo Marques de. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 42, p. 379–410, 2002.

SCHERER, Elenise Faria (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento.** Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

_____, Elenise Faria (Organização). **Aqui estamos: entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal-** 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Amazonas: FAPEAM, 2015.

_____, Elenise. F. **Trabalho Ocultado:** carregadores e transportadores de bagagens no porto do Roadway e da Estação Hidroviária de Manaus. 50. ed. Sao Paulo: Editora AnnaBlume, 2012. v. 1000. 281p.

_____, Elenise Faria (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SCHERER, E. F. **O Ajuste fiscal e os direitos das mulheres pescadoras: desigualdades reiteradas**. In: IV Encontro Internacional Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais: Trabalho, Democracia e Neoliberalismo, 2018, Brasília. Anais do IV Encontro Internacional Teoria do Valor Trabalho e Ciência Sociais. Brasília: Digital, 2018. v. 1. p. 325-338.

_____, E. F. Do mundo das águas ao mundo do movimento das mulheres em Manaus. In: Simonia, Ligia T. Lopes. (Org.). **Mulheres da Pan-Amazônidas**. 1ª ed. Belém: Editora do NAEA/UFPA, 2011, v. 01, p. 287-301.

SCHERER, Elenise. LOPES, Sarah. Mulheres pescadoras: o ajuste fiscal e desajuste social. In: Scherer, Elenise. **Aqui Estamos: entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal**. (águas de trabalho). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p. 207-215

SCHERER, E. F; ROCHA, Camila. **Carretos, Muitos Carretos os carregadores do porto da Panair**. In: XI Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro XI CONLAB- diversidade e desigualdades. Salvador: EDUFBA, 2011.

SCHERER, Elenise; DIÓGENES, Antônia; RODRIGUES, Christiane. **Trabalhadoras na pesca em ecossistema de várzea na Amazônia: A (in)sustentabilidade na luta pela reprodução da vida**. Atas da Conferência Internacional de Ambiente em Língua Portuguesa. Ambiente e Direitos Humanos. Eds: Ana Isabel Miranda, Myriam Lopes, Luís Tarelho, Filomena Martins, Peter Roebeling, Margarida Coelho, João Labrincha. Vol. I, pp 288-297. ISBN: 978-972-789-540-3, 2018.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18 nº. 51, p. 99 – 122, fev. de 2003.

SCHNEIDER, Sergio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Ano XVI – Nº 3 – Jul./Ago./Set. 2007.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. Org. Hubert C. de Grammont. México: Ed. Flacso, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. **Pluriatividade e Plurirrendimentos nos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste: Uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006** (Relatório de Pesquisa). Brasília - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013

SCOTT, J. W. **O enigma da igualdade**. Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 1, p. 11–30, jan. 2005.

SILVA, Aghata Teixeira. **Da lamparina à lâmpada: Estudos das transformações socioculturais e ambientais na comunidade São Francisco da Costa da Terra Nova, Careiro da Várzea (AM)**. 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Previdência social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. Imprensa: São Paulo, Cortez, 2012.

SILVA, Catia Antonia da. (org) Pesca Artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica. in: Rainha, Felipe A.; Nascimento Nara Oliveira de; Leoncio, Rhanna Cristina das Chagas; Buch, Carolina Lourival. **Território e Políticas Públicas: contradições e luta dos pescadores artesanais pela garantia de seus direitos**. Ed. Consequencia; Faperj/CNPq, 2014 .

SILVA, M. L. S.; CARDOSO, R. S. **A pesca de camarão de água doce no município de Manacapuru: dinâmica da pesca e apetrechos de captura**. In XIX Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, 2015, São Luiz. Anais do XIX Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, 2015.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, São Paulo, n. 6, p. 14-18, mai. 2003. ISSN 2316-3852. Disponível em: <<http://www.fics.edu.br/index.>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SOARES, Sara Moreira. **Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o seguro defeso na comunidade do Cristo Rei no Careiro da Várzea**. 2012. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura n) - Universidade Federal do Amazonas, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, Manaus, 2012.

SOUZA, R. da P.; MIRANDA, K. F.; FREIRE, J. S. (Org.). **Manejo comunitário de camarão e sua relação com a conservação da floresta no Estuário do Rio Amazonas: sistematização de uma experiência em Gurupá-PA**. Belém, 2011

SOUSA, Raniere Garcez Costa; FLORENTINO, Alexandro Cezar; PIÑEYRO, Jairo Ildelfonso Guimarães. **Inovação de artefatos e caracterização da pesca do camarão *Macrobrachium amazonicum* (HELLER, 1862) na comunidade São Sebastião da Brasília - Parintins/AM**. Biota Amazônia. v. 4, n. 3, p. 83-97, 2014. ISSN 2179-5746. Disponível em <http://periodicos.unifap.br/index.php/biota>. Acesso em 12/01/2016.

SOUZA, Roseli. Mulheres camponesas e previdência social: avanços e contrarreformas no Brasil. In: **Argumentum**. V. 16, n. 1, p. 173–187, 2024.

TELLES, V. DA S. **Ilegalismos urbanos e a cidade**. Novos estudos CEBRAP, n. 84, p. 153–173, 2009.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 9ª Ed. Ver. Manaus: Editora Valer/Edições do Governo do Estado, 2000.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERAS, Dimas Brasileiro; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Por uma articulação ambientalmente sustentável: práticas e representações da educação ambiental na articulação das mulheres pescadoras de Pernambuco. In: **Gênero e Trabalho: diversidade de experiências em educação e comunidades tradicionais**. Ed. Mulheres, Florianópolis, 2012.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988

WOORTMANN, E.F. **Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 18, 1992. p. 1-31.